
REVISTA BRASILEIRA DOS MUNICÍPIOS

N.º 33 — Ano IX — Janeiro/Março — 1956

SUMÁRIO

	<i>Pág.</i>
A ocupação na agricultura no Paraná	Antônio Leandro dos Santos 1
O problema da assimilação	João Jochmann 11
<i>Estudos de Planejamento</i>	
Bases de planejamento rodoviário municipal	Nilton Beduschi 14
<i>Imigração & Colonização</i>	
O problema da colonização da Amazônia	Adriano Menezes 18
<i>Idéias em foco</i>	
Autofinanciável a construção da nova capital	Peixoto da Silveira 34
<i>Documentos históricos</i>	
Corografia do Distrito Federal	F. A. de Noronha Santos 36
<i>Vultos do Municipalismo Brasileiro</i>	
M. A. Teixeira de Freitas	47
<i>Inquéritos & Reportagens</i>	
A população do Estado do Rio	50
<i>Através da Imprensa</i>	
Fortalecimento do Município e o problema do seu fracionamento	Brasílio Machado Neto 51 R. Magalhães Júnior 51
Baurus e Itabaianas	Carlos Drummond de Andrade 52
Lá em Mato Grosso	Berilo Neves 53
Monografias municipais	
<i>Vida Municipal</i>	54
<i>Estatística Municipal</i>	
Receita tributária prevista para os Municípios — 1955	61
<i>Notícias & Comentários</i>	
O falecimento do dr. M. A. Teixeira de Freitas — Alterações no quadro territorial — Reunião da ABM — IV Conferência Rural Brasileira — DNER — Rondônia, ex-Guaporé — Necrológio — Em poucas linhas	87

A REVISTA BRASILEIRA DOS MUNICÍPIOS,
publicação trimestral do Conselho Nacional de
Estatística, é órgão oficial da Associação Brasileira
dos Municípios.

Diretor responsável: WALDEMAR LOPES

Secretário: VALDEMAR CAVALCANTI

Assinatura anual: Cr\$ 80,00.

Tôda correspondência deve ser encaminhada à sede
do Conselho Nacional de Estatística, Avenida Franklin
Roosevelt, 166. Telefone 43-4821.

A OCUPAÇÃO NA AGRICULTURA NO PARANÁ

(POR ZONAS FISIOGRÁFICAS E MUNICÍPIOS, SEGUNDO
OS CENSOS DEMOGRÁFICO E AGRÍCOLA DE 1950)¹

ANTONIO LEANDRO DOS SANTOS
(Do Laboratório de Estatística)

OBJETIVO DO ESTUDO — A pesquisa comparativa dos resultados do censo demográfico e do censo agrícola do Paraná sobre os habitantes de cada sexo ocupados na agricultura — pesquisa efetuada no N.º 96 dos “Estudos Demográficos” do Laboratório de Estatística¹ —, pôs em relêvo fortes divergências entre os resultados dos dois censos e sugeriu a realização de uma análise por Municípios com o objetivo de verificar se as maiores discordâncias apresentam uma nítida localização.

Será efetuada essa análise no presente estudo. Os dados comparativos dos dois censos de 1950, demográfico e agrícola, constam da tabela 1, onde os Municípios figuram isoladamente e agrupados por zonas fisiográficas. Está também especificada nessa tabela a razão percentual (número índice) entre o dado do censo agrícola e o do censo demográfico, para cada sexo

EXAME COMPARATIVO DOS DADOS DOS DOIS CENSOS, POR ZONAS FISIOGRÁFICAS — Uma primeira orientação sobre a distribuição territorial das divergências entre os dois censos é oferecida pela tabela 2, onde estão reunidos os dados referentes às diversas zonas fisiográficas.

Visto o sentido oposto das divergências concernentes aos dois sexos, convém considerá-los estes separadamente.

Para o sexo masculino, o número de ocupados conforme o censo agrícola é inferior ao registrado pelo censo demográfico, em tôdas as zonas. Mas a proporção entre o primeiro e o segundo desses dados, que é de 80% no conjunto do Estado, varia fortemente, entre os mínimos de 49% na zona do Sertão do Rio Paraná e de 51% na de Guarapuava e os máximos de 91% na zona Norte, de 96% na de Tomazina e de 97% na do Alto Ribeira. As zonas onde essa proporção é mais baixa estão entre aquelas mais atrasadas no que diz respeito ao desenvolvimento da agricultura, enquanto entre as zonas onde essa proporção é mais elevada se encontra a mais adiantada. Mas não se poderia, sem muitas reservas, generalizar essa observação, afirmando uma correlação inversa entre o grau de discordância dos dois censos e o grau de progresso agrícola.

Para o sexo feminino, pelo contrário, o número de ocupadas, segundo o censo agrícola, é muito superior ao apurado pelo censo demográfico, em tôdas as zonas. No conjunto do Estado o primeiro número é cinco vezes maior do que o segundo (proporção de 501%); mas nas diversas zonas esta proporção varia muito amplamente entre o mínimo de três vezes (proporção de 298% na zona do Planalto de Curitiba) e o máximo de trinta e uma vezes (proporção de 3 137% na zona do Sertão do Rio Paraná). Mesmo prescindindo-se deste máximo, verificado numa zona de pequena importância demográfica e agrícola, encontra-se a proporção muito elevada de onze vezes na zona do Iguçu (1 094%).

Vale a pena observar que em seis das oito zonas onde a proporção entre o dado do censo agrícola e o do censo demográfico excede a média estadual para o sexo feminino, ela fica abaixo da média estadual para o sexo masculino. Mas também neste caso seria imprudente generalizar a correlação inversa.

O exame dos dados por zonas sugere a conclusão de que as causas das divergências entre o censo agrícola e o censo demográfico operam em tôdas as partes do Paraná no mesmo sentido mas com intensidade diferente.

¹ Sucessivamente publicado em edição definitiva no vol. 21 da série de “Estatística Demográfica” dos “Estudos de Estatística Teórica e Aplicada” (Rio, IBGE, 1955).

2 — OCUPADOS NA AGRICULTURA, POR SEXO, SEGUNDO O CENSO DEMOGRÁFICO E O CENSO AGRÍCOLA DE 1950

ZONA FISIAGRÁFICA	D. CENSO DEMOGRÁFICO		A. CENSO AGRÍCOLA		[100 A/D]	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
I Litoral . . .	5 785	456	3 483	2 196	60,21	481,58
II Alto Ribeira . .	13 812	630	13 406	3 618	97,06	574,29
III Planalto de Curitiba	25 819	3 191	20 910	9 510	80,99	298,03
IV Campos Gerais ²	31 565	1 592	23 940	10 379	75,84	653,08
V Tomazina	20 534	1 039	19 710	8 385	95,99	807,03
VI Norte.	135 954	11 084	123 937	47 796	91,16	431,22
VII Tibagi	25 311	860	17 366	4 812	68,61	559,53
VIII Irati	44 720	5 237	37 802	18 218	84,53	347,87
IX Guarapuava	17 012	454	8 698	3 967	51,13	873,79
X. Ivaí	94 082	4 555	67 628	30 927	71,88	678,97
XI Iguaçú	26 923	935	18 995	10 229	70,55	1 094,01
XII Sertão do Rio Paraná	2 217	19	1 081	596	48,76	3 136,84
ESTADO	443 734	30 052	356 956	150 651	80,44	501,30

² Os dados do censo demográfico para o Município de Lapa, compreendido na zona dos Campos Gerais, são incompletos, tendo sido apurados os caracteres individuais de apenas 32 731 habitantes, enquanto para outros 13 780 se tornou impossível essa apuração, em consequência do extravio dos documentos de coleta.

EXAME POR MUNICÍPIOS, PARA O SEXO MASCULINO — A conclusão atingida no parágrafo anterior fica reforçada pelo exame dos dados por Municípios.

Para o sexo masculino, a proporção municipal entre o dado do censo agrícola e o do censo demográfico varia entre os mínimos de 22% (Castro) e 24% (Antonina) e os máximos de 144% (Tomazina) e 146% (Lapa). Quanto ao Município de Lapa, cumpre lembrar que o dado do censo demográfico está incompleto, como foi advertido na nota à tabela 2, de modo que a verdadeira proporção entre os resultados dos dois censos neste Município seria decerto muito inferior à aparente (pouco superior a 100%, provavelmente).

Dos 80 Municípios, apenas 13 apresentam proporções entre os dados dos dois censos não superiores a 60%, enquanto outros 25 apresentam proporções superiores a 60% mas não a 80%, e 31, proporções superiores a 80% mas não a 100%. Ficam apenas 11 Municípios com proporções superiores a 100%.

A tabela 3, mostrando a distribuição por grandeza das proporções entre os resultados do censo agrícola e do censo demográfico para cada zona fisiográfica, revela notáveis irregularidades. Na mesma zona encontram-se proporções baixas e elevadas: por exemplo, na zona Norte — a de maior importância demográfica e de maior número de Municípios — os valores da proporção variam entre o mínimo de 58% (Abatiá) e o máximo de 112% (Assaí). Para o primeiro desses Municípios, o censo agrícola dá 1 808 homens ocupados na agricultura e o demográfico 3 093; para o segundo, o censo agrícola dá 9 339 e o demográfico 8 316. E na outra importante zona do Ivaí as proporções variam entre o mínimo de 43% (Mandaguari, 11 200 segundo o censo agrícola e 25 830 segundo o demográfico) e o máximo de 103% (Rolândia, 8 994 agrícola e 8 693 demográfico).

3 — DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO A PROPORÇÃO ENTRE OS NÚMEROS DOS HOMENS OCUPADOS NA AGRICULTURA CONSTANTES DO CENSO AGRÍCOLA (A) E DO CENSO DEMOGRÁFICO (D), POR ZONAS FISIAGRÁFICAS

NÚMERO ÍNDICE (100 A/D)	ZONA FISIAGRÁFICA ³												ESTADO
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	
20,01 a 30	1	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	2
30,01 a 40	1	—	—	1	—	—	1	—	—	—	—	—	3
40,01 a 50	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	2
50,01 a 60	1	—	—	1	—	1	—	—	—	1	—	—	6
60,01 a 70	—	—	1	2	1	—	2	—	1	1	—	—	8
70,01 a 80	—	—	3	2	2	4	2	3	—	—	1	—	17
80,01 a 90	1	1	1	1	2	3	2	3	—	1	1	—	16
90,01 a 100	1	1	2	—	—	8	—	2	—	1	—	—	15
100,01 a 110	—	1	—	—	—	4	—	1	—	1	—	—	7
110,01 a 120	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	2
120,01 a 130	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
130,01 a 140	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
140,01 a 150	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	2
TOTAL	5	3	7	9	7	21	5	11	2	6	3	1	80

³ Os nomes das zonas correspondentes aos diferentes números de ordem constam da tabela A.

EXAME POR MUNICÍPIOS, PARA O SEXO FEMININO — Para o sexo feminino, o exame por Municípios revela discordâncias mais profundas entre os resultados dos dois censos. As divergências são tôdas no mesmo sentido, excedendo o dado do censo agrícola o do censo demográfico (até no Município de Lapa, onde o segundo está incompleto).

Mas a importância relativa dessas divergências varia enormemente: em alguns casos o número das mulheres ocupadas na agricultura é apenas moderadamente maior pelo censo agrícola que pelo demográfico (proporções de 126% em Andirá e Congonhinhas); em outras é enormemente maior (proporções de 4 233% em Tomazina e de 7 466% em Mangueirinha).

Também para o sexo feminino, como para o masculino, encontram-se grandes diferenças na mesma zona. Na do Norte, por exemplo, a proporção entre o dado do censo agrícola e o do censo demográfico varia entre 126% em Andirá (806 ocupadas segundo o censo agrícola e 641 segundo o demográfico) e 1920% em Jaguapitã (6 104 agrícola e 318 demográfico). E na zona do Ivaí a proporção varia entre 309% (Mandaguari, 5 176 segundo o censo agrícola e 1 676 segundo o demográfico) e 1 866% (Apucarana, 11 846 agrícola e 635 demográfico). Divergências relativas ainda maiores verificam-se para os Municípios, já citados, de Tomazina (4 529 agrícola e 107 demográfico) e Mangueirinha (4 181 agrícola e 56 demográfico).

4 — DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO A PROPORÇÃO ENTRE OS NÚMEROS DAS MULHERES OCUPADAS NA AGRICULTURA CONSTANTES DO CENSO AGRÍCOLA (A) E DO CENSO DEMOGRÁFICO (D), POR ZONAS FISIOGRAFICAS

NÚMERO ÍNDICE (100 A/D)	ZONA FISIOGRAFICA 4												ESTADO
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	
100,01 a 200	1	—	—	—	2	2	1	2	—	—	—	—	8
200,01 a 300	—	—	4	1	—	5	—	3	1	—	—	—	14
300,01 a 400	—	1	1	1	1	1	1	1	—	1	—	—	8
400,01 a 500	1	—	—	3	1	5	1	—	—	1	—	—	12
500,01 a 600	—	1	—	1	—	2	—	—	—	1	1	—	6
600,01 a 700	1	—	—	1	—	1	—	2	—	—	—	—	5
700,01 a 800	—	—	—	1	—	1	—	1	—	—	—	—	3
800,01 a 900	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2
900,01 a 1 000	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	2
1 000,01 a 1 200	—	—	—	1	—	2	—	1	—	1	—	—	5
1 200,01 a 1 400	—	—	1	—	—	1	1	—	1	—	1	—	5
1 400,01 a 1 600	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	—	—	2
1 600,01 a 1 800	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
1 800,01 a 2 000	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—	—	2
2 000,01 e mais	—	1	—	—	1	—	1	—	—	—	1	1	5
TOTAL	5	3	7	9	7	21	5	11	2	6	3	1	80

4 Os nomes das zonas correspondentes aos diferentes números de ordem constam da tabela A.

DADOS COMPLEMENTARES — Completa-se a documentação estatística do presente estudo pela tabela 5, onde os dados do censo demográfico são discriminados segundo o caráter permanente ou suplementar⁵ da ocupação, e os do censo agrícola segundo as três classes: dos ocupados em caráter permanente, dos ocupados em caráter temporário e dos parceiros e seus dependentes (sendo os componentes da última classe excluídos das duas primeiras).

Essas discriminações são de escassa utilidade para a investigação das causas das divergências entre os dois censos; sugerem, entretanto algumas observações.

O número dos homens que, no censo demográfico, declararam ter ocupação suplementar na agricultura é pequeníssimo, não chegando a 1% do total dos ocupados na agricultura segundo esse censo. Pode-se, portanto, excluir que dependa d'este contingente o maior número de homens ocupados na agricultura segundo o censo demográfico em relação ao agrícola.

Entre as mulheres, as que, no censo demográfico, declararam ter ocupação suplementar na agricultura constituem apenas 4% do total das ocupadas nesse ramo: proporção que parece extremamente baixa em consideração às múltiplas atividades normalmente desenvolvidas pela mulher no campo, numa região, como o Paraná, onde prevalecem as ocupações agrícolas.

No censo agrícola, a proporção dos ocupados temporariamente (que, em grande parte, embora ocupados temporariamente *em dado estabelecimento*, têm como ocupação principal

⁵ Tendo sido apurado para o conjunto do Estado, mas não por Municípios, o número dos habitantes de cada sexo com ocupação apenas suplementar na agricultura, foi suposto que estes se distribuíam por Municípios proporcionalmente aos habitantes do mesmo sexo com ocupação principal na agricultura.

a agrícola) é de 23% entre os homens e apenas de 10% entre as mulheres. Não é, portanto, a importância desta classe a causa do maior número de mulheres ocupadas constante do censo agrícola.

* * *

CONSIDERAÇÕES FINAIS — Acêrca das causas das divergências entre os resultados do censo demográfico e os do censo agrícola, já foram expostas conjeturas no citado estudo N.º 96, como também no estudo posterior N.º 125, pelo qual a pesquisa comparativa foi estendida, em forma sumária, a tôdas as Unidades da Federação.⁶

A análise por Municípios e zonas fisiográficas não sugere novas hipóteses sôbre o assunto. Ela, todavia, mostrou os lugares em que se atenuam e os em que se acentuam as divergências entre os dois censos, facilitando assim ulteriores investigações⁷ que poderão ser concentradas nesses lugares.

⁶ Estudo sucessivamente publicado em edição definitiva no volume citado na nota 1.

⁷ Para êsse fim, o Laboratório pediu a colaboração dos Agentes Municipais de Estatística. O inquérito está em andamento.

1 — COMPARAÇÃO ENTRE OS DADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO E DO CENSO AGRÍCOLA DE 1950 SOBRE A OCUPAÇÃO NA AGRICULTURA, POR SEXO

Dados por zonas fisiográficas e Municípios

ZONA FISIOLRÁFICA — MUNICÍPIO	CENSO DEMOGRÁFICO		CENSO AGRÍCOLA		NÚMERO ÍNDICE DO DADO DO CENSO AGRÍCOLA (Censo demográfico = 100)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
<i>Zona do Litoral</i>	5 785	456	3 843	2 196	60,21	481,58
Antonina	731	20	175	89	23,94	445,00
Guaraqueçaba	1 361	134	1 163	924	85,45	689,55
Guaratuba	925	15	299	131	32,32	873,33
Morretes	1 962	206	1 110	294	56,57	142,72
Patanaguá	806	81	736	758	91,32	935,80
<i>Zona do Alto Ribeira</i>	13 812	630	13 406	3 618	97,06	574,29
Bocaiúva do Sul	4 990	357	4 419	1 416	88,56	396,64
Cérrro Azul	4 469	243	4 792	1 344	107,23	553,09
Rio Branco do Sul	4 353	30	4 195	858	96,37	2 860,00
<i>Zona do Planalto de Curitiba</i>	25 819	3 191	20 910	9 510	80,99	298,03
Araucária	2 596	509	2 245	1 283	86,48	252,06
Campo Largo	5 779	728	5 346	1 995	92,51	274,04
Colombo	1 085	94	827	219	76,22	232,98
Curitiba	3 171	194	2 440	1 663	76,95	857,22
Piraquara	1 969	30	1 083	392	63,86	1 306,67
São José dos Pinhais	9 317	1 457	6 964	3 318	74,75	227,73
Timoneira	2 175	179	2 005	640	92,18	357,54
<i>Zona dos Campos Gerais</i>	31 565	1 592	23 940	10 397	75,84	653,08
Castro	5 884	103	1 265	475	21,50	461,17
Jaguariúva	3 543	146	2 205	471	62,24	322,60
Lapa	7 092	511	10 338	5 467	145,77	1 069,86
Palmeira	3 157	279	1 821	566	57,68	202,87
Piraí do Sul	1 999	91	1 298	654	64,93	718,68
Ponta Grossa	2 589	125	2 011	663	77,67	530,40
Pôrto Amazonas	173	9	135	37	78,03	411,11
Rio Negro	1 337	267	4 298	1 778	80,53	665,92
Sengés	1 791	61	569	286	31,77	468,85
<i>Zona de Tomazina</i>	20 534	1 039	19 710	8 385	95,99	807,03
Carlópolis	1 928	191	1 274	360	66,08	188,48
Ibaiti	2 792	189	2 249	689	80,55	364,55
Joaquim Távora	2 559	302	2 087	551	81,56	182,45
Quatiguá	1 079	157	1 249	695	115,76	442,68
Siqueira Campos	3 181	37	2 237	666	70,32	1 800,00
Tomazina	5 604	107	8 052	4 529	143,68	4 232,71
Wenceslau Braz	3 391	56	2 562	895	75,55	1 598,21
<i>Zona do Norte</i>	125 954	11 084	123 937	47 796	91,16	431,22
Abatiúá	3 093	122	1 808	652	58,45	534,43
Andirá	5 181	641	4 880	806	94,19	125,74
Assaí	8 316	951	9 339	4 131	112,30	343,38
Bandeirantes	7 381	608	6 516	2 947	88,28	484,70
Bela Vista do Paraíso	6 907	239	5 881	2 897	85,15	1 212,13
Cambará	4 624	626	4 516	1 077	97,66	172,04
Cambé	4 866	634	5 165	3 074	106,14	484,86
Cinzas	1 962	84	1 803	929	91,90	1 105,95
Cornélio Procópio	14 342	1 121	11 411	2 283	79,56	203,66
Ibeporá	5 239	571	5 179	1 800	98,85	315,24
Jacarézinho	8 626	1 327	8 082	3 292	93,69	248,08
Jaguapitá	10 637	318	11 563	6 104	108,71	1 919,50
Jataizinho	3 896	191	3 754	2 190	96,36	1 146,60
Londrina	11 820	737	8 855	4 005	74,92	543,42
Porcatu	7 340	560	7 927	4 104	108,00	732,86
Ribeirão Claro	3 737	494	3 766	1 176	100,78	238,06
Ribeirão do Pinhal	2 732	140	2 388	932	87,41	665,71

1 — COMPARAÇÃO ENTRE OS DADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO E DO CENSO AGRÍCOLA DE 1950 SÔBRE A OCUPAÇÃO NA AGRICULTURA, POR SEXO

Dados por zonas fisiográficas e Municípios

(Conclusão)

ZONA FISIAGRÁFICA — MUNICÍPIO	CENSO DEMOGRÁFICO		CENSO AGRÍCOLA		NÚMERO ÍNDICE DO DADO DO CENSO AGRÍCOLA (Censo demográfico = 100)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Santa Mariana	4 080	388	4 080	1 704	100,00	439,18
Santo Antônio da Platina	6 484	322	4 944	681	76,25	211,49
Sertãoópolis	10 016	387	7 736	1 674	77,24	432,56
Uraí	4 675	623	4 344	1 338	92,92	214,77
<i>Zona de Tibagi</i>	<i>25 311</i>	<i>860</i>	<i>17 366</i>	<i>4 812</i>	<i>68,61</i>	<i>559,53</i>
Araiporanga	3 456	135	2 888	1 873	83,56	1 387,41
Congonhinhas.	4 259	192	3 315	163	77,84	126,36
Curiúva	1 943	9	1 458	253	75,04	2 811,11
Reserva	8 232	409	7 142	1 912	86,76	467,48
Tibagi	7 421	178	2 563	611	34,54	343,26
<i>Zona de Irati</i>	<i>44 720</i>	<i>5 237</i>	<i>37 802</i>	<i>18 218</i>	<i>84,53</i>	<i>347,87</i>
Imbituba	3 875	356	2 537	852	65,47	239,33
Ipiranga	4 076	663	3 576	1 656	87,73	249,77
Irati	4 804	882	3 764	1 441	78,35	163,38
Mallet	4 369	934	4 557	2 773	104,30	296,90
Prudentópolis	6 723	953	6 286	3 167	93,50	332,32
Rebouças.	2 598	113	1 934	804	74,44	711,50
Rio Azul	2 714	508	2 098	875	77,30	172,24
São João do Triunfo	2 726	101	2 390	680	87,67	673,27
São Mateus do Sul	4 118	136	3 856	1 970	93,64	1 448,53
Teixeira Soares.	3 056	55	1 918	627	62,76	1 140,00
União da Vitória	5 661	536	4 886	3 373	86,31	629,29
<i>Zona de Guarapuava</i>	<i>17 012</i>	<i>454</i>	<i>8 693</i>	<i>3 967</i>	<i>51,12</i>	<i>873,79</i>
Guarapuava	13 849	271	7 047	3 508	50,88	1 294,46
Palmas	3 163	183	1 651	459	52,20	250,82
<i>Zona do Ivaí</i>	<i>94 082</i>	<i>4 555</i>	<i>67 628</i>	<i>30 927</i>	<i>71,88</i>	<i>678,97</i>
Apucarana	21 833	635	20 769	11 846	95,13	1 865,51
Arapongas	14 110	843	12 573	4 486	89,11	532,15
Campo Mourão	9 442	191	5 041	1 776	53,39	929,84
Mandaguari	25 830	1 676	11 200	5 176	43,36	308,83
Pitanga	14 174	262	9 051	3 053	63,86	1 165,27
Rolândia.	8 693	948	8 994	4 590	103,46	484,18
<i>Zona de Iguaçu</i>	<i>26 923</i>	<i>935</i>	<i>18 995</i>	<i>10 229</i>	<i>70,55</i>	<i>1 094,01</i>
Clevelândia.	13 929	749	8 583	4 380	61,62	584,78
Laranjeiras do Sul	7 227	130	5 230	1 668	72,37	1 283,08
Mangueirinha	5 767	56	5 182	4 181	89,86	7 466,07
<i>Zona do Sertão do Rio Paraná</i>	<i>2 217</i>	<i>19</i>	<i>1 081</i>	<i>596</i>	<i>48,76</i>	<i>3 136,84</i>
Foz do Iguaçu	2 217	19	1 081	596	48,76	3 136,84
ESTADO	443 734	30 052	356 956	150 651	80,44	501,30

5 — HABITANTES DE 10 ANOS E MAIS OCUPADOS NA AGRICULTURA, POR SEXO (CENSO DEMOGRÁFICO — 1950) PESSOAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR SEXO (CENSO AGRÍCOLA — 1950)

a) Homens

ZONA FISIAGRÁFICA — MUNICÍPIO	CENSO DEMOGRÁFICO		CENSO AGRÍCOLA		
	Habitantes de 10 anos e mais com ocupação na agricultura pecuária e silvicultura		Pessoal dos estabelecimentos agropecuários		
	Principal	Suple- mentar*	Permanente	Temporário	Parceiros
<i>Zona do Litoral . . .</i>	<i>5 758</i>	<i>27</i>	<i>2 908</i>	<i>543</i>	<i>32</i>
Antonina . . .	727	4	132	25	18
Guaraqueçaba	1 355	6	924	225	14
Guaratuba . . .	921	4	252	47	—
Morretes	1 953	9	875	235	—
Paranaguá	802	4	725	11	—
<i>Zona do Alto Ribeira .</i>	<i>13 478</i>	<i>64</i>	<i>7 461</i>	<i>5 856</i>	<i>89</i>
Bocaiúva do Sul	4 967	23	2 683	1 682	54
Cêro Azul	4 448	21	2 135	2 652	5
Rio Branco do Sul	4 333	20	2 643	1 522	30
<i>Zona do Planalto de Curitiba</i>	<i>25 700</i>	<i>119</i>	<i>16 289</i>	<i>4 156</i>	<i>465</i>
Araucária	2 584	12	1 902	300	43
Campo Largo	5 752	27	4 421	842	83
Colombo	1 080	5	725	102	—
Curitiba	3 157	14	2 071	172	197
Piraguara	1 688	8	794	281	8
São José dos Pinhais . . .	9 274	43	5 173	1 694	97
Timoneira	2 165	10	1 203	765	37
<i>Zona dos Campos Gerais .</i>	<i>31 420</i>	<i>145</i>	<i>16 806</i>	<i>6 718</i>	<i>416</i>
Castro	5 857	27	870	390	5
Jaguariaíva	3 527	16	1 303	896	6
Lapa	7 059	33	8 038	2 017	283
Palmeira	3 143	14	1 221	600	—
Piraí do Sul	1 990	9	972	293	33
Ponta Grossa	2 577	12	1 183	824	4
Pôrto Amazonas	172	1	110	16	9
Rio Negro .	5 312	25	2 628	1 602	69
Sengés	1 783	8	481	81	7
<i>Zona de Tomazina</i>	<i>20 439</i>	<i>95</i>	<i>13 348</i>	<i>5 236</i>	<i>1 126</i>
Carlópolis	1 919	9	908	260	106
Ibaiti	2 779	13	1 501	558	190
Joaquim Távora .	2 547	12	1 638	412	37
Quatiguá	1 074	5	995	45	209
Siqueira Campos	3 166	15	1 445	441	351
Tomazina	5 578	26	4 836	3 053	163
Wenceslau Braz .	3 376	15	2 025	467	70
<i>Zona do Norte</i>	<i>135 328</i>	<i>626</i>	<i>93 706</i>	<i>18 775</i>	<i>11 456</i>
Abatiá	3 079	14	1 632	124	52
Andirá	5 157	24	3 749	678	453
Assaí	8 278	38	5 926	2 951	462
Bandeirantes	7 347	34	5 481	845	190
Bela Vista do Paraíso	6 875	32	3 931	910	1 040
Cambará	4 603	21	3 921	201	394
Cambé	4 844	22	3 010	1 221	934
Cinzas	1 953	9	1 180	554	69
Cornélio Procópio .	14 276	66	9 732	874	805
Ibiporã	5 215	24	3 848	1 024	307
Jacarézinho	8 586	40	6 733	882	467
Jaguapitã	10 588	49	9 140	1 700	723
Jataizinho	3 878	18	2 808	274	672

5 — HABITANTES DE 10 ANOS E MAIS OCUPADOS NA AGRICULTURA, POR SEXO (CENSO DEMOGRÁFICO — 1950) PESSOAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR SEXO (CENSO AGRÍCOLA — 1950)

a) *Homens*

(Conclusão)

ZONA FISIAGRÁFICA — MUNICÍPIO	CENSO DEMOGRÁFICO		CENSO AGRÍCOLA		
	Habitantes de 10 anos e mais com ocupação na agricultura pecuária e silvicultura		Pessoal dos estabelecimentos agropecuários		
	Principal	Suplementar*	Permanente	Temporário	Parceiros
Londrina	11 766	54	5 841	2 191	823
Porecatu	7 306	34	6 129	1 487	311
Ribeirão Claro	3 720	17	3 355	194	217
Ribeirão do Pinhal	2 719	13	2 065	279	44
Santa Mariana	4 061	19	3 225	404	451
Santo Antônio da Platina	6 454	34	4 115	536	293
Sertanópolis	9 970	46	4 577	816	2 343
Uraí	4 653	22	3 308	630	406
<i>Zona de Tibagi</i>	<i>25 194</i>	<i>117</i>	<i>12 062</i>	<i>5 195</i>	<i>109</i>
Araiporanga	3 440	16	2 361	515	12
Congonhinhas	4 239	20	2 730	563	22
Curiúva	1 934	9	810	618	30
Reserva	8 194	38	4 647	2 463	32
Tibagi	7 387	34	1 514	1 036	13
<i>Zona de Iati</i>	<i>44 514</i>	<i>206</i>	<i>26 945</i>	<i>10 511</i>	<i>346</i>
Imbituba	3 857	18	1 188	1 336	13
Ipiranga	4 057	19	2 121	1 452	3
Irati	4 782	22	3 122	616	26
Mallet	4 349	20	4 327	191	39
Prudentópolis	6 692	31	4 417	1 820	49
Rebouças	2 586	12	1 385	542	7
Rio Azul	2 702	12	1 308	747	43
São João do Triunfo	2 713	13	1 392	963	35
São Mateus do Sul	4 099	19	2 403	1 375	78
Teixeira Soares	3 042	14	1 108	791	19
União da Vitória	5 635	26	4 174	687	34
<i>Zona de Guarapuava</i>	<i>16 934</i>	<i>78</i>	<i>6 683</i>	<i>1 943</i>	<i>72</i>
Guarapuava	13 785	64	5 158	1 827	62
Palmas	3 149	14	1 525	116	10
<i>Zona do Avaí</i>	<i>93 649</i>	<i>433</i>	<i>45 949</i>	<i>17 422</i>	<i>4 257</i>
Apucarana	21 732	101	17 005	2 797	967
Arapongas	14 045	65	7 069	4 945	559
Campo Mourão	9 399	43	3 226	1 810	5
Mandaguari	25 711	119	7 969	1 891	1 340
Pitanga	14 109	65	5 494	3 440	117
Rolândia	8 653	40	5 186	2 539	1 269
<i>Zona de Iguaçu</i>	<i>26 799</i>	<i>124</i>	<i>14 940</i>	<i>3 977</i>	<i>78</i>
Clevelândia	13 865	64	7 082	1 458	43
Laranjeiras do Sul	7 194	33	3 178	2 029	23
Mangueirinha	5 740	27	4 680	490	12
<i>Zona do Sertão do Rio Paraná</i>	<i>2 207</i>	<i>10</i>	<i>880</i>	<i>191</i>	<i>10</i>
Foz do Rio Iguaçu	2 207	10	880	191	10
ESTADO.	441 690	2 044	257 977	80 523	18 456

* — Veja-se a nota 6.

5 — HABITANTES DE 10 ANOS E MAIS OCUPADOS NA AGRICULTURA, POR SEXO (CENSO DEMOGRÁFICO — 1950) PESSOAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR SEXO (CENSO AGRÍCOLA — 1950)

b) *Mulheres*

ZONA FISIOGRAFICA MUNICÍPIO	CENSO DEMOGRÁFICO		CENSO AGRÍCOLA		
	Habitantes de 10 anos e mais com ocupação na agricultura pecuária e silvicultura		Pessoal dos estabelecimentos agropecuários		
	Principal	Suplementar*	Permanente	Temporário	Parceiros
<i>Zona do Litoral</i>	4 38	18	2 014	178	4
Antonina	19	1	71	15	3
Guaraqueçaba	129	5	798	125	1
Guaratuba	14	1	127	4	—
Morretes	189	8	265	19	—
Paranaguá	78	3	753	5	—
<i>Zona do Alto Ribeira</i>	604	25	3 277	316	25
Bocaiúva do Sul	343	14	1 193	204	19
Cêrro Azul	233	10	1 263	75	6
Rio Branco do Sul	29	1	821	37	—
<i>Zona do Planalto de Cuitiba</i>	3 064	127	8 847	417	246
Araucária	489	20	1 238	21	24
Campo Largo	699	29	1 834	117	44
Colombo	90	4	219	—	—
Curitiba	185	8	1 510	37	116
Piraquara	29	1	349	37	6
São José dos Pinhais	1 399	58	3 109	166	43
Timoneira.	172	7	588	39	13
<i>Zona dos Campos Gerais</i>	1 529	63	9 467	754	176
Castro	99	4	396	75	4
Jaguariaíva	140	6	421	47	3
Lapa	491**	20**	5 109	223	135
Palmeira	268	11	543	23	—
Piraí do Sul	87	4	567	81	6
Ponta Grossa	120	5	616	37	10
Pôrto Amazonas	9	—	33	—	4
Rio Negro	256	11	1 507	259	12
Sengés	59	2	275	9	2
<i>Zona de Tomazina</i>	998	41	6 568	1 295	522
Carlópolis	183	8	275	43	42
Ibaiti	182	7	416	220	53
Joaquim Távora	290	12	489	45	71
Quatiguá	150	7	574	20	101
Siqueira Campos	36	1	417	48	201
Tomazina	103	4	3 574	857	98
Wenceslau Braz	54	2	823	62	10
<i>Zona do Norte</i>	10 644	440	38 041	5 406	4 349
Abatiá	117	5	608	27	17
Andirá	616	25	666	77	63
Assaí	913	38	2 893	1 033	205
Bandeirantes	584	24	2 575	327	45
Bela Vista do Paraíso	230	9	2 139	382	376
Cambará	601	25	970	48	59
Cambé	609	25	1 822	626	626
Cinzas	81	3	721	136	72
Cornélio Procópio	1 077	44	1 922	143	218
Ibiporã.	548	23	1 415	296	89
Jacarezinho	1 274	53	2 916	114	262
Jaguapitã	305	13	5 411	259	434
Jataizinho	183	8	1 748	131	311

5 — HABITANTES DE 10 ANOS E MAIS OCUPADOS NA AGRICULTURA, POR SEXO (CENSO DEMOGRÁFICO — 1950) PESSOAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR SEXO (CENSO AGRÍCOLA — 1950)

b) *Mulheres*

(Conclusão)

ZONA FISIOGRAFICA — MUNICÍPIO	CENSO DEMOGRÁFICO		CENSO AGRÍCOLA		
	Habitantes de 10 anos e mais com ocupação na agricultura pecuária e silvicultura		Pessoal dos estabelecimentos agropecuários		
	Principal	Suplementar*	Permanente	Temporário	Parceiros
Londrina	708	29	2 821	830	354
Porecatu	538	22	3 518	350	236
Ribeirão Claro ..	474	20	1 071	30	75
Ribeirão do Pinhal	134	6	810	108	14
Santa Mariana	373	15	1 280	119	305
Santo Antônio da Platina	309	13	548	85	48
Sertanópolis	372	15	1 111	114	449
Uraí	598	25	1 076	171	91
<i>Zona de Tibagi</i>	<i>826</i>	<i>34</i>	<i>4 455</i>	<i>329</i>	<i>28</i>
Araiporanga	130	5	1 675	191	7
Congo nhinhas	124	5	144	19	—
Curiúva	8	1	218	21	14
Reserva .	393	16	1 865	40	7
Tibagi	171	7	553	58	—
<i>Zona de Irati</i>	<i>5 029</i>	<i>208</i>	<i>15 810</i>	<i>2 197</i>	<i>211</i>
Imbituba	342	14	600	252	—
Ipiranga	637	26	1 254	402	—
Irati . .	847	35	1 379	54	8
Mallet	897	37	2 694	37	42
Prudentópolis	915	38	2 837	298	32
Rebouças . .	108	5	777	20	7
Rio Azul . .	488	20	753	105	17
São João do Triunfo	97	4	485	182	13
São Mateus do Sul	130	6	1 444	468	58
Teixeira Soares	53	2	507	107	13
União da Vitória	515	21	3 080	272	21
<i>Zona de Guarapuava</i>	<i>436</i>	<i>18</i>	<i>3 878</i>	<i>65</i>	<i>24</i>
Guarapuava .	260	11	3 430	61	17
Palmas	176	7	448	4	7
<i>Zona do Avaí</i>	<i>4 374</i>	<i>181</i>	<i>24 099</i>	<i>4 655</i>	<i>2 173</i>
Apucarana	610	25	9 939	1 337	570
Arapongas .	810	33	2 927	1 369	190
Campo Mourão	183	8	1 746	30	—
Mandaguari	1 609	67	3 915	543	718
Pitanga	252	10	2 892	99	62
Rolândia .	910	38	2 680	1 277	633
<i>Zona do Iguaçu .</i>	<i>898</i>	<i>37</i>	<i>10 061</i>	<i>134</i>	<i>34</i>
Clevelândia	719	30	4 252	99	29
Laranjeiras do Sul	125	5	1 646	18	4
Mangueirinha ..	54	2	4 163	17	1
<i>Zona do Sertão do Rio Paraná .</i>	<i>18</i>	<i>1</i>	<i>581</i>	<i>11</i>	<i>4</i>
Foz do Iguaçu	18	1	581	11	4
ESTADO	28 859	1 193	127 098	15 757	7 796

* Veja-se a nota 6.

** Dados incompletos. Veja-se a nota 2.

O PROBLEMA DA ASSIMILAÇÃO

JOÃO JOCHMANN

(Chefe da Secção de Estudos de Assimilação do INIC)

É CONSIDERADO, por muitos, insatisfatório o grau que entre nós atingiu a assimilação de várias etnias, ou, pelo menos, de certa parte dos descendentes das mesmas. Apontam-se, como argumentos, vários sinais de uma visível reclusão por parte desses alienígenas e seus filhos: o uso arraigado da língua de origem e dos pais, a formação de verdadeiros enquistamentos étnicos*, e outros tantos.

O problema não é de hoje nem exclusivamente nosso. Haja visto que a UNESCO convocou uma conferência internacional sobre o tema, prevista para dezembro de 1955 e depois adiada. Para esse conclave foram convidados especialmente os países tradicionais de imigração; além do Brasil, os Estados Unidos, o Canadá, a Argentina, a Austrália e a Nova Zelândia. O programa dos trabalhos destaca o caso brasileiro, sobre o qual existem pesquisas de grande valor, de autoria de Arca Parro, Arthur Hehl Neiva e Manuel Diégues Júnior. A discussão justamente desses estudos foi incluída expressamente no temário.

Para os representantes do Brasil esse debate e a participação no mesmo serão de interesse evidente, porque terão oportunidade de verificar como o problema se apresenta em outros países e quais as soluções aí encontradas. Nesse particular, poder-se-á esperar uma contribuição especialmente interessante por parte da Austrália, porque a questão naquele continente tem o sabor da novidade, tendo-se revestido, há pouco e de repente, de considerável gravidade, e também porque a solução aí encontrada parece tão eficiente quanto original. Senão vejamos.

É sabido que a Austrália até há poucos anos mantinha suas portas praticamente quase fechadas a qualquer imigração que não fosse inglesa. Os acontecimentos de após guerra condicionaram uma alteração sensível dessa política. No quinquênio de 1948-52 entraram naquele país 394 097 imigrantes, dos quais 221 952 de nacionalidade não britânica. A título de curiosidade, convém assinalar que no mesmo período chegaram ao Brasil 228 218 ádvenas, isto é, pouco mais da metade da corrente que procurou a Austrália. O vulto dessa diferença e, ao mesmo tempo, a gravidade do problema de assimilação tornam-se mais flagrantes, se estabelecemos a relação entre essas duas correntes imigratórias e as respectivas populações totais: mais de 5% na Austrália e 0,4% no caso do Brasil.

Logo no início daquele afluxo maciço surgiram atritos; muitos australianos viam os recém-chegados com olhos nada bons. Generalizou-se até o costume popular de lhes dar um apelido pejorativo. E a tensão crescia cada vez mais, criando-se, aos poucos, um ambiente carregado. Nesta altura surgiu espontaneamente do seio da população australiana, ou melhor, de vários líderes nacionais, o Movimento dos Bons Vizinhos.

Elementos do clero, educadores, instituições de assistência social e filantrópica, sindicatos profissionais, sociólogos e estudiosos reuniram-se, reconhecendo que a aludida situação era insustentável, contraproducente e prejudicial, tanto para os australianos como para os imigrantes. Reconheciam ainda que a mentalidade e atitude dos seus patrícios para com os imigrantes era um fator negativo no processo da assimilação, lembrando-se, ao mesmo tempo, de que a situação humana de muitos ádvenas, refugiados políticos que tinham passado por duras privações, merecia algo melhor do que menosprezo, escárnio e perseguições.

* Nesse particular, merece menção especial o brilhante estudo de Oscar Egídio de Araujo, "Enquistamentos raciais", in "Revista do Arquivo Municipal".

Partindo daí, começaram uma campanha de esclarecimento entre os próprios australianos e, ao mesmo tempo, uma ação de ajuda aos imigrantes. Com origem nitidamente particular, sem qualquer ingerência oficial, muito embora fortemente favorecida pelo governo, a ação não obedeceu a um plano fixo, rígido e padronizado, procurando antes prestar pequenos auxílios que viessem ao caso de situações individuais: facilitando aqui a obtenção de um emprego, lá a ajuda numa dificuldade financeira ou num caso de doença. Acima de tudo, porém, estabelecendo contatos pessoais entre os imigrantes e os australianos, que passaram a convidar os recém-vindos para visitas em seus lares, para associações culturais, recreativas e desportivas.

A campanha, cujo nome é muito expressivo, pois visava justamente ao estabelecimento de relações de boa vizinhança, ganhou rapidamente terreno, tendo hoje "quartéis gerais" em todos os Estados da Federação. Conseguiu a cooperação eficiente da imprensa e do rádio. E o governo, como já ficou dito, favoreceu bastante o movimento.

Em recente publicação (*Handbook of the Neighbour Movement*), o Departamento Federal de Imigração caracteriza a função da campanha da seguinte maneira: "Tem cabido ao Movimento dos Bons Vizinhos a importante tarefa de solucionar os problemas mais pessoais da assimilação — ajudando os imigrantes a encontrarem um lugar adequado e digno na família nacional e sentirem o calor da amizade australiana."

O mesmo manual apresenta uma série de sugestões que deixam entrever o amplo campo de ação prática e que se agrupam nos seguintes tópicos:

- Como fundar uma secção do movimento
- Quando da chegada dos imigrantes
- Aprender inglês
- Hospitalidade e diversões
- Imprensa
- Radiodifusão
- Centros de imigração
- Cidadania
- Idéias Gerais

Da mesma forma que merece admiração a espontaneidade do movimento, encetado logo que surgiram as dificuldades da assimilação, bem como a energia das suas realizações, assim também parecem memoráveis os frutos dessa campanha que, no decorrer de alguns poucos anos, conseguiu desanuviar o ambiente e estabelecer um clima de amizade.

Para tanto têm contribuído evidentemente, além do espírito prático da força realizadora do australiano, os avançados e humanos conceitos que animam o movimento. Peço vênia para transcrever, nesta altura, pequeno trecho do citado *Handbook*, o qual, ao mesmo tempo, caracteriza a atitude do governo australiano:

"Em relação aos imigrantes, assimilação pode ser definida de várias maneiras. Para nossos fins, uma definição prática é a seguinte: é o modo de introduzir os recém-vindos na população local de tal forma que os benefícios sejam mútuos

"Ao imigrante não se exige que mude todo o seu padrão de vida em conformidade completa com o padrão local. Nem se pede aos australianos que alterem seu modo de vida para aceitar os diferentes hábitos ou costumes do recém-vindo. Trata-se de um processo de dar e receber — um processo de dois caminhos. Ele requer paciência, compreensão e boa vontade de ambos os lados. Os australianos precisam de oferecer a mão de amigo e ter indulgência com diferenças no terreno das maneiras e do sotaque.

"Os recém-chegados têm que aprender e apreciar os costumes e as tradições da nova pátria e de viver em harmonia consigo mesmos e com os novos concidadãos.

Assimilação bem sucedida reclama:

- Compreensão mútua, consideração, tolerância e boa vontade.
- Remoção de estremecimentos pessoais e atritos entre australianos e imigrantes, assim entre os próprios ádvenas.

- Cooperação que ajuda resolver dificuldades pessoais que o imigrante enfrenta.
- Consideração para com as necessidades espirituais, morais e educacionais, profissionais e culturais do imigrante.
- Encorajamento e assistência a todos os imigrantes, britânicos e não britânicos, para que compreendam seus direitos e obrigações como australianos e, quanto aos não britânicos, para que aceitem os privilégios e compromissos da cidadania."

São palpáveis as diferenças existentes entre as situações australiana e brasileira. Basta lembrar só duas facetas: a posição do naturalizado, que lá goza de plena equiparação com o australiano nato, enquanto que entre nós se acha sujeito a várias restrições sérias. E, ainda, o fato dos enquistamentos étnicos, existentes no Brasil desde longa data mas desconhecidos na Austrália.

Apesar dessas e outras diferenças consideráveis, o modo por que aquele país vem cuidando do problema da assimilação pode bem dar algumas sugestões ao Brasil.

Assimilação é, afinal, um processo psicológico, que se desenrola no íntimo de cada imigrante e na consciência ou no subconsciente coletivos dos grupos. Nesse processo atuam muitos fatores, entre os quais, não em último lugar, a atitude dos nacionais, que pode oscilar, e tem oscilado, na Austrália e alhures, entre manifesta hostilidade e sincera cordialidade.

Um dos aspectos notáveis do Movimento da Boa Vizinhança, parece-nos, é o fato de que a população daquele país instintivamente se apercebeu dessa verdade quase trivial, posto que pouco aceita. Outro momento, não menos notável, é, a nosso ver, a espontaneidade da ação. Os líderes locais não esperaram, como acontece freqüentemente em casos de calamidade pública, que o governo providenciasse. E fizeram muito bem, pois as medidas governamentais — leis, decretos e ordens, — são muito mais filhas do que mães de mentalidades, sem falar no séquito daquelas providências, em geral pouco simpáticas: morosidade, burocracia e padronização.

De qualquer forma, a realidade e os acontecimentos deram razão ao Movimento da Boa Vizinhança: A Austrália considera resolvido o seu problema de assimilação.

Além do mais, e para finalizar, uma breve digressão para o terreno da sociologia do líder local: a ação rápida e individual, previdente e espontânea, dos líderes da população australiana legítima essa liderança, mostrando, ao mesmo tempo, o quanto esses homens podem valer para seus liderados, até na solução de problemas de âmbito nacional.



JUSTIÇA DO TRABALHO — *Mais de 300 mil reclamações (302 453) foram encaminhadas à Justiça do Trabalho no triênio 1952/54. Vale dizer, nada menos de 276 processos por dia, ou mais de 300, se computados apenas os dias úteis. No mesmo período, 252 901 casos foram solucionados. O ano de 1953 foi o mais movimentado (124 761 reclamações), sendo de notar que mais de metade dos processos (68 909) se originaram em São Paulo. De resto, esse Estado e o Distrito Federal, possuidores das maiores concentrações de operários e empregados do país, tornem às Juntas de Conciliação e Julgamento a maioria dos casos a resolver: 65,5% em 1952, 74,6% em 1953 e 66,9% em 1954.*

Mostram as súmulas do "Anuário Estatístico do Brasil" (edição de 1955) que em 1954, no conjunto da Federação, foram apresentadas 93 193 reclamações e solucionados 80 958 processos. Dêstes, 24 775, ou seja, 30%, foram resolvidos por meio de conciliações. O valor médio de cada processo de conciliação foi relativamente modesto, 3 585 cruzeiros, comparado ao das reclamações julgadas totalmente procedentes: 11 049 cruzeiros.

Não parece dos mais favoráveis para os reclamantes o saldo das decisões proferidas em 1954. Apenas 23,5% das 51 081 reclamações julgadas (exclusive conciliações e outras) foram consideradas totalmente procedentes; 9,3% só parcialmente procedentes; 17,9% improcedentes e 49,3% não conhecidas e arquivadas. No Distrito Federal, em 12 781 reclamações julgadas, 28,4% tiveram solução plenamente favorável e 64,7% totalmente adversa (improcedência ou arquivamento). No Estado de São Paulo, essas porcentagens foram de 21,1% e 71,1% respectivamente, para um total de 21 742 processos.

BASES DO PLANEJAMENTO RODOVIÁRIO MUNICIPAL

NILTON BEDUSCHI

A VITALIZAÇÃO do Município brasileiro prende-se a nosso ver, a um tratamento em bases mais racionais dos seus problemas fundamentais. Maior atribuição de encargos e canalização pura e simples de maiores recursos financeiros para o Município, se nos afiguram como uma política dispersiva sob todos os pontos de vista, se qualquer atitude neste sentido não fôr precedida de uma imensa campanha reorganizadora dos órgãos da administração pública Municipal e de ampla ativação da mentalidade do planejamento na esfera municipal.

A melhoria do mecanismo administrativo municipal constitui a maior garantia de que no Município se fará aplicação útil, proveitosa e inteligente de tôdas as verbas que lhe forem confiadas e será a base mais segura para, os que queremos ver fortalecidos os Municípios, poderemos argumentar com verdadeira convicção e maior autoridade em favor desta nobre causa.

Vista a causa municipalista através dêsse prisma, tentaremos abordar de modo simples e prático o tema "planejamento rodoviário municipal". Estaremos, assim, focalizando um ponto importante a ser considerado pelos administradores com o fim de aperfeiçoar a administração municipal brasileira.

Entre todos os problemas do Município brasileiro, a par do educacional, avulta, como um dos mais importantes e básicos, o rodoviário. A estrada municipal, além de sua função social, exerce papel decisivo no processo de enriquecimento da Nação, porque antes de atingir a estrada federal ou estadual, ou outro sistema de viação, o produto agrícola se escoar, em primeiro lugar, através da estrada municipal.

O país já possui uma grande extensão de caminhos municipais (cêrca de 270.000 km.) que, em determinadas zonas, precisam, com urgência, ser transformados em estradas municipais no sentido atual do termo e integradas convenientemente no sistema rodoviário da Nação. Êste objetivo só poderá ser alcançado, dentro de um prazo compatível com a magnitude do problema, através do planejamento.

Na verdade, só a ação planejadora, processada em bases científicas e técnicas, poderá oferecer ao administrador as diretrizes e as prioridades que deverá observar na construção, melhoramento e conservação das estradas municipais, de forma a que se obtenha o máximo rendimento de cada obra ou serviço executado, tendo-se em vista a sua finali-

dade específica, o que representa para a rêde e para o conjunto sócio-econômico em que está integrada.

O homem do interior, e não só êle mas o brasileiro em geral, afeito a uma administração empírica tradicional, muitas vêzes olha os planos com uma certa incredulidade, e, quando ouve falar em planejamento, imagina alguma cousa muito elevada, que não compreende bem, ou, quando compreende, julga algo aceitável apenas para o âmbito estadual ou federal.

Ao tratarmos de planejamento rodoviário municipal, de forma objetiva, não temos outra finalidade, que a de colaborar na quebra da pomposidade que a palavra "planejamento" possa conter e mostrar às administrações municipais a necessidade do planejamento e a sua real simplicidade.

Os planos rodoviários constituem, acima de tudo, uma diretriz que o administrador deve seguir para a aplicação de grande parte dos recursos de que dispõe, visando sustar a sua aplicação em serviços esparsos.

A consciência de se estar construindo uma rêde rodoviária só se formará quando os trabalhos em estradas forem sistemáticos, guiados por planos rodoviários, elaborados em bases tais que, além de orientar os administradores, possam defendê-los da ação do coronelismo e das injunções políticas de tôda ordem.

O planejamento rodoviário municipal, tal como o entendemos, não se limita à previsão da natureza, quantidade das obras a executar, os seus orçamentos e as datas prováveis em que se pretende atacá-las, mas consta, sobretudo, do levantamento e interpretação de elementos representativos das condições econômicas, políticas e sociais da área em estudo, visando disciplinar as suas estradas em um conjunto harmônico, capaz de contribuir com grande eficiência para acelerar o progresso do Município e da região a que pertence.

Efetivamente, na interpretação dos elementos colhidos na pesquisa parece-nos residir o ponto crítico do processo de planejar.

Ê interessante notar que esta interpretação ou análise, voltada ao estabelecimento de planos rodoviários municipais, leva-nos quase sempre, e de maneira impressionante, a adotar soluções que, na verdade, se identificam perfeitamente com as aspirações das populações mais diretamente interessadas no empreendimento.

Isso vem corroborar o enorme acerto da afirmação de que os planos não podem ser impingidos aos Municípios por governos de esferas administrativas superiores e como tal distanciadas do contacto com os municípios, alheios, portanto, ao conhecimento de suas reivindicações

As conclusões e a fixação de normas e soluções sòmente deverão ser integradas ao plano, após sua discussão com representantes das classes produtoras e usuários da rêde em geral.

Dessa discussão surgirão opiniões valiosas e se obterá o consenso, o apoio e o entusiasmo de todos, tão necessários ao sucesso do plano traçado, que, dessa forma, terá sido o resultado de um verdadeiro planejamento democrático.

POR outro lado, a exeqüibilidade do plano rodoviário municipal só estará garantida se as obras e serviços nêle previstos forem compatíveis com as finanças municipais; daí a sua interligação estreita com o orçamento municipal.

Por tôdas estas razões, sentimos que a função planejadora de rodovias municipais deve permanecer dentro da esfera governamental do Município. Esta solução, apresentando vantagens tangíveis sob todos os aspectos, em geral, não encontra, em nosso país, possibilidade de aplicação prática.

A debilidade financeira do Município típico brasileiro não comporta a manutenção de técnicos em planejamento, mesmo porque êstes técnicos não existem em número suficiente e muito menos dentro dos quadros municipais. Estamos, então, num círculo vicioso? Não.

O planejamento rodoviário municipal precisa ser iniciado; apenas, temos de abandonar a solução ideal quanto a quem cabe planejar. Nesta contingência, buscamos a cooperação dos Órgãos de Assistência Técnica aos Municípios, para uma atividade onde êles têm a grande oportunidade de desempenhar a sua função mais importante.

Acreditamos que uma divisão conveniente da função planejadora, entre os Órgãos de Assistência Técnica e os Departamentos Municipais de Estradas de Rodagem, virá possibilitar a elaboração de bons planos rodoviários e ao resguardo de tôdas as possibilidades de fracasso.

O planejamento de estradas municipais, considerado em tôda a sua amplitude, comporta, a nosso ver, a identificação de quatro fases, adiante enumeradas: — 1 — Planejamento de diretrizes políticas e técnicas; 2 — Planejamento regional; 3 — Planejamento municipal; 4 — Programa de obras.

O "planejamento de diretrizes políticas e técnicas", bem como o "planejamento regional das estradas municipais", deverão estar a cargo, em cada Estado, do respectivo Órgão de Assistência Técnica aos Municípios.

O "planejamento rodoviário municipal", propriamente dito, será elaborado no Município, através de seu Departamento Municipal de Estradas de Rodagem, porém, quando êste Órgão não se sentir capacitado para o desempenho desta função, deverá solicitar ao Serviço de Assistência o envio de um técnico que, em conjunto com os administradores municipais, na qualidade de assessor, procederá ao estudo e elaboração do plano, o qual, uma vez for-

mulado, terá sido trabalho do próprio executivo municipal e por êle será apresentado.

A elaboração do "programa de obras" deve ficar a cargo exclusivo do Órgão Rodoviário Municipal.

A seguir, trataremos de cada uma das fases, já citadas, do planejamento rodoviário municipal.

1. — *Planejamento de Diretrizes Políticas e Técnicas.* — A uniformidade de critérios a adotar na construção das estradas das diversas categorias e a uniformidade que deve apresentar a rêde rodoviária municipal, em seus múltiplos aspectos, exigem do Órgão de Assistência aos Municípios uma ação contínua, traduzida por um planejamento da política a seguir, visando estabelecer bases técnicas e administrativas racionais para os serviços rodoviários.

Esta fase do planejamento rodoviário municipal refere-se, essencialmente, à normalização e ordenação de tôdas as atividades que dizem respeito às estradas municipais em todo o Estado.

2. — *Planejamento Regional.* — Em cada Município encontramos sempre uma ou mais estradas municipais que, ou por estabelecerem ligações de vital interesse para os planos estadual e federal ou por se estenderem além dos limites municipais ou por suas condições peculiares, se revestem nitidamente de um caráter regional. São as estradas cuja utilidade e interesse transcendem os limites municipais e se integram, quando ainda em fase de projeto, no rol de reivindicações de tôda uma região.

A coordenação e identificação destas estradas em planos regionais da rêde rodoviária municipal constituem um verdadeiro degrau que se faz necessário interpor entre os planos municipais e os estaduais, ambos já previstos em Lei.

Nesta fase do planejamento rodoviário municipal, as unidades de áreas consideradas são conjuntos de municípios, que se acham sob a influência direta de centros comerciais importantes aí situados e se constituem em verdadeiros pólos econômicos dentro da região.

Tôdas as ligações das cidades, vilas e áreas agrícolas importantes com o pólo da região devem ser objetos dos planos regionais.

As estradas previstas nos planos regionais, embora não percam a tutela municipal, são as que verdadeiramente completam as rêdes estadual e federal ainda incipientes.

As estradas de interesse regional deverão acima de qualquer objetivo, dar tráfego seguro e permanente à produção Distrital na direção natural, indicada pelas conveniências econômicas.

Já não podemos considerar o Distrito como definitivamente vinculado sòmente à Sede municipal, mas devemos propiciar-lhe ligações que permitam o escoamento de sua produção na direção mais adequada e incentivem o estabelecimento de relações comerciais, sociais e culturais com os centros mais adiantados de cada região.

Tôdas as estradas previstas nos planos regionais serão classificadas como "principais" dentro do plano municipal propriamente dito e, dessa forma, deverão merecer prioridade, no que concerne à sua conservação, melhoramento ou construção, mes-

mo porque os auxílios e subvenções dos governos estadual e federal deverão concentrar-se nestas estradas.

Os planos regionais organizados dessa forma mostram a diretriz natural a seguir na coordenação do plano rodoviário de um Município com os dos municípios vizinhos e, como tal, são a base em que se fundamentará qualquer parecer destinado a basear sua aprovação pelo Conselho Rodoviário do Estado

Observando por êste aspecto, podemos dizer que, uma vez aceitas pelo Município as normas gerais estabelecidas no plano da região a que pertence, torna-se-á muito simplificada a sua obrigatoriedade legal de elaborar um plano rodoviário municipal.

Por esta razão, consideramos o planejamento regional como uma fase que deve anteceder ao planejamento estritamente municipal.

3. — *Planejamento Municipal* — Da mesma forma que no planejamento regional, o centro de interesse dominante da região é tomado como "pólo", para o qual devem, como regra geral, convergir as rodovias consideradas, no planejamento rodoviário local, o "pólo" a ser considerado é a sede municipal.

Evidentemente, estamos indicando uma diretriz muito ampla, mas que será verdadeira, desde que fatores ponderáveis não nos levem a seguir orientação diversa daquela constante dêste esboço inicial do plano.

Um estágio mais adiantado da configuração do plano rodoviário municipal será obtido através da identificação das ligações projetadas com as estradas e caminhos existentes, os quais deverão ser aproveitados ao máximo.

Por tôdas as maneiras, deve-se atentar, criteriosamente, para o fato de que os novos planos rodoviários não venham introduzir modificações bruscas no aspecto da rede existente, porque isso viria acarretar inúmeros problemas administrativos e técnicos, que contribuiriam extraordinariamente para a não exequibilidade do plano.

Uma das características de um bom plano é a forma como nêle se soube aproveitar e tirar partido de tudo aquilo que já existe, sejam obras, recursos técnicos ou equipamentos.

Na atual conjuntura brasileira parece-nos aconselhável pautar as nossas decisões e recomendações, com relação ao planejamento rodoviário municipal, pelo critério econômico, isto é, dando preferência às obras que estimulem o desenvolvimento econômico e o aumento da produção, porque os benefícios de ordem social, indubitavelmente, virão acompanhados do desenvolvimento da economia.

Sem dúvida, há uma gama enorme de fatores mais ou menos relacionados com o problema rodoviário municipal e que, a rigor, deveriam ser considerados no seu planejamento.

A impossibilidade prática de equacionar o problema com um número tão grande de variáveis leva-nos a selecioná-los em função direta da sua maior significação, no que possam exprimir, quanto ao grau provável de utilização da estrada e do que ela representa para o desenvolvimento econômico da região considerada e do Município.

Desta seleção resultou que costumamos considerar, no traçado de planos e estabelecimento de escalas de prioridade, os seguintes fatores: Qualidade e quantidade da produção agrícola e industrial; número de estabelecimentos industriais; número de veículos de carga registrados; população; arrecadação municipal, estadual e federal; distância do ponto considerado à sede municipal e a outras cidades vizinhas; tráfego de passageiros por linha de ônibus e existência de áreas agricultáveis inexploradas em virtude da falta ou precariedade de estradas.

Evidentemente, um levantamento tão completo quanto possível do estado geral da rede rodoviária municipal é tarefa que precede a qualquer planejamento, dada a relação direta entre os elementos equacionados e as condições rodoviárias existentes, as quais se revelarão nesta parte do trabalho.

A área unitária com a qual correlacionamos todos êstes elementos deveria ser aquela servida pela rodovia em estudo.

Por motivos óbvios de simplificação, identificamos esta área teórica com a área do Distrito Municipal cortado pela estrada. Assim todos os dados colhidos na pesquisa corresponderão aos do Distrito, que é a menor unidade de área considerada.

É de grande interesse e valia proceder, durante o levantamento, a uma série de entrevistas informais com pessoas representativas do Distrito em estudo, a fim de familiarizar o planejador com as opiniões e reivindicações da população, sobre estradas. Procura-se aí conhecer o imponderável, aquilo que a ciência não pode ensinar ou interpretar.

Por êste processo o planejador terá oportunidade de ver o problema sob prismas diversos, ganhando domínio consciente sobre a situação real da área em estudo

Tem aí o planejador um poderoso instrumento, que lhe permitirá, de antemão, sugerir diretrizes que se aproximam muito dos desejos do povo e ninguém mais do que o povo sabe o que precisa e o que quer.

Ao órgão que planeja cabe traduzir em bases técnicas, os desejos e as justas reivindicações da população.

O plano rodoviário municipal, ao ser apresentado à Câmara dos Vereadores, deve dedicar capítulos especiais aos seguintes tópicos: Levantamento das condições econômicas, sociais e políticas de cada Distrito; interpretação dos elementos estudados; exposição e previsão de meios e recursos disponíveis; carta rodoviária da rede regional; carta da rede municipal; escala de prioridade para as obras com as justificativas; recomendações diversas, orçamento global; tempo provável para execução e normas técnicas aconselhadas.

4. — *Programa de Obras* — O plano rodoviário não pode e não deve descer a detalhes de ordem administrativa, que só a ação contínua do administrador municipal pode traçar com sucesso, pois que a previsão das minúcias depende e está interligada estreitamente com as demais funções do governo local, de modo que só o trato diário com elas pode aconselhar os melhores caminhos a seguir.

Os detalhes do plano e as operações inerentes à sua execução são previsíveis com razoável exatidão, apenas com a antecipação máxima de um exercício financeiro; são estas as previsões que consubstanciamos num "programa de ação anual".

Nos planos, formulamos um objetivo a ser atingido num determinado período; nos programas, traduzimos em detalhes a parcela de atividades a executar e que nos aproximará do objetivo final.

Os programas rodoviários anuais elaborados pelo Município, vistos sob este aspecto de complementação dos planos, constituem uma garantia de que, embora algumas condições em que se assentou o plano se modifiquem, êle não será invalidado.

De fato, êstes programas abrangem em si a flexibilidade necessária aos planos. Realmente, as condições mais sujeitas a modificações são precisamente as que influem mais de perto sobre o ritmo que se deve imprimir à execução do plano; portanto, exatamente a área abrangida pelos programas e onde reside a expressão máxima da sua significação.

Nos casos correntes, a maior flutuação das condições se verifica no que tange aos recursos e meios disponíveis para a execução do plano, variações estas que não exigem a alteração do objetivo do plano, expresso na configuração da rede projetada, bastando para sua atualização a revisão do tempo previsto para executar o conjunto da obra.

Por mais cuidadosa que tenha sido a preparação do programa anual, se tiver sido tentada a destinação discriminada do total das verbas disponíveis, o mesmo perderá a sua razão de ser logo nos primeiros meses do ano, dada a freqüência com que o órgão rodoviário municipal deve executar serviços diversos, totalmente imprevisíveis.

A precariedade das estradas municipais, a imperfeição da maquinaria, a natureza humana de seus operadores, as condições atmosféricas e tantas outras são causas que contribuem para a impossibilidade de uma previsão integral de todos os serviços a serem executados. Se o relatório anual do Órgão Rodoviário Municipal mostrar que 70% do total de sua "Despesa realizada" tiver sido aplicada em obras e serviços constantes do plano, teremos aí um alto índice de entrosamento entre o programa de obras e o plano rodoviário, bem como uma demonstração de sua execução sistemática.

O programa anual enviado ao Órgão Estadual de Assistência Técnica aos Municípios, para aprovação, deverá conter o demonstrativo das obras e serviços a executar e os respectivos orçamentos.

Um programa mais completo incluirá também previsões sobre a distribuição e movimentação de equipamentos e pessoal, datas prováveis de início e término de cada obra e outros esclarecimentos úteis.

Antes de finalizar queremos lembrar mais alguns pontos de interesse neste estudo.

O planejamento, uma vez disciplinado em qualquer setor da administração, passa a ser um processo contínuo e os planos formulados tendem a se aperfeiçoar com as revisões destinadas a ajustá-lo cada vez mais aos novos fatores surgidos e aos que se modificaram.

Não é em pouco tempo que poderemos atingir, em nosso país, um planejamento rodoviário no âmbito municipal, de alto nível técnico; contudo o exercício ininterrupto de sua elaboração, a pesquisa sistemática e a experiência que se acumulará nos conduzirão, em períodos sucessivos, a planos cada vez mais rigorosos.

À medida que, nos municípios, se melhore a capacidade técnica dos seus administradores, teremos elementos para seguir uma política descentralizadora, em grande escala, do planejamento de todas as funções municipais.

Urge, por isso, em benefício da própria autonomia municipal, iniciar o planejamento, pelo menos em seus traços mais amplos, a fim de que no menor prazo tenhamos coordenados todos os anseios do povo.

Aos órgãos de assistência aos municípios, cabe dar ampla publicidade a tudo o que se relacione com o planejamento municipal, numa missão destinada, sobretudo, a formar uma opinião pública capaz de favorecer decisivamente a aplicação no Município das modernas técnicas administrativas.

A interdependência entre o "Planejamento rodoviário" e a "organização racional" dos Departamentos Municipais de Estradas de Rodagem imprescindíveis à execução eficiente e sistemática dos planos são o motivo pelo qual repetidas vezes temos afirmado que a cooperação dos Órgãos de Assistência Técnica deve firmar-se nestes pontos e considerá-los fundamentais, sem o que nunca veremos consubstanciada no Município a nova política rodoviária brasileira.

O PROBLEMA DA COLONIZAÇÃO NA AMAZÔNIA

ADRIANO MENEZES

I — INTRODUÇÃO. A AMAZÔNIA BRASILEIRA: ASPECTOS FÍSICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS

O ARTIGO 199 da Constituição Federal promulgada em 1946, ao destinar, de modo específico, uma considerável parte das rendas tributárias federais, por prazo nunca inferior a 20 anos, à execução de um plano de valorização econômica da Amazônia, nada mais fez do que convocar duas gerações de todos os quadrantes do Brasil, para uma das mais impressionantes lutas que o homem, em toda a sua história, tem travado contra os elementos naturais e sociais que lhe são adversos. Tal é, sem dúvida, a obra de valorização econômica do Vale. O Tesouro Nacional, fazendo convergir para a Região, no prazo mínimo fixado pela nossa Carta Magna, quantia talvez superior a trinta bilhões de cruzeiros, sem prejuízo das demais verbas consignadas rotineiramente nos Orçamentos, para atender a encargos diversos, estará forçando a participação nessa obra, de toda a população ativa nacional. Com efeito, os empreendimentos programados em favor da recuperação amazônica, serão financiados, na sua quase totalidade, pelo Brasil não amazônico. A previsão orçamentária para o exercício de 1955, por exemplo, orça o Fundo de Valorização Econômica da Amazônia em cerca de um bilhão e duzentos milhões de cruzeiros, sendo que em trinta milhões, apenas, montará a contribuição dos Estados, e Territórios e Municípios Amazônicos. Pouco mais de 2% será, portanto, a contribuição da área que vai ser beneficiada. Os restantes 98% virão dos demais Estados brasileiros. É, como vemos, uma luta que toda a nação trava em favor do centro-norte do Brasil.

Devemos convir, entretanto, que o êxito do empreendimento não está apenas no dinheiro. É claro que o aspecto financeiro da questão é primordial, mas está longe de ser o único. Outro, de mais difícil solução, talvez, deve ser considerado entre os fatores que poderão assegurar a modificação das condições de vida da Amazônia Brasileira. Trata-se da participação dos que poderão fazer esse dinheiro produzir o que dêle se espera, ou fazê-lo desaparecer na voragem dos programas mal elaborados e pior executados. De nada valerá a presença dos bilhões de cruzeiros, se não houver a garantia do seu emprêgo seguro, inteligente e honesto. Quantos outros bilhões já desapareceram, quase sem deixar vestígio, nas inúmeras tentativas de modificar o panorama brasileiro!

Não se pense, entretanto, que essa extraordinária responsabilidade acomodou-se, tão somente, sobre os ombros dos que diretamente lidam com as verbas do Fundo ou que elaboram os planos de aplicação dessas verbas. A tarefa é excessivamente pesada para tão poucos. A valorização da Amazônia ter-se-á de fazer com o dinheiro de todos os brasileiros e, decididamente, com a participação de todos os brasileiros, notadamente dos que, residindo na Região, mais de perto anseiam pelos resultados do plano. Será a participação indireta dos que multiplicarão as energias e os esforços do grupo que estuda os problemas, planeja as soluções e executa os planos, visando concretizá-los.

O povo norte-americano, ao planejar a valorização do Vale do Tennessee, — obra sem dúvida de menor envergadura do que a que se pretende levar a efeito na Amazônia, — apesar dos recursos bem maiores de que dispunha, quer financeiros, quer de técnica, quer, ainda, de experiência, esse povo irmão — dizíamos — não prescindiu da colaboração

de todos. Os administradores do programa constituíam uma minoria de executores diretos, cujos esforços eram suplementados pelo espírito de compreensão do povo. Para isso, a Tennessee Valley Authority desenvolveu uma ampla campanha de preparação psicológica do povo norte-americano, que dentro em pouco se viu, sem saber como, tão interessado no andamento do programa, como se tratasse de uma companhia da qual fosse acionista. Quando o mesmo tiver acontecido no Brasil, relativamente à Valorização Econômica da Amazônia, então teremos os seus quadros de obreiros completados. Só assim o trabalho da equipe diretora terá o máximo rendimento e os resultados se apresentarão compensadores.

Entendido o problema nesses termos não poderíamos negar a nossa modesta participação ao programa de divulgação e esclarecimento que o Setor de Coordenação e Divulgação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia se propôs realizar, visando precisamente democratizar o pensamento reinante, levando-o a todos os quadrantes do Brasil, através de palestras, conferências, debates, publicações, enfim, de qualquer meio capaz de pôr o administrador em contacto direto com o povo, num à-vontade construtivo, pela sinceridade das críticas e das sugestões. Necessário se torna que todos participem dessa obra grandiosa. Médicos, advogados, economistas, industriais, comerciantes, funcionários públicos, operários, docentes e discentes, empregadores e empregados, todos, sem distinção de credo ou côr política, têm o dever de contribuir com o melhor de seus esforços em prol da causa comum. É por falta de esclarecimento que hoje, transcorrido apenas o primeiro ano de atividades da Superintendência, quando os primeiros passos foram dados e ainda não puderam apresentar resultados, já aparecem descontentes que alegam, alto e bom som, nada terem visto de útil nas providências do Governo relativamente à Valorização da Amazônia. E exemplificam: o problema da energia elétrica continua insolúvel, os gêneros de abastecimento continuam caros, os transportes cada vez mais difíceis e tôda uma série de queixas que servem apenas para demonstrar o quanto estão os queixosos divorciados da realidade. O preceito constitucional não teve em mira fazer milagres, mas tão sômente dar aos homens de boa vontade uma oportunidade de trabalho pela recuperação econômica da grande planície.

Será de tôda justiça ressaltar, inicialmente, o extraordinário esforço desenvolvido pela Comissão, de quem a Lei, impiedosamente, exigiu a elaboração de um Plano de tão grandes responsabilidades, em pouco mais de quatro meses de trabalho.

A Amazônia Brasileira, para efeito de planejamento econômico, na exata definição do art. 2.º da lei 1806, de 6 de janeiro de 1953, abrange a região compreendida pelos Estados do Pará e do Amazonas, pelos Territórios Federais do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco, e ainda, a parte do Estado do Mato Grosso a norte do paralelo de 16º, a do Estado de Goiás a norte do paralelo de 13º, e a do Maranhão a oeste do meridiano de 44º. Temos, assim, compreendidas na Amazônia legal, 9 unidades da federação, num total de 204 municípios. Significa isso uma área de cerca de 60% do território nacional, onde vive uma população que representa pouco mais de 6% dos habitantes recenseados em 1950. Êsse, na verdade, o maior entrave ao desenvolvimento econômico do Vale: a disparidade flagrante que vai entre a área e a população. Se se pudesse localizar, nos limites amazônicos, um único indivíduo em cada quilômetro, sobrariam, ainda, inteiramente desabitados mais de 1 500 000 km², ou seja, uma área superior à dos Estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul reunidos.

O muito que se tem escrito sôbre a Amazônia, com acentuado espírito literário, em detrimento, muito freqüentemente, da verdade científica, criou uma situação de insegurança nos conceitos e testemunhos invocados quanto às cousas e à gente destas plagas. Diminuem-nos, uns, as qualidades. Inferno verde incontrolável, dizem, onde a vida humana jamais poderá suplantiar a dos insetos e dos répteis; onde a exuberância aquática afoga qualquer pretensão; onde a pobreza dos solos jamais permitirá uma produção em bases econômicas satisfatórias. Exaltam-nos, outros, elevando-nos à categoria de "futuro celeiro do mundo". Essa flutuação de conceitos, distanciada quase sempre de um meio-térmo conciliatório, trouxe aos que assumiram o encargo de planificar a valorização econômica da região, mais um problema a solver: o problema preliminar de pesquisa à verdadeira

situação geográfica, econômica e social do Vale, para, sobre os resultados, estabelecer o roteiro a seguir. Esse cuidado inicial, envolve maior dificuldade, por duas circunstâncias evidentes. A primeira, decorrente da conceituação legal da Amazônia Brasileira, divergente da conceituação clássica. Esta, considerava-a como o território compreendido pelos Estados do Pará e Amazonas e Territórios do Acre, Amapá, Guaporé e Rio Branco, admitindo, por sua identidade ecológica, pequena porção do norte do Mato Grosso e Goiás e leste do Maranhão.

A lei 1806 ampliou esses limites distendendo-os até o meridiano de 44°, no Maranhão; e os paralelos de 13° e de 16° em Goiás e no Mato Grosso, respectivamente. A Amazônia clássica viu-se, assim, acrescida da quase totalidade do território maranhense, cerca de 70% do território matogrossense e mais da metade do Estado de Goiás. Não devemos esquecer, ainda, que o meridiano e paralelos indicados representam um limite fictício, de vez que, por força do parágrafo 1.º, letra b, do artigo 8.º da lei 1806, os municípios cortados por essas coordenadas, passam a integrar a Região Amazônica, tributários que são do Fundo de Valorização. Dessa forma, a já incipiente bibliografia amazônica, tornou-se ainda mais precária, pela natural omissão de dados e estudos relativos aos territórios acrescidos, de formação física e social bem diversa.

A segunda circunstância a que nos referimos decorre, como a primeira, de um imperativo legal. O artigo 26 da lei 1806 é categórico: "A Comissão de Planejamento — estarei — apresentará, dentro do prazo de nove meses, ao Presidente da República, o plano definitivo de Valorização Econômica da Amazônia, para o primeiro período quinquenal, incluindo o orçamento para o primeiro período anual, a ser encaminhado ao Congresso Nacional".

Instalada a Comissão de Planejamento em 21 de setembro de 1953, o primeiro Plano Quinquenal deveria ser remetido ao Sr. Presidente da República até o dia 21 de junho de 1954.

A sua elaboração, precedida pela do Programa de Emergência de que trata o art. 19 da lei 1806, foi, por isso mesmo, sacrificada no tempo disponível para tão exaustivo encargo. Apesar disso, na data aprazada, o Sr. Presidente da República recebia, das mãos do Sr. Superintendente, o Primeiro Plano Quinquenal da Valorização Econômica da Amazônia.

A urgência com que foi solicitado trabalho de tal envergadura e responsabilidade poderia ter determinado erros de conseqüências as mais imprevisíveis, se a Comissão de Planejamento não tivesse tido o cuidado de, no bôjo do próprio Plano, elaborar um programa de pesquisas e levantamentos, cujos resultados serão uma garantia de acerto na concretização das obras e serviços planejados.

Assim é que o Plano de Produção Agrícola, constituído por três grandes capítulos — Fomento à Produção, Defesa da Produção e Colonização — está precedido de um programa de pesquisas que compreende: a) Levantamento sócio-econômico; b) Pesquisas climatológicas; c) Levantamento pedológico; d) Pesquisas zootécnicas e nosológicas; e) Experimentação agrícola.

Esses cinco grupos de estudos, cujo procedimento deverá envolver todos os recursos disponíveis, desde os elementos da estatística oficial, ou extra-oficial fidedigna, até os trabalhos de campo, que colocam o pesquisador em imediato e direto contacto com o fenômeno pesquisado, visam perquirir, com o indispensável critério, a real situação geo-econômica do imenso Vale.

Com efeito, nenhum programa consciencioso poderia ser traçado, que não tivesse por base o conhecimento dos problemas que realmente afligem a região. Araújo Lima, na sua sempre citada obra, referiu que "em sã verdade, a região é mal vista, pouco conhecida, erroneamente interpretada". E mais adiante: "A terra é farta, mas dificilmente penetrável, quase fechada ao homem; opulenta, mas bárbara; ubérrima, mas não dadivosa. É riquíssima, mas avara".¹

¹ Araújo Lima, *Amazônia — A terra e o homem*, 1933.

Êsses conceitos, tendentes a um meio-térmo entre o “inferno” e o “paraíso”, provavelmente acertados em boa parte, devem ser mais precisos. Para o planejador e, em especial, para o administrador que vai executar um plano, não basta saber que a terra é farta, mas avara. É preciso saber até que ponto vai essa fartura e a razão da avareza proclamada.

O êxito de qualquer planejamento regional, notadamente de regiões subdesenvolvidas, como a nossa, cuja característica primeira reside no desconhecimento do panorama local, depende de um cuidadoso estudo dos principais aspectos dêsse panorama, o que vale dizer, dos aspectos físicos, econômicos e sociais. Dêsses três, o que mais dissecado tem sido pelos estudiosos, é o primeiro. Os estudos da geofísica amazônica têm ocupado a atenção de observadores eméritos, desde os viajantes e catequistas, do Século XVIII, como acentua o Professor Arthur Cezar Ferreira Reis.² A presença de expedições científicas e de devotos sábios das ciências naturais, na região, concorreu para que se pudesse constituir um *dossier sem dúvida admirável das peculiaridades geográficas locais*. Aí está, para a realização dessa obra meritória, o concurso de um Bates, um Humboldt, um Goeldi, um Wallace, um Agassiz, um Reclus, mais recentemente um Pierre Gourou, e tantos outros estudiosos, cuja enumeração seria fastidiosa. Para alguns, Wallace inclusive, o clima amazônico é o mais ameno do mundo, dada a ausência dos excessos barométricos para qualquer dos extremos. Para outros, como Agassiz, a hiléia é apenas suportável e compatível com a vida humana.

A verdade, entretanto, é que, estudos mais recentes, vieram contrariar o consenso unânime dominante, de que a Amazônia possui um clima quente e úmido, uniforme e regular. A outros resultados chegaram as pesquisas e observações, cujas conclusões, por certo, ainda não são definitivas. Segundo êsses estudos, a Amazônia compreende diversas sub-regiões climáticas, de características perfeitamente definidas.

Vemos que os conhecimentos da geografia amazônica, apesar de mais aprofundados, relativamente aos estudos econômicos e sociais, são ainda precários e, por isso mesmo, passíveis de radicais alterações. É o caso. por exemplo da friagem acriana, atribuída outrora ao degêlo dos Andes. Essa explicação clássica está hoje ultrapassada definitivamente, com a teoria das correntes polares que avançam para o norte, através da Patagônia e dos Estados do Sul do Brasil, atingindo o extremo oeste brasileiro.

Essa precaridade de conhecimentos se acentua, quando encaramos o panorama sócio-econômico. Os raros estudos procedidos na região, por demais fragmentários, não nos oferecem uma visão de conjunto, que se apresente como o retrato necessário das condições sociais amazônicas.

Os pesquisadores, malgrado tôda a série de dificuldades que lhes embargam os passos, lograram iniciar uma bibliografia de estudos sociais e econômicos da Amazônia. A figura do seringueiro; o flagelado cearense; o “regatão”; o “barracão”; o castanheiro; o garimpeiro; o roceiro; o vaqueiro e tantas outras figuras do cenário sócio-econômico regional, estudados e observados por uma plêiade de sociólogos e historiadores, constituem, já, inestimável subsídio para a formação de uma sociologia amazônica. Os estudos dessa natureza realizados até o presente, foram de grande valia na elaboração do Plano de Colonização. Com efeito, o desenvolvimento da economia local há de ter como ponto de partida a riqueza tradicional da Amazônia, tal como ela se encontra no presente, com todos os seus vícios, as suas deficiências, o seu empirismo. O conhecimento, tão perfeito quanto possível, dos elementos responsáveis por essa riqueza, por isso mesmo, torna-se fundamental. Antes que novas fontes de riqueza venham a se mostrar na Amazônia, o extrativismo descuidado e a agricultura itinerante predominarão ainda, por um prazo mais ou menos longo, segundo o acêrto das medidas reformadoras que forem adotadas. Daí porque o seringueiro, o castanheiro, o agricultor seminômade, o regatão, não são ainda figuras da história amazônica, mas personagens do momento atual que, de qualquer forma, criam a nossa riqueza. A Valorização da Amazônia não poderá surgir como uma revolução, mas será fruto de uma evolução gradativa, lenta, como todos os processos de reforma social estabelecidos em bases sólidas.

² A. C. Ferreira Reis — *Sertanistas, Missionários e Demarcadores, na Revelação Geográfica da Amazônia*, in “Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia”, vol. II.

Falta-nos, entretanto, a par d'esses estudos já iniciados, levar a efeito uma série de pesquisas sociais, capazes de nos fazer compreender a dinâmica da vida das nossas sociedades rurais, com todos os seus contrastes. Vivemos em uma região onde os centros rurais são abastecidos de gêneros de alimentação pelas metrópoles. Para que maior paradoxo? Nas zonas de extrativismo predominante, poder-se-ia aceitar a explicação de que a exigüidade de braços não permite a pluralidade de ocupações. Então, por um imperativo da economia local, a agricultura teria de ser sacrificada em favor da monocultura coletora. Mas, como explicar o fato em zonas agrícolas? Nestas, mesmo nas mais prósperas, como a bragantina, no Pará, a produção de gêneros é insuficiente, quer em quantidade, quer em variedade. Nos modestos armazéns que pontilham o interior dos municípios, no local mesmo em que se situam as "colônias", é mais fácil encontrarmos à venda "corned beef" do que carne fresca ou aves; é mais freqüente o feijão do sul do que o de produção local; o leite em pó, inclusive de procedência estrangeira, supre a falta absoluta do produto natural. No que toca aos gêneros de origem industrial a situação é ainda mais grave. A monocultura a que se dedica o "colono", saltando da maniva à malva ou a qualquer outra espécie de melhor cotação no momento, explica, em parte, êsse desleixo na produção de gêneros de subsistência. Mas em parte, apenas. Um inquérito mais amplo terá de ser levado a efeito, antes que se chegue a uma conclusão definitiva sôbre a situação de carência das nossas populações rurais. Um defeituoso hábito alimentar, a precária assistência financeira e técnica dada ao "colono", a par de outras causas de natureza diversa, formam o complexo responsável pela pobreza da vida rural amazônica.

Essas considerações têm inteira procedência uma vez que o assunto interessa inteiramente à política migratória que se está delineando.

Com efeito, é para êsse ambiente rural defeituoso por várias gerações, que se fará convergir o imigrante. Se o problema não fôr cuidadosamente estudado, para que se consiga corrigir tão graves erros, sucederá no futuro o mesmo que no passado. Que nos resta, hoje, das migrações espanholas da zona bragantina ou das cercanias de Manaus; dos chineses que se estabeleceram às proximidades de Itacoatiara; dos norte-americanos, egressos das lutas de secessão, no Tapajós? Como era de esperar, não puderam reagir ao processo de acomodação, pelas dificuldades que encontraram, terminando por sucumbir à fôrça do meio, identificando-se com as populações indígenas, desaparecendo no seio delas, ou, muito naturalmente, reimigraram para regiões que ofereciam menor contraste com o "habitat" de origem.

O Plano de Colonização da Área Amazônica, portanto, não poderia deixar de apelar para um programa preliminar de pesquisas sócio-econômicas que, a par das pesquisas climatológicas, pedológicas e da experimentação agrícola, possibilitará um processamento migratório racional, ainda que experimental e, por isso mesmo, sujeito às modificações que a prática, sem dúvida, aconselhará.

II — O PROBLEMA DEMOGRÁFICO DO VALE. A PRÁTICA MIGRATÓRIA. PRESENÇA DO NORDESTE. O ELEMENTO ALIENÍGENA.

Não há, por certo, exagero em se afirmar que a Amazônia constitui, desde a sua descoberta, um problema demográfico. Das dificuldades encontradas pelo administrador de outrora, no consolidar a posse do setentrião brasileiro, dão-nos notícia historiadores de mérito, entre os quais João de Palma Muniz, J. Lucio d'Azevedo, Perdígão Malheiro, Arthur Reis e tantos outros. A carência de braços indígenas para os trabalhos de desbravamento e, sobretudo, para a exploração das riquezas locais, como refere Perdígão Malheiro, fez com que clamassem os colonos "pela necessidade de braços, sem os quais não podiam desenvolver e fazer prosperar os seus estabelecimentos, sobretudo agrícolas. Se escasseavam as remessas de africanos, atiravam-se aos índios ainda contra as proibições e leis a favor destes infelizes; só os deixavam em algum sossêgo, quando obtinham refôrço de braços africanos".³ Outra não foi a causa dos desentendimentos entre colonos e religiosos.⁴ Em 1617, informa Arthur Reis, Jorge de Lemos de Brito contratou

³ Perdígão Malheiro — *A Escravidão no Brasil*, 1944, 2.º volume.

⁴ J. Lucio d'Azevedo — *Os Jesuítas no Grão Pará*

a introdução de duzentos casais açorianos para colonização do extremo norte do Brasil.⁵ Foi essa a primeira remessa de colonos para a Amazônia os quais chegaram a São Luís do Maranhão em 1619. Outras se seguiram. A criação da Vila de Ourém, no Pará, em 1753, segundo Palma Muniz, surgiu da localização de famílias açorianas e 150 índios "tomados a contrabandistas".⁶ Assim, também, a localização de nordestinos na região do Purus no ano de 1852 e seguintes,⁷ significou o primeiro passo rumo ao extremo oeste brasileiro.

Tudo isso vem confirmar a assertiva inicial, de que a Amazônia é um problema demográfico. Todos os avanços do progresso, região a dentro, bem poucos, relativamente, tiveram no imigrante o seu autor. Por isso mesmo é que os administradores locais, notadamente no período colonial, viviam a suplicar a vinda de novos colonos, fôssem brancos ou negros. Quanto a êstes últimos, a política e a moral contribuíram para que a população negra na Amazônia não tivesse o mesmo incremento de outras regiões do Brasil, onde o cruzamento do branco com o negro era menos intolerado. Não fôsse a lei de junho de 1755, que aboliu inteiramente a escravidão do elemento indígena, e a procura do escravo africano, no extremo norte, teria sido de menor monta. Essa lei, proibindo o comércio de índios aprisionados, aumentou as dificuldades locais, quanto ao elemento humano para o trabalho. A carência de braços para a lavoura, para a coleta de "drogas" e para outros misteres de colonização e desbravamento, já alarmante à época, assumiu proporções mais graves com a libertação dos índios, sobretudo porque o elemento nativo não se sujeitava facilmente às exigências do feitor branco, fugindo sempre ao procedimento desumano do colonizador.

A pobreza demográfica da Amazônia justificou e determinou, assim, a adoção de tôdas as medidas imagináveis, tendentes a aliviar a crise. Tudo se fêz, desde a introdução do escravo africano, — comércio perfeitamente lícito ao tempo da descoberta do Brasil⁸ e aqui logo posto em prática, sem maiores escrúpulos — até a prática ilegal da caça ao bugre, que se escondia sertão a dentro.⁹

A segunda metade do século XIX encontrou a Amazônia às voltas com o problema demográfico. A essa época, entretanto, dois acontecimentos vieram interferir decisivamente no processo do povoamento amazônico. O primeiro, o extraordinário impulso verificado no aproveitamento industrial do leite da seringueira, sobretudo depois que Charles Goodyear, em 1839, descobriu um novo processo de tratamento dessa matéria-prima — a vulcanização — graças a que, a seringa tornou-se mais resistente às mudanças de temperatura, mais forte e, por isso mesmo, de maior aceitação pelo mercado consumidor. Aquêle "leite" que Frei Manoel de Esperança observou os indígenas manipularem, na confecção de ingênuos brinquedos, viria 150 anos depois modificar o panorama do sertão amazônico. O automóvel, vitorioso graças ao material que recobria suas rodas, passou, já àquela altura, a entusiasmar multidões. A florescente indústria de pneumáticos exigiu, então, mais e mais borracha para suas fábricas.

Ora, acontece que, nos idos de 1850 a 1900, sòmente a Amazônia produzia tão preciosa goma. As plantações do Dr. Joseph Hooker, no Jardim de Kew, com as sementes contrabandeadas pelo aventureiro Henry Wickman, ainda estavam em fase de experimentação. A cotação do produto nativo, em ascensão contínua, valeu por um convite à cobiça de espíritos aventureiros, que topassem as agruras da vida amazônica em troca de riquezas que se esboçavam imensuráveis.

Êsse acontecimento, que a indústria e a técnica estrangeira articularam, compreendemo-lo como a razão indispensável, até então inexistente, do povoamento intensivo do grande Vale. Com efeito, a exigüidade demográfica nativa, só por si, não justificaria um movimento migratório de massas populacionais. Poderia, quando muito, estimular a iniciativa de aventureiros ávidos de riquezas, pela inexistência dos concorrentes que se digla-

⁵ Arthur Reis — *Casais, Soldados e Degredados na Colonização da Amazônia*, in "Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia", 4.º vol.

⁶ J. Palma Muniz — *Colonização e Imigração no Estado do Grão Pará*.

⁷ A. C. Ferreira Reis — *O Seringal e o Seringueiro*, 1953.

⁸ Perdigão Malheiro — *Op. cit.*, 1944.

⁹ A. C. Ferreira Reis: *Casais, sertanistas e degredados na Colonização da Amazônia*, in "Anais do III Congresso Sul Riograndense de História e Geografia", v. 4.

diam nos centros superpovoados. Mas êsse "handicap" que o vazio amazônico oferecia, perdia inteiramente a eficiência em razão das desvantagens que, paralelamente, se apresentavam. Entre estas, ocupava lugar de destaque a febre, cujo efeito mortal não se fazia sentir sem um prévio e longo período de padecimentos atrozes. Neville B. Craig, testemunha ocular da construção da E. F. Madeira-Mamoré, assim refere: "não se fêz registro dos óbitos ocorridos entre nativos, mas sabe-se que muitos faleceram. A percentagem da mortalidade entre os cearenses, devido à falta de asseio, pobreza extrema e ignorância quanto à região e ao clima, foi extraordinariamente elevada. Quase nada se ficou sabendo sobre a sorte de muitos norte-americanos que tentaram atingir o Pará em canoas e jangadas. Não foram poucos os que faleceram depois do regresso aos Estados Unidos, em consequência de moléstias adquiridas no Brasil".¹⁰

Não é difícil concluir pelo desestímulo que tal ambiente representava. Não fôsse a cotação compensadora da borracha e a circunstância de ser ela exclusiva da região amazônica, e as correntes migratórias teriam, por certo, batido a outras plagas. Para se dedicarem a atividades normais, de agricultura, de garimpagem ou mesmo de comércio, teriam os colonos preferido outras zonas do Brasil, bem mais pródigas em benesses, onde o exercício da atividade rural não sofria tantos percalços. O desenvolvimento da indústria do látex, foi, assim, o primeiro acontecimento de vulto a despertar o interesse dos povoadores de emigração.

O segundo, foi a seca. O flagelo que impiedosa e periódicamente martiriza o nordeste brasileiro, deu as mãos à sede industrial da borracha, num pacto em favor do povoamento do Hinterland Amazônico. A indústria de artefatos de borracha valorizou a floresta equatorial do Brasil, malgrado as febres, o pium, a formiga, as chuvas, as inundações e tudo o mais que se possa, com ou sem razão, atribuir à Região. Diante de um interesse econômico tão robusto, os males da hileria perdem o colorido vivo das descrições veementes em troca do tom mais suave das riquezas em perspectiva. Foi sob êsse segundo aspecto que o cearense da segunda metade do século passado ouviu falar da Amazônia. Quando a inclemência da seca obrigou-o a abandonar as fazendas do sertão, em massa veio êle à cata do látex. Veio e aprendeu o caminho. A Amazônia representou um oásis nas épocas de estiagem forte. Enquanto a borracha brasileira imperou no mercado mundial, o "cearense" — como ficou conhecido o nordestino flagelado — afluíu em grandes levas para a Amazônia. Era o "rush" desordenado e impetuoso. Era o avanço, mata a dentro, de povoadores nômades que tinham em mira enriquecer rapidamente, de modo a poder voltar ao nordeste em boas condições financeiras, ao primeiro aceno das chuvas benfazejas. Assim é que, em 1877 e nas grandes secas posteriores, os Loides aportavam em Belém e Manaus abarrotados de retirantes, que vinham "fazer a Amazônia", com os olhos fitos, porém, no rincão distante. Não vinham colonizar a Amazônia, na acepção que Castro Barreto¹¹ dá ao termo, de atividade sistemática e racional. Limitavam-se a povoá-la, simplesmente. Povoá-la e exaurir as suas riquezas, numa atividade econômica de extrativismo puro. Faziam o que Araújo Lima¹² chamou de "economia destrutiva", no que eram secundados pelas esparsas populações locais.

Quando a produção oriental da hévea entrou no mercado mundial, em condições bem mais favoráveis que a nativa, não só porque o seringal plantado é de mais fácil exploração, como porque a mão de obra no Oriente é bem mais barata que a nossa, o seringal amazônico decaiu em prestígio e em significação econômica. A produção nacional, que em 1911 atingiu o clímax com 44 296 toneladas, começou a minguar. No ano seguinte, a produção foi pouco além de 38 mil toneladas, acentuando-se a queda de ano para ano. Findara, assim, o primeiro grande ciclo da borracha amazônica, somente restaurado com o advento da 2.^a guerra mundial. Os seringais plantados, que em 1913 produziram 47 618 toneladas,¹³ quantidade jamais conseguida pelos nossos seringueiros, em igual período, afastaram o nosso produto do mercado. Mas o "rush" de mais de 3 décadas

¹⁰ Neville B. Craig — *Estrada de Ferro Madeira-Mamoré*, Brasileiro, 1947.

¹¹ Castro Barreto — *Povoamento e População*.

¹² Araújo Lima — *op. cit.*

¹³ Demonstração da produção mundial da borracha, de W. H. Rickinson and Son, citado por Luiz Amaral — *História Geral da Agricultura Brasileira*.

deixaria traços indelévels na floresta amazônica. Para nós, brasileiros e amazônidas, muito mais valiosa que os contos de réis espalhados na região naqueles dias faustosos, é, sem dúvida, a civilização nascida à sombra das seringueiras. É verdade que um sem-número de pequenos núcleos populacionais, plantados nos recônditos da selva, desapareceram. Mas muitos outros lograram sobreviver.

O nordestino foi a personagem anônima dêsse drama. Sua atuação, resultante de um determinismo a que não pôde fugir — de um lado a sêca expulsando-o, do outro a borracha atraindo-o — podemos-la chamar de atuação passiva. Êle não deixou o seu Estado natal com o intuito de se radicar na Amazônia, criando aí um mundo novo, constituindo um patrimônio sólido. Não. Aqui chegou pensando em voltar. A sêca é que o afastou do rincão distante. Por isso preferiu uma atividade de emergência, que lhe permitisse colhêr os resultados sem muita delonga. O extrativismo vinha ao encontro dos seus desejos. A agricultura exige maiores cuidados, prende o homem ao sólo. Não interessava, por isso, ao cearense. Como observa Samuel Benchimol, “seringa e roçado não rimam bem”.³⁴

A realidade, porém, foi bem outra. O enriquecimento — rápido e fácil, tão esperado, transformou-se num labor difícil, mal remunerado. O seringalista, ao conduzir o imigrante do pôrto de Belém ou de Manaus ao “centro”, transportando-lhe a família e adiantando-lhe algum dinheiro para as primeiras despesas, iniciava pelo débito a conta-corrente que difficilmente seria saldada. Quando o seringueiro empunhava pela primeira vez a machadinha de sangrar, as suas dívidas no “barracão” já estavam bem elevadas. Enquanto trabalhava para pagá-las, as necessidades diurnas de alimentação, medicamentos, etc. davam margem a novos débitos. Com isso veio o desencanto. De que valia a longa caminhada diária, mata a dentro, no coletar o precioso látex, enfrentando os insetos, as cobras, a solidão, se o seringueiro, para viver pobremente, necessitava de contrair sempre novas dívidas. Quando uma “estrada” começava a fracassar na produção do leite, o seringueiro era mandado para outra, mais distante, mais difícil de ser trabalhada. Desfazia-se, assim, nessa dura lida, o sonho alimentado a bordo dos Lóides.

Voltaram-se, outros, para a castanha, ou para o pau-rosa ou para qualquer outra espécie que a própria natureza se encarregara de plantar. A falência da borracha não desanimou o extrativista, que corria ao aceno da “riqueza do dia”, nos diversos ciclos da monocultura amazônica. Não eram mais felizes. O insucesso da atividade coletora, evidentemente, não está na borracha, ou na castanha, mas no complexo sócio-econômico que preside essa atividade, do qual é de se salientar a ausência de um processo racional de trabalho.

Um outro grupo fêz agricultura. Criou a zona bragantina e lhe deu o prestígio de maior nucleamento agrícola de tôda a área amazônica. Localizou-se, ainda, no Baixo Amazonas, e em outros pontos esparsos da região, tentando radicar-se à terra. O sistema de trabalho, porém, absolutamente divorciado da técnica, não permitiu a fixação do homem. A agricultura das “queimadas”, dizem os técnicos, sem um processo eficiente de restauração do solo, exaure-o em três ou quatro anos. E isso é o que se pratica. Devastam-se as matas com o fogo e por entre os troncos carbonizados, que o trabalho manual não conseguiu retirar, planta-se a maniva, a malva, o milho, o arroz e pouco mais. A casa que o colono edifica no lugar é bem o símbolo da sua efêmera permanência: paredes tecidas com folhas de palmeira, cobertas com cavacos de madeira. Construção para dois pares de ano. Depois disso, pode cair. O seu proprietário já se terá transferido para mais adiante, onde novas matas estarão em fogo.

Em uma viagem que empreendemos recentemente à região do Guamá, ouvimos de um agricultor japonês, estabelecido há 20 anos em Ourém, um relato impressionante. Quando ali chegou, disse-nos, a mata virgem se encontrava 20 quilômetros aquém da cidade. Hoje, ela se encontra 20 quilômetros depois. E as “queimadas” continuam ininterruptas.

Quem viaja pelas chamadas “zonas agrícolas” da Amazônia, encontra, com freqüência, vestígios do que, em outros tempos, foi um igarapé. A devastação das matas secou-o irremediavelmente.

³⁴ Samuel Benchimol — *O Cearense na Amazônia*, in “Revista de Imigração e Colonização”, n.º 4.

Essa prática faz da agricultura, na Amazônia, uma atividade itinerante. O agricultor é um nômade em busca das terras férteis que repousam sob as matas virgens.

Vemos, assim, que o imigrante nordestino, qualquer que seja a profissão eleita — extrativista ou agricultor — tende ao fracasso. Salvo raras exceções, que não podem alterar o panorama geral, a falta de assistência técnica, social e econômica tem concorrido para os resultados desanimadores da atividade rural da Amazônia. A par disso, a ausência absoluta de uma providência que jamais deve ser esquecida, quando se tem em mira fazer colonização racional: a seleção do imigrante e a sua qualificação segundo as habilitações que possui. Aqui não se faz isso. Quando a seca do nordeste impõe a retirada ou quando a necessidade de maior quantidade de hévea exige colheita intensiva (como aconteceu durante a segunda Grande Guerra) abarrotaram-se navios de flagelados, de tôdas as idades, de tôdas as profissões, a quase totalidade enfraquecida e enferma, pelas vicissitudes que enfrentaram antes da partida e transporta-se essa carga humana às hospedarias de imigrantes de Belém e de Manaus. Aí, em estado de semipromiscuidade, permanecem dias, semanas e até meses, aguardando a presença de algum seringalista interessado em conduzir famílias para as suas terras. Durante a última guerra, a produção de borracha teve de ser aumentada. Criou o Govêrno, então, serviços especializados, cuja missão era encaminhar trabalhadores para os seringais. Em março de 1946, o Sr. Valentim Bouças, presidente da Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia, apresentando o Relatório da Comissão ao Senhor Presidente da República, assim se expressou:

“Até 1942, os Estados Unidos da América do Norte abasteciam-se normalmente de borracha oriunda das plantações de Java, Sumatra, Ceilão, Malaia e outras regiões orientais. Durante longo período, desfrutaram essas regiões de grande prosperidade decorrente das disponibilidades em mão de obra barata e de uma produção sistematizada. No transcurso desse período, já porque nossa mão-de-obra fôsse mais cara, já porque nossa produção fôsse nativa, o Brasil permaneceu, praticamente esquecido, à margem do mercado da borracha.

“O deflagar, porém, da guerra no Oriente, eliminou para os Estados Unidos, a possibilidade de continuarem a abastecer-se nos mercados orientais. A grande nação do norte apelou, então, para o Brasil que, derrotado pela concorrência no período de paz, encontrou-se, de um momento para outro, nesta segunda Grande Guerra, naquela mesma posição em que o fim do século último o havia deixado no setor da indústria da borracha nativa”.¹⁵

Não é difícil concluir, da transcrição que fizemos, que o esforço oficial desenvolvido nos anos de 1943 a 1945, pela Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia, e já anteriormente, pelo Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia, e a Superintendência do Abastecimento do Vale Amazônico, não objetivava colonizar o Vale, mas tão somente arregimentar trabalhadores para a extração da borracha. Por isso mesmo, terminada a guerra, êsses serviços assistenciais foram extintos, voltando o imigrante nordestino à situação anterior.

De tudo o que foi exposto, verificamos que a presença do nordestino na Amazônia, até os nossos dias, é conseqüência de três fatores: a borracha, a seca e a guerra. Triste conclusão, sem dúvida, sobretudo porque o verdadeiro interesse do grande Vale na imigração, que é o aproveitamento racional de suas riquezas, a implantação de núcleos populacionais em bases sólidas, enfim, a colonização sistemática bem orientada, ainda não logrou obter a indispensável atenção dos poderes públicos.

O elemento alienígena, ressalvada a atuação vitoriosa dos japoneses estabelecidos em Parintins e em Tomé-Açu, fracassou. Os agricultores estrangeiros, apesar da tradição agrícola que trouxeram, entregues à sua própria sorte, não resistiram. As terras que lhes eram entregues, contra pagamento em cinco anos — informa Palma Muniz, referindo-se à tentativa de colonização, no Pará, no fim do século passado — em razão do próprio esgotamento, não podiam ser resgatadas, o que contribuía, mais ainda, para que os proprietários as abandonassem.¹⁶ Resta-nos, hoje, dessa valiosa contribuição do elemento alie-

¹⁵ Relatório da Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia — Dezembro de 1945.

¹⁶ J. Palma Muniz — *op. cit.*

nígena, infelizmente frustrada, uma diminuta descendência, pela total integração nos hábitos indígenas.

Levado por êsse exemplo desanimador e pela tradição de comércio que lhe é peculiar, o sírio-libanês, elemento ponderável no povoamento amazônico, preferiu a compra e venda como atividade econômica. Criou o "regatão" que, no dizer de Agnelo Bitencourt, é o mascate do sul do país.¹⁷ Subindo e descendo rios, o "regatão" quebra o monopólio que o "barracão" exerce nos seringais.

O imigrante japonês é o único que logrou fazer da agricultura uma atividade realmente compensadora. Exercita-a tecnicamente, devotando-lhe a máxima atenção. O seu espírito criador ampliou o horizonte das culturas de tradição regional para as culturas de importação que demandam pertinácia e técnica aprimorada. Devemos a êsse agricultor a aclimação da juta indiana e da pimenta do reino, produtos de grande significação na economia regional, além de outras espécies já em cultivo ou em fase de experimentação, como o sisal, a manilha, a noz-moscada, o cravo da Índia. O aproveitamento de espécies nativas até então desprezadas, como o ituí e o tucum, não lhe passou despercebido. Daí porque o imigrante nipônico é precioso para a colonização do Vale. Não estranha o nosso padrão de vida rural, nem as condições geográficas locais lhe são adversas. A sua adaptação se processa sem dificuldade. As suas organizações rurais, estribadas num regime associativo de longa tradição, difundem, pelo exemplo, êsses princípios tão escassos na sociedade local.

Na compreensão de que a agricultura não será bem sucedida se não fôr orientada tecnicamente, reside o êxito das colônias japonesas, onde o conselho do agrônomo tem força de lei. Organizam-se, desde logo, em cooperativa e entregam a êsse órgão a direção da colônia. O colono dedica-se à produção, exclusivamente. A cooperativa financia o seu trabalho, encarrega-se de importar as sementes e mudas necessárias, assiste-o tecnicamente, providencia o funcionamento de escolas para a infância e postos médicos para todos, negocia a produção. Êsse sistema de trabalho assegura ao colono a indispensável tranquilidade, para que se possa dedicar com todo o entusiasmo às suas tarefas.

É nesse sentido que se deve orientar a colonização do Vale. Salvo o movimento migratório espontâneo que se vem processando do sul, através de Goiás e Mato Grosso, e de leste, através do Maranhão, a atividade colonizadora, na Amazônia, terá de ser governamental. Cumpre ao Governo, portanto, planificar essa atividade, imprimir-lhe o cunho racional ausente até hoje nas inúmeras tentativas já levadas a efeito. Vale ressaltar a experiência recente que os Governos Territoriais têm levado a efeito nesse setor, especialmente no Acre e no Amapá, onde algumas colônias já se acham em plena atividade. O problema, entretanto, não poderá ser resolvido através de programas locais, pela natural ausência da visão de conjunto, indispensável ao seu completo entendimento. Isso, ter-se-á conseguido com o Plano de Colonização da Área Amazônica, já encaminhado aos poderes federais competentes, de que nos ocuparemos mais adiante.

III — O TRÍPLICE ASPECTO DO DESPOVOAMENTO AMAZÔNICO: O PROBLEMA ALIMENTAR; O ALARGAMENTO DA FRONTEIRA ECONÔMICA; O PROBLEMA SÓCIO-POLÍTICO DA FRONTEIRA GEOGRÁFICA.

A EXIGUIDADE demográfica que se constata na Amazônia, acarreta à região consequências de caráter diverso. De um lado, a carência de gêneros de subsistência, que se deve atribuir à falta de braço treinado e de técnicas racionais. De outro lado, a incapacidade de se alargar a fronteira econômica regional, em enorme desproporção à fronteira geográfica. Finalmente, o esquecido problema sócio-econômico da fronteira, onde vivem semi-isolados os destacamentos militares e, em completo isolamento, populações indígenas de grande significação não só para a Amazônia, mas, sobretudo, para o Brasil. Êsse tríplice aspecto do problema demográfico exige uma solução capaz de atender aos reclamos da realidade amazônica.

¹⁷ Agnelo Bitencourt — *Povoamento e Fixação Demográfica em o Estado do Amazonas*, in "Boletim Geográfico", n.º 46.

Há a considerar, em primeiro plano, a questão do abastecimento dos centros populacionais, cuja importância mais avulta quando verificamos, através das estatísticas, que o amazônida consome, na quase totalidade, gêneros de importação. A nossa despensa, na cidade como no campo, é guarnecida, em proporção assaz elevada, com a produção de outros Estados da Federação e, em muitos casos, com artigos de importação estrangeira. Em 1951, informa o IBGE,¹⁸ os Estados e Territórios que integram a região amazônica, dedicavam às principais culturas agrícolas 1 041 524 ares, o que representa cerca de 6% da área total cultivada no Brasil, no ano indicado. O valor da produção obtida nos Estados e Territórios Amazônicos, no mesmo período, foi de Cr\$ 2 381 183 000,00 que, em relação ao valor da produção nacional, de Cr\$ 56 307 269 000,00, representa 4% desse total. A área cultivada na Amazônia legal e o valor da respectiva produção, na verdade, são menos expressivos ainda, de vez que, nas cifras indicadas, estão computados os Estados do Maranhão, Mato Grosso e Goiás integralmente e não apenas a área amazônica dessas unidades. O problema, como se vê, é dos mais graves. Uma região que ocupa 60% do território nacional contribui com apenas 6% da área cultivada.

Cidades há, na Amazônia, em que as populações têm no leite um alimento esporádico. O cardápio regional é de uma imutabilidade impressionante. Os alimentos, além de escassos em quantidade, também o são em variedade. Na zona rural, onde o problema se apresenta mais grave, a farinha de mandioca e o peixe seco salgado constituem a base da alimentação diária. Via de regra, o sacrifício de uma ave ou outro animal doméstico, significa dia de festa. No quotidiano, a dieta é sempre a mesma, deficiente em quantidade e, sobretudo, em qualidade.

Essa frugalidade nos hábitos alimentares, inalterada através de gerações, converteu-se em uma inapetência crônica. Apesar de mal alimentado, o amazônida não sente fome. O nosso caboclo consegue remar dias seguidos bastando-lhe, a largos espaços, um punhado de farinha e um gole de cachaça. Entretanto, caracteriza-o a tradicional indisposição para o trabalho. No tapiri regional a enxada pode inexistir; mas a rede estará sempre atada aos esteios. Josué de Castro atribui essa preguiça à carência alimentar. E acentua: "Para melhorar as condições alimentares da área amazônica faz-se necessário todo um programa de transformações econômico-sociais na região. As soluções dos aspectos parciais do problema estão todas ligadas à solução geral de um método de colonização adequada da região. Sem alimentação suficiente e correta, a Amazônia será sempre um deserto demográfico. Sem um plano de povoamento racional e de fixação colonizadora do elemento humano à terra nunca se poderá melhorar os recursos da alimentação da região".¹⁹ Urge, portanto, em conformidade mesmo com o ensinamento do ilustre cientista patricio, corrigir as deficiências da alimentação regional, através da ação colonizadora racionalizada. Afranio Peixoto observou que "a receita orgânica para não deixar deficit, deve balancear a despesa".²⁰ Evidentemente, a receita orgânica do homem amazônico é mínima. Conclui-se, portanto, que vive em estado de deficit permanente, de vez que, nas condições atuais, a luta pela vida absorve todas as energias, não permitindo, de modo algum, a constituição de uma reserva.

Uma nova política de produção de alimentos constitui, pois, o primeiro aspecto do problema demográfico.

O segundo, é o que diz respeito ao alargamento da fronteira econômica.

A economia amazônica se processa numa diminuta parcela da área geográfica, ao longo das vias de comunicação. Os rios e as estradas, sobretudo aqueles, delimitam o setor da atividade econômica local. Nos períodos de melhor cotação dos produtos nativos, o extrator se aventura a regiões ainda virgens, sempre conduzido pelas vias fluviais que se cruzam em todos os sentidos. A queda dos preços determina o seu regresso aos núcleos de origem. Esse é o fluxo e refluxo da nossa fronteira econômica. As condições locais ainda não propiciaram ao amazônida uma oportunidade de alargar as fronteiras da sua economia, a não ser como um simples reflexo da maior procura da borracha, da castanha, do pau-rosa ou de qualquer outra espécie colhida na mata. Como produtores agimos passi-

¹⁸ Anuário Estatístico do Brasil — 1952.

¹⁹ Josué de Castro — *Geografia da Fome*, 3.^a ed.

²⁰ Afranio Peixoto — *Clima e Saúde*, 1938.

vamente. Esperamos que a indústria de alhures nos bata à porta, sem que nada façamos no sentido de atraí-la. Daí porque os marcos de nossa fronteira econômica são financiados por outrem, que não os denodados andarilhos do "hinterland" amazônico. Foi a indústria anglo-norte-americana do fim do século passado que fez Henry Condreau encontrar extractores de borracha no Alto-Tapajós, quase nas fronteiras com o Mato Grosso, colhendo o látex a três dias de viagem, em canoa, do "barracão" a que serviam. Tem razão J. F. Normano em dizer que a deslocação de fronteiras ainda está se processando no Brasil,²¹ assertiva tanto mais procedente se a aplicarmos, em particular, à região amazônica.

Entretanto, dispomos de um elemento que, aproveitado, ser-nos-á de inestimável valor no alargamento consciente da nossa fronteira econômica: o índio. Embora primitivo nos seus processos de vida e na cultura que o caracteriza, êle representa o homem quebrando a continuidade desanimadora do vazio amazônico. É o homem presente nas cabeceiras dos altos rios, no recôndito da floresta, no coração da hiléia, virgem para nós que aí nunca pisamos, mas familiar para êle que lhe conhece os segredos. Do contacto do índio com o civilizado, aquêle lucrará as vantagens de um melhor padrão de vida. Mas será pródigo na recompensa porque facilitará o alargamento das nossas fronteiras econômicas. O Governo Federal, ao criar o Serviço de Proteção aos Índios, na primeira década do século atual, deu mostra de bem haver situado o problema do silvícola no complexo da vida nacional. Infelizmente, dificuldades materiais têm embargado os passos do Serviço, que a muito custo vem cumprindo um programa de assistência ao índio, numa tentativa, nem sempre bem sucedida de convertê-lo à civilização. Tarefa de sentido bem mais amplo que simples humanitarismo, a pacificação de tribos indígenas representa o próprio desenvolvimento econômico da região. Haja vista, para citar dois exemplos frisantes, o que representará para a economia extrativista da região tocantina, a pacificação dos Paracanã, e para os pioneiros que marcham, rumo à Amazônia, através do Mato Grosso, a pacificação dos Kalapalo.

A criação de colônias de penetração bem orientadas, atuando em coordenação com o Serviço de Proteção aos Índios, será o meio eficiente de se realizar a integração do território Amazônico, distendendo-se a sua fronteira econômica e eliminando-se, obviamente, a sua vastíssima área negativa.

Analisemos, por último, o terceiro aspecto do problema demográfico, localizado ao longo da fronteira geográfica. A extensa linha limítrofe do Brasil, desde o Cabo Orange, rumo oeste, até alcançar o paralelo de 16° no Mato Grosso, atravessa um deserto humano somente interrompido, escassas vezes, pelos contingentes militares de fronteira ou por alguma tribo indígena localizada na orla do território nacional. Êsses núcleos de população representam, ainda que numericamente insuficientes, a fronteira viva do Brasil, sem dúvida bem mais importante que os marcos erigidos à sombra dos tratados internacionais. Via de regra, aliás, na presença do homem é que se estriba o argumento diplomático.

As condições de vida, na fronteira externa da Amazônia, não poderiam fugir à regra da região. Ao contrário, as mesmas carências observadas na zona rural apresenta-as a fronteira, mais acentuadamente. Até elas não chegou ainda, salvo num ou noutro ponto, a atividade econômica dos desbravadores. A ausência de núcleos civilizados, no contôrno brasileiro da Amazônia, concorreu para que a fronteira fôsse, se não esquecida, pelo menos legada a um segundo plano, absorvida que estava a atenção oficial para os problemas das regiões mais próximas. Atribuiu-se, assim, às forças armadas, uma responsabilidade excessiva, muito acima das suas possibilidades materiais, qual fôsse de guarnecer uma longa faixa, fronteira a sete Estados estrangeiros, numa extensão de mais de 12 mil quilômetros.

E o Exército Brasileiro mantém, na linha de fronteira ou às suas proximidades, na Região Amazônica, as seguintes unidades: no Guaporé, — "Forte Príncipe da Beira", Guajará-Mirim, Abunã e a Companhia de Pôrto Velho; no Amazonas — os destacamentos de Tabatinga, Içá, Vila Bitencourt e Cucuí; nos Territórios do Rio Branco e Amapá, respectivamente, os destacamentos de Boa Vista e Clevelândia. São unidades sediadas nos extremos da Amazônia, que clamam, quase tôdas, pela constituição de núcleos de população civil, a que se possam ligar com reais vantagens. Ê, sem dúvida, procedente a afirmação

²¹ J. F. Normano — *Evolução Econômica do Brasil*, 2.^a ed.

de Castro Barreto, de que "os exércitos modernos não apresentam linha divisória dentro da população, porque são a própria nação no trabalho e nas armas, nas linhas de frente e na retaguarda, na produção agropecuária, extrativa e industrial, nas múltiplas especializações que a complexidade da guerra atual exige".²²

Os pequenos contingentes militares na fronteira oferecem uma feliz oportunidade à criação de núcleos de população civil. Estabelecidos em caráter permanente, teriam relativa auto-suficiência econômica, pela produção agrícola que podem desenvolver. Ao lado das culturas de subsistência, esses núcleos procurariam ativar a produção exportável, que lhes traria, uma vez tecnicamente orientada, a consolidação da economia do grupo. É certo que muitas dificuldades desde logo se apresentam e, dentre elas, ressalta a de transportes. Mas são dificuldades superáveis, tanto mais quanto os núcleos de fronteira, pelas suas finalidades políticas, terão de existir de qualquer maneira, mesmo em condições anti-econômicas, como tem acontecido. Além do mais, desde que haja produção exportável, a aviação comercial encurtará as distâncias, tal como se observa com a pimenta do reino, de Tomé Açú, o cristal de rocha, do Tocantins e a ipecacuanha de Mato Grosso, cuja produção é transportada por via aérea.

Há a considerar, além dos contingentes militares, os agrupamentos indígenas estabelecidos na orla amazônica. São pequenos núcleos da população nativa, que vivem, na maioria, inteiramente afastados de qualquer contacto com outros núcleos de população brasileira. Sua economia, constituída em bases precaríssimas, obriga-os a procurar auxílio nos agrupamentos civilizados mais próximos. Isso se observa com as tribos indígenas dispersas ao longo das fronteiras com as Guianas, a Venezuela, a Colômbia, o Peru e a Bolívia. Esses índios desconhecem os limites geográficos do Brasil. Estão naturalmente inclinados a estreitar relações com as populações que lhes prestem o auxílio necessário, fornecendo-lhes medicamentos, ferramentas de trabalho e o mais que precisam. Se o Brasil se distancia desses grupos humanos, arrisca-se a perdê-los. Eles constituem uma reserva humana apreciável, cuja situação não pode nem deve ser olvidada por mais tempo.

É, ainda, ao Serviço de Proteção aos Índios que devemos apelar. O Serviço de Proteção aos Índios tentou, já, estabelecer contacto com algumas tribos, localizadas nos altos cursos dos rios Domeni, Cotingo e Querari. A falta de recursos, porém, obrigou a retirada. O Serviço, por falta de amparo eficiente, não pôde vencer o isolamento em que ficavam os postos instalados, que só mantinham contacto com a Inspetoria de Manaus durante 3 ou 4 meses por ano. Foi uma tentativa frustrada que precisa, urgentemente, ser renovada.

Aí está, pàlidamente delineado, o problema demográfico da Região Amazônica. Temos, presente, a lição das inúmeras tentativas de colonização do Vale, desde os idos da descoberta. As suas deficiências, os seus erros, devem ter, para nós, o valor de uma longa experiência. Segundo o adágio, a história se repete. E se repetirão, sem dúvida, os fracassos do passado, se insistirmos nos processos empíricos da simples condução de homens para o "hinterland", a que se tem emprestado, erroneamente, o título de colonização.

IV — O PLANO DE COLONIZAÇÃO

DO exame detido das condições históricas, sociais e econômicas da região, surgiu o Plano de Colonização que poderemos, neste ligeiro relato, desdobrar nos seguintes itens: a) Formação de Colônias e b) manutenção das Colônias existentes.

Frisamos, já, no início deste despretenso trabalho que a Sub-Comissão de Produção Agrícola, ao elaborar o Plano de Colonização, condicionou os detalhes da sua execução aos resultados de pesquisas sobre a realidade atual do grande Vale, as suas possibilidades, as suas condições físicas e sociais, que virão completar os conhecimentos que a história nos legou. Os resultados a que chegar esse programa, de cuidadosas e amplas indagações, servirão de base à execução do seguinte Plano:

²² Castro Barreto — *op. cit.*

a) *Formação de colônias*: No decurso do primeiro quinquênio de Valorização da Amazônia, serão instaladas, na Região, trinta e três colônias de abastecimento, visando à produção de gêneros de subsistência. Essas colônias obedecerão a três tipos. As do tipo "A", constituídas por duzentas famílias nacionais e estrangeiras, serão localizadas nas proximidades das capitais de população superior a 100 mil habitantes, ou sejam, em Belém, Manaus e São Luís. Cada família receberá, a título precário, um lote de 15 ha, expedindo-se-lhe o título definitivo de propriedade se ao fim de 3 anos estiver em situação de auto-suficiência econômica. As instalações de uso comum, tais como a Sede, armazéns, escola, posto médico, etc. ocuparão uma área de 100 ha.

As do tipo "B", integradas por 100 famílias, serão localizadas em municípios com mais de 20 mil habitantes.

Cada família, nas mesmas condições anteriores, receberá um lote de 30 ha. Cultivarão, além de gêneros de subsistência, outras espécies como gramíneas, leguminosas, árvores frutíferas, borracha, castanha, cacau, etc., e animais de pequeno porte.

As do tipo "C" serão constituídas por 50 famílias, localizadas em municípios de menos de 20 mil habitantes. Os lotes terão 50 ha. e, sem olvidarem os gêneros de alimentação, dedicar-se-ão a culturas econômicas para exportação.

As colônias serão dirigidas por um agrônomo, que orientará a atividade dos produtores. Estes receberão uma casa para residência, além de um auxílio mensal de mil cruzeiros por família, durante os dez primeiros meses.

Terão, ainda, assistência médica e escolar, utensílios de trabalho, instalações de uso coletivo, sementes, mudas, adubos, inseticidas e fungicidas.

Cada colônia terá um corpo administrativo constituído por 3 anos. Ao ser instalada, será organizada, também, uma cooperativa dos colonos, convenientemente assistida, que assumirá a direção do núcleo ao fim do triênio inicial.

Cada família terá um financiamento, para início dos seus trabalhos, a juros baixos e prazo longo, além do auxílio já mencionado.

As colônias de penetração, em número de 14, serão distribuídas pelos Estados e Territórios da Região, em cooperação com o Serviço de Proteção aos Índios, obedecendo o seguinte esquema:

AMAZONAS — 1 — Município de S. Paulo de Olivença, no Rio Solimões, no território fronteiriço com a Colômbia e o Peru. Índios Ticuna; 2 — Município de Lábrea, Rio Seruini, Índios Ipuriná do P. I. Mariené; 3 — Município de Barreirinha. Rio Andirá e Altases. Índios Maué. P. I. Lobo d'Almada; 4 — Município de Eirunepé. Rio Gregório. Índios Kaxinauá, Katukina e outros.

PARÁ — 5 — Município de Altamira. Alto Riozinho, afluente do Rio Fresco, Xingu. Índios Kubenrankein. P. I. Nilo Peçanha; 6 — Município de Itaituba, Rio Gurupi, afluente do Rio Tapajós, Índios Mundurucu. P.I. Mundurucu; 7 — Município de Tucuruí. Igarapé Trucará. Índios Kurini e Paraná; 8 — Município de Conceição do Araguaia. Índios Kaiapó. Xikri.

MARANHÃO — 9 — Município de Carutapera. Rio Gurupi-Una, afluente do Rio Gurupi. Índios Urubu. P. I. Pedro Dantas.

AMAPÁ — 10 — Município de Clevelândia. Rio Uaçá. Índios Karipuna e Kalipur. P. I. Uaçá.

GOIÁS — 11 — Município de Pedro Afonso. Rio Tocantins. Índios Kraó da Kraolândia; 12 — Município de Tocantínia. Índios Xerentes.

GUAPORÉ — 13 — Município de Guajará-Mirim, na margem da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Diversos grupos indígenas.

MATO GROSSO — 14 — Município de Barra do Graça, Índios Xavantes do P. I. Pimentel Barbosa.

Além destas, uma outra será instalada, na Fazenda Nacional de São Marcos, no Território do Rio Branco, aproveitando-se as atuais instalações da Fazenda.

As colônias de fronteira serão localizadas nas proximidades dos principais grupamentos indígenas, nas fronteiras com a Guiana Francesa, no Território do Amapá, onde vivem os índios Esmerilhon, Oiampi e Calibi; na fronteira com a Guiana Holandesa, junto às tribos dos Wanana, Tirió, Pianokotó, Tunauana e Dyau; na fronteira com a Guiana Inglesa, próximo às nascentes do rio Cajuiú, para assistir os índios Parakotó, Maopitau, Kikiana e Waiwai; ao longo da fronteira com a Venezuela, próximo às tribos Xiriana Waiká, Tekum, Guinau e Makitara; na fronteira com a Colômbia, nos altos rios Xié, Içana e Alary, onde vivem os Arnak e Tucano; na fronteira com o Peru, junto às tribos Katiana, Guarayo, Kaxinauí, Jaminaua e Katukina; e no Território do Guaporé, na fronteira com a Bolívia, onde existiram diversos postos indígenas.

Além das colônias indígenas de fronteira, na conformidade dos entendimentos já havidos com as autoridades militares, deverão ser instaladas colônias civis junto aos destacamentos de fronteiras, objetivando a criação de novas condições de vida.

b) *Manutenção das colônias existentes*: Foi considerada, no Plano, a situação das atuais colônias espalhadas na região. Nada justificaria, com efeito, que se relegasse ao abandono as atuais colônias, apesar dos defeitos que apresentam. Durante o primeiro quinquênio, será tentada a reabilitação dos nossos principais núcleos rurais, sendo que alguns deles poderão vir a integrar a rede de colônias que se pretende instalar. Ao fim desse prazo, essas colônias estarão em condições de auto-suficiência econômica, ou estará provado que não apresentam condições de sobrevivência. As colônias agrícolas se explicam como empreendimentos econômicos. Se, para subsistirem, necessitarem de auxílio financeiro continuado, terão perdido a sua principal característica. Não é possível que os poderes públicos se detenham, indefinidamente, em amparar entidades fracassadas, em detrimento de outras que necessitam de ajuda para se desenvolver.

No exercício vindouro (1955), está prevista a assistência às seguintes colônias agrícolas: Rio Branco, Sena Madureira, Xapuri, Tarauacá e Feijó, no Território do Acre; Matapy, Mazagão, Oiapoque, Ferreira Gomes, Jary, Calçoene, Macacoaly, Cassiporé e Santo Antônio da Pedreira, no Território do Amapá; Yata e Candeias, no Território do Guaporé; Taiano e Caracará, no Território do Rio Branco; núcleos coloniais à margem da Estrada BR-17, no Amazonas; Augusto Montenegro, 3 de Outubro, Capitão Poço, e núcleos agrícolas à margem da Estrada de Ferro Tocantins, no Pará. Além dessas, cogita o Plano de constituir pequenos núcleos agrícolas em Benjamin Constant, no Amazonas, em cooperação com a FAO, onde essa entidade está iniciando a montagem de uma indústria madeireira; prosseguir no serviço de loteamento agrícola e cadastro no Estado do Pará e, ainda, instalar e reorganizar colônias que objetivem o desenvolvimento da heveacultura, em toda a região.

Esse serviço assistencial, organizado à margem do Plano de Colonização propriamente dito, prosseguirá nos demais anos do quinquênio e será executado mediante convênio com as entidades mantedoras das colônias.

A execução do Plano de Colonização, cujo início deverá ter lugar a partir de 1956, contará, sem dúvida, com a inestimável cooperação do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, órgão oficial especializado, que participará, também, da execução do programa básico de pesquisas sócio-econômicas.

O Plano deixou à fase executiva o exame do problema migratório. No curto prazo concedido para a sua elaboração, com efeito, não seria possível a análise dos importantes detalhes que constituem esse problema, cuja solução depende não só das pesquisas já esquematizadas como, também, de uma série de providências relativas ao deslocamento do contingente humano de que nos teremos de valer para fazer a colonização planejada.

As colônias projetadas são de vários tipos e de finalidades diversas. Ora prepondera a produção de gêneros alimentícios ou de exportação; ora o interesse político-econômico da penetração do território, objetivando o alargamento da fronteira econômica; ora, ainda, a modificação do panorama da fronteira externa, dando ao indígena da orla e ao soldado vigilante novas condições de vida.

A pobreza demográfica da região afasta, desde logo, a hipótese de ser feita a colonização da área através de um sistema de redistribuição dos núcleos populacionais existentes. Essa movimentação humana interna, cuja prática bem conhecemos, aliás, como consequência da nossa economia monocultora, nenhum resultado satisfatório poderá trazer, ainda que se procure dar ao processo um cunho racional. Resta, por isso, um único recurso: a imigração. Essa afirmativa, entretanto, longe de constituir-se em solução, representa uma segunda fase do problema demográfico do Vale. A Amazônia precisa abrir as suas portas ao imigrante. Mas a imigração desordenada, tal como se vem observando até hoje, não satisfaz. Devemos reconhecer, é verdade, que de qualquer forma, apesar dos erros e dos males que apresenta, é ainda ao "rush" divorciado de todos os cânones da técnica migratória que devemos o desbravamento do sertão regional. Se queremos, entretanto, fazer colonização em bases sólidas, objetivando o desenvolvimento eficiente da economia local, esse empirismo secular terá de se converter em procedimento metódico, disciplinado. Não há que confundir povoamento com colonização. Àquele, falta o cunho racional que caracteriza esta.

A execução do Plano de Colonização encontrará, portanto, o problema migratório. Que correntes humanas serão trazidas à Amazônia? Em que condições? Qual o destino de fixação? Que técnicas e que experiências serão exigidas em troca da assistência oferecida? Acreditamos que a Amazônia terá de apelar para a imigração oriental. Os japoneses, especialmente, têm demonstrado uma extraordinária facilidade de adaptação às condições sociais, econômicas e geográficas da região. Portadores de um padrão de vida e de trabalho bem acima do de nossas populações rurais, a aproximação será de grande valia para o aprimoramento dos costumes indígenas. Parece-nos, por outro lado, inviável a repetição das migrações européias para o Vale. Os portugueses, espanhóis e italianos, que maiores possibilidades teriam de, como seus antepassados, fixar-se na Amazônia, já hoje apresentam condições diversas. Não interessa mais, às correntes migratórias da Europa Mediterrânea, a atividade agrícola, sobretudo numa região como a Amazônia, onde o ambiente rural está assaz distanciado do ambiente de origem. A esses imigrantes, aventureiros ou descontentes, em grande parte, interessa a vida urbana. A atividade comercial ou industrial das cidades poderia atraí-los. Mas esse não é, evidentemente, o aspecto que convém à Amazônia.

Vimos, linhas atrás, que a experiência com a colonização japonesa, realizada já por diversas vezes, surtiu os melhores resultados. A imigração japonesa prossegue, não mais como experiência, mas como uma prática estabilizada. Ainda no corrente ano, muitas dezenas de famílias nipônicas chegaram à Amazônia, destinadas ao Guaporé, Amazonas, Amapá, Rio Branco e Pará. Outras estão sendo esperadas, na conformidade dos entendimentos havidos entre o Consulado Japonês neste Estado, a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e outras autoridades interessadas no assunto.

Concluída a primeira etapa da Valorização Econômica da Amazônia, representada em cinco anos de trabalho intensivo e ordenado, poderemos balancear os resultados e imprimir novos rumos à Colonização do Vale.

O Plano ora submetido à consideração da Presidência da República, constitui, antes do mais, uma experiência de Planejamento, ainda inédita no Brasil. Trata-se, no caso amazônico, de programar a recuperação econômica da imensa área, onde problemas de toda a natureza se cruzam e se associam, como que tentando embargar a marcha do progresso. Malgrado todas essas dificuldades, confiamos no êxito da campanha, desde que todos nos unamos, num só esforço, em prol dos interesses da terra comum.

AUTOFINANCIÁVEL A CONSTRUÇÃO DA NOVA CAPITAL

PEIXOTO DA SILVEIRA

NINGUÉM mas discute, honestamente, as vantagens da mudança da Capital Federal. Trata-se de uma idéa antiga, secular (1808, 1891 etc), inscrita em tôdas as constituições da República e considerada, hoje, uma aspiração nacional. A interiorização da sede do governo da União será um empreendimento importantíssimo, pelas suas fecundas conseqüências de ordem administrativa, econômica, social, política, demográfica e cultural, facilitando a solução de nossos problemas de base.

Por que, então, êsse adiamento secular, essa inércia governamental diante de assunto de tão grande importância?

Sinceramente, penso que todos os Presidentes da República, sem dúvida, gostariam de ter a glória da construção da nova metrópole brasileira; mas, sem mencionar outros fatores negativos, o principal tem sido o receio do custo das obras.

Isto ocorre principalmente porque, quando se fala em sede do governo, pensa-se logo na suntuosidade do Rio de Janeiro. Ora, não se vai mudar a "cidade maravilhosa". Pretende-se fazer uma nova cidade para mudar a sede do governo. E a nova capital não será igual ao Rio. Pelo contrário, o que se pretende é construir uma cidade diferente, necessariamente diferente, sem a grandiosidade do Rio. Será uma cidade funcionalmente projetada para o fim a que se destina.

Outro fato importante, que me parece não ter sido suficientemente lembrado, é o de que a construção da nova capital será um empreendimento autofinanciável: não custará um cruzeiro aos cofres públicos. Pelo contrário, poderá dar saldo e contribuir até para obras em outras regiões do país e mesmo na própria cidade do Rio de Janeiro. Refiro-me à fabulosa importância de vinte bilhões de cruzeiros, proveniente da venda de lotes urbanos.

Principalmente agora, depois que o Sr José Ludovico de Almeida, governador de Goiás, num gesto muito oportuno e patriótico, acaba de assinar um decreto considerando de utilidade pública e interesse social a área escolhida e demarcada pela Comissão da Nova Capital Federal, evitando toda e qualquer exploração imobiliária, que poderia dificultar a aquisição dos terrenos.

A área demarcada para o futuro Distrito Federal é de pouco mais de 5 700 km², ou 120 000 alqueires goianos. Isto custará apenas, cerca de cem milhões de cruzeiros (Cr\$ 100 000 000,00). Desta área, apenas dois por cento (2%) será usada para a urbanização da capital propriamente dita. O restante poderá ser revendido, em pequenas glebas para chácaras e granjas, condicionando-se o seu uso de acordo com o plano geral que será traçado. Só a venda destas pequenas áreas fora da zona urbana daria, no mínimo, dez vezes mais do que o custo total.

Mas não é só. Sem falar nestes terrenos destinados ao Distrito Federal, tomemos apenas os 2% que se destinam à parte urbana da futura Capital.

Planejada para 500 000 habitantes, a cidade contará com 100 000 lotes. Vendidos à média de 200 mil cruzeiros (Cr\$ 200 000,00) à prestação, darão 20 bilhões de cruzeiros (Cr\$ 20 000 000 000,00) ou sejam, na linguagem que muitos ainda usam, vinte milhões de contos.

Note-se que o preço sugerido, de duzentos mil cruzeiros, por lote, à prestação, é pequeno é fará com que a venda seja feita rapidamente. Pois hoje, não falando nos preços vigorantes em São Paulo ou Belo Horizonte, porém mesmo numa cidade nova como Goiânia, um lote está custando muito mais.

A título de curiosidade, pode-se esboçar, a grosso modo, o seguinte orçamento:

	Despesa	Receita
100 000 lotes a Cr\$ 200 000,00		20 000 000 000,00
Despesas de urbanização, inclusive asfalto	1 000 000 000,00	
Construção de vinte edifícios públicos	2 000 000 000,00	
Hospitais e escolas	500 000 000,00	
Serviço de água e esgotos	500 000 000,00	
Energia elétrica e telefone	1 000 000 000,00	
Construção inicial de 20 000 residências para funcionários, a Cr\$ 300 000,00, em média	6 000 000 000,00	
Outras despesas	1 000 000 000,00	
Saldo disponível (superavit)	8 000 000 000,00	
	20 000 000 000,00	20 000 000 000,00

Note-se que neste orçamento sintético se exageram algumas despesas, incluindo mesmo seis bilhões de cruzeiros para construção de casas para funcionários, as quais serão vendidas a prestações; portanto, seriam despesas reembolsáveis. Também os serviços de água, esgoto, energia elétrica e telefone darão renda industrial permanente.

Entretanto, ainda houve o *superavit* de oito bilhões de cruzeiros. Ou seja o saldo líquido de oito milhões de contos!

Assim, mais do que autofinanciável, a mudança da capital será um empreendimento que poderá ofe-

recer lucros imediatos ao governo, sem falar no aumento de produção de regiões até hoje pouco exploradas, propiciando crescimento de um mercado interno para nossas indústrias e outras consequências de ordem econômica, a longo prazo.

Exequível e vantajoso como se vê, tal empreendimento pode e precisa ser realizado com urgência. Para facilitar sua execução, urge seja dada autonomia administrativa e financeira à atual Comissão da Nova Capital Federal, que seria transformada em órgão autárquico



PORTUGUESES NO BRASIL — Revelou o Censo de 1950 que 91% dos 336 856 portugueses presentes no Brasil se concentravam numa área relativamente pequena, abrangendo apenas o Distrito Federal, o Estado do Rio e o Estado de São Paulo. Na Capital Federal viviam 133 905 e no Estado de São Paulo 151 320, dos quais 84 755 na Capital. Todavia, estas cifras são bastante inferiores às de 1940, quando o número de imigrantes portugueses ascendia a 380 325, e menores ainda que as de 1920, quando somavam 433 577. Vê-se, dessa forma, que entre 1920 e 1950 a colônia lusa em nosso país diminuiu de 96 721 pessoas. É provável, no entanto, que atualmente o número de imigrantes dessa nacionalidade alcance e mesmo supere a casa dos 400 mil.

Com efeito, entre 1941 e 1950, entraram no Brasil 48 606 portugueses. No mesmo período, retornaram ao país de origem 31 548, tendo este movimento de retorno sido particularmente intenso nos anos de 1946 a 1949. A partir de 1950 a imigração voltou a apresentar altas cifras. De 1951 a 1954 recebemos 130 029 imigrantes, em sua maioria de primeira permanência; no mesmo intervalo, o movimento de regresso foi inferior a 3 mil. O Brasil continua sendo a principal direção das correntes portuguesas de emigração, na proporção de 75% a 90% do total. No presente século já acolhemos cerca de um milhão e cem mil imigrantes lusos, estando incluídos os de primeira permanência, e os de volta e os temporários.

A colônia portuguesa de 1950, embora representasse apenas 0,65% da população brasileira, correspondia a 4% da população de Portugal naquele ano. Quase não se modificou a tendência desses imigrantes a conservarem sua própria nacionalidade. Em 1940, o número de naturalizados brasileiros entre os portugueses equivalia a 6,82% do total; em 1950, a 7,90%. Os homens se naturalizam mais facilmente que as mulheres. Dentre os que haviam adotado a cidadania brasileira, 20 867 eram do sexo masculino e apenas 5 728 do sexo feminino.

COROGRAFIA DO DISTRITO FEDERAL

F. A. DE NORONHA SANTOS

PRIMEIRA PARTE

Limites — O Distrito Federal (cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro), Capital da República dos Estados Unidos do Brasil, é limitado:

Ao Norte, pela cidade de Maxambomba, sede do município de Iguacu, no Estado do Rio de Janeiro, pelos rios Pavuna, até às suas cabeceiras, Meriti, desde a sua foz até encontrar o Pavuna, Guandu-Mirim, até as terras das antigas fazendas do Guandu do Sena, Retiro e Marapicu, a encontrar as cabeceiras do Guandu e confluência do Itaguaí;

ao Sul, pelo oceano, a partir da ponta da Copacabana até à restinga da Marambaia;

a Leste, pela baía do Rio de Janeiro, que o separa dos municípios de Niterói, antiga Capital do Estado do Rio, e de Magé;

a Oeste, pela enseada de Sepetiba, e município de Itaguaí, pelo rio Guandu

Posição astronômica — Lat. S. — 22°, 53' e 51" e 0°, 0' e 56" — Long. E do meridiano adotado.

Superfície — De norte a sul tem mais de oito léguas de extensão, a partir da Pedra do Relógio, à margem direita do rio Meriti; e de leste a oeste, mais de doze léguas, da Ponta do Calabouço, no Arsenal de Guerra, à margem esquerda do rio Guandu. Abrangendo as ilhas importantes, a cidade estende-se da Ponta da Marambaia aos banhados de Irajá.

O Distrito Federal compreende, aproximadamente, uma área de 1 100 quilômetros quadrados. A parte urbana, propriamente limitada pelo bairro de Estácio de Sá, ruas do Riachuelo, Frei Caneca e Lapa, abrange uma área de mais ou menos seis quilômetros quadrados; os arrabaldes servidos por bondes, e os subúrbios, até Cascadura, ocupam uma área que pode ser estimada em trinta a quarenta quilômetros, exclusive morros e serras, que existem no interior da cidade

Aspecto físico — À margem ocidental da esplêndida baía de Guanabara, seu solo, conquistado ao mar e aos pântanos, é baixo no litoral, pantanoso à margem dos riachos e elevado no interior. A vasta baixada do Distrito é cercada de montanhas, cobertas de vegetação e ricas de ma-

nanciais de excelente água. Algumas de suas serras se prolongam pelo interior até às proximidades da freguesia de Santa Cruz

A baía de Guanabara — A parte da baía de Guanabara, pertencente à Cidade do Rio de Janeiro, é um vasto ancoradouro para os navios de maior calado e tem cerca de setenta e dois quilômetros de extensão, desde o costão da fortaleza de S. João, na entrada da barra (largura máxima de 1 500 metros), até à parte sul da ilha do Governador.

Segundo alguns cronistas, entre eles o visconde do Rio Grande, o primeiro nome da baía foi lago ou rio de Géneure; diz, porém, Fausto de Souza, autor do importante trabalho — "A Baía do Rio de Janeiro", — não ser verdadeira essa denominação, porquanto o historiador francês Lery foi quem escreveu — *Rivière de Géneure*, que é antes corrupção das palavras — Rio de Janeiro.

Os indígenas deram-lhe a denominação — Niterói (água escondida) e Varnhagen assevera que seu nome verdadeiro, dado pelos naturais, foi — Guanabara ou Guanábara (braço do mar).

As duas denominações eram conhecidas pelos tamoios e acredita-se que a margem oriental chamava-se — Niterói, e a outra, na parte pertencente à cidade de S. Sebastião — Guanabara. Outros historiadores e corógrafos afirmam ainda que a parte conhecida por — Guanabara — ficava no interior da baía, distante do continente

Na baía de Guanabara distinguem-se três ancoradouros, marcados pelas instruções de 13 de outubro de 1831, que também regulamentaram as entradas e saídas de navios.

O primeiro ancoradouro fica entre as ilhotas e fortalezas da Lage e Villegaignon e os fortes de Gragoatá e Boa Viagem, até o poço; o segundo, entre as ilhas das Cobras e Enxadas, e o terceiro, entre o cais do trapiche do Sal, na Prainha, e a Saúde

Esses ancoradouros são destinados aos navios mercantes arribados ou em franquia, e para os que esperam cargas ou desembarcam grandes carregamentos.

— Durante o ano de 1900 entraram no porto do Rio de Janeiro, 1 689 navios a vela e a vapor; de longo curso ou estrangeiros — 852; 402

no 1.º semestre e 450 no 2.º; navios nacionais ou de cabotagem — 837; 470 no 1.º semestre e 367 no 2.º. Dos 1 689 navios entrados, pertencem ao 1.º semestre 872 e ao 2.º 817.

Enseadas — Pertencem ao Distrito Federal as seguintes enseadas: do Caju, em S. Cristóvão, entre as ilhas dos Ferreiros e do Bom Jesus e a praia daquele nome; de Inhaúma, Irajá e da Pedra de Guaratiba, nas freguesias destes nomes; do Pinhão, na ilha do Governador; a denominada Saco do Alferes, a de S. Cristóvão; a de Botafogo, e a de Sepetiba, com vinte milhas de extensão de leste a oeste, e seis de largura, de norte a sul, e abrigada pela restinga da Marambaia, (freguesias de Guaratiba e Santa Cruz).

Ilhas e ilhotas — Mais de oitenta ilhas e ilhotas da baía do Rio de Janeiro e de fora da barra, pertencem à jurisdição política e administrativa do Distrito Federal.

Fora da barra notamos as seguintes ilhas e ilhotas: — Cotunduba, Comprida, Mãe, Pai, Palmas, Rasa, Redonda, Tijucas, Funil, Alfavaca e Sernambitiba, em frente à Copacabana, em Jacarepaguá e Guaratiba.

Dentro da baía, as principais são: d'Água, a leste da ilha do Governador, com 320 metros de extensão; Ambrósio, antiga dos Ferros e das Flores, ao sul de Paquetá; Anhangaitá ou Nhanquetá, entre as de Paquetá e Governador; Araroeira ou Aroeira, em frente à do Governador; Baiacu, a oeste da do Fundão e ao sul da do Governador; Bom Jardim, ao norte da do Governador, Bom Jesus, antiga da Caqueirada ou dos Frades, onde funciona o Asilo de Inválidos da Pátria, com cerca de 3 quilômetros de extensão, na enseada de Inhaúma, e em frente ao litoral da Ponta do Caju, em S. Cristóvão; Boqueirão ou dos Coqueiros, ao norte da do Governador, com depósito de pólvora do Ministério da Guerra; Braço Forte, ao sul de Paquetá; Brocoió, a oeste de Paquetá; Cabras, ao sul da do Governador; Cambambis Grande, a sudoeste da do Governador; Cambambis Pequeno, a sudoeste da do Governador, e próximo do canal do pórtio de Maria Angu, em Inhaúma; Canhanhas, ao sul da ilha do Governador e ao norte da do Catalão; Casa da Pedra, ao sul de Paquetá; Catalão, entre as do Governador e do Bom Jesus; Cobras, antiga da Madeira, segundo Gabriel Soares, e das Cabras segundo outros, a leste da ponta do Arsenal de Marinha, da qual é separada por um canal de vinte metros de largura na parte mais estreita e cento e dez de profundidade máxima, tendo cerca de 800 metros de extensão sobre 600 de largura, compreendida a fortaleza do mesmo nome, antiga de S. José, construída antes da invasão francesa de 1711 e reconstruída com grande aumento pelo brigadeiro José da Silva Paes, em 1736; Cocos, ao sul da ilha de Paquetá; Comprida, à direita da dos Cocos; Dom Manuel, a nordeste da ilha d'Água; Enxadas, ao norte da ilha das Cobras, próxima das pedras das Feiticeiras, propriedade do governo da União com o edifício e dependências da Escola Naval; Ferreiros, em frente à Ponta do Caju, em S. Cristóvão; Fiscal, antiga dos Ratos, em frente ao litoral da freguesia da Candelária, propriedade do governo da União, que aí mantém um pósto fiscal da Alfândega do Rio de Janeiro; Fôlhas, a sudoeste de Paquetá; Fôrras Semanas, antiga Sete Semanas ou

Santa Rosa, próxima à de Paquetá; Fundão, antiga ilha do Gato ao sul da do Governador; Governador, antiga Paranaupum, Maracajá, do Gato Bravo, Grande e dos Sete Engenhos, no interior da baía, com cerca de oito léguas de extensão, a mais importante e a maior da baía do Rio de Janeiro; é cercada por muitas ilhotas e pertenceu a Salvador Correia de Sá (o velho), que foi governador da cidade; Grande, ao sul da do Governador; Guaraquessaba, em Guaratiba; Jurubaibas de Baixo e Jurubaibas de Cima, ao sul de Paquetá; Lage, com a fortaleza do mesmo nome, no meio da baía, em frente à fortaleza de Santa Cruz; Lobos, próxima à de Paquetá; Mãe Maria, próxima à do Governador; Manguiños, ao sul de Paquetá; Manoel João e Manoel Rodrigues ou do Engenho, próximas à do Governador; Marçal de Lima, na foz do rio Meriti; Maruí, em Inhaúma; Milho, a leste da do Governador; Paquetá, no fundo da baía, próxima ao Estado do Rio e cercada de grande número de ilhotas, que formam pequeno arquipélago; Palmas, ao sul de Paquetá; Pancaraíba, ao norte de Paquetá; Passagem, ao sul da do Governador; Pescaria, na enseada de Sepetiba; Pindaiz de Baixo e Pindaiz de Cima, entre as ilhas do Bom Jesus e Fundão; Pinheiro, antiga Manoel Luiz e de Inhaúma, em frente ao pórtio de Inhaúma e à pedra do Tibau; Pita ou das Pitangas, ao sul de Paquetá; Pombeba, na enseada de S. Cristóvão, em frente à praia deste nome; Rasa, em frente à do Governador; Rachada e do Raimundo, antiga Cardoso — entre o pórtio de Maria Angu e a ilha do Governador; Redonda, antiga das Cabras, ao sul de Paquetá; Rijo, a leste da do Governador; Roás, pequeno grupo de pedras e ilhotas, perto da praia da Pelônia, ao norte da ilha do Governador; Santa Bárbara, antiga das Pombas, entre as ilhas das Enxadas e da Pombeba, próxima à Gamboa; Santa Rosa, entre as ilhas do Raimundo e do Governador; Sapucaia, ao sul da do Bom Jesus, com 800 metros de extensão e pertencente à Municipalidade; Saravatá, entre a foz do rio Meriti e a ilha do Governador, na freguesia de Irajá; Sêca, ao sul da ilha do Governador; Taibacis, ao sul de Paquetá; Tapuamas e Taputeia, ao sul de Paquetá; Tatu, na enseada de Sepetiba, freguesia de Santa Cruz; Tipitis, a oeste da do Boqueirão; Tepitiguacu, ao sul da do Boqueirão; Ubus ou Bu — grupo de pequenas ilhas, a sueste da do Governador, perto das pedras do mesmo nome e da Passagem; Villegaignon, antiga Serigipe, pertencente ao governo federal, próxima à ponta do Calabouço, no Arsenal de Guerra, com fortaleza do mesmo nome; e Viraponga, ao sul de Paquetá.

As mais importantes dessas ilhas são as do Bom Jesus, das Enxadas, Paquetá, Fiscal, Lage e Villegaignon, dentro da baía, e a Rasa, fora da barra. Só vinte e duas das ilhas e ilhotas pertencentes ao Distrito possuem prédios coletados pela Municipalidade.

— Alguns cronistas e corógrafos antigos falam em outras ilhotas, dando-lhes denominações diversas; Baltazar Lisboa e mosenhor Pizarro citam mais treze, cujos nomes a tradição não conservou e entre elas a da Onça, da Memória, Calumbi, Sidônio, Galinha Gorda, Romanos, Flamengo, Grande do Alemão, Galeão e Laranjeiras.

Pertenceram de certo estas denominações às ilhas dos municípios de Niterói, Majé e S. Gonzalo, no Estado do Rio.

Rios e riachos — O Distrito Federal não possui propriamente nenhum rio importante. Os mais conhecidos são o Irajá e o Meriti, que atravessam extensas terras das freguesias de Irajá, Campo Grande e Inhaúma.

O Irajá forma-se em pequenos pântanos da freguesia de Campo Grande e deságua próximo da foz do Meriti, na freguesia de Irajá.

O Meriti nasce nas vertentes da serra da Grota Funda, freguesia de Campo Grande, recebe as águas dos riachos da Pavuna e das Pedras e deságua no pórtio de Irajá, perto da ilha do Governador, quatro milhas a sudoeste da boca do Sarapuí.

Dentre os riachos notamos: o do A, nas freguesias de Campo Grande e Santa Cruz; o Andaraí, que nasce nas vertentes da serra da Tijuca e despeja suas águas parte no Maracanã e outra parte na enseada da praia Formosa, no lugar denominado Vila Guarani, próximo de S. Cristóvão; o do Anil e o Antigo, em Jacarepaguá; o Bangu e o Cabuçu, nas freguesias de Campo Grande e Santa Cruz; o Berquó, na freguesia da Lagoa; o Branco, na Gávea; o Caçambi, em Jacarepaguá; o Cachoeira, que deságua na lagoa de Jacarepaguá; o Carioca ou Catete, antigo da Mãe d'Água, que nasce na serra da Carioca, atravessa os bairros das Laranjeiras e do Catete e deságua na praia do Flamengo; o Camocim e o Camorim, na freguesia de Jacarepaguá; o das Caboclas, na freguesia da Glória; o Comprido, nas freguesias do Espírito Santo e Engenho Velho; o Cortado e o Engenho d'Água, em Jacarepaguá; o Escarramão, em Irajá, separando esta freguesia da de Inhaúma; o Faria, na freguesia de Inhaúma; o dos Frangos, em Inhaúma; o Fundo ou Engenho d'Água, em Guaratiba; o Gato, em Campo Grande; o Grande, que deságua na lagoa de Jacarepaguá; o Guandú, o Guandu-Mirim e o Guandu do Sena, em Campo Grande e Santa Cruz; o Inhaúma, que se forma nas vertentes das serras que ficam a oeste da cidade, recebe as águas do rio Faria, e desemboca na enseada de Inhaúma, perto da praia Pequena; o Itá, que forma a vala do mesmo nome, construída pelos jesuítas, em Santa Cruz; o Joana, que nasce na quinta da Boa Vista, em S. Cristóvão, e deságua na praia Formosa; o Juquiá, na ilha do Governador; o Juriari, em Campo Grande; o Macaco, que deságua na lagoa Rodrigo de Freitas; o Mangui-nhos, em Inhaúma; o Maracanã, que nasce na Tijuca, na serra do mesmo nome, e despeja suas águas na enseada da praia Formosa, atravessando grande parte da freguesia do Engenho Velho; o Mendanha, em Campo Grande; o Pavuna da Taquara, em Jacarepaguá; o Pavuna e o das Pedras, em Irajá; o Piaí, nas freguesias de Guaratiba e Santa Cruz; o Picapau, que deságua na lagoa de Jacarepaguá; o Piracão e o Piraquê, em Guaratiba; o Piraquara, em Campo Grande; o do Pontal, em Jacarepaguá; o da Prata, o da Prata do Cabuçu e o da Prata do Mendanha, o primeiro tributário do Guandu-Mirim, nas freguesias de Santa Cruz e Campo Grande; o S. Francisco, em Santa Cruz; o Taquaral, em Campo Grande; o da Tijuca, na freguesia de Jacarepaguá; o Timbó, em Inhaúma; o Trapicheiro, que se forma nas vertentes da serra da Tijuca e deságua na praia Formosa,

perto da enseada de S. Cristóvão; o da Vargem Grande, o Vargem Pequena e o das Velhas, em Jacarepaguá.

Lagoas — Quatro lagoas pertencem ao Distrito Federal: — a do Rodrigo de Freitas, antiga Fagundes Varela, na freguesia da Gávea, limites da da Lagoa; e as de Jacarepaguá, Marapendi e Camorim, na freguesia de Jacarepaguá.

Pontas — Guaratiba e Marambaia, na freguesia de Guaratiba; Arpoador, Joatinga e Grossa, na freguesia da Gávea; Copacabana, na freguesia da Lagoa; e Caju, em S. Cristóvão.

Serras — Ficam no território do Distrito as seguintes serras: do Andaraí, (And'rahy dos gentios), na freguesia do Engenho Velho; do Bangu, em Campo Grande; da Carioca, nas freguesias da Glória e Gávea; do Catete, em Inhaúma; Crumriz, em Guaratiba; da Grota Funda, em Campo Grande; de Guaratiba, na freguesia do mesmo nome; de Inácio Dias, no Engenho Novo e Inhaúma; de Itapuca, em Guaratiba; de Jacarepaguá, na freguesia do mesmo nome; do Macaco, em Jacarepaguá; do Mateus, na freguesia do Engenho Novo; dos Pretos Forros, no Méier, freguesia do Engenho Novo; da Tijuca (1 025 m.) ao poente da Capital Federal, no bairro daquele nome, freguesias do Engenho Velho e Jacarepaguá; da Toca, em Guaratiba; e dos Urubus, em Inhaúma.

— Dentre essas serras só figuram no mapa predial quatro, nas quais existem prédios coletados para aquêle impôsto.

Morros — São em grande número os morros que ficam na cidade do Rio de Janeiro, e entre êles conhecemos cinqüenta e sete, nas zonas urbana e suburbana, e que têm as seguintes denominações: Babilônia, entre a praia Vermelha e o bairro de Copacabana; Babilônia ou Pedra da Babilônia, na freguesia do Engenho Velho; Barata, na freguesia de Santa Cruz; Barro Vermelho, em S. Cristóvão; Caboclo, em Campo Grande; Caiumba, em S. Cristóvão; Cantagalo ou da Pedreira de Cantagalo, na freguesia da Glória; Candelária, na Glória; Castelo, na freguesia de S. José; Cavado, em Guaratiba; Chá, em Santa Cruz; Conceição, na freguesia de Santa Rita; Corcovado, (712 m.), na freguesia da Glória; Formiga, na freguesia de Santana; Formiga, na freguesia da Lagoa; Gávea, (478 m.) na freguesia do mesmo nome; Glória, no Catete; Graça, na Glória, Inglês, nas Laranjeiras; Lázarus, em S. Cristóvão; Livramento, na freguesia de Santa Rita; Madre de Deus, na freguesia de Santana; Mirante, na freguesia do Engenho Velho; Mundo Novo, na freguesia da Glória; Neves, na freguesia de Santo Antônio; Nheco, na freguesia de Santana; Paim, na freguesia do Engenho Novo; Pão-de-Açúcar, na entrada da barra; Paula Matos, pertencente a três freguesias: Santo Antônio, Santana e Espírito Santo; Pedregulho, na freguesia de S. Cristóvão; Pinto, na freguesia de Santana; Prazeres, na freguesia do Espírito Santo; Providência, na freguesia de Santana; Retiro da Gratidão, em S. Cristóvão; Retiro da América, na freguesia de S. Cristóvão; Santana, na freguesia do mesmo nome; Santa Teresa, pertencente a quatro freguesias: Santo Antônio, S. José, Glória e Espírito Santo; Santo Antônio, na freguesia do mesmo nome; Santos Rodrigues, na freguesia do Espírito Santo; S. Bento, na freguesia de Santa Rita; S. Diogo, na freguesia de San-

tana; S. Januário, na freguesia de S. Cristóvão; S. João, em S. Cristóvão; S. Lourenço, na freguesia de Santana; Saúde, na freguesia de Santa Rita; Senado (que está sendo arrasado desde 1880), na freguesia de Santo Antônio; Souza Cruz, na freguesia do Engenho Velho; Tijuca, no bairro do mesmo nome; Túnel da Copacabana, na freguesia da Lagoa; Túnel do Rio Comprido, na freguesia do Engenho Velho; Urca, na freguesia da Lagoa; Valongo, na freguesia de Santa Rita; Vidigal, na freguesia da Gávea; Vieira, na Glória; Vintém, no Engenho Novo, e Viúva (antigo do Leripe), na freguesia da Glória

Mangues e mata marítima — Grande parte do litoral das freguesias rurais é constituída pelos mangues e pela mata marítima, que os cobre

Da conservação das árvores dos mangues dependem as condições de salubridade do interior da baía, e de considerável valor para a indústria da pesca são as florestas marítimas do Distrito Federal, que também representam um patrimônio, avaliado em milhares de contos

Canais e valas — O principal canal da cidade do Rio de Janeiro é o da Pavuna — navegável em parte e pertencente ao Distrito Federal, até à ponte do rio que lhe dá o nome Além deste canal, outros de pequena importância cortam alguns lugares de vários pontos da cidade, formados pelos córregos e rios das freguesias urbanas e suburbanas

Nenhuma vaia importante possui o Rio de Janeiro, cidade que outrora era por todos os seus recantos atravessada por grandes valas e mangues

As três valas mais conhecidas são: a do Itá, formada pelo riacho do mesmo nome, e a da Goiaba, em Santa Cruz; a do Mangue, vulgarmente chamada canal do Mangue, entre as ruas Visconde de Itaúna e Senador Eusébio, na cidade nova

Clima e salubridade — Quente no verão e úmido no inverno, o clima da cidade do Rio de Janeiro não é considerado insalubre, e segundo opinião de competentes clínicos nacionais e estrangeiros, entre estes, médicos das marinhas inglesa e italiana, é um dos melhores do globo comparado com o das grandes capitais

A média da temperatura é de 23°, 25° e 24°, 26° Os meses mais quentes são os de dezembro, janeiro, fevereiro e os mais frescos, de junho e julho, fazendo-se notar nesta época grande umidade em alguns lugares da cidade, próximos aos mangues e à beira-mar.

São frequentes, durante o verão, nos lugares pantanosos, as febres palustres As linfites, a tuberculose pulmonar, as lesões agudas do coração, a varíola, a febre amarela, as afecções do aparelho digestivo, o reumatismo, a sífilis e outras enfermidades, como em todas as grandes e populosas cidades, fornecem coeficientes regulares à estatística da mortalidade

Centro de grande atividade comercial e notável pôrto de mar, a cidade do Rio de Janeiro, goza, apesar da injusta propaganda contra as suas condições higiênicas, de um clima relativamente bom

O boletim demográfico-sanitário da Diretoria de Saúde Pública, apresenta o quadro da mortalidade em 1900 e por ele se verifica ter atingido nesse ano a 13 971 o número de falecimentos, sendo:

2 726 casos de tuberculose; 1 016 de diversas formas de impudismo; 590 de varíola, 344 de febre amarela, 292 de peste oriental e 11 729 de outras moléstias.

Os melhores pontos da cidade, recomendados para os doentes de longas enfermidades, são as freguesias de Jacarepaguá e da Gávea; bairros de Copacabana, Cosme Velho, Méier e Cascadura; morros de Santa Teresa, Corcovado, Pedregulho e Retiro da América, e a ilha de Paquetá

— Nos tempos coloniais, as moléstias mais comuns eram as erisipéias, as sarnas, a boubá, o escorbuto, a morféia, a hidrocele, os vermes intestinais, a leucorréia, as hemorróidas, a tuberculose pulmonar e as febres palustres e intermitentes.

A elefantíase dos gregos era uma das mais terríveis endemias daqueles tempos (Esbôço hist. das epidemias da cidade do Rio de Janeiro — Dr. J. Pereira Rêgo)

A varíola foi introduzida, pela primeira vez, na cidade, em 1568; em 1781, reinou a epidemia de Zamparina, caracterizada por disenteria, seguida de fenómenos de paralisia; de 1789 em diante, apareceram muitos casos de coqueluche; em 1801, reinou a epidemia de oftalmias; em 1816 a do corcunda, assim chamada pela curvatura da espinha dorsal com que ficavam os doentes; em 1819, a febre perniciosa, com caráter epidêmico dizimou a população pobre das freguesias urbanas; e em 1820, a varíola reinou intensamente

Depois da Independência (1822) registra ainda a tradição histórica outras enfermidades com caráter epidêmico; em 1825, 1828 e 1834 a 1836, a varíola assolou a pobreza da cidade (*"Du climat et des maladies du Brésil"* — Dr. Sigaud; obr. cit. Dr. Pereira Rêgo) Em 1837, a escarlatina apareceu no Rio de Janeiro, voltando com maior intensidade em 1842, 1843 e depois em 1849 Em 1850 apareceu, com terrível caráter epidêmico, a febre amarela — considerada hoje endêmica Foi importada por um navio procedente do pôrto de Nova Orleans, nos Estados Unidos da América do Norte Em 1851, a colerina vitimou muitas crianças; reapareceu em 1854, tomando no ano seguinte, proporções assustadoras, considerando-a então os médicos como o verdadeiro *cholera morbus* Foi importado o cólera pelo vapor S. Salvador, vindo do Norte do Brasil Em 1855, declinou sensivelmente a epidemia do cólera e as febres intermitentes e tifóide tomaram caráter sério

De 1859 a 1865, a febre amarela, a angina diftérica, a varíola o sarampão, o coqueluche, a escarlatina e as febres intermitentes, foram as enfermidades que periodicamente assolaram a população pobre da capital. Em 1867, reapareceu o cólera, conservando seu caráter epidêmico até 1868.

Nos anos de 1870, 1874, 1876, 1880 a 1886 e 1887 a 1897, a febre amarela, a varíola, o crupe e ligeiras enfermidades dos aparelhos digestivos grassaram por várias vezes, tendo a febre amarela, em 1888, vitimado para mais de 1 000 pessoas.

Em 1899, importada por um navio português, a peste bubônica manifestou-se nesta cidade, tendo antes aparecido alguns casos fatais em Santos (Estado de S. Paulo).

SEGUNDA PARTE

Noções históricas — O território da atual cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro pertenceu às antigas capitanias de S. Vicente, Cabo Frio e Paraíba do Sul, — doadas em 1534 a Martim Afonso de Souza, João Gomes Leitão, Gil Góis da Silveira e Pedro de Góis, segundo o cronista Pedro Tacques de Almeida Paes Leme Estes donatários e capitães ficaram senhores absolutos dessas capitanias, com poderes ilimitados.

Dúvidas profundas e notícias contestadas ainda hoje existem sobre as primeiras expedições anteriores à época da colonização e da chamada catequese dos missionários jesuítas, iniciada por D. João III, e os melhores cronistas e historiadores confessam as incertezas que nutrem sobre esta parte da história da cidade, sabendo-se que, em 1501 e 1503, duas expedições saíram de Portugal, com destino à suposta ilha de Vera Cruz. Somente os degradados do reino, — criminosos e foragidos, aportavam às terras do Brasil, que assim ficou esquecido, apesar de ter D. Manoel obtido do Papa a aprovação do tratado de Tordesilhas, pelo qual foram reconhecidos os direitos de Portugal sobre a Terra de Santa Cruz. A bula de 24 de janeiro de 1506 confirmou esse tratado.

Em 1519, dois portugueses ao serviço da Espanha, Fernando de Magalhães e Ruiz Falero, entraram na baía do Rio de Janeiro, com uma esquadriha de cinco caravelas, e, ignorando ambos a sua descoberta, deram-lhe a denominação de Santa Luzia. Em 1560, a côrte de Lisboa, sentindo os prejuízos que ao poder português faziam os franceses invasores do Rio de Janeiro, ordenou a expulsão dos soldados e marinheiros de Nicolau Durand de Villegaignon, incumbindo desse serviço Mem de Sá, governador geral do Brasil, desde 1558. Em março daquele ano entrou à barra do Rio de Janeiro a primeira frota organizada para dar combate aos franceses e seus aliados — os tamoios; cinco anos depois, Estácio de Sá, sobrinho do governador geral, desembarcou com reforços junto do Pão-de-Açúcar, na Vila Velha, e aí fortificando-se lançou os fundamentos da cidade de S. Sebastião.

Dois anos de lutas passaram entre tamoios, franceses e portugueses, e, em 20 de janeiro de 1567, a vitória dos soldados de Mem e de Estácio de Sá pôs termo à terrível guerra. Conquistadas as tabas dos tamoios, depois de sanguinolentos combates, nos quais à crueldade dos invasores opunha-se a bravura indômita dos naturais, e, batidos os franceses e foragidos os selvagens sobreviventes, menos difícil foi a tarefa dos conquistadores, que levavam ao mundo desconhecido o símbolo do cristianismo, através dos mares e perigos.

O reino português, cujas aspirações eram tão vastas como os mares e as terras das suas maravilhosas descobertas, favorecido pela superioridade de suas armas e pelo poder marítimo e universal que mantinha, formava no Novo Mundo outros elementos de seu progresso, refulgente com a glória do gênio latino. Guardando de suas tradições o valor e a perseverança da raça, os invasores lutaram para vencer e dominar; conseguiram fazer subsistir sua autoridade, tendo em vista duas idéias: submeter os indígenas e aumentar a conquista das terras.

Em 1568, Salvador Correia de Sá ordenou que os moradores edificassem onde bem lhes parecesse,

e nesse ano levantou-se uma ermida na várzea da cidade.

Em 1573, foi dividido o Brasil em dois governos gerais, norte e sul, e alguns anos depois foram aumentados os territórios das capitanias, ficando extintos os cargos de governadores, criados por D. Sebastião para as duas administrações gerais. A cidade do Rio de Janeiro, com a sua comarca, passou a ser sede da capitania do mesmo nome, limitando-se ao norte com a vila de Macaé e ao sul com o termo de Ubatuba, e dela faziam parte as vilas de Angra dos Reis e Cabo Frio, além das terras próximas. Pertencia à cidade a freguesia de S. Sebastião, fundada em 1659, sendo seu primeiro vigário o padre Mateus Nunes, com poderes para castigar e condenar.

No começo do século XVII, diz o Dr. Vieira Fazenda, já se estendia a cidade de S. Sebastião pela várzea, entre os morros do Castelo, S. Bento e Santo Antônio, além do antigo bairro da Misericórdia.

Em 1710 e 1711, corsários franceses, comandados por Duclerc e Duguay-Trouin, atacaram a cidade do Rio de Janeiro, levando o pânico à população e produzindo grandes prejuízos aos bens públicos e particulares. Pela carta régia de 11 de março de 1757, foi concedido o título de — Senado da Câmara — à Municipalidade do Rio de Janeiro.

Tendo em vista o desenvolvimento rápido, que tomava o Brasil, sob influência do marquês de Pombal, ministro de D. José I, foi criado o vice-reinado e transferida a Capital da colônia da cidade de S. Salvador da Bahia para a de S. Sebastião do Rio de Janeiro, no correr do ano de 1763.

Deste ano até 1808, os fatos mais importantes ocorridos na cidade foram: o incêndio do edifício ocupado pelo Senado da Câmara, em 20 de julho de 1790; a execução de Tiradentes, em 21 de abril de 1792, e a chegada da família real, que, em 1808, apressadamente abandonou Lisboa por ocasião de ser Portugal invadido pelas forças de Napoleão. A residência efetiva da côrte portuguesa no Rio de Janeiro foi de grande vantagem para o desenvolvimento da antiga Capital do vice-reinado; foram criados vários estabelecimentos de ensino, bancos, bibliotecas e museus; a iniciativa particular cooperou para o progressivo adiantamento da nova Capital portuguesa, e, em 1815, com a elevação do Brasil a Reino Unido, novos horizontes se abriram às aspirações do povo desta cidade. A Capital compreendia, então, dois bairros, criados pelo alvará de 27 de junho de 1808, e dividia-se em quatro freguesias do centro e oito fora da cidade.

Em 1821, sérios acontecimentos que se desenrolaram em Lisboa, obrigaram D. João VI a deixar o Rio de Janeiro, ficando em seu lugar, como regente do Brasil, desde 26 de abril daquele ano, o príncipe D. Pedro.

A proclamação da independência, em 7 de setembro de 1822, trouxe o estabelecimento de lutas terríveis contra os dominadores portugueses e a criação do império do Brasil sob o governo do imperador D. Pedro I. Essa época da nossa história, se por um lado merece os maiores encômios, porque nela se distinguiram os beneméritos da Pátria e os patriotas eminentes, por outro lado assinala a prepotência do primeiro imperador e os abusos do seu governo.

Em 1830, foi extinto o Senado da Câmara, e em seu lugar instalada a Câmara Municipal, organizada pela lei de 1 de outubro de 1828.

De 1830 a 1831, a reação contra o primeiro reinado preparou a vitória dos liberais em 7 de abril daquele último ano, depois de lutas entre brasileiros e portugueses, que na Bahia e especialmente no Rio de Janeiro se manifestavam adversários ou amigos de Pedro I.

A Regência, de 1831 a 1840, constituiu a história do Brasil um dos períodos mais agitados; os motins e as revoltas, no Rio de Janeiro e nas províncias, preocupavam a atenção dos homens do governo, e nem sempre a verdade e a justiça estiveram com os rebeldes que se esforçavam em reconquistar o poder.

O segundo reinado, da maioridade de Pedro II (1840) até 1889, conservou a par das maiores dificuldades e dos erros inveterados a integridade territorial do Brasil, realizando algumas reformas compatíveis com as tendências sociais do povo brasileiro.

De 1840 em diante, inúmeros foram os progressos materiais da cidade, refletindo o seu desenvolvimento em vários pontos do império. Como centro que foi e ainda o é do Brasil político, intelectual e comercial, o Rio de Janeiro tem a supremacia nos destinos do país.

A sábia lei de 13 de maio de 1888, aboliu completamente a escravidão no Brasil, e a 15 de novembro de 1889, a revolução republicana proclamou nesta cidade o governo do povo, com a República dos Estados Unidos do Brasil.

Organização política — Até 1834 dependia a administração pública da cidade do govêno geral.

Pelo artigo 1.º do ato adicional à constituição do Império, de 12 de agosto daquele ano, foi desmembrado o território da cidade do da província do Rio de Janeiro e criado o município da Côte

Em 1892, por decreto n.º 85, de 20 de setembro, foi organizado o Distrito Federal

— A Constituição Federal (24 de fevereiro de 1891), no artigo 3.º, título I, dispõe que, mudada a Capital da União para o planalto central da República, o atual Distrito Federal passará a constituir um Estado.

A zona de planalto central, no Estado de Goiás, de 14 400 quilômetros quadrados, para êsse fim destinada, foi demarcada por uma comissão nomeada pelo govêno federal.

População — Calcula-se aproximadamente a população da cidade do Rio de Janeiro em cêrca de 800 mil habitantes.

O último recenseamento, de 31 de dezembro de 1890, apresenta 522 651 habitantes, 293 657 do sexo masculino e 228 994 do feminino; 327 989 brancos, 64 538 pretos, 17 445 caboclos e 112 879 mestiços; 374 929 solteiros, 115 602 casados, 30 573 viúvos e 1 547 divorciados.

Em 522 651 habitantes, 187 994 brasileiros e 76 932 estrangeiros sabiam ler e escrever; 166 412 brasileiros e estrangeiros, maiores de 7 anos e 84 221 menores dessa idade, eram analfabetos (250 633 analfabetos); 398 299 habitantes eram brasileiros, 106 461 portugueses e 117 891 de outras nacionalidades.

Dos 398 299 brasileiros, 230 976 eram naturais da cidade do Rio de Janeiro.

A população flutuante, marítima e terrestre, era representada, a primeira por 4 356 habitantes e a segunda por 2 733.

A freguesia de maior população era a de Santana (67 385 habitantes), e a de menor, a de Paquetá (2 693 habitantes).

Quanto aos cultos, o recenseamento de 1890 apresenta 500 417 católicos, 408 085 nas freguesias urbanas (até o Engenho Novo, inclusive) e 192 332 nas freguesias suburbanas, inclusive as ilhas de Paquetá e do Governador; e 22 234 de outros cultos.

— Em diferentes épocas era assim avaliada a população da cidade: — em 1710, 12 000 habitantes; em 1750, segundo Baltazar Lisboa e Southey, subia a 25 000; em 1760, 30 000 habitantes; em 1799, segundo Antônio Duarte Nunes, autor do "Almanaque Histórico do Rio de Janeiro", existiam 40 000 habitantes; de conformidade, porém, com os dados do arrolamento mandado proceder pelo vice-rei, conde de Rezende, existiam 43 376 habitantes, 28 390 livres e 14 986 escravos.

Em 1808, diz o padre Luís Gonçalves dos Santos — nas "Memórias para servir à história da fundação do Reino do Brasil" — a população da cidade orçava naquele ano em 60 000 habitantes, divididos pelas quatro freguesias do centro; o clero regular era representado por 120 religiosos, o secular por 200, residentes na cidade e seus arredores, e metade da população era de escravos

Em 1821 existiam 112 695 habitantes — 77 321 das freguesias urbanas e 33 374 das suburbanas (freguesias de fora); em 1849 — 266 468, e em 1859, exclusive as freguesias do Santíssimo Sacramento, Paquetá e Jacarepaguá, o número de habitantes era de 188 158, menos 78 310, comparando-se com o do decênio anterior. Em 1870 existiam 233 381 habitantes, sendo católicos 232 534 e de outros cultos 2 817; em 1876, 277 972, sendo 190 689 nacionais e 84 283 estrangeiros.

Divisão territorial — A divisão territorial, política e administrativa, é a mesma das antigas freguesias, com pequenas modificações

Em cinco zonas subdivide-se o Distrito: — cidade velha, cidade nova, bairros, subúrbios e ilhas.

Estão na cidade velha os distritos e freguesias da Candelária, de S. José, Santa Rita e do Sacramento; na cidade nova: Santo Antônio, Santana e Espírito Santo; nos bairros: Glória, Lagoa, Engenho Velho, S. Cristóvão, Gávea e Engenho Novo; nos subúrbios e na zona rural: Inhaúma, Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz; e nas ilhas: as freguesias de N. S. da Ajuda e do Bom Jesus de Paquetá (antigas freguesias de fora)

Limites dos distritos e freguesias — A freguesia do Santíssimo Sacramento, criada em 1826, limita-se com as da Candelária, Santana, Santa Rita e S. José;

a de S. José, criada em 1749, limita-se com as da Candelária, Sacramento, Santo Antônio e Divino Espírito Santo;

a da Candelária, a mais antiga de tôdas, criada em 1634, limita-se com as de S. José, Sacramento e Santa Rita;

a de Santa Rita, criada em 1751, limita-se com as da Candelária, Sacramento e Santana;

a de Santana, criada em 1814, limita-se com as de Santo Antônio, Sacramento, Santa Rita, Espírito Santo e Engenho Velho;

a de Engenho Velho, criada em 1795, limita-se com as de S. Cristóvão, Espírito Santo, Inhaúma e Jacarepaguá;

a da Lagoa, criada em 1810, limita-se com as da Glória e Gávea;

a da Gávea, criada em 1873, limita-se com as da Lagoa e Jacarepaguá;

a da Glória, criada em 1834, limita-se com as de S. José, Espírito Santo e Lagoa;

a de Santo Antônio, criada em 1854, limita-se com as de S. José e Santana;

a de S. Cristóvão, criada em 1856, limita-se com as do Espírito Santo, Engenho Velho e Engenho Novo;

a do Espírito Santo, criada em 1865, limita-se com as de Santana, Engenho Velho, Santo Antônio e Glória;

a do Engenho Novo, criada em 1873, limita-se com as de S. Cristóvão, Engenho Velho e Inhaúma;

a de Inhaúma, criada em 1743, limita-se com as do Engenho Novo, Irajá e Jacarepaguá;

a de Irajá, criada em 1647, limita-se com as de Inhaúma e Jacarepaguá;

a de Jacarepaguá, criada em 1664, limita-se com as de Engenho Novo, Irajá, Campo Grande, Gávea, Guaratiba, Engenho Velho e Inhaúma;

a de Guaratiba, criada em 1755, limita-se com as de Santa Cruz, Campo Grande e Jacarepaguá;

a de Campo Grande, criada em 1757, limita-se com as de Irajá, Guaratiba e Santa Cruz;

a de Santa Cruz, criada em 1834, limita-se com o Estado do Rio e com as freguesias de Guaratiba e Campo Grande

As duas freguesias, das ilhas de Paquetá e do Governador, limitam-se pelas águas da baía de Guanabara

— Em 1900 foram criadas as freguesias de N. S. da Luz, desmembrada do território da do Engenho Novo, e de N. S. de Lourdes de Vila Isabel, desmembrada da de S. Francisco Xavier do Engenho Velho

Em 1901 foi criada a freguesia de Santo Cristo, desmembrada do território da de Santana

Administração pública — Serviços federais e municipais — A alta administração do país e os serviços dela dependentes estão a cargo do governo federal

Pertencem ao Governo Federal os serviços dos Correios, da Alfândega, das estradas de ferro Central do Brasil e Rio Douro, abastecimento d'água, saúde do porto, arsenais de guerra e marinha, polícia, incêndios, telégrafos, ensino secundário, de preparatórios e superior.

A administração federal no Distrito é exercida pelo presidente da República e seus secretários, pelos comandantes das forças militares de terra e mar, e autoridades civis

O poder judiciário superior é exercido pelo Superior Tribunal Federal e o legislativo pelo Congresso Nacional: — Câmara dos Deputados e Senado.

A polícia, dependente do Ministério do Interior e Justiça, está sob a direção de um chefe, três delegados auxiliares, dez delegados de circunscrições urbanas e oito de circunscrições suburbanas. O de-

creto n.º 3 889, de 31 de dezembro de 1900, determinou os limites das circunscrições policiais do Distrito Federal, na zona urbana, e modificou as antigas delimitações, de que trata o decreto número 1 034 b, de 1 de setembro de 1892

A administração local pertence ao prefeito do Distrito Federal, chefe do poder executivo municipal. Nas vinte e três freguesias da cidade existem vinte e oito agências da Prefeitura, três agências de inflamáveis, e vinte distritos de impostos municipais

Instrução — A instrução superior é ministrada nas escolas de Medicina, Politécnica, Militar, Naval, Música, Belas Artes, nos dois estabelecimentos do Ginásio Nacional (interno e externo), na Escola Preparatória e de Tática do Exército e no Colégio Militar, dependentes do governo federal; na Escola Normal, pertencente ao Distrito Federal; nas duas Academias Livres de Direito e em diversos colégios particulares, equiparados aos institutos de ensino oficial

A instrução pública municipal é ministrada em 180 escolas oficiais, cinco escolas-modélo, 65 subvencionadas e 40 subsidiadas

Mantém ainda o Distrito Federal os institutos profissionais, um do sexo masculino e outro do feminino, e um instituto comercial

— O último trabalho sobre a estatística do ensino primário no Distrito Federal, publicado pela Diretoria do Interior e Estatística Municipal, apresenta o quadro da população infantil, provável em 1897, com 106 390 menores de 7 a 14 anos, e dá a média de 15 256 crianças, que frequentam escolas públicas

Divisão eleitoral — Representação política — A cidade do Rio de Janeiro divide-se em 3 distritos eleitorais com 51 637 eleitores, subdivididos por 23 freguesias, 21 distritos administrativos e 244 secções

Elege o Distrito Federal três senadores e dez deputados ao Congresso Nacional; e a representação municipal é composta de quinze intendentes, cinco de cada um dos três distritos eleitorais.

Justiça local — Além do Tribunal do Júri, 15 pretorias, 3 procuradorias municipais, a justiça local é dependente da Corte de Apelação, do Tribunal Civil e Criminal e do Juízo dos Feitos da Fazenda Municipal

Impostos e rendas públicas — Ao Distrito Federal pertencem os impostos predial, de licenças, territorial, teatral, foros, laudêmios e outras contribuições.

Ao governo da União são pertencentes os impostos de consumo, pena d'água, direitos da Alfândega, foros de terrenos e rendas das estradas de ferro Central do Brasil e Rio Douro e das repartições dos Telégrafos e Correios

— A receita municipal no exercício de 1900, orçada em 19.229:490\$000, produziu . . . 25 438:836\$436, no 1.º semestre 9 889:534\$217 e no 2.º 15 549:302\$219. Deduzidos os empréstimos, que figuram na receita, a arrecadação da renda própria produziu apenas 17 837:969\$240. Comparando-se a receita desse exercício com a que foi arrecadada em 1899, (23 509:076\$446) há uma diferença para mais de 1 929:759\$990

A despesa fixada pelo orçamento em
17 741:203\$333 atingiu a 24 909:489\$616. Os
créditos extraordinários montaram no exercício de
1900 em 8 874:429\$960, e o saldo orçamentário
foi de 529:346\$820

A despesa fixada pelo orçamento em
17 741:203\$333 atingiu a 24.909:439\$616 Os
créditos extraordinários montaram no exercício de
1900 em 8 874:429\$960, e o saldo orçamentário
foi de 529:346\$820

— A Recebedoria Federal do Rio de Janeiro
arrecadou durante o exercício de 1900 — . . .
25 835:243\$187, no 1.º semestre 12.619:612\$518
e no 2.º, 13 215:630\$669

— A Alfândega do Rio de Janeiro teve em
1900 a seguinte renda: importação, entrada, saídas
e estadia de navios, adicionais, interior, consumo,
extraordinária e renda com aplicação especial —
58 502:435\$464, no 1.º semestre 23 774:463\$405
e no 2.º, 34 427:972\$059; 7 957:133\$812, em ou-
ro, e 50 545:301\$652 em papel Comparada a
renda da Alfândega em 1900 a que foi arrecada-
da no exercício anterior, (77 734:966\$769) há
uma diferença para menos de 19 232:531\$305

— A Estrada de Ferro Central do Brasil ar-
recadou em 1900, da renda de mercadorias, baga-
gens, encomendas, bilhetes, eventuais, alugueis de
casas, botequins nas estações e plataformas, . . .
34 745:066\$852

Imigração — O govêrno federal não mantém,
desde 1895, serviço de imigração oficial Em 1894
entraram no pôrto do Rio de Janeiro 68 000 imi-
grantes, na sua maioria italianos

Agricultura, comércio e indústria — A cidade
do Rio de Janeiro, pela importância de seu pôrto,
é um dos centros de maior comércio da América
e do globo

Sua praça exporta quase todo o café dos Es-
tados do Rio e Minas e parte do de S Paulo, e
importa muitos gêneros europeus e dos Estados do
Norte, Centro e Sul

A lavoura, criação e indústria do Distrito Fe-
deral são representadas: cereais, café, frutas e can-
nas — freguesias de Inhaúma, Irajá, Jacarepaguá,
Campo Grande, Guaratiba e ilha do Governador;
tecidos, olarias, cimento e cal — Inhaúma, Irajá,
Jacarepaguá, Santa Cruz, Campo Grande e ilha de
Paqueta; gado — Campo Grande, Irajá e Jaca-
repaguá; aves e pesca — Inhaúma, Irajá, Guaratiba,
Santa Cruz e ilha do Governador

A floricultura e a viticultura têm nestes últi-
mos tempos merecido dedicada atenção dos agri-
cultores, e nas freguesias do Engenho Velho, Gló-
ria, Lagoa e Gávea são em grande número as
chácaras e os jardins, nos quais a floricultura tem
progredido de dia para dia

— O café, cultivado pela primeira vez no
Rio de Janeiro, de ordem do vice-rei marquês do
Lavradio, em terras próximas do convento da Aju-
da, foi em outros tempos uma das principais plan-
tações da cidade

Conta o Distrito Federal cêrca de 50 fábri-
cas, alguns engenhos de aguardente, nas fregue-
sias rurais, e acham-se coletados na zona urbana,
para os impostos de licença e profissões, perto de
trinta mil negociantes

Defesa militar — *Fortalezas* — A cidade é a
sede da administração militar do Brasil, a cargo

do estado-maior geral do Exêrcito e da Armada
Seu território pertence à jurisdição do 4.º distri-
to militar

Ficam no território do Distrito Federal as
fortalezas de Villegaignon, de S João, junto do
Pão-de-Açúcar, fundada por Salvador Correia de
Sá; a da Laje, numa ilha de 50 braças de com-
primento sôbre 25 de largura, construída de 1713
a 1720; a da ilha das Cobras, fundada em 1715; a
da Praia Vermelha, na Escola Militar; e a do mor-
ro da Conceição.

Além destas fortalezas, estão na cidade as
fortes do Leme, do morro da Viúva, da Guanabara,
do Castelo, do Vigia, na ponta do Anel, e de
S Tiago, no Arsenal de Guerra

Faróis — Existem cinco faróis em diversos
pontos: — o da ilha Rasa, iluminado a luz elé-
trica desde 3 de dezembro de 1883, aos 23º, 3',
40" de lat. S e 0º, 2', 00" de long. E. do Rio
de Janeiro; o de Villegaignon, inaugurado em 1 de
outubro de 1882, na fortaleza e ilha do mesmo
nome, aos 22º, 54', 40" de lat. S e 0º, 0', 40"
de long. E; e o do Calabouço, na ponta do Arse-
nal de Guerra, inaugurado em 1 de outubro de
1882; o da Lage, na ilha e fortaleza do mesmo
nome; e o da ilha das Cobras, na fortaleza do
mesmo nome

Divisão eclesiástica — Sede do arcebispado do
sul pela bula "Ad universas orbis ecclesias" do
Papa Leão XIII de 5 de maio de 1392

Criada a prezaia do Rio de Janeiro pelo bre-
ve do Papa Gregório XII, de 19 de julho de 1576,
foi elevada à categoria de bispado ou diocese epis-
copal pela bula "Romani Pontificis" do Papa Ino-
cência XI, de 16 de novembro de 1676.

O arcebispado do sul, compreende, além da
cidade do Rio de Janeiro, os bispados de Niterói,
S Paulo, Curitiba, Pôrto Alegre, Mariana, Dia-
mantina e Cuiabá.

São 24 as freguesias da cidade, 16 na zona
urbana, 6 na zona rural e 2 nas ilhas do Gover-
nador e de Paquetá

TERCEIRA PARTE

Principais edifícios — Os principais edifícios
da cidade, pertencentes às repartições públicas e
associações particulares são: o pa'ácio do Presi-
dente da República, na rua do Catete; a Prefeitura
Municipal, na praça da República; o palacete Ita-
marati, ocupado pela secretaria das relações ex-
teriores, na rua Marechal Floriano; o Correio Geral,
na rua 1.º de Março; a Câmara dos Deputados, na
rua da Misericórdia; o Senado Federal, na rua do
Areal; a Alfândega, construída em 1783, e recons-
truída em 1860, na rua Visconde de Itaboraá; a
Casa da Moeda, criada em 23 de janeiro de 1697,
e instalada em 1866 no majestoso edificio da
praça da República; a Caixa de Amortização, na
rua 1.º de Março; o Tesouro Federal, na rua do
Sacramento; a Repartição Geral dos Telégrafos, no
antigo paço imperial da praça 15 de Novembro; a
Estação Central da Estrada de Ferro Central do
Brasil, inaugurada em 22 de março de 1858, na
praça da República; os arsenais de Guerra e da
Marinha, o primeiro fundado em 1762, no fim da
rua D Manoel, e o segundo, criado em 1764, na
encosta do morro de S. Bento; o Conselho Muni-
cipal, na praça Ferreira Viana, antigo largo da

Mãe do Bispo; o Quartel General do Exército, na praça da República; o *Forum*, no antigo edifício do Museu Nacional, na praça da República; o Museu Nacional, criado por decreto de 26 de maio de 1818, na antiga quinta imperial da Boa Vista, em S. Cristóvão; a Escola Militar, na praia Vermelha; o quartel da Brigada Policial, na rua Evaristo da Veiga; o hospital da mesma brigada, no morro de Santo Antônio; as casas de Correção e Detenção, instituídas em 1834, na rua Frei Caneca; o quartel central do Corpo de Bombeiros, na praça da República e rua do Senado; a Biblioteca Nacional, na rua do Passeio; o Arquivo Público, no antigo edifício do Recolhimento do Pardo, na rua da Assembléia; a secretaria do Ministério da Viação e Obras Públicas, na praça 15 de Novembro; as secretarias dos ministérios do Interior, da Guerra, da Marinha, e da Fazenda, a primeira na praça Tiradentes, a segunda na praça da República, a terceira na rua Visconde de Inhaúma, e a quarta na rua do Sacramento, no edifício do Tesouro; Colégio Militar, fundado pelo conselheiro Tomás Coelho, na rua S. Francisco Xavier; o internato e o externato do Ginásio Nacional, o primeiro na praça Marechal Deodoro e o segundo na rua Marechal Floriano; a Repartição Central de Polícia, na rua do Lavradio; o Arquivo Militar; o Necrotério; a Casa de S. José, fundada pelo conselheiro Ferreira Viana, na rua General Canabarro; o Instituto Profissional, na rua *Boulevard* 28 de Setembro, em Vila Isabel; as escolas Politécnica, Naval, de Medicina, Preparatória e de Tática do Exército, e Normal, a primeira na praça Coronel Tamarindo, a segunda na ilha das Enxadas, a terceira na praia de Santa Luzia, a quarta no Realengo de Campo Grande, e a quinta na praça da República; e Caixa Econômica; o Depósito Público, na rua do Senado; o Supremo Tribunal Federal; a escola municipal da rua da Harmonia; as escolas de Belas Artes e de Música, a primeira criada por decreto de 12 de agosto de 1816, na travessa das Belas Artes, e a segunda, fundada em 1838, na rua Luís de Camões; a estação de oeste do Corpo de Bombeiros, em S. Cristóvão; o Asilo S. Francisco de Assis, na rua Visconde de Itaúna; o Hospício Nacional de Alienados, inaugurado em 30 de novembro de 1852, na praia da Saudade; o Observatório Astronômico, no morro do Castelo; o Supremo Tribunal Militar, na rua Marechal Floriano; o Matadouro Público, na freguesia de Santa Cruz; a Fábrica de Cartuchos, no Realengo; a Repartição de Obras Públicas, na praça da República; o Instituto Vacínico Municipal, na rua do Catete; a escola municipal da praça Duque de Caxias; os quartéis de infantaria, cavalaria e artilharia do Exército, em S. Cristóvão; o Laboratório Químico Farmacêutico Militar, na rua Evaristo da Veiga; e a Diretoria de Saúde Pública

Dentre os edifícios particulares, destacamos os seguintes: da Associação dos Empregados no Comércio, na rua Gonçalves Dias; do Gabinete Português de Leitura, na rua Luís de Camões; da Companhia Educadora, na praça Coronel Tamarindo; do Clube Naval, na rua Clapp; o colégio das irmãs de caridade, em Botafogo; as livrarias Laemmert, Alves e Garnier e a Companhia de Seguros Sul América, na rua Moreira César, antiga do Ouvidor; a estação dos bondes da Companhia Jardim Botânico, na praça Duque de Caxias; os hotéis dos Estrangeiros, Nacional, Vista Alegre

e Internacional, os dois últimos em Santa Teresa; a fábrica do Gás, da Societé Anonyme du Gaz, na rua Senador Eusébio; o Palácio do Arcebispaço, no morro da Conceição; o Liceu Literário Português, na rua da Prainha; o hospital da Santa Casa da Misericórdia, na praia de Santa Luzia; os conventos d'Ajuda, Santa Teresa e de Santo Antônio; o Recolhimento das Órfãs, em Botafogo; os seminários de S. José e do Rio Comprido; o Colégio Abílio, na freguesia da Glória; a Escola 15 de Novembro, na rua de S. Cristóvão; os clubes dos Fenianos e Democráticos; a fábrica de móveis da Companhia Marcenaria Brasileira, na rua de S. Cristóvão; os Bancos da República, Alemão, Francês e Inglês, e o edifício da praça do Comércio.

Logradouros públicos e prédios — Possui a cidade do Rio de Janeiro cerca de 2 100 logradouros públicos, incluídos becos, caminhos, largos, morros, praças, praias, ruas e travessas.

Quase todos os logradouros do centro da cidade são tortuosos e estreitos, e em contraste com a parte comercial do Distrito as ruas dos arrabaldes são largas e de excelente aspecto. O recenseamento de 31 de dezembro de 1890, encerra um quadro explicativo dos logradouros públicos, em número de 1 051, sendo: 49 becos, 241 caminhos e estradas, 37 ladeiras, 187 lugarejos, 75 praças e largos, 59 praias, 89 morros, 117 lugares diversos, 1 016 ruas e 147 travessas

Segundo alguns dados que colhemos, em 1900 existiam na zona urbana da cidade, constituída pelas freguesias da Candelária, Santa Rita, S. José, Sacramento, Santo Antônio, Santana, Glória, Espírito Santo e parte das de S. Cristóvão e Engenho Velho, 1 036 logradouros públicos

Em 1900, o número de prédios térreos, de sobrados e assobradados era de 54 392, sendo: 552 próprios nacionais e 30 próprios municipais. Além desse número existiam 456 avenidas com 4 539 casas, 1 054 estalagens com 16 066 quartos; 87 igrejas do culto católico; 1 igreja do culto positivista e 9 protestantes.

O recenseamento de 1890 apresenta 48 576 prédios, sendo 34 621 térreos, 5 076 assobradados, e 8 879 de sobrado. Nesses números estão incluídas 1 149 estalagens e avenidas, habitadas por 18 388 famílias.

— Em 1821 existiam 1 321 prédios na zona sujeita ao imposto predial, então denominada decima urbana; em 1849 — 21 024; em 1856, até à légua da demarcação para o imposto predial — 23 480; em 1870 — 27 679 e em 1872 — 30 913, na zona urbana 23 689, e na suburbana, até os limites de Inhaúma — 7 292. Em 312 ruas, 100 travessas, 53 praças e 27 ladeiras, existiam, em 1872 — 6 832 prédios de sobrado, de um ou mais andares, 2 017 assobradados, e 14 840 térreos, incluídas nestes números 9 750 casas de comércio

Viação pública — Percorrem diversas zonas do Distrito Federal cinco estradas de ferro: Central do Brasil, antiga D. Pedro II, com ramal para Santa Cruz; Melhoramentos no Brasil, Leopoldina, Rio Douro e Corcovado.

As estradas Central e Rio Douro pertencem ao governo federal.

São em número de sete as companhias de bondes, que trafegam em vários pontos da cidade: Jardim Botânico, antiga Botanical Garden;

Carris Urbanos e ramal de Guaratiba; S. Cristóvão, Vila Isabel e ramais de Caxambi, Bôca do Mato, Inhaúma, e S. Cristóvão; Carioca (Santa Teresa e Paula Matos); Jacarepaguá e Santa Cruz (Itaguai e Sepetiba); e bondes elétricos da Tijuca.

A viação marítima é servida pela Companhia Cantareira, que mantém linhas de barcas para as ilhas do Governador e de Paquetá, no Distrito Federal, e para as cidades de Niterói e Majé, no Estado do Rio

Água, esgôto e iluminação — A cidade é abastecida de água pelo Aqueduto da Carioca, construído no governo de Gomes Freire de Andrade; pelos reservatórios da Tijuca, do Jardim Botânico, Maracanã, morro da Viúva, Estácio de Sá, Boa Vista, Andaraí, Macaco e S. Januário, antigo D. Pedro II, no morro de D. Ana, inaugurado em 1876 sob a direção do tenente-coronel Dr. Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim.

O serviço de esgôto está a cargo da companhia inglesa City Improvements e abrange toda a vastíssima zona urbana da cidade e pequena parte da suburbana.

A iluminação pública e particular é fornecida a grande parte da cidade, até Todos os Santos, pela companhia Societé Anonyme du Gaz. Em 1854 inaugurou-se a iluminação a gás e em 1876 contava a cidade 5 595 combustores de iluminação pública, nas ruas e praças. Os arrabaldes eram iluminados a azeite e mais tarde a gás globo

— A zona atualmente iluminada divide-se em oito distritos e a extensão total da canalização é de 528 704 metros, 11 c/m, existindo 11 583 combustores, 11 262 nas diversas ruas, travessas, largos e becos; 197 no jardim da praça da República, 24 no jardim da praça Tiradentes, 76 no Passeio Público e 24 na praça Duque de Caxias.

Jardins públicos, passeios e calçamentos — Na zona urbana da cidade estão situados sete jardins públicos, assim denominados: Praça da República, Jardim Botânico (freguesia da Gávea); Passeio Público, Parque da Boa Vista, atravessado pela Estrada de Ferro Central do Brasil, em S. Cristóvão; Praça Duque de Caxias (na freguesia da Glória), Praça Tiradentes, e o Jardim da Caixa d'Água, no morro de D. Ana.

São em grande número os passeios que se encontram no vasto e populoso território do Distrito Federal, entregues ao gozo público, notando-se entre eles o Jardim Zoológico, em Vila Isabel (fundado pelo barão de Drummond); aprazíveis sítios na Tijuca, no Corcovado, na Quinta da Boa Vista; nas freguesias da Glória, da Gávea, Lagoa, S. Cristóvão, Engenho Novo, Engenho Velho, Inhaúma, Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Guaratiba, Santa Cruz e ilhas do Governador e de Paquetá; e nos bairros e morros do Méier, do Retiro da América, do Pedregulho, de Santa Alexandrina, dos Prazeres, de Santa Teresa, Cascadura, do Campinho e da Penha

Tôdas as ruas do centro da cidade e grande parte dos logradouros situados nos arrabaldes são calçados a paralelepípedos

Na zona suburbana, o calçamento adotado é o de alvenaria, sendo muito limitadas as ruas que tiveram êsse melhoramento.

Monumentos e obras de arte — Existem nos logradouros públicos as estátuas de D. Pedro I, na praça Tiradentes; de José Bonifácio, na praça

coronel Tamarindo; do marechal Osório, na praça 15 de Novembro; de João Caetano, em frente à Academia de Belas Artes; de José de Alencar, na praça dêste nome; de Pedro Álvares Cabral, na praça da Glória; e do marechal Duque de Caxias, no antigo largo do Machado

Além do Aqueduto da Carioca, importante obra de arte do Brasil colonial, possui a cidade do Rio de Janeiro os reservatórios de S. Cristóvão e da Tijuca, os túneis da Gamboa, da Copacabana e do Rio Comprido; a Doca da Alfândega; os diques Nacional, Santa Cruz e da Saúde; as linhas de bondes elétricos da Carioca e da Tijuca; a Estrada de Ferro do Corcovado; alguns chafarizes, entre eles o da Carioca, o da praça 15 de Novembro, o do Menino, no Passeio Público; o da praça Municipal, o da Glória, o do Rócio, na praça 11 de Junho; o chafariz do Lagarto, construído em 1786, à rua Frei Caneca, na base do morro de Paula Matos; o da rua do Riachuelo, próximo à de Silva Manoel; o da rua D. Manoel, construído no governo do vice-rei D. José de Castro; a fonte de pedra, no largo de Benfica, Pedregulho, e a Bica da Rainha, nas Laranjeiras

Em Catumbi existem as ruínas do Aqueduto do mesmo nome, cortado pela rua Itapiru

Na rua Conde de Bonfim existiu o chafariz do Aragão, demolido no segundo reinado.

Na rua Evaristo da Veiga, junto ao quartel da Brigada Policial, existiu o célebre chafariz das Marrecas.

Bibliotecas — As mais importantes bibliotecas existentes no Distrito Federal são: a Nacional, fundada por D. João VI e adquirida depois da Independência, em 1822, por 400:000\$, com cerca de 250 000 volumes, na rua do Passeio; a Fluminense, com cerca de 80 000 volumes, na rua Moreira César; a Municipal, da Prefeitura do Distrito Federal, com cerca de 90 000 volumes, na rua General Câmara; a do Gabinete Português de Leitura, a do Liceu Literário Português, as das escolas Militar, Naval, de Medicina, Politécnica, Livre de Direito e Normal; as da Marinha e do Exército; a do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, na rua Gonçalves Dias; a Inglesa, a da Sociedade Germânia, a da Escola Nacional de Belas Artes, a do Clube de Engenharia; a do Mosteiro de S. Bento; a do Arquivo Público, na rua da Assembléa; a da Sociedade Acadêmica Deus, Cristo e Caridade; e a da Escola Preparatória e de Tática do Exército, no Realengo.

Teatros — São em número de 16 os principais teatros que funcionam na cidade, 10 públicos e 6 particulares, além de outros pertencentes a várias associações particulares.

São públicos os teatros: Lírico, antigo D. Pedro II, um dos maiores do Brasil, à rua 13 de Maio n.º 4, com 84 camarotes, 42 de primeira ordem e igual número de segunda, uma galeria de terceira ordem, e entre os camarotes de primeira ordem e a platéia, que comporta cerca de 1 000 espectadores, uma varanda com duzentas cadeiras; Apolo, à rua do Lavradio n.º 50, construído pelo artista Guilherme da Silveira; S. Pedro de Alcântara, antigo Constitucional Fluminense, na praça Tiradentes n.º 26; Santa Ana, antigo Cassino, à rua do Espírito Santo n.º 2; Lucinda, fun-

dado por Luís Cândido Furtado Coelho, à rua do Espírito Santo n.º 24; Recreio Dramático, à rua do Espírito Santo n.º 35; *Moulin Rouge*, antigo teatro Variedades e Príncipe Imperial, na praça Tiradentes n.º 3; Alcazar Parque, no beco do Império; Nacional, antigo Fênix Dramática, à rua da Ajuda n.º 59, e Guarda Velha, no jardim do mesmo nome, à rua Senador Dantas

Pertencem a sociedades particulares os teatros: Riachuelense, antiga Sociedade Dramática Riachuelense, na rua D Ana Neri n.º 222; da Gávea, na rua Marquês de S Vicente n.º 39; Elite Clube, antigo Clube Dramático do Engenho Velho, na rua Mariz e Barros n.º 12-A; Engenho de Dentro, na estação das Oficinas; Todos os Santos, na rua da Redenção; e Talma, na rua do Propósito n.º 12

Além desses, outros teatros particulares existem em diversos pontos da cidade, mantidos por sociedades dramáticas, recentemente fundadas

Dos teatros do Rio de Janeiro, o mais antigo é o de S Pedro de Alcântara

Hospitais — Na parte urbana da cidade ficam os hospitais da Santa Casa de Misericórdia, o mais antigo de todos; das Ordens Terceiras do Carmo, da Penitência, e de S Francisco de Paula; os do Exército, no morro do Castelo e no Andaraí; o da Marinha, na ilha das Cobras; o de beribéricos da Marinha, na Copacabana; dos Lázaros, da Irmandade da Candelária, em S Cristóvão; o da Saúde, o de S Sebastião, pertencente à Municipalidade, na Ponta do Caju; o Hospital Nacional de Alienados, pertencente ao governo da União, em Botafogo; a Casa de Saúde Dr Eiras, e diversas enfermarias particulares, entre elas duas inglesas e uma alemã

Na parte suburbana da cidade o mais importante estabelecimento hospitalar é o Hospício de N S das Dóres, no Campinho, freguesia de Irajá

Igrejas — Em 13 distritos urbanos da cidade pertencentes a 16 freguesias ficam 60 igrejas do culto católico, uma do Apostolado Positivista do Brasil e nove protestantes

Incluídas as principais igrejas católicas das freguesias suburbanas, notamos as seguintes: a de S. Sebastião (Sé Catedral), inaugurada em 1900, na rua 1.º de Março, em frente à praça 15 de Novembro; a de N. S da Candelária, na rua deste nome, construída por Antônio Martins de Palma, antes de 1628; a do Santíssimo Sacramento, na rua deste nome, inaugurada em 30 de junho de 1859; a de Santa Rita, matriz da freguesia do mesmo nome; a de Santo Antônio dos Pobres, na rua dos Inválidos; as de S Gonçalo Garcia e S Jorge, na freguesia do Sacramento; de Santa Cruz dos Militares, antiga capela de Vera Cruz, edificada sobre as ruínas de uma forte, em 1627, na rua 1.º de Março; a de N S do Carmo, antiga capela imperial, edificada em 1755, na rua 1.º de Março; as da Lampadoza, Lapa do Destêrro, Lapa dos Mercadores, Misericórdia, Santa Efigênia, Mãe dos Homens, construída em 1758; da Conceição e Boa Morte, de N. S do Parto, na freguesia de S José; N S do Rosário, construída nos tempos coloniais e antiga Sé Catedral; Senhor dos Passos, na freguesia do Sacramento; de

S Francisco de Paula, na praça Coronel Tamarindo, construída de 1759 a 1801; de S Domingos, de S Pedro, de S Joaquim, na rua Marechal Floriano; a de S Sebastião, primeira catedral do bispado do Rio de Janeiro, no morro do Castelo; Bom Jesus do Calvário, S Francisco da Prainha, S. Francisco da Penitência, construída em 1590 e reconstruída em 1752; de S José, erecta em 1633, na freguesia de seu nome; Santa Luzia, na praia do mesmo nome; a de N S da Glória, inaugurada em 1872, na praça Duque de Caxias; a de Santana, matriz da freguesia do mesmo nome; S Francisco Xavier, matriz da freguesia do Engenho Velho; N S da Glória do Outeiro, no morro da Glória; Espírito Santo, matriz da freguesia do mesmo nome; Madre de Deus, na freguesia de Santana; S João Batista da Lagoa; N S do Socorro, matriz da freguesia de S Cristóvão; Senhor do Bonfim, em S Cristóvão; N S das Neves, na freguesia de Santo Antônio; N S da Conceição e S. João, em S. Cristóvão; Santa Teresa, no Convento do morro do mesmo nome; Menino Deus, na freguesia de Santo Antônio; N S de Lourdes, em Vila Isabel; N S. da Luz, na freguesia deste nome; N S da Conceição do Engenho Novo, N S das Dóres, no Engenho Novo; N S da Conceição da Gávea, N S da Cabeça, uma das mais antigas da cidade do Rio de Janeiro, na freguesia da Gávea; N S. da Apresentação de Irajá; S Tiago de Inhaúma, S Salvador do Mundo, em Guaratiba, N. S da Penha, na freguesia de Irajá; N S do Loreto de Jacarepaguá, N. S. da Pena, em Jacarepaguá; Senhor Bom Jesus do Monte, na ilha de Paquetá; N S da Ajuda da ilha do Governador; N S. do Destêrro, em Campo Grande; Santo Antônio, em Guaratiba, e a de Santa Cruz, na freguesia do mesmo nome

Asilos e estabelecimentos de caridade — Entre os mais importantes estabelecimentos de caridade distinguem-se os asilos: Gonçalves de Araújo, em S Cristóvão, pertencente à Irmandade da Candelária; de S Francisco de Assis, pertencente à Municipalidade; dos Inválidos da Pátria, na ilha de Bom Jesus, mantido pelo governo da União; das Órfãs de S Francisco de Paula; de Santa Maria, de N S da Piedade, das Órfãs da Sociedade Amante da Instrução e da Santa Casa de Misericórdia; o Asilo Isabel, a Escola 15 de Novembro, a Associação de Proteção à Infância Desamparada e a Liga Brasileira contra a Tuberculose

Cemitérios — No Distrito Federal existem 18 cemitérios, 11 públicos, inclusive 9 municipais, e 7 particulares; 6 na zona urbana e 12 na zona rural

São públicos os cemitérios de S Francisco Xavier, em S Cristóvão; de S. João Batista da Lagoa, em Botafogo, na zona urbana; e os das freguesias de Inhaúma, Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba e ilhas do Governador e de Paquetá, pertencentes à Municipalidade

São particulares: os cemitérios da Ordem Terceira do Carmo, e da Penitência, em S Cristóvão; de São Francisco de Paula, em Catumbi; dos Ingleses (British Burial Ground), pertencente à igreja episcopal inglesa, na Gamboa; do Bom Jesus do Monte, na ilha de Paquetá; do Senhor Bom Jesus dos Perdões, em Jacarepaguá, e de São Tiago, em Inhaúma.

M. A. TEIXEIRA DE FREITAS



FOI Mário Augusto Teixeira de Freitas um dos autênticos paladinos do municipalismo no Brasil. Conhecedor dos problemas fundamentais do País, colocou êle no esquema de seu ideário cívico a causa municipalista, nos seus exatos termos, empenhando-se, no curso de muitos anos de doutrinação, na defesa de um conjunto de princípios relacionados com a realidade nacional. Ao longo de sua obra de idealista e patriota, lá estão consignadas reflexões sobre o papel que cabe, na vida brasileira, às células municipais, tendo em vista a sua revitalização econômica, social e cultural. Foi uma constante em seus estudos a idéia da cooperação interadministrativa para solução de problemas comuns às três esferas da ação governamental — o Município, o Estado e a União —, idéia que êle concretizou, afinal, numa realização prática,

no plano de criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Filho do Sr. Afonso Augusto Teixeira de Freitas, membro do magistério paranaense, engenheiro e escritor, nasceu o Dr. Teixeira de Freitas em São Francisco, no Estado da Bahia, a 31 de março de 1890.

Ainda muito moço, e já formado em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, conquistou, por concurso, em 1908, um lugar na antiga Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Viação, onde sua inteligência viva, espírito de iniciativa e capacidade de trabalho lhe proporcionaram, desde cedo, natural ascendência entre os companheiros de repartição. Coube-lhe, nessa fase, promover numerosas pesquisas estatísticas até então inéditas no País e realizar, pessoalmente, vários estudos com base nos levantamentos efetuados.

Em março de 1920, foi nomeado, a convite de Bulhões Cavalho, Delegado Geral do Recenseamento em Minas Gerais, desempenhando essa comissão até o encerramento dos trabalhos censitários no Estado. Sua notável atuação naquele cargo levou o Governo mineiro a convidá-lo para reformar a organização estatística estadual, dando-lhe plena liberdade de iniciativa. Teve, então, oportunidade de ensaiar a aplicação, no campo da estatística, do sistema de cooperação interadministrativa entre diferentes esferas de governo, no caso, o federal e o estadual, sistema êsse de que se tornaria um ardoroso defensor. Como diretor do Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais, hoje Departamento Estadual de Estatística, lançou importantes trabalhos, dentre êles o Anuário Estatístico do Estado, o Anuário Demográfico, o Anuário de Legislação e Administração Municipal, o Atlas Corográfico Municipal de Minas Gerais, a Carteira Estatística de Minas Gerais e a Divisão Administrativa Judiciária de Minas Gerais.

Deixando a direção do Serviço de Estatística de Minas Gerais, em 1930, veio para o Rio de Janeiro e, a convite do Governo Provisório, colaborou na organização do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, no qual passou a dirigir a Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação, que logo se tornou o centro dinamizador das atividades da nova Secretaria de Estado. É aí que concebe, em grandes linhas, o plano de cooperação interadministrativa, de âmbito nacional, exposto em tese apresentada à IV Conferência Nacional de Educação, de 1931, e que, estruturando e unificando as estatísticas

do ensino em todo o País, através do Convênio Nacional de Estatísticas Educacionais e Conexas, celebrado entre a União e os Estados, seria o ponto de partida de toda a evolução do sistema estatístico brasileiro.

Mais tarde, colaborou decisivamente com o então Ministro da Agricultura, General Juarez Távora, na criação de um serviço de estatística da produção e não mais se deteve em seus esforços no sentido da coordenação de todas as atividades estatísticas nacionais, à base da cooperação intergovernamental. Relator da Comissão Interministerial que estudou a organização do Instituto Nacional de Estatística, criado em 1934, graças à sua atuação incansável, a ele se deve, também, a realização da Convenção Nacional de Estatística de 1936, que subscreveu como representante do Ministério da Educação e Saúde. No instrumento de acordo firmado pelos delegados da União e de todas as Unidades Federadas, os problemas estatísticos do País foram equacionados com grande acuidade e precisão, constituindo aquele documento, de autoria do ilustre brasileiro, uma síntese admirável de muitos dos objetivos por ele defendidos em longa pregação, animada sempre do mais ardente patriotismo.

Criado o Instituto, depois denominado Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística pela associação, nas mesmas bases de cooperação interadministrativa, do sistema de atividades geográficas, o Dr. M. A. Teixeira de Freitas foi o primeiro a ocupar, até 1948, o cargo de Secretário-Geral, sem prejuízo das funções de Diretor do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, que também exercia. Aposentou-se em dezembro de 1952, após 44 anos de serviço público, que não cessou, aliás, nessa ocasião, pois até recentemente se entregava o eminente pátrio ao estudo de nossos problemas fundamentais. Ainda no ano passado participou ativamente das reuniões do Instituto Interamericano de Estatística — em cuja fundação, verificada em 1941, exerceu destacado papel, tendo sido, por isso, eleito seu primeiro presidente e, mais tarde, presidente honorário — e da 29.^a Sessão do Instituto Internacional de Estatística, do qual era vice-presidente. Em 1953, compareceu, como delegado do Brasil, à reunião do IIE, realizada em Haia.

Como Secretário-Geral do IBGE, coube-lhe conceber, planejar e consolidar a atual organização estatística brasileira, imprimindo-lhe não somente as marcas do seu espírito como a capacidade de realização que a impôs ao respeito da opinião pública nacional e firmou-a no conceito das entidades internacionais. Sua atuação, nesse posto, foi realmente exemplar, sobretudo pelo idealismo e pertinácia com que tornou vitoriosa uma experiência de tal envergadura e sem precedentes na vida administrativa do País.

Antigo presidente da Associação Brasileira dos Municípios, Associação Brasileira de Educação e da Sociedade Brasileira de Estatística, membro da Liga Brasileira de Esperanto, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, da Liga da Defesa Nacional, da Sociedade Nacional de Agricultura, da Ação Social Arquidiocesana e do Conselho Diretor da Fundação Getúlio Vargas, foi um pregador incansável, de ânimo verdadeiramente apostolar, de largas e generosas idéias. Dentre as causas por que se bateu figuram a maior difusão do ensino e sua adequação às necessidades do País, a revitalização dos Municípios, a redivisão territorial, incluindo a interiorização da Capital Federal, o prevalemento do sistema métrico decimal, a instituição de Colônias-Escolas, a cooperação interadministrativa em vários campos das atividades governamentais, a reforma do Registro Civil, a uniformização ortográfica, a adoção do Esperanto como língua auxiliar, a criação de bibliotecas e museus municipais, a reestruturação da administração brasileira. Participou ativamente de numerosas iniciativas e campanhas de objetivos cívicos e culturais, tendo sido o promotor da I e II Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, da I Exposição Nacional de Mapas Municipais, das comemorações do Batismo Cultural de Goiânia e da instituição do Dia do Município. Colaborou, com grande eficiência, nas primeiras Semanas Ruralistas levadas a efeito no País e no movimento de renovação do sistema educacional brasileiro, promovido pela ABE. Apontado pelo então presidente do DASP, Sr. Luís Simões Lopes, como "funcionário público n.º 1 do Brasil", por suas excepcionais qualidades de servidor da Nação, teve o seu nome proposto para inscrição no Livro do Mérito, iniciativa que não chegou a concretizar-se, tal o empenho com que, em sua modéstia, a ela se opôs o homenageado.

Quando à frente da Secretaria-Geral do IBGE, o Dr. M. A. Teixeira de Freitas assinalou a sua atuação tanto pelo vigoroso impulso que imprimiu a tôdas as atividades estatísticas nacionais, como pela iniciativa de numerosas resoluções do Conselho Nacional de Estatística e de leis federais do maior alcance, quer para a consolidação do sistema estatístico-geográfico, quer para o interesse geral do País. Cumpre referir, dentre as primeiras, as que fixaram diretrizes de reforma social ou ofereceram sugestões ao encaminhamento dos problemas de base do Brasil, e dentre as segundas, o Decreto-lei n.º 311, que estabeleceu a inalterabilidade, em períodos quinquenais, da divisão territorial-administrativa e judiciária das Unidades da Federação em Distritos, Municípios, Têrmos e Comarcas, e respectiva revisão segundo normas racionalizadoras devidamente fixadas, com a delimitação obrigatória dos quadros urbanos, suburbanos e rurais; o Decreto-lei n.º 969, que determinou a realização decenal, nos anos de milésimo zero, do Recenseamento Geral do Brasil; o Decreto-lei n.º 1 360, que estabeleceu disposições padronizadoras para o núcleo das repartições federais do sistema do Instituto; e o Decreto-lei n.º 4 181, que, além de dispor sobre a criação das Secções de Estatística Militar nas Unidades da Federação, autORIZOU a realização dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, possibilitando, assim, a solução do grave problema da coleta de dados no âmbito municipal, de capital interesse para a estatística geral e, de modo especial, para os estudos necessários à segurança nacional.

O Dr. M. A. Teixeira de Freitas publicou numerosos trabalhos, entre os quais se destacam: O Ensino Primário no Brasil, O Que Dizem os Números sobre o Ensino Primário, Os Serviços de Estatística do Estado de Minas Gerais, O Reajustamento Territorial do Brasil, O Problema do Município no Brasil Atual, A Educação Rural, A Constituição de 1934 e a Ortografia, O Exército e a Educação Nacional, Teses Estatísticas, O IBGE e a Segurança Nacional, O IBGE e os Governos Regionais, Dispersão Demográfica e Escolaridade, A Evasão Escolar no Ensino Primário Brasileiro, A Estatística e a Organização Nacional, A Redivisão Política do Brasil, O Ensino Primário Brasileiro no Decênio 1932/1941, A Escolaridade Média no Ensino Primário Brasileiro e Problemas de Organização Nacional.

Através de artigos, discursos, entrevistas e conferências, defendeu sempre ardorosamente as idéias que o empolgavam, para elas conquistando, com um raro poder de persuasão, adeptos entusiastas. Vários de seus trabalhos foram traduzidos e divulgados em publicações especializadas de outros países. Membro de numerosas instituições técnicas e culturais estrangeiras, mereceu ainda recentemente a honra de ser eleito "Honorary Fellow" da Royal Statistical Society, de Londres, e "Fellow Member" da American Statistical Association. Por sua vez, a Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística, em expressiva Resolução, proclamou-o, em 1950, "membro permanente" do mesmo Conselho. Católico praticante, figuram entre as obras inacabadas do Dr. M. A. Teixeira Freitas dois livros de cunho filosófico-religioso.

A POPULAÇÃO DO ESTADO DO RIO

SEGUNDO o último Recenseamento, a população do Estado do Rio de Janeiro era pouco inferior a 2,3 milhões de habitantes. Calcula-se que, este ano, será da ordem de 2,6 milhões. Essa estimativa baseia-se no ritmo do crescimento demográfico do Estado, através dos recenseamentos periódicos. No curso do decênio 1940-1950, a população fluminense cresceu cerca de 2% ao ano — índice inferior ao nacional. Deve-se isto, sobretudo, à emigração. Nos Estados imigratórios, verifica-se naturalmente o contrário: em Goiás, por exemplo, o índice do crescimento demográfico alcançou 5% ao ano, na mesma década, e no Paraná, elevou-se a 7% (no Brasil em conjunto, a média anual foi de 2,6%).

Fluminenses presentes no território nacional — No Estado do Rio de Janeiro — 79,0; No Distrito Federal — 15,1; Em São Paulo — 2,3; Em Minas Gerais — 1,5; Em outras Unidades da Federação — 2,1.

O Censo de 1950 registrou em todo o Brasil 2 393 863 pessoas nascidas no Estado do Rio. Se todas elas tivessem permanecido no Estado natal, formariam uma população superior à nele presente. Os deslocamentos demográficos para fora do Estado são, portanto, consideráveis: em cada 5 fluminenses de nascimento, 1, pelo menos, emigra. A grande maioria demanda o Distrito Federal, devido à proximidade, e talvez às melhores perspectivas de vida. Em menor escala, ocorrem deslocamentos para São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Espírito Santo.

Analfabetos (% sobre o total das pessoas de 5 anos e mais de idade): — População total — 50,1; População urbana — 31,2; População rural — 68,4.

Metade da população fluminense de 5 anos e mais não sabia ler e escrever, em 1950. Esse índice é muito elevado, embora se observem outros mais altos, em várias Unidades brasileiras. A população rural era que mais se ressentia da falta de instrução, apresentando 68% de analfabetos. Entre a população urbana, mais beneficiada pelo aparelhamento escolar como geralmente acontece, a quota de analfabetos baixava para 31% — ainda alta, todavia.

População economicamente ativa: — Agropecuária e extração — 43,1; Indústria — 21,2; Outras atividades — 35,7

A indústria constituía uma das principais atividades econômicas do Estado. Nela se ocupavam 21% das pessoas economicamente ativas, segundo o Censo de 1950. Equivale isto a dizer que, em 5 fluminenses presentes, 1 trabalhava na indústria. Na agropecuária e extração exerciam atividade 43, em 100 pessoas economicamente ativas; e nas demais atividades — compreendendo comércio, serviços, transportes, administração pública, etc. — 36, em 100 pessoas economicamente ativas.

Domicílios servidos com luz elétrica: — Total do Estado — 35,6; Cidades e vilas — 67,1; Zona rural — 6,9

Domicílios servidos com água encanada — Total do Estado — 24,0; Cidades e vilas — 44,9; Zona rural — 4,9

Pouco mais de um terço das habitações fluminenses dispunha de luz elétrica em 1950. Apenas uma quarta parte possuía água encanada. Pode-se apreciar as condições de conforto de uma população mediante índices como esses. Sendo assim, é lícito reconhecer que a população fluminense não se encontra em condições satisfatórias. Tais deficiências acentuam-se nas zonas rurais, praticamente desprovidas dos elementos de conforto em foco: apenas 7% das moradias rurais do Estado eram iluminadas a eletricidade, e somente 5% contavam com água encanada.

O Censo Demográfico de 1950, foi o sexto promovido no Brasil. O primeiro, realizado ainda no Império, data de 1872. O Brasil é signatário de numerosas convenções internacionais que preceituam a realização de recenseamentos periódicos, não só de população, como de determinadas atividades econômicas, agropecuária, indústria, comércio, serviços, etc. Na atualidade as informações estatísticas obtidas mediante levantamentos censitários constituem valiosos elementos de estudos sociais, econômicos, políticos, administrativos. Há por isso uma tendência internacional no sentido de melhor aparelhar os órgãos incumbidos da realização desses levantamentos. No Brasil, uma das condições fundamentais de melhoria técnico-administrativa do Serviço Nacional de Recenseamento é dar-lhe caráter permanente, a fim de que, nos períodos intercensitários, possam os seus técnicos dedicar-se a estudos necessários ao aperfeiçoamento dos métodos de trabalho.

FORTALECIMENTO DO MUNICÍPIO E O PROBLEMA DO SEU FRACIONAMENTO

VOLTAMOS a martelar a tecla do fracionamento municipal, que temos ferido com certa frequência. É que o problema nos tem impressionado vivamente, em virtude de seu cunho negativo, pelo sério risco que encerra de desvirtuar-se o movimento municipalista, impulsionado a partir de 1946. Precisamos fortalecer o município; dar-lhe condições de prosperidade econômica e financeira, a fim de que possa realizar o bem coletivo. Éste o meio de evitar-se a mobilidade das populações rurais, o deslocamento demográfico do interior para os grandes centros urbanos. Migrações em que a perda qualitativa é maior que a quantitativa, pois o êxodo dos campos não deve impressionar apenas pelos números, e sim e principalmente pelo fato de alcançar, de preferência, os elementos jovens, mais capazes, em plena força produtiva.

Concordamos plenamente com os sadios propósitos do movimento municipalista, que se bate pelo fortalecimento econômico e financeiro das comunas interioranas, de modo a torná-las aptas a realizar o progresso local. Não nos parece, entretanto, que a extrema fragmentação municipal, que se vem verificando nos últimos anos, concorra para êsse desideratum. As novas comunas, em regra, não oferecem condições econômicas, demográficas e sociais que lhes assegurem vida autônoma. Pela exigüidade do território, pela escassez da população, pela insignificância da arrecadação, tais municípios, em sua maior parte, vão viver existência precária, apagada, arrimados à cota de 10% do imposto de renda que a Constituição lhes atribuiu. Em inúmeros casos apresentam elas como resultado exclusivo a criação de novo foco de burocracia, destinado a alimentar o vézo do emprêgo público, tão ararigado em nosso povo. Êsse rumo errado encontra exemplo típico em Minas Gerais. Em trabalho minucioso, estampado na *Revista Brasileira dos Municípios* (n.º 30, ano VIII), demonstra o Sr. J. C. Pedro Grande, técnico do Conselho Nacional de Geografia, que a criação da maioria dos 92 novos municípios surgidos no grande Estado central, na sua última divisão

administrativa e territorial, não se baseou em sérias razões econômicas e, sim, em simples motivos de ordem política (considerada na sua pior acepção). Justo seria que a fragmentação atingisse de preferência os municípios de grande extensão territorial, que, às vêzes, criam embaraços ao administrador e aos administrados e, assim mesmo, na hipótese de razões de ordem econômica e demográfica que justificassem a subdivisão.

Em Minas, não se teve o cuidado de seguir sempre êsse critério. Alguns municípios grandes permaneceram intactos, enquanto outros de tamanho médio ou mesmo pequenos se viram fracionados pela emancipação de seus distritos. Os dados apresentados pelo Sr. J. C. Pedro Grande demonstram que v.las insignificantes, de três ou quatro centenas de habitantes em 1950, se tornaram cidades. E não se diga que nos últimos cinco anos, o grande Estado montanhês tenha se beneficiado de forte crescimento demográfico ou que se tenham verificado, em seu território, verdadeiros deslocamentos populacionais, em proveito de determinadas zonas.

O fenômeno pode e deve ter acontecido, mas em casos excepcionais e não com a generalidade que a criação de novos municípios faria supor. O que se verificou, em verdade, foi a corrida à cota de 10% do imposto de renda, para o que se pegou a denominação de cidades em obscuros lugares que, em certos casos, mal alcançam um milhar de habitantes e que, sem condição de vida autônoma, vão modorrar, insignificantes, à sombra da política local. O que se diz de Minas pode-se generalizar para todo o país. Com raras exceções, os Estados reduziram ao mínimo os requisitos para a criação de novos municípios. E a política, desejosa de agradar os pruridos emancipacionistas das populações, faz o resto.

BRASÍLIO MACHADO NETO

Publicado no "Diário de Notícias", do Rio, edição de 1.º-1-56.

BAURUS E ITABAIANAS

O CONSELHO Nacional de Estatística continua a publicar as excelentes monografias sobre municípios brasileiros, que são um ponto de partida magnífico para a elaboração de uma corografia perfeitamente atualizada, capaz de dar aos jovens brasileiros idéia concreta sobre cada uma das nossas comunas, sua importância política e econômica, sua

densidade demográfica e o grau de instrução do seu povo. O Conselho Nacional de Estatística, que é um dos ramos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, desfalcado, há pouco, de um dos seus grandes valores, Teixeira de Freitas, mas servido por um corpo de funcionários que seguem o seu exemplo de dedicação ao serviço público,

pede modestamente a colaboração geral, principalmente a dos historiadores e geógrafos, a fim de sanar erros e equívocos, que possam ser evitados. Há de escapar, naturalmente, vez por outra, um gato, mas a verdade é que nada se fez até hoje comparável, no gênero, a esses escorços sobre os municípios brasileiros

Algumas vêzes, recebo no mesmo envelope três e quatro folhetos, de municípios de diferentes Estados do Brasil, e me dou, então, ao trabalho de cotejá-los, para observar as diferenciações econômicas, bem como o grau de progresso, de uns e de outros. Há coisas que são de estarrecer, pela disparidade que se nota entre o vertiginoso crescimento de uns e a decadência irremediável de outros, o que nos revela a existência de um Brasil que progride e a de um Brasil que vegeta, a de uma nação que se agiganta e prospera e outra que agoniza, estagnada. Chegamos por vêzes a ter a impressão de que não se trata de municípios de um mesmo país, mas de regiões estranhas, sem nada de comum, encravadas em continentes diversos, — tão mal se distribui o progresso em nosso país. Tomemos para exemplo os municípios de Itabaiana, na Paraíba do Norte, e o de Bauru, em São Paulo. Para começar, a diferença de idade entre as duas comunas: Itabaiana começou a ser povoada no século XVIII; Bauru recebeu seus primeiros povoadores no ano da proclamação da República, já às portas do século XX. Itabaiana tem 38 500 habitantes, Bauru já tem quase o dobro: 65 500. Note-se que a importância de Itabaiana, na Paraíba, é maior que a de Bauru, no Estado de São Paulo, pois o município paraibano é o sétimo em população no seu Estado, ao passo que

o paulista é o décimo-primeiro (incluídas, num e noutro caso, as respectivas capitais)

Em relação à capital paraibana, como ao litoral, Itabaiana está a uma distância de 63 quilômetros, pelo sistema rodoviário, e de 71 quilômetros, pelo sistema ferroviário, ao passo que Bauru dista da capital paulista 377 quilômetros, pela estrada de rodagem, e 402 quilômetros, por estrada de ferro. Pois enquanto que em Bauru 77% da população é alfabetizada, em Itabaiana 75% são analfabetos! É o caso de se perguntar o que têm feito as administrações estaduais e municipais da Paraíba em matéria de ensino primário. Por muito pobre que seja um Estado, não deve encontrar justificativa para que sua população fique submergida no analfabetismo. Do ponto de vista da saúde pública, o contraste também impressiona. Itabaiana, com seus 38 500 habitantes, possui apenas 3 médicos no exercício da profissão. Um médico para mais de 16 000 indivíduos, — ao passo que Bauru tem 62.

Evidentemente, no exame das monografias do Conselho Nacional de Estatística, encontraremos casos ainda mais impressionantes do que esses. E isso nos serve para mostrar que há no Brasil coisas fundamentalmente erradas, para as quais concorre em muitos casos a displicência dos administradores e a incuria dos legisladores. Com comunas como Bauru, fariamos do Brasil uma grande nação. Só com Itabaianas, não passaríamos de uma simples região. — R. Magalhães Jr.

Publicado no "Diário de Notícias", do Rio, a 4/III/56.

LÁ EM MATO GROSSO

A "REVISTA Brasileira dos Municípios" distribuiu em separata um novo "retrato do Brasil", através das profissões liberais. Não de todas as profissões, mas de seis consideradas importantes: médico, dentista, farmacêutico, agrônomo, veterinário, engenheiro. Ficamos informados de quantos profissionais dessas categorias dispõem o País, e como eles se distribuem pelo território nacional.

Saiba o leitor que se precisar de médico, não o encontrará em 457 dos 1945 municípios brasileiros (os dados são de há três anos atrás). Em 378 municípios procuraria em vão um dentista; não há sombra de farmacêutico em 251 comunas.

Em Tefé, no Amazonas, você será atendido por um médico, mas não achará farmacêutico que lhe avie a receita; em Anhangá, terra paraense, o farmacêutico existe, mas falta médico para receitar. Em Tobias Barreto, Sergipe, também, mas aí se pode contar com um veterinário. Dentista, engenheiro e agrônomo, Tobias Barreto não os possui, a despeito de seu nome ilustre. Que valem tais homenagens?

Nomes ilustres não significam atrativo para as profissões liberais, no interior. Monteiro Lobato é um município paulista que só dispõe de um dentista e dois farmacêuticos; médico, engenheiro, agrô-

nomo e veterinário, nenhum. Coelho Neto, no Maranhão, no particular de gente diplomada, só conta com um farmacêutico, e Humberto de Campos, no mesmo Estado, não tem profissional algum.

A distribuição desses elementos é bastante significativa. O Distrito Federal, sozinho, tem 6 113 médicos para 16.448 no resto do País, dos quais 3 217 radicados na capital paulista; em mais da quinta parte dos municípios brasileiros, o doente está entregue a curandeiros (e ainda bem que eles existem) ou a ninguém. Dos 273 agrônomos baianos, 108 assistem no Salvador, o que leva a crer que aquela cidade seja um núcleo rural de primeira ordem; Dorival Caymmi, que nos diz a respeito?

O meu caro burgo de Itabira não se pode dar ao luxo de possuir um só agrônomo, quando ali funcionou o primeiro instituto de agronomia criado em Minas, com técnicos europeus, e fechado pelo governo, há mais de 50 anos, por motivo de economia. E a poderosa Companhia Vale do Rio Doce, que lhe suga as riquezas minerais, dá-lhe em troca... promessas.

Os números do inquérito divulgado pela Revista impressionam ao leitor. Impressionário ao legislador, ao administrador, aos que têm obrigação de debruçar-se sobre a realidade, para remediá-la?

Seria desejável que a lei federal, sem bolir na esfera de competência dos Estados, estabelecesse condições mais severas para a constituição de novos municípios. Quando um distrito apresenta determinados índices de desenvolvimento econômico, o Estado o desmembra e dá-lhe autonomia. Nomeia um coletor, um delegado de polícia, situa-o em termo ou comarca, e aí chegam tabeliães, escrivães, oficiais de justiça. Mas se esquece de presentear-lo com um médico, um farmacêutico, um dentista e um agrônomo, pelo menos. A população que se arrume. É espantosa a facilidade com que se desarticulam municípios tradicionais, extirpando-lhes distritos supostamente maduros, mas a que faltam essas e outras condições elementares para a vida em sociedade — e deixando como carcaça outros distritos ainda menos desenvolvidos.

Também a máquina do ensino precisaria ser acionada com espírito mais atento às necessidades

regionais, e não simplesmente com o programa de produzir técnicos para as regiões fisiográficas mais povoadas e, nestas, para os centros urbanos mais sedutores. Ao saber que o Brasil dispõe apenas de 3 041 agrônomos, tem-se a impressão de que há pouca procura dêles, quando a verdade é que a um agrônomo correspondem 679 estabelecimentos rurais, e em 62% dos municípios não se encontra rastro desse profissional!

Conforta saber que não há no Rio Grande do Sul e no Estado do Rio um só município sem médico, mas alguém precisa olhar para essa Nossa Senhora do Livramento, lá em Mato Grosso, que não tem médico, dentista, farmacêutico, agrônomo, veterinário, engenheiro nem nada, mas tem uma câmara municipal, dois coletores, um delegado, vários fiscais, e outras pessoas gradas — *Carlos Drumond de Andrade*

Publicado no "Correio da Manhã", de 22 de março de 1956.

MONOGRAFIAS MUNICIPAIS

A PROPÓSITO das monografias sobre *Salvador* e *Carolina*, o sr. Berilo Neves divulgou, na sua seção de registro literário no "Jornal do Comércio", do Rio (edição de 18 de março), a seguinte nota:

"Eis mais duas excelentes monografias editadas pelo Conselho Nacional de Estatística, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, destinadas, como as outras, a divulgar dados históricos, econômicos e geográficos das principais regiões do nosso País. Há, sempre, em cada folheto, uma digressão histórica, admiravelmente bem feita e que fornece ao leitor os dados essenciais a respeito da evolução de cada uma delas. Vêm,

em seguida, dados sobre a principal atividade econômica, produção agrícola ou de outra natureza, meios de transporte, população, padrões-de-vida e outros aspectos reveladores da verdadeira situação

Desenhos a bico-de-pena, muito bem feitos, ajudam-nos a reconstituir a fisionomia de cada cidade ou vila do País. Os dados são extremamente atuais, baseados nos excelentes estudos do IBGE, órgão governamental que tantos serviços tem prestado à cultura nacional.

Tais folhetos ou monografias honram o serviço público do Brasil."



VENDAS A PRESTAÇÕES — *As vendas de mercadorias a prestações só muito recentemente se vêm expandindo no Brasil. Nos últimos anos, ao que tudo indica, essa modalidade de crédito ao consumidor tem sido utilizada em maior escala por grandes organizações varejistas, principalmente nos principais centros do país. Entretanto, os resultados dos levantamentos censitários efetuados em 1940 e 1950 mostram que, no período compreendido entre aqueles anos, não se desenvolveram satisfatoriamente as vendas a prestações, tanto no Distrito Federal como no Estado de São Paulo.*

Por ocasião do Censo de 1940, os negócios pelo crediário representavam parcelas relativamente pequenas das vendas do comércio varejista: 8,5% em São Paulo e 7,3% no Distrito Federal. Mas o Censo de 1950 apurou uma proporção ainda menor, naquelas duas Unidades da Federação: 4,5% e 6,6%, respectivamente. Vê-se, pois, que os negócios a prestações cresceram menos do que a totalidade das vendas a varejo; aquêles aumentaram 3,8 vezes no Estado bandeirante e 6,6 vezes na Capital da República, enquanto que as vendas no varejo, em seu conjunto, se elevaram de 7,1 e 7 vezes nos centros mencionados.

As mercadorias mais vendidas pelo sistema de prestações, nos mercados paulista e carioca, são as máquinas e aparelhos elétricos, os tecidos e artigos de vestuário, os móveis, artigos de habitação e de uso doméstico, que participam com aproximadamente três quartos do valor das transações efetuadas sob aquela modalidade de crédito. Note-se, porém, que tanto no Rio como em São Paulo predominam as vendas à vista, que representam cerca de 90% da receita dos estabelecimentos comerciais varejistas.

ACRE

Rio Branco — Fundados o Serviço de Trânsito e a Federação das Associações Rurais do Território do Acre.

AMAZONAS

Benjamin Constant — Em funcionamento o hospital do SESP.

Bôca do Acre — Iniciada a pavimentação da rodovia Bôca do Acre-Rio Branco (AC-3). * Instalado um pôsto médico do SESP.

Coari — Em funcionamento um pôsto sanitário do SESP, localizado na sede municipal.

Humaitá — Realizados estudos preliminares para a abertura de uma estrada que ligará Lábrea a êste Município.

Manacapuru — Instalado um pôsto de saúde do SESP

São Paulo de Olivença — Instalado um pôsto médico do SESP

PARÁ

BELÉM — Inaugurados o prédio do Centro de Saúde n.º 1, estadual, a pista de asfalto ligando os bairros da Cremação e do Condor, o Ambulatório D Ester Leite, do Berço de Belém, a Avenida Júlio César, que ligará o bairro do Sousa a Val-de-Cães, e o Instituto de Higiene Olímpico da Silveira * Fundada a Faculdade de Ciências Médicas do Pará. * Lançada a pedra fundamental de 50 prédios residenciais destinados a servidores do Estado.

Bragança — Lançada a primeira pedra da Praça do Centenário. * Inaugurado parcialmente o cais do pôrto, em meio às comemorações do 1.º centenário de fundação da cidade.

Castanhal — Em circulação o periódico *A Gazeta de Castanhal*

Igarapé-Miri — Iniciada a construção do prédio destinado ao Colégio N.S da Conceição.

Santarém — Lançada a pedra fundamental do Seminário Pio X, em terras próximas ao igarapé do Irurá

Soure — Realizada a 4ª Exposição-Feira Regional de Pecuária do Arquipélago do Marajó * Inaugurado o prédio-sede da Prefeitura, que abriga o Fórum, a Câmara Municipal e o cartório eleitoral.

MARANHÃO

Araí — Em construção o pôsto médico e o cemitério público, localizados na sede municipal

Buriti — Inaugurada a usina elétrica do povoado de Mocambinho

PIAUI

Altos — Inaugurado o prédio do Grupo Escolar Afonso Mafrense.

Castelo do Piauí — Em construção um prédio destinado ao pôsto de saúde. * Inaugurados o trecho rodoviário ligando êste Município ao de São Miguel do Tapuio e o prédio do pôsto agropecuário, à margem da referida estrada.

Nazaré do Piauí — Instalado o Município.

Parnaíba — Reiniciados os serviços telefônicos

Pedro II — Em construção, pela Sociedade de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância, um pôsto de puericultura.

Pôrto — Inaugurada a usina elétrica municipal do povoado de Peixe.

São Miguel do Tapuio — Entregue ao tráfego a rodovia que liga esta cidade à de Castelo do Piauí

Simões — Iniciados os trabalhos de instalação de uma linha postal-telefônica desta cidade ao povoado de Boa Esperança, do Município de Jaicós.

CEARÁ

Acará — Inaugurada uma linha de ônibus entre esta cidade e Fortaleza * Em construção um ramal de estrada de rodagem desde o campo de aviação até a estrada em construção que ligará Itarema à sede municipal * A Prefeitura realizou o empacamento das ruas e praças da sede do Município e da vila de Bela Cruz.

Assaré — Em construção um prédio destinado ao pôsto de puericultura

Canindé — Entregue ao trânsito a ponte sobre o rio Camarão, na rodovia Fortaleza-Campos Sales

Caucaia — Inaugurado o prédio da coletoria federal. * Em construção uma ponte sobre o rio Anil, na estrada Catuana-Sítios Novos.

FORTALEZA — Realizados o 1º Congresso de Pescadores do Ceará, a IV Conferência Rural Brasileira e o VIII Congresso Nacional de Tuberculose.

Independência — Dotada de luz elétrica a sede municipal.

Itapagé — Inaugurados os serviços telefônicos entre esta cidade e Vila Cruz, sítio Aguai e vila de Iatinga. * Em construção o prédio destinado aos correios e telégrafos. * Iniciados os trabalhos preliminares de construção do campo de pouso.

Juazeiro do Norte — Lançada a pedra fundamental da Basílica de N.S das Dores de Fátima * Em circulação a *Gazeta Estudantil* * Inaugurado um escritório do Banco do Nordeste do Brasil.

Limoeiro do Norte — Instalada uma agência do Banco do Nordeste do Brasil.

Pacatuba — Inaugurado o Instituto S José de Pacatuba (patronato).

Paracuru — Iniciados os trabalhos de pavimentação dos principais logradouros da cidade. * Dotada de luz elétrica a vila de Paraipaba.

Quixadá — Em circulação o hebdomadário *Gazeta de Quixadá*.

Santana do Acaraú — Entrou em funcionamento a Maternidade N.S. Santana.

São Gonçalo do Amarante — Instalada a Escola Normal Rural.

São Luís do Curu — Inaugurados os serviços de luz elétrica da sede municipal

Sobral — Lançada a pedra fundamental do convento dos religiosos Capuchinhos. * Criado o Ginásio Municipal.

Trairi — Instaladas a Agência Municipal de Estatística e a empresa de luz de propriedade da Prefeitura.

RIO GRANDE DO NORTE

Arês — Criadas escolas isoladas nas localidades de Carnaúba, Cercado Grande, Baldum e Areias.

Florânia — Reiniciadas as obras de construção da rodovia Florânia-Jucurutu.

Goianinha — Criadas escolas isoladas nas localidades de Lagoa Grande, Umbu, Pipa, Una, Paquetá, Itapacurá, Lagoa de Pedra, Catolé, Santa Fé, Rio da Prata e Bom Jardim * Inaugurados os cemitérios públicos do distrito de Tibau e povoado de Piau.

Jucurutu — Inaugurada a Casa da Lavoura

Monte Alegre — Criadas escolas municipais em Barra de Pajuçara, Cobé de Baixo, Timbaúba, Lagoa do Mato, Xique-Xique, Torrões e Ôlho-d'Água do Coité

NATAL — Realizadas, pela Prefeitura, obras de relevo na praia de Areia Preta, como sejam pavimentação e construção de praça, quebra-mar e trampolim * Instalada a Faculdade de Medicina de Natal * Realizou-se, em Parnamirim, a II Exposição de Pecuária do Rio Grande do Norte

Parelhas — Comemorado o primeiro centenário de fundação do Município

Pendências — Instalada a Agência Municipal de Estatística.

Santa Cruz — Em construção uma ponte sobre o rio Trairi, na estrada que liga a sede municipal a Coronel Ezequiel

Santana do Matos — Iniciada a construção do açude Bom Jesus, a 9 quilômetros da cidade, que terá a capacidade de 2 milhões de metros cúbicos

São Bento do Norte — Em construção, pela Divisão de Caça e Pesca, um entreposto de pesca.

São Paulo do Potengi — Alterada a denominação do povoado de Cachoeira do Sapo para São José do Potengi

PARAÍBA

Cajazeiras — Inaugurado o serviço diurno de luz e energia elétrica.

Campina Grande — Contraído empréstimo pelo governo estadual junto ao Banco do Nordeste para ampliação do serviço de água.

Itaporanga — Inaugurada a Biblioteca Pública Municipal.

JOÃO PESSOA — Instalada a Universidade da Paraíba. * Inaugurados o Banco de Sangue do Hospital do Pronto Socorro e o Museu do Estado.

Pilar — Em construção o prédio do posto de puericultura da sede municipal.

Sousa — Dotado de luz elétrica o povoado de Lastro.

PERNAMBUCO

Pesqueira — Inaugurados a Escola Profissional da Diocese de Pesqueira, de ensino gratuito e o prédio do Ginásio Cristo Rei

ALAGOAS

Anadia — Inaugurada a iluminação pública e domiciliária do povoado de Tapera.

Capela — Em funcionamento a Casa do Pobre N.S. de Fátima.

Limoeiro de Anadia — Iniciada a construção de uma rodovia desta cidade à vila de Coité.

Mata Grande — Instalada uma agência do Banco do Nordeste. * Em construção o prédio destinado ao posto de higiene e açudes públicos nos sítios Riacho do Serrote, Melancias e fazenda da Forquilha

Palmeira dos Índios — Inaugurado o prédio da cadeia pública.

Penedo — Em funcionamento um posto do SESP

São Miguel dos Campos — Fundada a *Fôlha Miguelense*.

Viçosa — Iniciadas as obras de instalação do sistema de abastecimento d'água da sede municipal

SERGIPE

ARACAJU — Em execução os trabalhos de desmonte do Bonfim. * Instalado um posto de abastecimento do SAPS

Frei Paulo — Iniciada a construção de uma rodovia ligando os povoados de Alagadiço e Altos Verdes e de um açude no povoado de Mocambo.

Gararu — Em execução os trabalhos de instalação do serviço de água * Realizados estudos topográficos para a abertura de uma estrada que ligará esta sede à sede municipal de Pôrto da Fôlha.

Itabaiana — Inaugurados os serviços de luz e força da Hidro-Elétrica do São Francisco.

Pôrto da Fôlha — Instalada a Sociedade Beneficente 1.º de Janeiro, de amparo à criança pobre.

Santa Rosa de Lima — Realizados estudos para a abertura da rodovia que irá de Ribeirópolis a Divina Pastora

Simão Dias — Inaugurado um escritório do Banco do Nordeste do Brasil S/A. * Em construção uma rodovia ligando a sede municipal ao povoado de Araci.

BAHIA

Anaaraí — Instalada uma agência do Banco do Nordeste S/A.

Canavieiras — Em construção um campo de pouso que medirá 360 por 30 metros.

Caravelas — Iniciada a construção do grupo escolar da sede municipal

Chorrochó — Dotado de iluminação pública o povoado de Barra do Tarrachil.

Coaraci — Instalado um posto de abastecimento do SAPS

Feira de Santana — Criada a Escola Normal Santanópolis, noturna, anexa ao Colégio Santanópolis

Ibipetuba — Realizado o levantamento topográfico do Município para a construção de um campo de pouso * Inaugurada a iluminação da vila de Formosa do Rio Prêto

Ilhéus — Inauguradas as novas instalações da E. F. de Ilhéus e um posto de subsistência do SAPS

Ipirá — Realizados estudos topográficos do Município para a construção de um açude supervisionado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

Laje — Encampada pela Prefeitura a usina hidrelétrica João Freire de Assis.

Muritiba — Em construção o Abrigo Bezerra de Menezes, destinado a menores desamparados.

Oliveira dos Brejinhos — Iniciadas as obras de construção da cadeia pública

Piritiba — Organizada uma biblioteca municipal que recebeu a denominação de Rui Barbosa.

Pôrto Seguro — Fundada a Sociedade de Proteção à Maternidade e à Infância

Rui Barbosa — Inaugurado o Hospital Regional

Santo Amaro — Inaugurado o trecho ferroviário eletrificado entre esta cidade e Salvador

São Francisco do Conde — Realizado o Seminário Municipalista, promovido pela Associação de Municípios da Bahia

São Gonçalo dos Campos — Inaugurado o mercado municipal do distrito de Tinguatiba

Serrinha — Inaugurado o açude Tigre, com capacidade para 8 000 metros cúbicos * Instalada uma agência do Banco da Bahia S/A

Ubatã — Em construção um posto de higiene

MINAS GERAIS

Alfenas — Fundadas a Associação Universitária do Sul de Minas e a Faculdade de Direito do Sul de Minas

Alpinópolis — Efetuadas sondagens à altura da cachoeira das Furnas, no rio Grande, localizada na fazenda Corredeiras, onde será construída uma barragem capaz de produzir anualmente mais de 6 milhões de kw/h e que terá a superfície de 1 500 quilômetros quadrados * Criadas duas escolas rurais em Serra do Veado e Cancanzinho

Alterosa — Em construção pontes de cimento armado sobre o ribeirão S Bartolomeu e córrego São Joaquim, nas estradas de rodagem que ligam esta cidade aos Municípios de Monte Belo e Conceição da Aparecida

Areado — Autorizado o executivo a construir sede para uma escola rural e dar instalações para o funcionamento do matadouro

Baependi — Inaugurado o Hospital Cônego Monte Raso

BELO HORIZONTE — Em execução os serviços de reconstrução da barragem da Pampulha

Bom Jardim de Minas — Inaugurado o posto médico da sede municipal.

Botelhos — Em tráfego a rodovia que liga este Município ao de Divisa Nova.

Brumadinho — Iniciado o calçamento da cidade. * Remodeladas as rodovias que ligam a cidade aos distritos de Aranha, Piedade, Paraopeba e localidade de Tijuco

Bueno Brandão — Instalada a comarca * Fundado o *Jornal de Bueno Brandão*

Buenópolis — Lançado o semanário *A voz de Buenópolis*

Camanducaia — Inaugurado o serviço telefônico

Capelinha — Entregue ao tráfego a ponte de concreto sobre o córrego Manuel Luís

Carai — Instalada uma estação radiotelegráfica estadual

Cássia — Inaugurado o Forum Francisco de Barros

Cataguases — Lançada a pedra fundamental do Hospital de Cataguases

Congonhas — Instalada a Comarca de Congonhas * Lançada a primeira pedra da Igreja de S José, localizada em Casa de Pedra

Coqueiral — Em construção o novo cemitério da cidade * Criado um posto de correio na vila de Frei Eustáquio

Coração de Jesus — Inaugurado o cemitério

Cordisburgo — Instalado o serviço de abastecimento d'água da sede municipal * Em funcionamento um posto de fomento de algodão, do Serviço Especial de Cultura do Algodão * Iniciada a construção de um prédio escolar tipo modelo, no povoado de Campo Limpo * Entregue ao tráfego uma ponte de cimento armado sobre o córrego Saco da Pedra

Corinto — Lançado o jornal *A Voz de Corinto* * Fundou-se a Associação dos Escoteiros Frei Luiz

Cristais — Inaugurada uma ponte de 50 metros de comprimento por 6 de largura, sobre o rio Lambari, unindo este Município ao de Formiga.

Curvelo — Inaugurado, na sede do distrito de São José da Lapa, um poço artesiano que suprirá de água aquela localidade

Divinópolis — Em construção o prédio destinado à instalação da aparelhagem automática dos telefones urbanos

Dores do Indaia — A Cia. Telefônica Brasileira efetuou os estudos necessários à instalação de telefones urbanos

Estiva — Em construção o prédio destinado à Santa Casa de Misericórdia N S de Fátima.

Ferros — Iniciadas as obras de construção do prédio do posto de puericultura

Francisco Sá — Instalado o Posto de Higiene

Grão Mogol — Criadas escolas rurais nas fazendas de Caveira e Estreito, no distrito-sede, e Dois Riachos, distrito de Barroco

Guanhães — Inaugurados a praça de esportes, aeroporto e prédio do Grupo Escolar Altivo Coelho. * Realizado empréstimo pela Prefeitura junto à Caixa Econômica Estadual para a execução do calçamento da cidade

Guiricema — Instalado o Posto de Higiene. * Fundou-se a Associação Rural.

Ipanema — Fundada a Associação Rural

Itabira — Iniciados os trabalhos de canalização de água potável * Realizado o 1º Congresso Regional dos Municípios Mineiros do Vale do Rio Doce

Itapemirim — Inaugurada a Igreja Centenária.

Itáúna — Inaugurada uma agência da Caixa Econômica Estadual.

Itumirim — Em construção o Hospital S. José

Jacutinga — Iniciados os trabalhos de construção do Educandário Jacutinguense, da Associação Jacutinguense de Proteção à Criança.

Jordânia — Inaugurados os serviços de luz elétrica da sede municipal

Laçoá Santa — Inaugurados a Escola Agrícola Profissional Artur Bernardes, da Legião dos Oblatos, e o Cine Marabá, com capacidade para 540 poltronas * Fundou-se a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância São Judas Tadeu, com a finalidade de construir um hospital em terreno doado e com verba federal

Lambari — Inauguradas a nova adutora destinada ao fornecimento de água potável à população, a Cooperativa Agropecuária de Águas Virtuosas Ltda e uma linha da NAB com escala neste Município

Mateus Leme — Instalado, no Hospital São Vicente de Paulo, o Pósto de Higiene.

Matipó — Iniciado o calçamento da cidade

Monte Santo de Minas — Em funcionamento a Casa da Criança Desamparada, da Associação Feminina de Assistência Social

Montes Claros — Inaugurado o Sanatório Regional Clemente de Farias, da Campanha Estadual Contra a Tuberculose * Em execução a instalação da rede telefônica que ligará esta cidade a Belo Horizonte

Muriáé — Lançada a *Gazeta Municipal*, quinzenal.

Nova Lima — Inaugurado um pósto do Horto Florestal

Oliveira — Em execução as obras da usina da cachoeira do Anil, situada no rio Jacaré, que terá a capacidade de 2 400 HP e os trabalhos de remodelação das linhas de distribuição da rede elétrica da cidade

Paulistas — Criado o Pósto de Higiene, tipo III

Piñi — Criada a Escola Normal Oficial de Piñi.

Ponte Nova — Procedidos estudos pertinentes a uma ampla reforma do sistema de abastecimento d'água da cidade * Organizada a Cia Telefônica Ponte-Novense.

Pratápolis — Em funcionamento o Cine Brasil

Rio Espera — Inaugurada a Escola São Miguel, particular

Sacramento — Lançada a pedra fundamental do Lar de Eurípedes, de amparo a meninas órfãs.

Santa Rita do Sapucaí — A NAB inaugurou uma linha, que toca neste Município

São Gonçalo do Abaeté — Reiniciada, pela Imperial Transportes Aéreos (ITA), sua linha entre Belo Horizonte e Paracatu, com escala nesta cidade e em João Pinheiro.

São João Batista do Glória — Iniciados os trabalhos preliminares de instalação do serviço de abastecimento d'água * Em construção um prédio da Prefeitura que comportará todos os serviços municipais

Senador Firmino — Procedidos estudos topográficos na cidade para a realização do serviço de água canalizada

Senhora de Oliveira — Inaugurados o Grupo Escolar Quinzinho Inácio e a ponte Artur Bernardes, sobre o ribeirão Oliveira

Tiros — Instalado um pósto de correio na vila de Canastrão

Uberaba — Inaugurou-se a sede do Banco da Lavoura de Minas Gerais

Virgínia — Em construção a usina hidrelétrica de 300 HP no ribeirão Caeté, que fornecerá luz e força a esta cidade.

Volta Grande — Inaugurada a ponte rodoviária sobre o rio Angu

ESPÍRITO SANTO

Alegre — Em construção o Internato e Girásio Feminino de Alegre * Instalado o novo serviço de água do distrito de Rive

Cachoeiro de Itapemirim — Alterada a denominação do distrito de Itaoca para Presidente Vargas

Cariacica — Criada a Biblioteca Pública Municipal Madeira de Freitas.

Colatina — Em circulação o *Correio Democrático*, semanário

Fundão — Em construção uma rodovia que ligará os povoados de Biriricas e Mucuratá

Guaçuí — Criada a Escola de Santa Marta, no distrito de São Pedro de Rates

Itaguaçu — Em construção o prédio destinado ao Ginásio Itaguaçu

Mantenópolis — Entregue ao tráfego uma rodovia que liga o povoado de Patrimônio da Onça ao de Cachoeirinha * Inaugurados os serviços de luz pública da vila do Limeira

Muqui — Em funcionamento a Maternidade Prof. Martação Gesteira, da Sociedade de Amparo à Maternidade e à Infância * Entregue ao trânsito a ponte Honório Fraga * Em construção a rodovia que ligará este Município ao de Cachoeiro de Itapemirim, trecho compreendido do campo de aviação até a divisa de Muqui

Santa Leopoldina — Entregue ao tráfego o trecho de rodovia ligando o povoado de Santa Maria à barragem de Rio Bonito e desta a Santa Leopoldina.

RIO DE JANEIRO

Barra Mansa — Inaugurados pelo Centro Espírita Filhos da Luz o Albergue Noturno Zico Horta e o Ambulatório Médico Glória Couto * Promulgada a lei que cria o Ginásio Estadual * Inaugurado o pósto médico-dentário do SESI

Bom Jesus do Itabapoana — Inaugurada a linha telefônica urbana e interurbana com 90 aparelhos

Cabo Frio — Inaugurado o novo sistema de luz e energia que servirá a todo o Município.

Campos — Realizou-se a 1.^a Reunião dos Municípios do Norte Fluminense. * Fundada a Casa do Advogado Campista.

Itaocara — Dotada de serviço telefônico a vila de Jaguarembé.

Itaverá — Inaugurado parcialmente o serviço de abastecimento d'água da vila de Lídice.

Marquês de Valença — Assegurado o ensino médio gratuito, que será ministrado pelo Colégio Municipal Teodorico Fonseca, através de convênio firmado entre o govêrno do Estado e a municipalidade

Natividade do Carangola — Lançada a pedra fundamental do Seminário Menor Maria Imaculada, na vila de Varre-Sai, sede do 2.^o distrito.

NITERÓI — Instalado o Lar do Trânsito, da Sociedade Evangélica de Assistência Social. * Lançada a pedra fundamental do Colégio Plínio Leite. * Inaugurado o Dispensário-Escola Mazzini Bueno, da C N C T.

Nova Iguaçu — Em circulação o *Correio de Maxabomba*, semanal. * Inauguradas as obras de eletrificação da estação de Belford Roxo e as linhas que a ligam a Pavuna. * Instalou-se a Arcádia Iguazuana de Letras.

Petrópolis — Franqueada ao uso público a Fonte de Curas, radioativa. * Fundado na localidade de Águas Claras, distrito de São José do Rio Preto, um posto de proteção à infância e à maternidade, que será subvencionado pelo Departamento Nacional da Criança.

Pirai — Inaugurado o prédio onde funcionará o Grupo Escolar e o Ginásio Municipal Lúcio de Mendonça.

Rio Bonito — Inaugurados uma agência postal-telegráfica e o Cine Vitória.

São Gonçalo — Inaugurada a Casa das Meninas, de iniciativa particular, situada no km 48 da rodovia Amaral Peixoto. * Em funcionamento a Casa de Saúde S. José, particular

São João da Barra — Iniciado o calçamento da cidade.

Teresópolis — Fundada a Associação Teresopolitana de Imprensa.

Vassouras — Elevado à categoria de Município o distrito de Miguel Pereira, que se constituiu de seu território e da área total de Governador Portela.

Volta Redonda — Inaugurados o Estádio General Edmundo Macedo Soares e o edifício da Liga Contra a Tuberculose.

SÃO PAULO

Araçoiaba da Serra — Inaugurado o serviço telegráfico

Bragança Paulista — Inaugurado o prédio da Santa Casa.

Brodósqui — Lançada a pedra fundamental do Seminário Diocesano Maria Imaculada.

Guararema — Entregue ao trânsito a ligação rodoviária entre esta cidade e a via Dutra, numa extensão de 7 km. * Realizada a 1.^a Festa do Pêssego

Jacaré — Instalada, em prédio de doação particular, uma escola rural estadual em Vila Branca.

Jundiaí — Realizadas a Exposição Industrial e Comercial do III Centenário e a Festa da Uva de 1956.

Piracicaba — Doad a faixa de terreno necessária à rodovia Piracicaba-Rio Claro.

Santos — Reinstalado o Abrigo de Menores e Triagem, localizado no Guarujá.

São José dos Campos — Em funcionamento a fábrica de materiais telefônicos da Ericsson do Brasil Comércio e Indústria, localizada à margem da via Dutra.

São Simão — Inaugurado o prédio do grupo escolar de Bento Quirino.

Torrinha — Em obras de construção o Posto de Puericultura.

PARANÁ

Morretes — Inaugurado o Orfanato Santo Antônio.

São Jerônimo da Serra — Inaugurado o prédio destinado à Prefeitura e Forum, que reunirá diversas repartições públicas.

Timoneira — Inaugurado o Grupo Escolar da sede municipal.

SANTA CATARINA

Bom Retiro — Reencetada a construção do campo de pouso do Aero Clube de Bom Retiro

Camboriú — Criadas escolas primárias nas localidades de Congonhas e Vila Real.

Erval d'Oeste — No ar a Rádio Erval d'Oeste. * Realizadas a 5.^a Festa Nacional do Trigo e a 1.^a Exposição Agro-Industrial

Ibirama — Inaugurado o prédio do Grupo Escolar Walmor Ribeiro, localizado em Nova Bremen.

Itajaí — Em circulação o semanário *O Libertador*

Jaraguá do Sul — Doado pela municipalidade à Associação Rural o Posto Agropecuário João Cleofas. * Inaugurada uma agência da Caixa Econômica Federal

Joaçaba — Realizou-se o V Congresso Nacional de Triticicultura.

Laguna — Inaugurado o Grupo Escolar Irineu Bornhausen, em Roseta, arrabalde de Campo de Fora

São Joaquim — Em construção uma ponte sobre o rio da Porteira, a qual servirá à nova estrada São Joaquim-Bom Jardim da Serra.

São Miguel d'Oeste — Sancionada a lei que cria o Departamento Municipal de Estradas de Rodagem, bem assim a que estabelece o plano rodoviário municipal * Em construção a rodovia que liga as localidades de Canela Gaúcha e Ouro Verde

Tubarão — Lançada a pedra fundamental do Seminário N. S. de Fátima * Instalado o Município de Braço do Norte, ex-distrito deste Município.

Turvo — Inaugurado o Grupo Escolar Pedro Simon, localizado em Ermo, distrito de Jacinto Machado

RIO GRANDE DO SUL

Arroio Grande — Realizadas a III Exposição Regional e a XVIII Exposição-Feira.

Arroio do Meio — Entregue ao trânsito a ponte sobre o arroio do Traveseiro, ligando a sede do Município à região colonial do 2.^o distrito.

Caçapava do Sul — Inaugurado parcialmente o Estádio Municipal.

Caí — Em tráfego a ponte sobre o arroio Forromeco, ligando Bom Princípio a Bom Fim.

Camaquã — No ar a Rádio Camaquense.

Candelária — Inaugurada a sede do Banco Agrícola Mercantil S/A.

Canela — Realizada a I Exposição Agropecuária-Industrial

Carazinho — Posta em funcionamento a usina do rio Colorado, pertencente a este Município e localizada em Tapera.

Estrêla — Fundada a Associação Nacional de Criadores de Suínos, que terá sede neste Município

Garibaldi — Entregue ao tráfego a ponte de concreto sobre o arroio da Sêca, que mede 15 metros de extensão por 4 de largura.

Ijuí — Inaugurado o Cine América.

Jaquarã — Lançada a pedra fundamental do edifício da Biblioteca Pública.

Livramento — Entregue ao tráfego a ponte sobre o arroio Carcávio, na estrada que liga esta cidade aos Municípios de Rosário do Sul e Alegrete.

Montenegro — Inaugurado o Hospital São Salvador, situado em Vila São Salvador.

Nova Petrópolis — Inaugurado um escritório do Banco Agrícola Mercantil S/A

Osório — Em funcionamento o Cinema Central

Pelotas — Inaugurada a fábrica-escola de laçatícios anexa à fazenda da Palma, pertencente à Escola de Agronomia Eliseu Maciel, do Instituto Agrônomico do Sul.

PÓRTO ALEGRE — Instalada a Clínica do Câncer, em funcionamento no Hospital São Francisco

Rio Grande — Realizadas a X Exposição-Feira Pastoral e Avícola e a I Exposição Municipal de Lãs

Rolante — Instalada a Agência Municipal de Estatística.

Rosário do Sul — Entregue ao tráfego a ponte rodoviária Dr. Rui Ramos, sobre o arroio do Salto. * Inaugurada a usina elétrica municipal

Santo Antônio — Inaugurado o Hospital de Caridade Patruilhense

São Jerônimo — Lançada a primeira pedra do Pôsto de Higiene. * Inaugurados o serviço estadual de abastecimento d'água e as instalações do Hospital de Caridade de São Jerônimo.

Taquari — Firmado convênio entre a Prefeitura e a Comissão Estadual de Energia Elétrica referente à encampação, pela segunda, dos serviços de energia elétrica.

Uruguaiana — Reiniciada a construção da estrada estadual Uruguaiana-Itaqui * Entregue ao tráfego a ponte rodoviária internacional sobre o rio Quaraí, ligando a vila de Barra de Quaraí à cidade uruguiana de Bella Unión.

Viamão — Lançada a pedra fundamental da Casa do Pequeno Delinqüente

MATO GROSSO

Aquidauana — Inaugurada, pelo Consórcio Real Aerovias, uma linha São Paulo-Pôrto Murinho, fazendo escala neste Município. * Em funcionamento o serviço telefônico da sede municipal.

Barra do Bugres — Em construção uma rodovia partindo da povoação de Jaucuara até a fundação da Cidade Paraguarí.

GOIÁS

Araguatãs — Em construção as cadeias públicas da sede municipal e do povoado de Chamboázinho.

Arraias — Iniciada a abertura de uma rodovia que ligará esta cidade ao Município de Taguatinga.

Cachoeira Alta — Inaugurada a ponte General Teixeira Lott, que liga o Município ao de Itarumã.

Catalão — Lançada a pedra fundamental da Casa de Saúde e Maternidade N.S. do Rosário

Cristalândia — O SESP realizou o levantamento da planta da cidade para a execução dos serviços de água e esgotos

Dianópolis — Em construção, com recursos fornecidos pelo Fundo de Valorização Econômica da Amazônia, a rede de energia elétrica da usina do rio Manuel Alvinho para esta cidade.

Filadélfia — Iniciados os trabalhos preliminares de construção dos serviços de água e esgotos.

Goianésia — Em construção o matadouro municipal e o edifício do Forum.

GOIÂNIA — Inaugurada a Rádio Anhanguera Difusora e Televisora S/A.

Inhumas — Entregue ao trânsito uma ponte sobre o rio Meia Ponte, na localidade de Serra Abaixo. * Instaladas, no Paço Municipal, as diversas repartições municipais, coletoria federal e pôsto de saúde * Iniciada a arborização dos logradouros da cidade.

Itapuranga — Inaugurado o cemitério

Itumbiara — Realizado o levantamento topográfico da cidade para a realização dos serviços de água e esgotos

Ivolândia — Instalada a Agência Municipal de Estatística. * Inauguradas as instalações de luz e força da cidade.

Leopoldo de Bulhões — Realizados os trabalhos preliminares de construção da usina hidrelétrica que fornecerá força e luz para a cidade e o povoado de Bonfinópolis.

Mateira — Instalada a Agência Municipal de Estatística. * A Prefeitura abriu uma verba especial destinada à construção da usina hidrelétrica.

Natividade — Entregue ao trânsito as pontes sobre o rio Manuel Alves, na rodovia Natividade-Dianópolis e sobre o rio do Peixe

Nazário — Em execução as obras de reforma da rodovia Nazário-Firminópolis

Orizona — Iniciada a abertura de uma rodovia em direção ao local onde será construída uma ponte sobre o rio Corumbá, ligando este Município ao de Cristalina.

Paranaíba de Goiás — Inaugurado o Cine-Teatro Marabá. * Realizados pela Prefeitura estudos para a construção de uma usina hidrelétrica.

Paraúna — Ligada Paraúna a Jandaia por uma estrada de rodagem que, partindo da Paraúna-Palmeiras, vai encontrar a Rio Verde-Goiânia, via de acesso àquela cidade.

Peixe — Criado o posto de assistência veterinária do Serviço do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, em acordo com a Secretaria de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio de Goiás, anexo ao Ministério da Agricultura e Posto Agropecuário de Peixe

Piacaí — Criado o grupo escolar municipal que tomou a denominação de Presidente Vargas.

Pôrto Nacional — Construída pelo Departamento Municipal de Estradas de Rodagem uma ponte sobre o rio Taquaruçu na rodovia Pôrto Nacional-Tocantínia. * Criada uma escola municipal em Duas Cabeceiras, distrito de Brejinho de

Nazaré. * Realizado o levantamento topográfico da cidade para a instalação do serviço de águas e de um hospital * Em construção, pelo DNER, uma rodovia da via de Brejinho de Nazaré ao povoado de Gurupi

Rio Verde — Iniciada a abertura de uma rodovia paralela à existente, até a divisa do Município com Paraúna.

Santa Helena de Goiás — Instalado um posto de correio na sede municipal.

Taguatinga — Realizado o levantamento topográfico da cidade e medição da queda d'água do rio Abreu para posterior construção de uma usina hidrelétrica.

Uruana — Inaugurada a usina hidrelétrica São Patrício, situada no rio das Almas.



POPULAÇÃO BRASILEIRA — Em 1890, três quartos da população brasileira, então de 14,3 milhões de habitantes, se concentravam nas Unidades do Leste e do Nordeste. Naquele ano, o Leste figurava com 48,5% do total nacional, o Nordeste com 26,3%, o Sul com 19,7%, o Norte com 3,3% e o Centro-Oeste com 2,2%. Sessenta anos depois, no Censo de 1950, a distribuição de nossa população estava bastante modificada. Embora o Leste continuasse abrangendo o contingente mais numeroso (36,4%), já não distava muito do Sul (22,7%). A participação do Nordeste havia baixado para 24% e a do Centro-Oeste (3,4%) quase igualava a do Norte (3,5%).

Entre esses dois Recenseamentos, a evolução demográfica das diversas regiões obedeceu a uma escala variável. No conjunto do país, o aumento relativo da população, entre 1890 e 1950, foi de 263%. Mas no Sul a proporção foi de 504%, no Centro-Oeste de 448%, no Norte de 283%, enquanto no Leste e no Nordeste era, respectivamente, de 172% e 231%. Como se vê, o crescimento demográfico das regiões mais populosas no fim do século passado se fez em medida inferior à proporção nacional. Responsáveis em parte por esses resultados são as correntes de migração interna, que há muito tempo se vêm deslocando do Leste e do Nordeste em direção ao Sul e, mais recentemente, ao Centro-Oeste.

O Paraná foi a Unidade que apresentou o maior aumento relativo entre 1890 e 1950. Nesse período sua população cresceu de 754%, ou seja, mais de oito vezes e meia. O maior incremento experimentado por esse Estado sulino ocorreu entre 1940 e 1950, quando sua população, em números absolutos, aumentou quase tanto quanto entre 1890 e 1940. Duas outras Unidades, São Paulo e Espírito Santo, tiveram um aumento superior a 500% e três, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás, superior a 400%. No Distrito Federal a proporção foi de 355%. Aumentos relativos mínimos foram os que se verificaram em Alagoas e Sergipe, Unidades que mal duplicaram o número de seus habitantes no espaço de sessenta anos.

RECEITA TRIBUTÁRIA PREVISTA PARA OS MUNICÍPIOS — 1955

MUNICÍPIOS INFORMANTES	RECEITA PREVISTA (Cr\$ 1 000)			
	Impostos		Taxas	
	Predial	Indústrias e profissões	Expediente	Limpeza pública
GUAPORÉ				
PÓRTO VELHO	253	2 667	19	63
Guajará Mirim	80	100	10	50
ACRE				
RIO BRANCO	500	1 000	80	200
Brasileia	34	205	5	31
Cruzeiro do Sul	65	350	15	24
Feijó	10	420	5	—
Sena Madureira	30	200	12	9
Tarauacá	12	160	9	—
Xapuri	60	204	10	—
RIO BRANCO				
BOA VISTA	100	820	2	32
AMAPÁ				
MACAPÁ	300	1 200	70	25
Amapá	11	225	10	6
Mazagão	3	770	3	—
Oiapoque	6	740	1	2
AMAZONAS				
MANAUS	3 000	5 500	100	1 800
Barcelos	1	1	0	—
Barreirinha	0	18	0	—
Benjamin Constant	8	72	1	—
Boca do Acre	15	80	3	—
Borba	2	62	0	—
Canutama	5	60	1	—
Carauari	3	45	0	11
Coari	13	120	2	—
Codajás	6	100	3	2
Eirunepé	7	80	—	—
Fonte Boa	3	60	1	—
Humaitá	—	54	1	—
Itacoatiara	35	220	2	—
Lábrea	1	130	1	—
Manacapuru	3	130	3	—
Manicoré	3	70	3	2
Maués	5	80	1	1
Parintins	50	300	3	10
São Paulo de Olivença	2	50	0	—
Tefé	8	90	0	2
Uaupés	1	44	1	—
Urucará	2	30	0	—
Urucurituba	1	50	1	—
PARÁ (1)				
BELEM	15 000	40 000	300	2 000
Abacetuba	20	850	14	—
Acará	—	1 200	4	—
Afuá	5	710	5	—
Alenquer	20	800	10	3
Almeirim	1	762	3	—
Altamira	8	643	7	—
Anajás	—	425	2	—

(1) Excluindo os dados relativos a Belém os demais se referem ao exercício de 1954.

RECEITA TRIBUTÁRIA PREVISTA PARA OS MUNICÍPIOS — 1955

MUNICÍPIOS INFORMANTES	RECEITA PREVISTA (Cr\$ 1 000)			
	Impostos		Taxas	
	Predial	Indústrias e profissões	Expediente	Limpeza pública
PARÁ (conclusão)				
Ananindeua	—	545	18	—
Anhangá	4	380	2	—
Arariuna	2	700	5	—
Araticu	2	310	2	—
Baião	2	94	2	—
Barbarena	1	220	1	—
Bragança	80	2 010	80	15
Breves	6	1 000	20	—
Bujaru	—	600	30	—
Cametá	5	711	4	—
Capanema	20	1 350	5	1
Capim	0	50	8	—
Castanhal	30	1 200	15	—
Chaves	3	550	4	—
Conceição do Araguaia	3	90	3	—
Curralinho	2	372	1	—
Curuçá	5	331	15	—
Faro	4	200	1	—
Guamá	1	811	9	—
Gurupá	1	360	4	1
Igarapé Açu	15	600	10	—
Igarapé-Miri	2	890	5	1
Inhangapi	—	220	3	—
Irituia	1	450	4	—
Itaituba	1	600	1	—
Itupiranga	5	200	3	—
João Coelho	20	380	20	—
Juruti	1	600	1	—
Marabá	70	1 640	15	10
Maracanã	6	410	8	—
Marapanim	5	400	10	—
Moju	0	550	4	—
Monte Alegre	20	850	8	1
Muaná	1	376	5	—
Nova Timbeteua	12	930	11	—
Óbidos	37	1 400	8	1
Oriximiná	8	550	1	1
Ourem	577	—	5	—
Ponta de Pedras	1	732	3	—
Portel	1	380	4	—
Pôrto de Moz	0	250	2	—
Salinópolis	20	385	20	2
Santarém	150	1 600	35	8
São Caetano de Odivelas	3	190	5	—
São Sebastião da Boa Vista	0	300	2	—
Souré	20	900	27	—
Tucuruí	18	250	7	—
Vigia	15	120	15	2
Viseu	5	258	15	—
MARANHÃO				
SÃO LUÍS	4 000	3 300	380	1 200
Alcântara	4	12	—	—
Alto Parnaíba	8	30	—	1
Anajatuba	5	77	—	1
Araioses	15	80	—	—
Arari	8	18	—	—
Axixá	3	20	—	0
Bacabal	30	200	—	10
Balsas	25	120	—	3
Barão de Grajaú	7	25	8	—
Barra do Corda	12	60	—	2
Barreirinhas	5	40	—	1
Benedito Leite	1	18	—	—
Bequimão	1	38	—	0
Brejo	10	150	—	—
Buriti	4	50	—	1
Buriti Bravo	2	20	—	—
Cajapió	1	10	—	0
Cajari	2	26	—	3
Cândido Mendes	5	52	—	0
Cantanhede	5	65	—	—
Carolina	30	80	—	—
Carutapera	5	125	—	1
Chapadinha	15	90	0	—
Codó	50	279	—	16
Coelho Neto	2	55	0	0
Colinas	5	52	—	4
Coroatá	150	400	10	10
Cururupu	12	130	—	—
Dom Pedro	10	100	—	2

RECEITA TRIBUTÁRIA PREVISTA PARA OS MUNICÍPIOS — 1955

MUNICÍPIOS INFORMANTES	RECEITA PREVISTA (Cr\$ 1 000)			
	Impostos		Taxas	
	Predial	Indústrias e profissões	Expediente	Limpeza pública
MARANHÃO (conclusão)				
Esperantinópolis	2	30	0	0
Guimarães	10	130	1	—
Humberto de Campos	4	39	—	4
Icatu	3	30	—	—
Imperatriz	5	40	—	1
Ipixuna	20	150	—	182
Itapecuru-Mirim	15	120	—	2
Lago da Pedra	3	50	—	15
Loreto	2	40	—	3
Matinha	2	40	—	2
Matões	2	33	—	0
Mirador	3	55	—	2
Monção	5	65	0	1
Morros	1	20	—	—
Nova Iorque	2	2	—	1
Paraibano	7	50	—	2
Parnarama	3	40	1	0
Passagem Franca	5	67	0	2
Pastos Bons	6	30	—	2
Pedreiras	—	620	4	—
Penalva	3	87	—	—
Peri-Mirim	2	18	—	0
Pindaré-Mirim	5	200	—	1
Pinheiro	15	160	—	2
Pôrto-Franco	6	35	—	—
Presidente Dutra	8	150	—	2
Primeira Cruz	8	35	0	1
Riachão	3	50	—	1
Rosário	50	90	2	—
Sambaíba	1	9	—	0
Santa Helena	2	50	—	—
Santa Quitéria do Maranhão	2	22	—	0
São Bento	8	86	—	1
São Bernardo	4	45	0	1
São Francisco do Maranhão	2	35	—	0
São João dos Patos	3	36	—	—
São Raimundo das Mangabeiras	2	22	—	2
Timon	25	65	1	—
Turiaçu	4	50	0	1
Tutóia	15	80	7	3
Urbano Santos	4	18	—	—
Vargem Grande	4	66	—	1
Viana	6	80	—	—
Vitorino Freire	10	80	—	8
PIAUI				
TERESINA	1400	2 700	235	300
Água Branca	4	45	2	—
Alto Longá	1	16	1	1
Barras	6	27	3	—
Batalha	5	20	3	—
Benedictinos	8	30	4	1
Bom Jesus	2	12	1	—
Buriti dos Lopes	5	48	2	—
Campo Maior	70	200	20	8
Canto do Buriti	7	13	2	1
Caracol	2	10	1	—
Castelo do Piauí	6	28	2	—
Cocal	6	23	2	—
Conceição de Canindé	1	15	2	1
Corrente	2	14	2	—
Cristino Castro	2	18	2	—
Elesbão Veloso	4	50	5	—
Esperantina	2	40	2	0
Floriano	180	330	22	25
Fronteiras	5	18	2	1
Gilbués	—	27	3	—
Guadalupe	1	9	1	—
Inhumas	3	7	2	3
Itainópolis	5	20	2	2
Itaucira	8	35	15	1
Jerumenha	1	12	1	—
José de Freitas	10	40	4	6
Luzilândia	8	43	2	—
Matias Olímpio	—	20	—	—
Miguel Alves	3	38	2	—
Oeiras	25	80	6	1
Palmeirais	—	15	1	—
Parnaguá	1	5	0	—
Parnaíba	780	1 650	75	75
Paulistana	6	25	2	—

RECEITA TRIBUTÁRIA PREVISTA PARA OS MUNICÍPIOS — 1955

MUNICÍPIOS INFORMANTES	RECEITA PREVISTA (Cr\$ 1 000)			
	Impostos		Taxas	
	Predial	Indústrias e profissões	Expediente	Limpeza pública
PIAUI (conclusão)				
Pedro II	7	30	3	—
Picos..	70	150	8	—
Pio IX	6	10	2	0
Piracuruca	30	60	5	10
Piripiri	30	100	5	—
Pôrto	5	20	3	—
Regeneração	2	18	3	2
Ribeiro Gonçalves	2	10	1	1
Santa Filomena..	2	5	1	—
São Miguel do Tapuio	4	25	2	—
São Pedro do Piauí	5	30	2	2
São Raimundo Nonato	8	40	5	—
Simplicio Mendes	4	20	1	—
União	9	100	4	—
Uruçuí	8	33	1	0
Valença do Piauí	6	40	7	7
CEARÁ				
FORTALEZA	12 500	29 700	550	4 300
Acaraú	24	150	2	5
Acopiara	70	240	3	7
Aquiraz	5	63	0	—
Aracati	70	370	5	5
Aracoiaba	8	100	2	2
Araripe	10	71	1	0
Assaré	12	74	2	1
Aurora	20	100	5	4
Barbalha	35	95	2	1
Baturité	120	500	40	30
Boa Viagem	20	150	7	2
Brejo Santo	28	110	4	3
Camocim..	35	150	4	4
Campos Sales	65	350	2	3
Canindé	60	120	7	2
Cariré	9	70	6	1
Caririagu	8	50	1	1
Cascavel	20	180	2	1
Caucaia	35	120	15	4
Cedro	75	200	3	6
Chaval	8	30	1	0
Coreaú	15	70	4	1
Cratús	140	425	10	14
Crato	733	1 264	14	80
Farias Brito (ex-Quixerá)	10	100	2	2
Frade	6	40	4	1
Frecheirinha	10	39	2	0
Granja	25	100	6	4
Guaraciaba do Norte (ex-Inhuçu)	10	60	2	1
Ibiapina	7	70	4	1
Icó	50	240	2	12
Iguatu	190	750	5	20
Independência ..	8	85	5	1
Ipauperim (ex-Baixio)	12	110	0	2
Ipu	40	150	5	10
Ipueiras	15	85	2	2
Iracema	10	95	6	1
Itapagé	24	95	5	8
Itapipoca	15	200	2	1
Itatira.	3	50	3	—
Jaguaribe	40	120	5	4
Jaguaruana	6	110	1	1
Jardim	30	80	1	—
Jati	12	48	1	—
Juazeiro do Norte	500	700	—	—
Jucás	10	100	2	1
Lavras da Mangabeira	25	209	3	7
Limoeiro do Norte	100	300	15	10
Maranguape	150	650	6	40
Marco	10	50	2	1
Massapé	21	73	3	—
Mauriti	12	60	2	3
Mernoca	20	50	1	1
Milagres..	25	100	2	4
Missão Velha	40	190	—	—
Monsenhor Tabosa	8	40	2	1
Morada Nova	16	127	2	2
Nova Russas	40	180	11	2
Pacajus	50	70	5	5
Pacatuba	13	90	3	1
Pacoti	11	122	5	2
Paracuru	5	35	1	1

RECEITA TRIBUTÁRIA PREVISTA PARA OS MUNICÍPIOS — 1955

MUNICÍPIOS INFORMANTES	RECEITA PREVISTA (Cr\$ 1 000)			
	Impostos		Taxas	
	Predial	Indústrias e profissões	Expediente	Limpeza pública
CEARÁ (conclusão)				
Pedra Branca	10	100	12	—
Pentecoste	10	120	3	3
Pereiro	8	65	1	1
Porte ras	12	35	1	0
Quixadá	70	580	4	4
Quixeramobim	35	350	10	3
Redenção	28	310	2	1
Russas	70	220	20	7
Saboeiro	22	100	4	2
Santa Cruz do Norte (ex-Reriutaba)	8	80	3	2
Santana do Acaraú (ex-Licânia)	10	48	3	1
Santana do Cariri (ex-Santanópole)	30	80	4	3
Santa Quitéria	16	80	3	1
São Benedito	20	80	4	2
São Gonçalo do Amarante (ex-Anacetaba)	13	76	2	1
Senador Pompeu	110	350	10	11
Sobral	500	1 200	40	40
Solonópole	4	66	1	0
Tamboril	15	39	2	73
Tauá	50	150	12	10
Tianguá	10	95	8	2
Ubajara	13	53	2	4
Uruburetama	23	145	4	3
Viçosa do Ceará	12	80	3	4
RIO GRANDE DO NORTE				
NATAL	5 000	9 000	30	1 200
Açari	20	38	2	1
Açu	55	140	3	12
Afonso Bezerra	6	35	1	3
Alexandria	17	40	2	3
Angicos	12	70	3	6
Apodi	12	80	6	2
Areia Branca	55	310	5	40
Arês	5	35	2	2
Augusto Severo	3	12	1	1
Caicó	120	200	6	35
Canguaretama	10	100	3	1
Caraúbas	12	65	3	4
Carnaúbas dos Dantas	4	20	1	5
Ceará-Mirim	45	170	8	10
Cerro Corá	7	40	2	2
Coronel Ezequiel	3	20	2	3
Cruzeta	25	50	3	3
Currais Novos	50	200	4	10
Florânia	11	45	3	7
Goianinha	25	80	5	3
Grossos	10	38	1	1
Ipanguaçu	5	10	2	0
Itaú	5	50	4	1
Januário Cicó	8	50	1	1
Jardim de Piranhas	18	40	4	8
Jardim de Seridó	30	60	5	9
João Câmara (ex-Baixa Verde)	16	140	8	8
Jucurutu	12	40	2	3
Lajes (ex-Itaretama)	12	40	3	6
Luís Gomes	13	45	3	2
Macaíba	50	200	5	15
Macaú	50	500	2	12
Marcelino Vieira	3	25	2	2
Martins	15	120	10	3
Monte Alegre	10	44	1	1
Mossoró	400	2 400	25	80
Nísia Floresta	8	25	3	5
Nova Cruz	60	350	6	15
Ouro Branco	12	28	4	5
Parelhas	30	140	6	15
Patul	5	51	2	1
Pau dos Ferros	20	120	5	5
Pendências	20	50	1	3
Pedro Avelino	23	60	2	5
Pedro Velho	12	40	1	2
Portalegre	1	50	2	1
Santa Cruz	36	85	3	120
Santana do Matos	3	50	10	4
Santo Antônio	40	110	4	1
São Bento do Norte	15	50	2	5
São João do Sabugi	14	45	2	5
São José do Campestre	15	60	2	2
São Miguel	7	50	4	4
São Paulo do Potengi	10	60	3	8

RECEITA TRIBUTÁRIA PREVISTA PARA OS MUNICÍPIOS — 1955

MUNICÍPIOS INFORMANTES	RECEITA PREVISTA (Cr\$ 1 000)			
	Impostos		Taxas	
	Predial	Indústrias e profissões	Expediente	Limpeza pública
RIO GRANDE DO NORTE (Conclusão)				
São Rafael	4	30	2	2
São Tomé	25	100	6	3
São Vicente	10	47	2	2
Serra Caiada	10	50	1	4
Serra Negra do Norte	5	18	1	2
Taipu	2	30	1	2
Touros	4	60	4	2
Upanema	1	20	2	1
PARAÍBA				
JOÃO PESSOA	3 000	12 500	400	500
Alagoa Grande	100	384	—	9
Alagoa Nova ..	52	127	1	5
Algoíinha.	60	50	3	4
Antenor Navarro	20	200	2	4
Araruma	75	300	4	4
Areia	40	400	2	10
Aroeiras	25	120	5	1
Bananeiras..	40	320	8	4
Bonito de Santa Fé	15	36	0	2
Brejo do Cruz	20	140	5	3
Cabaceiras	30	81	8	1
Caçara	75	300	7	6
Cajazeiras.	230	1 000	25	—
Campina Grande	1 400	9 800	70	380
Catolé do Rocha	60	370	10	4
Conceição	50	150	5	—
Coremas	20	60	3	—
Cruz do Espírito Santo	50	180	6	3
Cuité	85	180	10	7
Esperança	80	250	2	10
Guarabira	285	940	30	50
Ingá	45	300	5	3
Itabaiana	200	700	25	12
Itaporanga	75	750	2	4
Malta	25	220	5	5
Mamanguape	207	2 375	20	22
Monteiro	100	540	15	10
Patos	400	1 350	45	80
Pedras de Fôgo	40	90	5	2
Piancó	40	300	1	1
Picuí	45	240	5	3
Pilar	65	255	6	6
Pilões.	10	80	2	1
Pirpirituba	50	130	3	6
Pocinhos	70	150	5	5
Pombal	90	280	8	2
Princesa Isabel	50	250	2	2
Santa Luzia	40	220	1	6
Santa Rita	160	1 260	20	20
São João do Cariri	40	150	3	6
São José de Piranhas (ex-Jatobá)	22	120	1	2
São Mamede	30	300	5	10
Sapé	160	730	18	24
Serra Redonda	36	125	1	1
Serraria	40	210	2	1
Soledade	50	100	5	2
Souza	150	700	3	15
Sumé	30	120	5	3
Taperoá	30	200	4	4
Teixeira	40	180	15	1
Uiraúna.	40	320	10	7
Umbuzeiro	50	107	8	1
PERNAMBUCO				
Recife.	27 552	159 000	2 200	18 800
Afogados da Ingazeira	60	300	6	20
Agrestina	10	50	4	3
Água Preta	25	920	6	6
Águas Belas	15	100	7	5
Algoíinha	12	88	2	3
Aliança	50	400	5	25
Altinho.	8	30	5	3
Amaraji	52	400	5	20
Angelim	18	250	3	6
Araripina	52	140	14	12
Arcoverde	240	1 400	10	70
Barreiros...	120	1 500	25	30
Belo Jardim.	60	300	7	45
Bezerros	120	850	40	25
Bodocó	20	55	6	5

RECEITA TRIBUTÁRIA PREVISTA PARA OS MUNICÍPIOS — 1955

MUNICÍPIOS INFORMANTES	RECEITA PREVISTA (Cr\$ 1 030)			
	Impostos		Taxas	
	Predial	Indústrias e profissões	Expediente	Limpeza pública
PERNAMBUCO (conclusão)				
Bom Conselho	50	290	8	12
Bom Jardim	16	54	9	4
Bonito	60	220	8	18
Brejo da Madre de Deus	40	200	17	10
Buíque	20	160	8	5
Cabo	100	2 100	20	26
Cabrobó	9	35	3	2
Canhotinho	35	170	20	15
Carnaíba	30	70	2	7
Carpina	50	300	21	30
Caruaru	900	3 500	120	300
Catende	120	1 800	25	36
Correntes	45	250	22	17
Cupira	10	60	5	3
Custódia	20	71	5	6
Escada	150	2 270	25	35
Exu	10	15	5	3
Flores	50	150	6	15
Floresta	26	76	5	9
Gameleira	50	360	5	20
Garanhuns	500	2 600	60	90
Goiana	270	1 230	20	50
Gravatá	100	250	80	35
Igarapé	45	400	9	14
Inajá	10	85	6	3
Ipojuca	70	600	30	15
Itapetim	18	100	2	0
Jaboatão	556	1 200	170	140
João Alfredo	40	80	6	12
Jurema	12	38	7	4
Lagoa dos Gatos	10	20	15	4
Lajedo	60	200	4	12
Limoeiro	300	1 470	30	83
Macaparana	15	110	3	5
Maraial	12	200	3	3
Moreno	330	1 623	5	34
Nazaré da Mata	60	570	8	18
Olinda	1 200	1 300	210	1 000
Orobó	10	90	8	3
Palmeirina	13	65	5	3
Panclás	15	80	9	5
Parnamirim	15	40	3	5
Paulista	360	5 189	10	120
Pedra	14	100	6	5
Pesqueira	250	2 350	60	60
Petrolândia	20	70	5	6
Petrolina	80	423	10	20
Poção	8	35	2	1
Riacho das Almas	7	15	3	3
Ribeirão	80	500	20	20
Rio Formoso	15	980	7	3
Salgueiro	40	260	8	8
Sanharó	15	90	6	5
Santa Cruz do Capibaribe	25	60	3	5
São Bento do Una	50	298	26	13
São Caitano	35	150	12	12
São Joaquim do Norte	10	70	4	5
São José do Egito	65	190	6	10
São Lourenço da Mata	60	1 050	12	3
Serra Talhada	90	300	4	27
Serrita	9	50	5	3
Sertânia	54	400	10	18
Sirinhaém	30	600	8	5
Surubim	60	400	15	15
Tabira	40	200	5	9
Tacaratu	25	60	4	8
També	20	570	6	4
Taquaritinga do Norte	30	45	16	12
Toritama	20	50	3	4
Triunfo	50	130	15	12
Vertentes	17	125	9	5
Vicência	45	300	6	27
Vitória de Santo Antão	120	1 600	120	30
ALAGOAS				
MACEIO	3 300	15 100	150	450
Água Branca	10	70	1	2
Anádia	20	290	2	6
Arapiraca	90	850	2	22
Atalaia	16	950	2	11
Batalha	19	120	1	3
Capela	20	560	2	4

RECEITA TRIBUTÁRIA PREVISTA PARA OS MUNICÍPIOS — 1955

MUNICÍPIOS INFORMANTES	RECEITA PREVISTA (Cr\$ 1 000)			
	Impostos		Taxas	
	Predial	Indústrias e profissões	Expediente	Limpeza pública
ALAGOAS (conclusão)				
Colônia Leopoldina	7	350	3	2
Coruripe	15	190	2	3
Delmiro Gouvêa	40	540	1	10
Feira Grande	10	50	0	2
Igreja Nova	30	100	0	1
Junqueiro	10	50	2	3
Limoeiro de Anádia	10	70	1	2
Major Isidoro	11	100	1	2
Maragogi	20	250	15	5
Marechal Deodoro	28	86	4	6
Mata Grande	12	230	1	5
Murici	50	663	2	8
Olho d'Água das Flores	16	200	2	3
Palmeira dos Índios	—	1 000	10	35
Pão de Açúcar	75	320	1	15
Passo de Camaragibe	15	450	1	3
Paulo Jacinto	17	230	1	2
Penedo	230	1 210	25	23
Piassabuçu	40	500	8	16
Pilar	90	340	1	18
Piranhas	4	—	0	0
Pôrto Calvo	35	600	2	8
Pôrto de Pedras	20	150	2	2
Pôrto Real do Colégio	10	150	1	2
Quebrangulo	40	250	3	8
Rio Largo	160	2 179	4	25
Santana do Ipanema	62	800	4	15
São Brás	10	120	2	3
São José da Laje	36	1 000	2	10
São Luís do Quintude	35	520	4	5
São Miguel dos Campos	50	1 000	3	6
Traipu	11	62	1	2
União dos Palmares	70	1 100	4	15
Viçosa	80	1 000	7	15
SERGIPE				
ARACAJU	1 600	6 500	20	260
Aquidabã	9	35	—	1
Araú	20	91	—	—
Brejo Grande (ex-Parapitinga)	10	97	0	—
Buquim	30	120	3	3
Campo do Brito	15	180	30	2
Canhoba	10	27	3	—
Capela	20	130	0	2
Carira	6	130	1	—
Carmópolis	2	46	0	—
Cedro do São João (ex-Darcilena)	15	80	0	3
Cristinápolis	10	61	5	—
Curituba	1	5	0	—
Divina Pastora	2	45	0	—
Estância	130	640	—	10
Frei Paulo	15	300	0	—
Gararu	5	82	1	—
Indiaroba	4	60	1	—
Itabaiana	45	745	—	6
Itabaianinha	10	100	—	2
Itaporanga d'Ajuda	6	40	1	—
Japarutaba	8	55	1	—
Japoatã	4	50	—	—
Lagarto	10	750	20	3
Laranjeiras	30	215	—	4
Macambi	3	30	1	—
Malhada dos Bois	4	25	1	—
Malhador	1	35	0	1
Marum	30	143	—	—
Muribeca	1	50	1	—
Neópolis	—	500	1	4
Nossa Senhora da Glória	5	25	0	—
Nossa Senhora das Dcres	14	190	—	1
Nossa Senhora do Socorro (ex-Cotinguiba)	5	60	—	1
Pinhão	3	30	1	—
Poço Redondo	2	13	1	—
Poço Verde	5	35	12	1
Pôrto da Fólha	9	59	0	—
Propriá	180	1 300	—	20
Riachão do Dantas	9	80	1	2
Riachuelo	12	100	0	3
Ribeirópolis	4	180	—	—
Rosário do Catete	8	35	0	0
Salgado	15	80	0	—
Santa Luzia do Itanhi	6	250	0	—
Santo Amaro das Brotas	4	50	0	—

RECEITA TRIBUTÁRIA PREVISTA PARA OS MUNICÍPIOS — 1955

MUNICÍPIOS INFORMANTES	RECEITA PREVISTA (Cr\$ 1 000)			
	Impostos		Taxas	
	Predial	Indústrias e profissões	Expediente	Limpeza pública
SERGIPE (conclusão)				
São Cristóvão	23	610	1	5
Simão Dias	30	350	20	1
Siriri	5	40	1	1
Tamanduá	3	22	1	—
Tobias Barreto	20	360	10	3
Umbaúba	7	40	1	5
BAHIA				
SALVADOR	48 000	120 000	—	16 000
Alagoinhas	240	1 800	30	100
Alcobaça	15	300	8	2
Amargosa	50	500	2	5
Andaraí	15	130	2	2
Angical	5	76	1	—
Aratupe	6	45	1	—
Baixa Grande	18	95	1	2
Barra	40	70	2	10
Barra da Estiva	17	210	1	—
Barreiras	42	400	—	8
Belmonte	75	850	15	2
Boa Nova	35	186	7	6
Bom Jesus da Lapa	20	60	3	4
Brejões	12	80	2	4
Brotas de Macaúbas	15	250	1	—
Cachoeira	100	400	3	10
Caculé	17	145	2	—
Caetité	100	170	5	15
Cairu	3	30	1	—
Camamu	10	250	2	2
Camassari	84	100	29	—
Campo Formoso	30	280	4	4
Canavieiras	96	1 100	25	8
Caravelas	45	750	93	10
Carinhanha	8	100	5	1
Casa Nova	11	149	0	1
Castro Alves	40	375	10	5
Catu	70	250	4	10
Cícero Dantas	40	250	9	—
Cipó	40	200	6	4
Conceição da Feira	25	155	1	2
Conceição do Almeida	18	396	15	1
Conceição do Coité	22	150	4	2
Conde	15	150	0	1
Condeúba	15	200	3	—
Coração de Maria	6	75	10	3
Correntina	3	40	2	2
Cotegipe	4	69	1	—
Cruz das Almas	35	380	5	2
Curaçá	13	300	0	1
Encruzilhada	25	100	1	3
Entre Rios	6	130	12	—
Esplanada	60	203	2	3
Euclides da Cunha	45	140	1	4
Feira de Santana	700	2 300	200	110
Glória	12	300	10	5
Guanambi	35	285	1	—
Ibepetuba	6	100	1	0
Ibicuí	30	150	3	2
Ibitiara	2	100	6	—
Ilhéus	1 500	10 000	20	160
Inhambupe	37	248	15	4
Ipiá	319	2 778	22	32
Ipirá	26	270	3	4
Irará	19	94	10	2
Irecê	10	230	1	1
Itaberaba	200	800	15	5
Itabuna	1 100	6 500	80	70
Itacaré	45	490	3	2
Itajuípe	300	1 650	10	25
Itambé	100	400	10	20
Itaparica	90	80	7	11
Itapetinga	300	600	10	70
Itapicuru	35	220	4	—
Itaqua a	10	140	1	2
Itirissu	3	32	0	—
Itiúba	—	195	1	2
Ituaçu	19	180	3	—
Ituberá	80	950	5	10
Jacaraci	10	115	5	—
Jacobina	100	700	5	7
Jaguaquara	20	373	2	2
Jaguarari	15	94	0	2

RECEITA TRIBUTÁRIA PREVISTA PARA OS MUNICÍPIOS — 1955

MUNICÍPIOS INFORMANTES	RECEITA PREVISTA (Cr\$ 1 000)			
	Impostos		Taxas	
	Predial	Indústrias e profissões	Expediente	Limpeza pública
BAHIA (conclusão)				
Jaguaripe	8	25	5	—
Jandaíra	3	50	6	0
Jequié	550	13 500	35	40
Jeremoabo	20	110	9	4
Juazeiro	220	1 500	25	—
Laje	6	60	1	1
Lençóis	16	60	1	1
Livramento do Brumado	15	150	7	2
Rio Real	14	100	2	1
Rui Barbosa	90	546	8	10
Santa Cruz Cabrália	3	45	15	—
Santa Inês	15	120	3	4
Santaluz	12	60	3	2
Santa Maria da Vitória	16	190	22	3
Santana	12	300	1	1
Santa Teresinha	5	202	1	—
Santo Amaro	130	2 500	10	15
Santo Antônio de Jesus	90	545	2	9
Santo Estêvão	4	40	1	—
Santo Inácio	8	70	3	—
São Félix	90	350	1	5
São Felipe	8	90	3	—
São Francisco do Conde	8	305	0	0
São Gonçalo dos Campos	30	300	2	6
São Miguel das Matas	6	60	1	—
São Sebastião do Passé	7	300	1	0
Sapeaçu	20	227	4	1
Saúde	10	167	1	0
Seabra	4	38	2	—
Senhor do Bonfim	192	620	2	10
Sento Sé	3	38	4	1
Serrinha	85	500	6	4
Taperoá	10	80	1	2
Tremedal	7	70	1	1
Tucano	16	130	2	3
Uauá...	4	32	0	—
Iba'ra	10	170	5	3
Ubaitaba	110	940	3	5
Una	30	270	5	3
Urandi	8	100	3	—
Valença	110	950	8	11
Vitória da Conquista	900	1 500	15	100
Xique-Xique	40	250	3	6
Macajuba	5	80	1	1
Macarani	50	600	35	5
Macaúbas	7	60	2	0
Mairi	20	110	0	1
Maracás	15	200	1	1
Maragogipe	79	700	15	20
Maraú	5	80	15	—
Mata de São João	35	75	4	3
Miguel Calmon	48	528	10	4
Monte Santo	15	140	6	2
Morro do Chapéu	15	250	1	1
Mucugê	7	55	1	—
Mucuri	5	300	6	—
Mundo Novo	25	300	4	3
Muritiba	30	220	2	3
Mutuípe	15	420	3	2
Nazaré	110	600	15	20
Nilo Peçanha	15	110	20	5
Nova Soure	15	80	5	5
Oliveira dos Brejinhos	3	22	1	—
Palmas de Monte Alto	7	60	2	—
Palmeiras	20	120	2	—
Paramirim	8	125	1	1
Paratinga	10	70	1	3
Paripiranga	10	75	10	3
Piatã	6	80	2	0
Pilão Arcado	3	13	1	0
Poções	95	650	20	13
Pojuca	15	60	3	3
Pôrto Seguro	6	80	3	1
Potiraguá	30	414	10	7
Prado	10	100	5	2
Queimadas	20	181	5	3
Remanso	21	220	0	4
Riachão do Jacuípe	24	280	8	5
Riacho de Santana	14	95	2	4
Ribeira do Pombal	15	80	2	7
Rio de Contas	6	60	1	2

RECEITA TRIBUTÁRIA PREVISTA PARA OS MUNICÍPIOS — 1955

MUNICÍPIOS INFORMANTES	RECEITA PREVISTA (Cr\$ 1 000)			
	Impostos		Taxas	
	Predial	Indústrias e profissões	Expediente	Limpeza pública
MINAS GERAIS				
BELO HORIZONTE	69 840	37 000	804	7 400
Abadia dos Dourados	50	140	—	10
Abaeté	52	420	—	10
Abre Campo	22	150	—	2
Açucena	20	300	—	5
Águas Formosas	40	185	—	5
Aimorés	220	470	—	3
Aiuruoca	20	120	—	0
Além Paraíba	1 000	900	—	110
Alfenas	275	550	—	19
Almenara	35	160	—	8
Alpinópolis	16	120	—	1
Alterosa	14	77	—	4
Alto Rio Doce	15	224	—	3
Alvinópolis	35	200	—	3
Andradas	50	250	—	—
Andrelândia	40	220	—	—
Antônio Carlos	45	140	—	—
Antônio Dias	6	135	—	2
Araguari	1 300	1 800	—	—
Araújos	15	52	—	1
Araxá	470	650	—	18
Arceburgo	35	160	—	4
Arcos	32	232	—	—
Areão	40	320	—	18
Astolfo Dutra	38	240	—	6
Ataléia	3	100	—	1
Baependi	75	420	—	37
Bambuí	120	400	—	20
Barão de Cocais	200	800	—	25
Barbacena	650	1 300	—	45
Barra Longa	7	98	—	1
Belo Vale	6	60	—	1
Betim	80	260	—	6
Bias Fortes	7	70	—	1
Bicas	227	250	—	22
Boa Esperança	125	650	—	15
Bocaina de Minas	10	75	—	—
Bocaiúva	35	400	—	6
Bom Despacho	150	500	—	6
Bom Jardim de Minas	30	150	—	—
Bom Jesus do Amparo	7	52	—	1
Bom Jesus do Galho	10	135	—	3
Bom Sucesso	80	250	—	5
Bonfim	15	120	—	5
Borda da Mata	48	185	—	31
Botelhos	65	300	—	—
Brasília	15	160	—	8
Brasópolis	53	315	—	5
Brás Pires	3	45	—	—
Braúnas	7	150	—	4
Brumadinho	15	100	—	3
Bueno Brandão	43	130	—	—
Buenópolis	24	160	—	6
Cabo Verde	42	290	—	7
Cachoeira de Minas	10	80	—	—
Caeté	50	800	—	2
Caldas	75	340	—	8
Camanducaia	40	210	—	25
Cambuá	31	350	—	—
Cambuquira	195	300	—	8
Campanha	73	250	—	15
Campestre	18	250	—	15
Campina Verde	80	230	—	—
Campo Belo	350	800	—	—
Campo do Meio	16	138	—	3
Campo Florido	15	100	—	—
Campos Altos	56	150	—	—
Campos Gerais	85	500	—	20
Cana do Reino	8	29	—	—
Canápolis	24	140	—	6
Candeias	32	140	—	—
Capela Nova	10	50	—	—
Capelinha	5	235	—	—
Capetinga	30	85	—	9
Capitólio	11	70	—	2
Carandá	75	270	—	2
Carangola	550	710	—	40
Caratinga	750	1 400	—	38
Careacçu	30	100	—	—
Carlos Chagas	20	200	—	4
Carmo da Cachoeira	17	115	—	9

RECEITA TRIBUTÁRIA PREVISTA PARA OS MUNICÍPIOS — 1955

MUNICÍPIOS INFORMANTES	RECEITA PREVISTA (Cr\$ 1 000)			
	Impostos		Taxas	
	Predial	Indústrias e profissões	Expediente	Limpeza pública
MINAS GERAIS (continuação)				
Carmo da Mata	30	180	—	1
Carmo do Cajuru	30	110	—	3
Carmo do Paranaíba	70	350	—	1
Carmo do Rio Claro	42	230	—	19
Carmópolis de Minas	22	110	—	1
Carrancas	5	50	—	—
Carvalhos	10	60	—	0
Cássia	82	220	—	26
Cataguases	400	800	—	100
Caxambu	270	540	—	56
Chiador	14	60	—	8
Claraval	4	50	2	2
Cláudio	22	160	—	1
Coimbra	28	80	—	10
Comendador Gomes	4	30	—	0
Comercinho	—	60	—	2
Conceição da Aparecida	26	158	—	4
Conceição das Alagoas	70	220	—	—
Conceição de Ipanema	60	150	—	—
Conceição do Mato Dentro	30	220	—	—
Conceição do Rio Verde	60	136	—	12
Conceição dos Ouros	19	77	—	2
Congonhal	25	150	—	12
Congonhas	30	180	—	3
Conquista	43	200	—	5
Conselheiro Lafaiete	220	1 000	—	15
Conselheiro Pena	120	420	—	11
Contagem	34	450	—	—
Coqueiral	13	140	—	2
Coração de Jesus	25	140	—	10
Cordisburgo	20	100	—	9
Corinto	100	430	—	—
Coroaci	18	147	—	—
Coromandel	29	160	—	5
Coronel Fabriciano	150	400	—	40
Coronel Murta	8	85	—	6
Córrego Danta	8	120	—	—
Córrego do Bom Jesus	6	60	—	—
Cristais	12	80	—	—
Cristina	33	200	—	5
Crucilândia	5	65	—	5
Cruzília	30	150	—	12
Curvelo	220	1 000	—	35
Delfim Moreira	45	240	—	5
Delfinópolis	12	140	—	—
Descoberto	16	100	—	—
Desterro de Entre Rios	9	70	—	—
Diamantina	100	1 100	—	55
Dionísio	11	75	—	1
Divino	45	230	—	4
Divinópolis	340	1 050	—	25
Divisa Nova	10	60	—	2
Dom Joaquim	12	140	—	5
Dom Silvério	35	180	—	4
Dores de Campos	45	85	—	6
Dores do Indaiá	180	380	—	—
Dores do Turvo	7	75	—	1
Elói Mendes	60	250	—	—
Ervália	55	225	—	10
Esmeraldas	20	105	—	—
Espera Feliz	50	400	—	3
Espinosa	10	130	—	—
Estiva	4	90	—	—
Estréla Dalva	30	70	—	3
Estréla do Indaiá	23	100	—	—
Estréla do Sul	31	150	—	—
Eugenópolis	20	120	—	2
Extrema	20	130	—	18
Fama	10	52	—	1
Faria Lemos	42	105	—	10
Felixlândia	20	140	—	6
Ferros	40	300	—	—
Formiga	600	1 200	—	24
Francisco Sá	10	251	—	8
Frutal	75	298	—	23
Galiléia	20	178	—	2
Governador Valadares	1 750	2 000	—	70
Grão Mongol	7	260	—	2
Guanhães	65	250	—	28
Guapé	13	160	—	—
Guaraciaba	13	120	—	—
Guaranésia	130	300	—	14

RECEITA TRIBUTÁRIA PREVISTA PARA OS MUNICÍPIOS — 1955

MUNICÍPIOS INFORMANTES	RECEITA PREVISTA (Cr\$ 1 000)			
	Impostos		Taxas	
	Predial	Indústrias e profissões	Expediente	Limpeza pública
MINAS GERAIS (continuação)				
Guarani	75	185	—	6
Guarará	20	95	—	—
Guaxupé	385	600	—	50
Guia Lopes	25	220	—	—
Guidoval	39	143	—	—
Guiricema	23	115	1	1
Iapu	15	140	—	6
Ibiá	86	195	—	—
Ibiraci	20	100	—	—
guatama	35	210	—	20
Indianópolis	10	50	—	2
Inhapim	40	320	—	10
Inhaúma	10	129	—	—
Ipanema	60	220	—	—
Ipuiúna	15	80	—	8
Itabira	130	460	—	43
Itabirito	152	635	—	10
Itaguara	20	60	—	7
Itajubá	1 350	1 700	—	60
Itamarandiba	20	300	—	—
Itambacuri	65	400	—	4
Itamogi	30	100	—	—
Itamonte	13	110	—	—
Itanhandu	120	200	—	2
Itanhomi	25	130	—	15
Itapagipe	3	59	—	0
Itaúna	530	1 200	—	50
Itinga	10	90	—	—
Itueta	45	250	—	0
Ituiutaba	688	1 900	—	105
Itumirim	15	130	—	6
Iturama	20	110	—	2
Itutinga	6	45	—	2
Jaboticatubas	40	160	—	10
Jacinto	6	60	—	1
Jacuí	17	85	—	—
Jacutinga	150	300	—	25
Jaguaraçu	6	50	—	3
Janaúba	15	110	—	2
Januária	72	430	—	20
Jaceaba	22	100	—	—
Jequeri	60	170	—	6
Jequitaf.	10	50	—	2
Jequitibá	4	80	—	2
Jequitirhonha	25	160	—	—
Jesuânia	25	40	—	2
Joafma	30	180	—	7
João Pinheiro	25	250	—	—
Jordânia	4	50	—	—
Juiz de Fora	13 000	11 000	—	800
Juruiaia	12	80	—	2
Ladainha	15	102	—	10
Lagoa da Prata	50	260	—	40
Lagoa Dourada	25	90	—	4
Lagoa Santa	40	150	—	12
Lajinha	14	185	—	3
Lambari	160	250	—	9
Laranjal	10	58	—	1
Lassance	12	60	—	2
Lavras	400	900	—	50
Leopoldina	451	1 000	—	60
Liberdade	5	60	—	1
Lima Duarte	18	450	—	3
Luminárias	9	51	—	3
Luz	40	280	—	—
Machado	181	516	—	14
Madre de Deus de Minas	5	34	—	—
Manga	7	140	—	2
Manhuaçu	250	550	—	120
Menhumirim	200	694	—	10
Mantena	60	240	—	5
Mar de Espanha	110	260	—	25
Maria da Fé	40	100	—	10
Mariana	30	300	6	6
Martinho Campos	31	140	—	4
Mateus Leme	32	115	—	3
Matias Barbosa	190	190	—	25
Matipó	60	160	—	—
Mato Verde	10	120	—	8
Matozinhos	36	215	—	—
Matutina	20	60	—	—
Medina	15	190	—	5

RECEITA TRIBUTÁRIA PREVISTA PARA OS MUNICÍPIOS — 1955

MUNICÍPIOS INFORMANTES	RECEITA PREVISTA (Cr\$ 1 000)			
	Impostos		Taxas	
	Predial	Indústrias e profissões	Expediente	Limpeza pública
MINAS GERAIS (continuação)				
Mercês	12	100	—	5
Mesquita	25	240	—	10
Minas Novas	20	170	—	—
Minduri	13	76	—	—
Miradouro	25	250	—	3
Miraf	125	210	—	—
Moeda	15	65	—	2
Monsenhor Paulo	10	95	—	—
Monte Alegre de Minas	56	106	—	4
Monte Azul	20	160	—	15
Monte Belo	38	185	—	7
Monte Carmelo	90	400	—	17
Monte Santo de Minas	75	285	—	—
Montes Claros	650	1 730	—	80
Monte São	37	130	—	—
Morada Nova de Minas (ex Moravânia)	17	125	—	—
Morro do Pilar	12	45	—	—
Muriae	635	1 405	—	16
Mutum	16	250	—	8
Muzanbinho	160	475	—	6
Nanuque	150	550	—	64
Nazareno	12	40	—	—
Nepomuceno	20	160	—	3
Nova Era	110	220	—	12
Nova Lima	113	550	—	30
Nova Ponte	30	100	—	—
Nova Rezende	20	115	—	1
Nova Serrana	15	100	—	2
Novo Cruzeiro	9	190	—	7
Oliveira	170	600	—	10
Ouro Fino	210	600	—	15
Ouro Preto	200	500	—	30
Pains	21	150	—	—
Paiva	5	23	—	—
Palma	65	210	—	7
Paracatu	73	350	—	35
Pará de Minas	200	640	—	50
Paraguaçu	80	180	—	7
Paraisópolis	50	320	—	8
Passa Quatro	80	320	—	10
Passa Tempo	40	200	—	—
Passos	460	900	—	60
Patos de Minas	400	1 600	—	90
Patrocínio	240	600	—	33
Paula Cândido	18	50	—	2
Paulistas	7	60	—	—
Peçanha	29	300	—	—
Pedra Azul	100	350	—	15
Pedralva	30	180	—	6
Pedro Leopoldo	82	330	—	2
Pequeri	22	45	—	3
Pequi	10	100	—	2
Perdizes	3	90	—	1
Perdões	65	230	—	4
Piau	12	45	—	2
Piedade do Rio Grande	—	—	—	—
Pimenta	12	116	—	3
Piranga	40	350	—	—
Pirapetinga	100	250	—	—
Pirapora	150	430	—	25
Pitangui	150	450	—	2
Piú	140	500	—	—
Poços de Caldas	2 100	2 500	10	100
Pocrane	30	100	—	—
Pompéu	60	270	—	—
Ponte Nova	456	1 610	—	20
Pôrto Firme	22	120	—	—
Pouso Alegre	380	900	—	—
Pouso Alto	24	90	—	1
Prados	19	120	—	2
Prata	120	450	—	6
Pratápolis	35	180	—	10
Pratinha	10	46	—	—
Presidente Olegário	12	120	—	14
Presidente Soares	65	170	—	28
Quartel Geral	10	70	—	—
Raposos	45	70	—	12
Raul Soares	160	550	30	6
Recreio	195	200	—	10
Resplendor	90	380	—	6
Ribeirão Vermelho	50	75	—	5
Rio Acima	25	210	—	6

RECEITA TRIBUTÁRIA PREVISTA PARA OS MUNICÍPIOS — 1955

MUNICÍPIOS INFORMANTES	RECEITA PREVISTA (Cr\$ 1 000)			
	Impostos		Taxas	
	Predial	Indústrias e profissões	Expediente	Limpeza pública
MINAS GERAIS (continuação)				
Rio Casca	100	450	—	17
Rio Espera	10	126	—	1
Rio Novo ...	98	260	—	12
Rio Paranaíba	10	100	—	—
Rio Pardo de Minas	2	74	—	1
Rio Piracicaba	18	1 000	—	5
Rio Pomba	120	230	—	22
Rio Prêto	62	102	—	—
Rio Vermelho	3	80	—	—
Rubim	13	150	—	—
Sabará	90	720	—	9
Sabinópolis	20	130	—	—
Sacramento	70	450	—	10
Salinas ...	120	350	—	—
Salto da Divisa	3	35	—	—
Santa Bárbara	60	320	—	5
Santa Juliana	12	140	—	—
Santa Luzia	30	180	—	—
Santa Margarida	25	70	—	—
Santa Maria do Itabira	32	160	—	4
Santa Maria do Suaçuá	9	205	25	—
Santana de Pirapama	12	100	—	3
Santana do Deserto	48	112	—	1
Santa Rita de Caldas	18	150	—	3
Santa Rita de Jacutinga	30	120	—	—
Santa Rita do Sapucaí	130	610	—	—
Santa Vitória	18	90	—	1
Santo Antônio do Amparo	18	109	—	2
Santo Antônio do Gramma	27	135	—	6
Santo Antônio do Monte	27	220	—	12
Santos Dumont	300	500	—	22
São Domingos do Prata	20	320	—	3
São Francisco	18	150	—	1
São Francisco do Glória	15	90	—	2
São Geraldo	56	100	—	5
São Gonçalo do Abaeté	5	70	—	—
São Gonçalo do Pará	30	150	—	6
São Gonçalo do Sapucaí	88	400	—	8
São Gotardo	90	300	—	20
São João Batista do Glória	30	75	—	—
São João da Ponte	5	180	—	—
São João del Rei	460	1 160	—	80
São João do Paraíso	2	63	—	3
São João Evangelista	26	125	—	7
São João Nepomuceno	216	500	—	35
São José do Alegre	10	60	—	4
São José do Goiabal	10	60	—	3
São José do Jacuri	5	95	—	2
São Lourenço	440	850	—	50
São Pedro da União	15	50	—	2
São Pedro dos Ferros	60	160	—	5
São Sebastião do Maranhão	8	110	—	2
São Sebastião do Paraíso	320	800	—	100
São Tiago	27	132	—	1
São Tomás de Aquino	18	100	—	7
Sapucaí-Mirim	18	100	—	3
Senador Firmino	12	100	—	1
Senhora do Pôrto...	4	52	—	2
Senhora dos Remédios	23	68	—	2
Serrania	12	110	—	2
Serranos	8	45	—	0
Sétro	40	230	—	15
Sete Lagoas	900	1 500	—	50
Silvianópolis	17	165	—	15
Simonésia	10	135	—	5
Soledade de Minas	23	130	—	11
Tabuleiro	10	50	—	4
Tarumirim	25	186	—	1
Teixeiras	65	200	—	7
Teófilo Ottoni	250	930	—	58
Tiradentes	4	30	—	1
Tiros	35	160	—	—
Tocantins	14	145	—	5
Tombo	68	255	—	8
Três Corações	480	530	—	80
Três Pontas	211	420	—	20
Tumiritinga	35	140	—	—
Tupaciguara	250	550	—	60
Turmalina	4	65	—	2
Ubá	300	750	—	30
Uberaba	1 500	2 800	—	250

RECEITA TRIBUTÁRIA PREVISTA PARA OS MUNICÍPIOS — 1955

MUNICÍPIOS INFORMANTES	RECEITA PREVISTA (Cr\$ 1 000)			
	Impostos		Taxas	
	Predial	Indústrias e profissões	Expediente	Limpeza pública
MINAS GERAIS (conclusão)				
Uberlândia	2 650	3 650	—	200
Unai	20	150	—	16
Varginha	330	930	—	165
Várzea da Palma	35	125	—	5
Veríssimo	14	80	—	—
Vespasiano	8	60	—	—
Viçosa	62	420	—	20
Virgem da Lapa	10	100	—	5
Virgínia	9	88	—	—
Virginópolis	30	275	—	25
Virgolândia	6	130	—	—
Visconde do Rio Branco	250	820	—	13
Volta Grande	70	180	—	6

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA	7 500	18 500	—	1 500
Afonso Cláudio	41	900	40	8
Alegre	150	500	10	50
Alfredo Chaves	15	160	1	7
Anchieta	10	85	1	2
Aracruz	10	110	4	0
Baixo Guandu	160	400	20	16
Barra de São Francisco	50	80	20	10
Cachoeiro de Itapemirim	900	2 695	—	190
Cariacica	140	100	—	7
Castelo	250	550	10	66
Colatina	750	3350	45	60
Conceição da Barra	20	140	3	20
Domingos Martins	50	250	2	3
Espírito Santo	700	400	—	220
Fundão	30	130	1	3
Guaçuí	250	450	12	—
Guarapari	40	50	6	4
Ibiraçu	40	410	2	9
Iconha	12	90	1	—
Itaguaçu	55	610	14	9
Itapemirim	60	80	6	12
Iúna	20	150	8	—
Linhares	40	350	10	15
Mimoso do Sul	200	500	20	30
Muniz Freire	120	195	6	10
Muqui	100	300	2	23
Nova Venécia	90	450	15	18
Santa Leopoldina	25	400	16	7
Santa Tereza	65	250	15	9
São José do Calçado	160	180	—	20
São Mateus	90	300	30	16
Serra	18	85	1	—

RIO DE JANEIRO

NITERÓI	44 000	7 000	3 100	22 500
Angra dos Reis	500	200	75	90
Araruama	100	200	23	10
Barra do Pirai	2 000	1 000	125	450
Barra Mansa	6 500	2 000	350	100
Bom Jardim	80	180	6	12
Bom Jesus do Itabapoana	200	300	21	65
Cabo Frio	165	200	45	60
Cachoeira do Macacu	190	200	29	28
Cambuci	168	185	23	—
Campos	5 200	3 500	250	400
Cantagalo	160	160	34	25
Carmo	90	110	5	5
Casimiro de Abreu	55	75	9	8
Conceição do Macabu	80	140	6	40
Cordeiro	87	83	16	20
Duas Barras	25	73	10	3
Duque de Caxias	5 000	2 200	720	800
Itaboraí	70	223	12	10
Itaguaí	300	300	230	50
Itaocara	70	200	16	47
Itaperuna	550	700	47	35
Itaverá	65	100	22	22
Macaé	580	500	100	300
Majé	540	360	120	290
Mangaratiba	270	100	28	50
Maricá	45	200	4	3

RECEITA TRIBUTÁRIA PREVISTA PARA OS MUNICÍPIOS — 1955

MUNICÍPIOS INFORMANTES	RECEITA PREVISTA (Cr\$ 1 000)			
	Impostos		Taxas	
	Predial	Indústrias e profissões	Expediente	Limpeza pública
RIO DE JANEIRO (conclusão)				
Marquês de Valença	1 250	1 200	220	410
Mendes	300	110	13	80
Miracema	420	300	20	16
Natividade do Carangola	170	160	13	17
Nilópolis	3 700	800	400	170
Nova Friburgo	2 000	—	120	—
Nova Iguaçu	7 860	1 920	1 540	780
Paraíba do Sul	350	400	50	120
Parati	50	80	7	7
Petrópolis	12 000	4 000	700	2 550
Piraí	300	230	110	16
Porciúncula	180	120	23	12
Resende	650	290	28	100
Rio Bonito	230	280	30	40
Rio das Flors	52	36	20	7
Santa Maria Madalena	50	80	11	10
Santo Antônio de Pádua	160	280	40	4
São Fidélis	370	235	21	185
São Gonçalo	6 123	1 650	535	1 510
São João da Barra	130	250	12	12
São João de Meriti	2 400	620	1 300	250
São Pedro da Aldeia	20	110	6	2
São Sebastião do Alto	3	120	6	—
Sapucaia	170	280	90	130
Saquarema	11	140	6	—
Silva Jardim	25	85	51	6
Sumidouro	20	60	8	4
Teresópolis	2 200	1 000	330	550
Trajano de Morais	35	182	4	8
Três Rios	900	530	170	300
Vassouras	1 200	42	95	240
SÃO PAULO				
SÃO PAULO	800 000	720 000	—	—
Adamantina	1 400	2 350	80	210
Aguaí	186	300	6	80
Águas da Frata	110	140	2	45
Águas de São Pedro	8	40	0	3
Agudos	283	322	9	18
Alfredo Marcondes	175	320	10	18
Altinópolis	180	280	2	22
Alto Alegre	30	160	3	4
Álvares Florence	40	120	20	21
Álvares Machado	330	600	6	33
Álvaro de Carvalho	50	80	1	25
Americana	900	1 800	5	170
Américo de Campos	60	160	10	10
Amparo	112	493	15	117
Analândia	30	15	0	3
Andradina	1 120	2 255	84	72
Anhembi	34	100	3	4
Anhumas	50	100	1	2
Aparecida	462	954	37	29
Apiaí	70	210	5	15
Araçatuba	5 010	4 040	—	610
Araçoiaba da Serra	38	130	6	8
Araraquara	3 500	3 000	70	340
Araras	550	1 100	40	350
Areias	10	15	2	—
Ariranha	44	90	1	—
Artur Nogueira	55	130	3	9
Assis	2 046	1 730	25	280
Atibaia	420	500	30	85
Auriflama	60	70	2	10
Avai	61	130	5	6
Avanhandava	75	207	7	9
Avaré	1 208	1 030	10	503
Bálsamo	100	180	25	25
Bananal	50	200	6	10
Bariri	340	800	50	185
Barra Bonita	180	510	5	50
Barretos	2 500	2 000	80	450
Barrinha	120	150	2	30
Barueri	520	260	12	220
Bastos	180	363	14	39
Batatais	800	500	15	43
Bauru	8 615	8 500	221	307
Bebedouro	1 011	628	50	98
Bento de Abreu	60	160	2	17
Bernardino de Campos	370	380	25	78
Bilac	230	500	23	23

RECEITA TRIBUTÁRIA PREVISTA PARA OS MUNICÍPIOS — 1955

MUNICÍPIOS INFORMANTES	RECEITA PREVISTA (Cr\$ 1 000)			
	Impostos		Taxas	
	Predial	Indústrias e profissões	Expediente	Limpeza pública
SÃO PAULO (continuação)				
Birigüí	1 250	1 750	35	280
Boa Esperança do Sul	21	82	1	6
Bocaina	53	230	5	20
Bofete	40	80	18	19
Boituva	90	110	3	23
Borborema	50	180	25	13
Botucatu	3 889	2 705	35	250
Bragança Paulista	1 600	2 116	20	160
Braúna	95	180	15	6
Brodósqui	88	104	2	8
Brotas	133	228	3	49
Buri	23	90	1	5
Cabralia Paulista	56	120	2	10
Cabreúva	16	55	2	4
Caçapava	560	650	9	140
Cachoeira Paulista	80	180	3	35
Caconde	217	172	20	20
Cafelândia	565	1 105	36	122
Cajobi	60	60	—	10
Cajuru	319	500	7	94
Campinas	17 135	24 100	1 451	8 584
Campos do Jordão	750	760	15	120
Campos Novos Paulista	31	30	1	6
Cananéia	37	200	5	25
Cândido Mota	420	600	12	36
Capivari	400	1 200	70	70
Caraguatatuba	115	80	10	47
Cardoso	70	250	10	10
Casa Branca	447	606	40	68
Catanduva	3 000	2 200	199	300
Cedral	45	120	11	13
Cerqueira César	70	180	3	21
Cerquilha	60	100	5	12
Clementina	50	400	5	9
Colina	120	200	5	16
Conchal	50	220	3	16
Conchas	402	460	13	156
Cordeirópolis	60	300	5	45
Coroados	26	69	3	9
Corumbataí	24	34	1	2
Cosmópolis	120	330	3	33
Cosmorama	40	180	15	20
Cotia	200	328	1	40
Cravinhos	100	250	10	75
Cruzeiro	180	500	40	50
Cubatão	1 200	1 000	100	100
Cunha	35	170	15	10
Descalvado	140	250	19	28
Divinolândia	130	80	5	27
Dois Córregos	232	280	6	145
Dourados	100	180	8	40
Dracena	1 240	1 000	190	240
Duartina	422	550	4	52
Echaporã	75	90	2	10
Eldorado	50	90	10	47
Elias Fausto	39	145	2	11
Estréla d'Oeste	75	220	15	15
Fartura	200	340	5	115
Fernandópolis	350	810	60	48
Fernando Prestes	27	70	6	12
Flora Rica	30	90	5	4
Flórida Paulista	155	370	27	45
Florínia	40	80	6	4
Franca	2 350	2 914	90	307
Franco da Rocha	545	530	42	133
Gália	145	430	8	38
Garça	2 050	2 870	151	1 130
Gastão Vidigal	12	50	2	2
General Salgado	110	260	9	24
Getulina	364	665	22	80
Glicério	32	80	15	5
Guaicara	50	80	3	12
Guaimbé	30	140	2	8
Guafra	200	300	20	57
Guapiaçu	85	145	20	13
Guará	92	196	9	60
Guaraçai	120	320	8	10
Guaraçá	110	170	5	32
Guarantã	50	220	10	20
Guararapes	645	1 000	46	235
Guararema	140	300	6	43
Guaratinguetá	1 600	2 300	—	400

RECEITA TRIBUTÁRIA PREVISTA PARA OS MUNICÍPIOS — 1955

MUNICÍPIOS INFORMANTES	RECEITA PREVISTA (Cr\$ 1 000)			
	Impostos		Taxas	
	Predial	Indústrias e profissões	Expediente	Limpeza pública
SÃO PAULO (continuação)				
Guareí	30	100	15	17
Guariba	125	282	3	37
Guarujá	3 797	920	525	590
Guarulhos	2 200	12 100	50	300
Herculândia	53	180	7	13
Iacanga	130	150	4	21
Ibaté	90	90	1	47
Ibirá	100	154	25	23
Ibirarema	80	143	4	5
Ibitinga	360	503	20	100
Ibitina	190	250	20	15
Ícém	42	68	2	3
Iepé	170	320	12	20
Igarapu do Tietê	73	175	1	15
Igarapava	315	700	13	107
Igaratá	5	30	1	1
Iguape	50	170	10	25
Ilhabela	35	100	1	4
Indaiatuba	500	350	10	64
Indiana	65	270	2	10
Indiaporã	30	120	5	5
Ipaçu	115	170	2	—
Iporanga	10	72	1	1
Ipuã	80	200	4	52
Iracemópolis	15	200	—	6
Irapuru	50	113	12	5
Itaberá	30	94	2	—
Itaí	25	75	2	5
Itajobi	120	270	—	—
Itanhaém	360	230	250	85
Itapeceira da Serra	168	640	20	25
Itapetininga	1 204	1 324	40	270
Itapeva	350	640	10	60
Itapira	742	1 033	57	303
Itaporanga	38	140	10	—
Itapuí	143	208	8	41
Itaquaquecetuba	230	250	5	18
Itararé	550	1 400	15	190
Itariri	54	130	11	10
Itatiba	340	630	16	110
Itatinga	55	100	3	20
Itirapina	62	79	7	5
Itirapuã	32	80	8	3
Itu	1 500	1 500	35	310
Ituverava	455	470	43	115
Jaborandi	43	120	5	6
Jaboticabal	848	1 366	115	194
Jacareí	810	1 100	5	270
Jacupiranga	20	110	2	8
Jaguariúna	80	200	1	8
Jales	153	295	20	20
Jamboiro	40	50	2	25
Jardinópolis	188	375	10	38
Jarinu	70	115	5	16
Jaú	2 805	2 550	160	850
Joanópolis	70	65	2	6
José Bonifácio	153	290	25	75
Júlio Mesquita	50	55	2	3
Jundiaí	5 700	7 200	800	1 400
Junqueirópolis	160	368	70	40
Juquiá	25	170	10	8
Laranjal Paulista	226	365	24	25
Lavinia	110	500	6	8
Lavrinhas	10	65	0	—
Leme	500	490	4	80
Lençóis Paulista	378	492	6	71
Limeira	1 016	2 335	90	706
Lins	3 500	3 325	81	880
Lorena	1 100	850	15	60
Lucélia	480	1 060	43	107
Lucianópolis (ex-Gralha)	43	70	2	3
Lupércio	35	120	2	28
Lutécia	35	85	2	9
Macatuba	12	120	1	6
Macaubal	103	190	6	21
Mairiporã	117	320	22	59
Manduri	72	122	11	18
Marabá Paulista	70	236	5	20
Maraçá	65	400	15	35
Mariápolis	60	120	20	35
Marília	3 600	5 000	300	1 850
Martinópolis	460	420	12	41

RECEITA TRIBUTÁRIA PREVISTA PARA OS MUNICÍPIOS — 1955

MUNICÍPIOS INFORMANTES	RECEITA PREVISTA (Cr\$ 1 000)			
	Impostos		Taxas	
	Predial	Indústrias e profissões	Expediente	Limpeza pública
SÃO PAULO (continuação)				
Matão	58	330	6	31
Mauá	680	1 470	3	60
Miguelópolis	180	180	12	80
Mineiros do Tietê	55	60	3	—
Miracatu	25	170	5	5
Mirante do Paranapanema	235	270	50	59
Mirassol	735	827	100	126
Mococa	476	841	54	70
Mogi das Cruzes	4 660	4 920	81	301
Mogi Guaçu	120	350	2	24
Mogi Mirim	620	1 040	30	107
Monte Alto	310	465	40	75
Monte Aprazível	515	1 281	30	39
Monte Azul Paulista	166	441	22	58
Monteiro Lobato	15	45	1	6
Monte Mor	85	130	5	28
Morro Agudo	140	200	2	10
Natividade da Serra	28	42	4	—
Nazaré Paulista	50	118	2	—
Neves Paulista	68	198	15	34
Nhandeara	75	195	18	10
Nova Aliança	140	302	—	20
Nova Europa	19	110	2	12
Nova Granada	300	350	42	34
Novo Horizonte	557	800	47	277
Nuporanga	23	38	3	8
Oleó	31	85	3	9
Olimpia	800	1 000	34	118
Oriente	65	170	6	16
Orlândia	380	300	3	143
Oscar Bressane	45	70	13	4
Oswaldo Cruz	915	1 015	55	85
Ourinhos	2 500	1 800	75	300
Ouro Verde	100	90	15	32
Pacaembu	158	420	35	15
Palestina	68	235	12	7
Palmital	504	515	20	100
Paraguaçu Paulista	910	840	10	103
Paraibuna	65	160	5	—
Paraíso	10	38	2	3
Paranapanema	40	100	3	24
Patrocínio Paulista	65	130	4	7
Paulicéia	50	80	25	20
Paulo de Faria	115	360	—	24
Pederneras	695	610	15	80
Pedregulho	79	210	10	40
Pedreira	120	595	5	40
Pedro de Toledo	45	90	2	4
Penápolis	850	1 200	25	80
Pereira Barreto	440	1 150	25	25
Pereiras	40	85	5	29
Piacatu	60	150	15	6
Piedade	205	560	7	30
Pilar do Sul	65	110	3	18
Pindamonhangaba	660	800	20	90
Pindorama	107	205	35	20
Pinhal	440	750	40	260
Piquerobi	60	140	15	20
Piquete	160	185	3	10
Piracaia	86	150	7	10
Piracicaba	2 014	6 294	200	—
Piraçununga	1 000	1 300	30	100
Piraju	900	850	28	188
Pirangi	70	138	12	12
Pirapozinho	490	900	8	55
Piratininga	180	300	3	38
Pitangueiras	192	306	5	50
Planalto	30	110	2	—
Poá	—	1 160	32	80
Poloni	156	70	2	10
Pompéia	360	650	75	147
Pongai	130	200	10	9
Pontal	40	240	3	7
Porangaba	55	110	3	8
Pôrto Feliz	710	700	70	140
Pôrto Ferreira	335	215	12	23
Potirendaba	110	255	15	48
Presidente Alves	65	146	2	12
Presidente Bernardes	402	1 060	32	80
Presidente Epitácio	250	500	10	10
Presidente Venceslau	1 000	1 200	19	130
Promissão	655	815	30	110
Quatá	250	400	5	15

RECEITA TRIBUTÁRIA PREVISTA PARA OS MUNICÍPIOS — 1955

MUNICÍPIOS INFORMANTES	RECEITA PREVISTA (Cr\$ 1 000)			
	Impostos		Taxas	
	Predial	Indústrias e profissões	Expediente	Limpeza pública
SÃO PAULO (continuação)				
Queluz	120	161	5	30
Quintana	90	200	10	25
Rancharia	1 270	1 300	30	101
Redenção da Serra	10	36	2	3
Regente Feijó	322	540	10	20
Reginópolis	50	90	7	7
Registro	165	450	16	50
Ribeira	18	30	4	2
Ribeirão Bonito	130	125	3	71
Ribeirão Branco	13	56	3	3
Ribeirão Preto	7 900	7 100	200	3 700
Ribeirão Vermelho do Sul	50	143	5	8
Rifaina	26	48	3	6
Rincão	120	58	1	18
Rinópolis	130	340	13	16
Rio Claro	1 512	1 665	55	100
Rio das Pedras	40	350	1	22
Rubiácea	42	95	6	6
Sabino	45	70	4	10
Sales Oliveira	50	100	1	10
Salesópolis	32	90	4	13
Salto	800	800	70	80
Salto de Pirapora	60	150	—	—
Salto Grande	140	100	5	15
Santa Adélia	119	139	9	38
Santa Bárbara d'Oeste	210	1 300	6	90
Santa Branca	57	70	6	12
Santa Cruz da Conceição	28	65	2	2
Santa Cruz das Palmeiras	120	200	4	20
Santa Cruz do Rio Pardo	1 020	1 020	70	145
Santa Gertrudes	50	85	2	15
Santa Isabel	100	300	2	10
Santa Mercedes	188	125	—	30
Sant'Ana de Parnaíba	63	315	5	38
Santa Rita do Passa Quatro	260	400	25	33
Santa Rosa de Viterbo	100	440	1	3
Santo Anastácio	565	1 080	40	225
Santo André	24 040	29 060	351	2 800
Santo Antônio da Alegria	25	33	3	5
Santo Antônio do Jardim	20	50	1	16
Santo Antônio de Posse	60	160	5	8
Santos	55 044	38 060	3 181	15 137
São Bento do Sapucaí	95	135	2	10
São Bernardo do Campo	4 000	6 100	750	450
São Caetano do Sul	10 000	16 300	600	2 500
São Carlos	3 810	3 790	80	503
São João da Boa Vista	1 000	1 260	30	395
São Joaquim da Barra	600	600	2	300
São José do Barreiro (ex-Barreiro)	20	30	1	4
São José da Bela Vista	41	65	1	18
São José do Rio Pardo	800	650	45	190
São José do Rio Preto	9 500	4 500	100	770
São José dos Campos	2 000	2 500	65	470
São Luís do Paraitinga	75	175	3	3
São Manuel	700	1 300	30	120
São Miguel Arcanjo	71	104	2	25
São Pedro	212	176	5	45
São Pedro do Turvo	35	140	10	6
São Roque	977	995	15	120
São Sebastião	120	100	4	15
São Sebastião da Gramma	100	150	5	35
São Simão	210	350	3	24
São Vicente	9 000	3 000	300	2 000
Sarapuá	12	60	4	3
Serra Azul	25	64	1	6
Serrana	60	185	1	20
Serra Negra	580	670	10	114
Sertãozinho	440	840	10	130
Severínia	60	70	2	7
Silveiras	16	40	1	1
Socorro	320	350	20	100
Sorocaba	11 490	9 100	400	3 000
Sumaré	230	640	6	105
Suzano	550	750	25	50
Tabapuã	210	322	27	21
Tabatinga	64	260	6	38
Taciba	16	200	3	1
Taiúva	25	60	8	16
Tambaú	130	330	5	17
Tanabi	297	300	—	180
Tapiratiba	25	160	6	4
Taquaritinga	400	750	34	217
Taquarituba	90	130	10	25

RECEITA TRIBUTÁRIA PREVISTA PARA OS MUNICÍPIOS — 1955

MUNICÍPIOS INFORMANTES	RECEITA PREVISTA (Cr\$ 1 000)			
	Impostos		Taxas	
	Predial	Indústrias e profissões	Expediente	Limpeza pública
SÃO PAULO (conclusão)				
Tatuf	730	1 700	40	155
Taubaté	3 340	3 540	100	425
Terra Roxa	70	140	1	30
Timburi	30	60	1	4
Torrinha	50	116	3	—
Tremembé	190	130	5	40
Tupã	1 446	2 640	140	318
Tupi Paulista (ex-Gracianópolis)	310	700	114	53
Ubatuba	145	155	5	125
Ubirajara	45	100	8	12
Uchoa	100	250	35	25
Uru	29	30	—	—
Urupês	170	410	24	62
Valentim Gentil	60	80	8	11
Valinhos	430	1 750	4	180
Valparaíso	650	1 240	2	120
Vargem Grande do Sul	240	500	8	36
Vera Cruz	395	550	20	75
Vinhedo	300	500	37	53
Viradouro	200	210	5	24
Votuporanga	70	250	10	10
Xavantes	180	280	2	—
PARANÁ				
CURITIBA	55 600	15 000	400	4 000
Abatiá	30	90	—	1
Andirá	262	356	—	40
Antônio	181	165	—	18
Apucarana	1 300	1 000	—	300
Arapongas	600	1 250	25	130
Araucária	70	250	—	9
Assaí	500	650	—	21
Ba. de Iratins	550	550	—	80
Barracão	20	30	1	—
Bela Vista do Paraíso	800	500	—	35
Bocaiúva do Sul	4	200	—	—
Cambará	485	450	—	70
Cambé	750	1 090	15	140
Campo Largo	136	423	—	10
Campo Mourão	80	720	30	—
Carlópolis	55	150	—	10
Cascavel	15	250	10	12
Castro	145	350	10	15
Cérrro Azul	15	150	—	—
Clevelândia	5	70	3	—
Congonhinhas	30	160	—	5
Contenda	15	130	—	1
Cornélio Procopio	1 300	1 100	—	250
Cruz Machado	8	220	—	2
Curiúva	25	220	—	—
Faxinal	30	80	—	6
Foz do Iguaçu	115	250	3	12
Francisco Beltrão	80	200	1	6
Guaraniaçu	5	130	2	—
Guarapuava	550	950	20	—
Guaraqueçaba	4	52	2	2
Guaratuba	470	80	—	20
Ibaiti	82	220	3	3
Ibiporã	400	420	—	60
Imbituva	50	230	—	—
Ipiranga	15	280	—	—
Irati	250	1 100	15	30
Jacarézinho	1 100	700	—	80
Jaguapitã	400	900	—	19
Jaguariaíva	174	360	2	11
Japira	30	150	4	3
Jataizinho	60	280	10	6
Joaquim Távora	150	180	—	34
Lapa	200	400	—	7
Laranjeiras do Sul	20	250	—	—
Londrina	8 500	6 700	—	2 450
Mallet	50	160	—	6
Mandaguari	390	270	—	58
Mangueirinha	8	180	10	10
Maringá	2 790	1 500	—	500
Morretes	30	100	—	6
Nova Esperança	450	700	—	25
Nova Fátima	225	240	—	8
Palmas	22	290	12	2
Palmeira	120	260	1	30
Paranaguá	1 760	1 440	—	542
Pato Branco	100	400	5	—
Paulo Frontin	15	95	—	—

RECEITA TRIBUTÁRIA PREVISTA PARA OS MUNICÍPIOS — 1955

MUNICÍPIOS INFORMANTES	RECEITA PREVISTA (Cr\$ 1 000)			
	Impostos		Taxas	
	Predial	Indústrias e profissões	Expediente	Limpeza pública
PARANÁ (conclusão)				
Piraí do Sul	120	150	—	10
Pitanga	20	280	—	—
Ponta Grossa	3 700	2 300	—	150
Porecatu	250	350	—	60
Pôrto Amazonas	35	60	—	—
Primeiro de Maio	170	400	—	16
Prudentópolis	50	360	—	1
Quatiguá	62	115	—	26
Rebouças	35	105	—	6
Ribeirão do Pinhal	150	170	—	9
Rio Azul	32	88	—	4
Rio Cinzas	60	115	—	3
Rio Negro	500	430	—	33
Rolândia	460	750	15	160
Santa Mariana	250	300	—	50
Santo Antônio	15	120	2	1
Santo Antônio da Platina	530	610	—	50
Santo Inácio	300	700	5	10
São Jerônimo da Serra	40	200	—	5
São João do Triunfo	10	100	—	—
São José dos Pinhais	370	280	—	1
São Mateus do Sul	58	252	5	—
Sengés	24	110	—	5
Sertaneja	150	289	—	20
Sertanópolis	330	550	—	45
Siqueira Campos	220	253	55	—
Teixeira Soares	7	135	—	—
Tibagi	10	300	—	—
Tijucas do Sul	2	120	—	—
Timbu	2	70	—	2
Timoneira	1	50	1	—
Toledo	10	70	—	5
Tomazina	60	190	—	8
União da Vitória	360	400	—	100
Uraí	300	400	—	27
Venceslau Braz	120	230	4	20
SANTA CATARINA				
FLORIANÓPOLIS	4 000	2 800	160	530
Araquari	20	110	1	—
Araranguá	155	260	2	7
Biguaçu	18	100	0	—
Blumenau	3 000	4 000	60	100
Bom Retiro	32	322	—	—
Brusque	420	1 130	30	5
Caçador	250	900	5	40
Camboriú	110	90	3	4
Campo Alegre	14	120	—	—
Campos Novos	60	250	10	20
Canoinhas	270	750	—	20
Capinzal	88	270	6	7
Chapecó	180	950	30	20
Concórdia	210	1 100	40	15
Criciúma	350	680	10	30
Curitibanos	140	800	7	—
Dionísio Cerqueira	20	160	1	—
Gaspar	75	250	2	3
Guaramirim	44	350	1	—
Ibirama	140	600	6	—
Imaruí	6	64	—	—
Indaial	79	649	—	75
Itaiópolis	20	430	4	—
Itajaí	720	1 920	10	15
Itapiranga	16	180	1	—
Ituporanga	80	400	5	—
Jaguaruna	12	60	—	—
Jaraguá do Sul	200	600	3	15
Joaçaba	290	1 000	30	25
Joinville	2 750	3 300	15	—
Laguna	270	570	13	15
Lajes	600	1 800	18	7
Mafra	300	700	8	—
Mondai	30	228	1	—
Nova Trento	20	90	—	—
Orlêães	110	410	40	5
Palhoça	75	380	—	—
Palmitos	68	400	5	—
Papanduva	11	90	—	1
Piratuba	85	250	5	—
Pôrto Belo	10	50	—	—
Pôrto União	510	555	10	100
Presidente Getúlio	50	275	5	—
Rio do Sul	400	1 380	5	40

RECEITA TRIBUTÁRIA PREVISTA PARA OS MUNICÍPIOS — 1955

MUNICÍPIOS INFORMANTES	RECEITA PREVISTA (Cr\$ 1 000)			
	Impostos		Taxas	
	Predial	Indústrias e profissões	Expediente	Limpeza pública
SANTA CATARINA (conclusão)				
Rio Negrinho	55	220	—	—
Rodeio	24	230	6	—
São Bento do Sul	70	230	—	5
São Francisco do Sul	356	560	6	28
São Joaquim	70	645	3	—
São José	60	190	4	—
São Miguel d'Oeste	50	250	7	3
Seara	35	280	15	—
Sombrio	10	100	2	1
Taió	40	320	2	—
Tangará	90	419	4	—
Tijucas	95	370	6	—
Timbó	150	340	12	—
Tubarão	680	725	12	25
Turvo	40	270	11	—
Uruçanga	80	260	5	—
Videira	149	700	8	2
Xaxim	123	400	10	—
RIO GRANDE DO SUL				
PÓRTO ALEGRE	100 000	47 000	3 000	—
Alegrete	1 300	900	—	100
Antônio Prado	105	100	28	11
Aparados da Serra	130	430	15	—
Arroio do Meio	40	300	20	5
Arroio Grande	285	1 004	15	10
Bajé	3 050	1 000	55	100
Bento Gonçalves	1 000	470	100	30
Caçapava do Sul	100	500	40	20
Cacequi	105	70	12	5
Cachoeira do Sul	1 800	3 200	250	230
Caí	346	820	36	18
Camaquã	200	350	60	15
Candelária	50	130	15	12
Canela	190	160	12	16
Canguçu	110	230	25	10
Canoas	1 350	780	150	25
Carazinho	700	1 000	25	50
Caxias do Sul	3 500	1 500	100	250
Cruz Alta	700	1 450	110	100
Dom Pedrito	650	1 200	30	49
Encantado	280	400	30	—
Encruzilhada do Sul	100	170	20	21
Erechim	1 250	850	70	110
Erval	20	300	19	—
Estréla	435	780	100	34
Farroupilha	275	120	14	28
Flores da Cunha	72	75	10	10
Garibaldi	315	240	37	50
General Câmara	70	40	10	5
General Vargas	30	85	12	—
Getúlio Vargas	110	200	15	10
Gravataí	285	347	25	40
Guafba	240	280	15	24
Guaporé	260	500	65	10
Ijuí	1 300	1 360	25	65
Iraí	72	180	12	7
Itaqui	300	100	20	10
Jaguarão	500	1 100	30	200
Jaguari	120	150	5	0
Julio de Castilhos	160	300	25	19
Lagoa Vermelha	250	1 300	110	10
Lajeado	750	900	200	130
Lavras do Sul	115	780	9	5
Livramento	1 000	2 500	100	100
Marcelino Ramos	245	460	25	13
Montenegro	380	850	90	280
Nova Prata	200	255	18	15
Novo Hamburgo	2 100	1 000	350	350
Osório	1 000	250	100	100
Palmeiras das Missões	200	500	25	5
Passo Fundo	2 000	1 380	60	160
Pelotas	7 500	4 800	800	1 600
Pinheiro Machado	90	700	15	25
Piratini	28	869	15	2
Quaraí	90	151	17	36
Rio Grande	2 850	3 900	190	1 380
Rio Pardo	530	500	115	18
Rosário do Sul	300	600	35	35
Santa Cruz do Sul	1 500	1 350	100	120
Santa Maria	3 700	2 500	180	420
Santa Rosa	671	1 100	150	120
Santa Vitória do Palmar	300	1 880	15	20

RECEITA TRIBUTÁRIA PREVISTA PARA OS MUNICÍPIOS — 1955

MUNICÍPIOS INFORMANTES	RECEITA PREVISTA (Cr\$ 1 000)			
	Impostos		Taxas	
	Predial	Indústrias e profissões	Expediente	Limpeza pública
RIO GRANDE DO SUL (conclusão)				
Santiago	180	340	10	5
Santo Ângelo	1 100	1 100	170	200
Santo Antônio	250	620	40	505
São Borja	270	150	20	10
São Francisco de Assis	75	450	20	10
São Francisco de Paula	110	1 440	12	4
São Gabriel	600	2 400	60	120
São Jerônimo	175	310	30	44
São José do Norte	35	150	25	30
São Leopoldo	3 300	1 700	400	210
São Lourenço do Sul	93	353	40	5
São Luís Gonzaga	280	540	40	35
São Pedro do Sul	84	119	8	10
São Sepé	60	450	8	3
Sarandi	130	650	30	—
Sobradinho	100	750	30	10
Soledade	180	570	85	6
Tapes	150	300	10	21
Taquara	635	655	120	130
Taquari	246	356	8	25
Tórres	300	400	20	20
Três Passos	200	750	40	8
Triunfo (ex-Bom Jesus do Triunfo)	80	50	10	8
Tupanciretã	225	550	21	27
Uruguaiana	750	450	—	50
Vacaria	410	650	46	100
Venâncio Aires	300	1 030	35	15
Veranópolis	130	110	15	7
Viamão	121	70	25	7
MATO GROSSO				
CUIABÁ	1 500	1 600	50	200
Açorizal	—	80	1	1
Água Clara	6	125	1	1
Alto Araguaia	12	87	6	3
Alto Paraguai	24	204	4	—
Altos Garças	6	40	4	1
Amambai	35	120	6	—
Aparecida do Taboado	45	85	6	15
Aquidauana	350	206	19	30
Barra do Bugres	5	70	3	1
Barra do Garças	15	30	1	—
Bela Vista	150	250	1	16
Bonito	17	47	2	2
Cáceres	180	130	8	11
Camapuã	6	35	1	—
Campo Grande	4 800	1 500	15	440
Chapada dos Guimarães	22	79	2	—
Corguinho	2	35	2	1
Corumbá	1 262	1 095	76	328
Coxim	15	80	12	3
Diamantina	13	48	4	—
Dourados	370	300	8	60
Guia Lopes da Laguna	9	35	2	5
Guiratinga	35	140	2	3
Maracaju	22	94	1	6
Mato Grosso	1	12	1	—
Miranda	30	53	3	6
Nioaque	18	50	3	—
Nossa Senhora do Livramento	3	24	1	—
Paranaíba	35	180	12	5
Poconé	70	220	14	10
Ponta Porã	500	422	15	—
Pôrto Murtinho	35	90	1	9
Poxoreu	42	300	3	10
Ribas do Rio Pardo	10	30	1	2
Rio Brilhante	30	200	5	2
Rio Verde do Mato Grosso (ex-Coronel Galvão)	30	120	5	3
Rochedo	10	40	3	1
Rosário Oeste	10	50	1	—
Santo Antônio do Leverger	11	164	3	—
Terenos	27	28	4	—
Três Lagoas	300	250	10	50
Várzea Grande	35	80	—	—
GOIÁS				
GOIÂNIA	6 000	1 500	20	80
Abadiânia	6	30	7	1
Anápolis	1 500	1 000	150	40
Anicuns	75	80	8	4
Araguacema	8	22	1	3
Araguatins	1	17	0	—

O FALECIMENTO DO DR. M. A. TEIXEIRA DE FREITAS

NO Hospital dos Servidores do Estado, onde se encontrava internado havia cêrca de um mês, faleceu, às 4,30 horas do dia 22 de fevereiro, o Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas, organizador e primeiro Secretário-Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, presidente honorário do Instituto Interamericano de Estatística e vice-presidente do Instituto Internacional de Estatística

Ainda pela manhã do dia 22, seu corpo foi transportado para a sede do IBGE, onde ficou em câmara ardente, na "Sala Teixeira de Freitas" Durante todo o dia e a noite, foi o corpo visitado por centenas de pessoas, inclusive altas autoridades, membros do Congresso, funcionários do Conselho Nacional de Estatística, Conselho Nacional de Geografia, Serviço Nacional de Recenseamento, Serviço Gráfico do Instituto e repartições de estatística desta capital, Niterói e Belo Horizonte

Casado com a Sra. Rosalina Limpo Teixeira de Freitas, deixou o ilustre morto dois filhos: os srs Antônio Paulino Limpo Teixeira de Freitas, diretor de Administração do CNE, e Augusto Afonso Limpo Teixeira de Freitas, engenheiro civil

★ *Visita do Presidente da República* — Pela manhã do dia 23, uma das primeiras visitas, antes das oito horas, foi a do Presidente da República, acompanhado do Chefe do Gabinete Civil, Sr. Álvaro Lins O Sr. Juscelino Kubitschek manifestou o pesar do governo, apresentando à família as suas condolências

★ *Missa de corpo presente* — Às 8,30 foi celebrada missa de corpo presente por Monsenhor Mac-Dowell, seguida de encomendação. Houve, após, uma oração fúnebre, com bênção especial, por D. José Távora, bispo auxiliar do Rio de Janeiro

★ *Enterramento* — Pouco antes da saída do féretro, na ausência do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, presidente do IBGE, o Sr. Moacir Malheiros Fernandes Silva, vice-presidente, proferiu um discurso de despedida, em nome da instituição, desde seus órgãos dirigentes até suas Agências Municipais de Estatística, em todo o território nacional. Foi o seguinte êsse discurso:

"Mário Augusto Teixeira de Freitas! . . .

Êste nome, êste nobre nome que trouxeste do berço e agora entregas, puro e glorioso, à posteridade; êste nome, tão agradável de ouvir-se e tão

fácil de memorizar-se, pois as próprias forças iminentes da criação o marcaram com a sonoridade de um eneassílabo perfeito, como a assinalar, desde logo, o raro ser predestinado a que êle ia ligar-se para sempre; êste nome, que foi o teu nome nesta existência terrena, — jamais o ouvi pronunciado, em dias de tua vida, nos seus últimos anos, que não fôsse, logo a seguir, acompanhado de referências as mais nobilitantes e enaltecidas, coroadas, comumente, por estrepitosas palmas

E, agora, acabo de enunciá-lo, em voz bem alta, pausadamente e . . . a segui-lo ouvimos apenas o silêncio, êste impressionante silêncio branco, êste profundo silêncio de mármore . . .

Que transformação tão súbita será esta?! . . .

Que terá ocorrido em relação a Ti, ou em relação a nós?! . . .

— Ê que estamos diante da Morte, estamos diante da Grande Muda, e para ela, misteriosa ancila de Deus, — também, como Êste, eternamente silenciosa, — tôdas as nossas palavras humanas são inexpressivas, tôda a nossa eloquência terrete é simplesmente vã . . .

Diante da Morte só duas atitudes parecem compatíveis com a fragilidade das criaturas mortais: a atitude das lágrimas, daqueles aos quais Deus ainda concede a graça de vertê-las, como expressão sincera e incontrolável de sua delicada natureza espiritual; ou a atitude do silêncio, da nudez absoluta, que traduz a resignação filosófica diante do inevitável, do invencível, do inelutável, por mais que êle venha ferir, forte e fundo, a nossa sensibilidade emocional

— Meu grande, meu saudoso Mário Augusto Teixeira de Freitas!

Essa atitude de silêncio, de profundo e respeitoso silêncio, de religioso silêncio, deveria ser a minha atitude pessoal, neste emocionante momento em que nos despedimos de teus despojos mortais, pois que teu ser espiritual, teu verdadeiro ser, a tua alma, tua alma perfeita e puríssima, tendo transposto os umbrais da Eternidade, já deve estar deslumbrando-se ante os esplendores divinos de sua própria imortalidade e glorificação

Certo, como estou, dessa tua imortalidade e, conseqüentemente, de tua glorificação, dadas as tuas altas virtudes nesta vida transitória, — quisera eu ter tido, neste momento profundamente angustiante, aquela atitude de religioso silêncio.

Devera eu ter tido essa atitude do mais profundo e respeitoso silêncio

Mas, no momento, devo falar não só a pedido dos dois Conselhos do Instituto, da Junta Executiva Central de Estatística e do Diretório Central de Geografia, que me impuseram esta incumbência dolorosa, mas, também, dada a minha eventual posição neste Instituto, falo em nome de tôda a grande família ibgeana, para trazer-Te as expressões de nossas últimas homenagens, de nossos adeuses derradeiros e de nossas antecipadas saudades, ao ver partir para sempre o nosso grande, o nosso querido e sempre lembrado Mário Augusto Teixeira de Freitas.

E se, lamentavelmente, tôdas as palavras se me afiguram vazias diante do impenetrável, misterioso, angustiante silêncio da Morte, que me seja permitido ao menos, nestes últimos instantes em que o temos ainda entre nós, evocar um pouco a

vida, isto é, algumas impressões sobre esse homem extraordinário, que foi Mário Augusto Teixeira de Freitas.

De uma simplicidade, de uma naturalidade, de uma encantadora modéstia, que de logo ressaltava de sua própria pessoa física e mesmo de seu modo discreto de trajar-se, era, entretanto, de uma delicadeza inata, de uma bondade comunicativa, de uma solidariedade humana, que só os raros possuem.

Não pensava jamais em sua própria pessoa; pensava, sentia, ansiava e sofria pelos outros, por toda gente, pelos brasileiros, em geral, pelo Brasil, em particular, pela Humanidade, sem distinções de credos e de cores, ansiando e prefigurando sempre um progresso crescente, rápido, constante, ininterrupto, de nossa gente, de nossa terra em todos os seus recantos, de nossas instituições, mas também dos demais povos do mundo.

Dai seu ardente entusiasmo, jamais esmorecido, pelo esperanto, como língua universal, pois via, nesse idioma auxiliar, uma das formas de possibilitar-se o desejado entendimento cordial de todos os habitantes deste globo.

* * *

Da última vez que tive a felicidade de sua presença, ouvi-o com aquela atenção admirativa que sempre me inspirou, desde que o Destino, em 1938, me concedeu a ventura de conhecê-lo, e trabalharmos juntos, na Comissão de Estudos do Conselho de Segurança Nacional.

Nesse último encontro, entre outros assuntos, falou-me de suas preocupações de ordem filosófica e do estudo que estaria fazendo da grande figura de Pitágoras e dos denominados *números pitagóricos*.

Falava com aquela admirável facilidade torrencial, que constituiu um dos característicos de sua marcante personalidade.

Isso não foi há muito tempo, não Alguns meses apenas. Menos de um ano! . . . E nem por sonho, naquele momento, poderia passar-me pela mente que, tão breve, o perderíamos para sempre! . . .

* * *

Este homem que, certa feita, denominei *homem cósmico*, pois que, parece, sua inteligência, suas preocupações sobre os múltiplos aspectos da verdade, da beleza e do bem, ultrapassavam o âmbito do nosso planeta, — este homem superior, sob todos os aspectos em que possa considerar-se uma criatura humana, dava-me a impressão, — para servir-me de símbolos — de duas chamadas juntas, sempre acesas: uma, delicada, suave, ardoendo brandamente, na cor verde da esperança, — e era a sua bondade; outra, multicolorida, em labaredas altas, inquietas, — a sua inteligência fulgurante, a sua vibratibilidade excepcional!

E era de ver-se, em seus momentos de exposição de viva voz, a sua eloquência defluindo em verdadeiras catadupas, em formas vocabulares perfeitas, impregnadas de lógica e de ansia de aperfeiçoamento no esfôrço humano individual e coletivo.

De tempo em tempo, costumava êle intercalar aquelas torrentes preciosas, com duas palavras simples e cordialmente comunicativas:

— “*Meus amigos. . .*”

E continuava, sem mover-se quase de sua atitude corporal costumeira, com a cabeça um pouco inclinada para a frente e como se, por trás de seus olhos escuros, estivesse a olhar para muito longe e a ver, lá muito longe, luminosos, vibrantes — em algum ponto do universo, invisível para o auditório, — aquelas palavras tôdas, que jorravam de seus lábios, ininterruptamente. . .

— “*Meus amigos! . . .*” Era como êle nos tratava a todos nós, seus ouvintes, sempre atentos e delicados

— Mário Augusto Teixeira de Freitas! . . . Agora, aqui estão dizendo-te o último adeus, os “*teus amigos*”, os teus admiradores, os teus discípulos, os continuadores da tarefa ingente, que a Ti mesmo te impuseste e a quantos se abeberaram nos teus sábios ensinamentos, isto é, a utilíssima tarefa de dar ao Brasil as estatísticas que êle

precisa ter e que não de fazê-lo maior e melhor, — *maior*, no sentido de seu progresso material, e *melhor*, no sentido de sua cultura moral.

* * *

Desapareces do número dos vivos, ainda prematuramente, pois mal vinhas começando a última quadra da existência.

Muito havia ainda em teu coração e em teu cérebro, de bondade e de inteligência, muitos sonhos a serem convertidos em realidades, para o bem geral; muitos sonhos, os teus admiráveis sonhos, por vêzes aparentemente utópicos, mas sempre inspirados nos propósitos mais altos, mais puros, mais impessoais.

A par de tua invejável inteligência criadora, foste, do ponto de vista moral, um ser puríssimo, um verdadeiro *santo*. Nem faltou, sequer, para tua completa glorificação espiritual, o martírio derradeiro, que foram os sofrimentos terríveis de teus últimos dias.

Não alcançamos, nem o pretenderíamos jamais, os altos, misteriosos desígnios divinos, mas, de nossos pontos de vista estritamente humanos, entendemos que desapareceste ainda cedo, antes do que fôra natural esperar-se.

Terminaste a tua vida mortal, mas, por isso mesmo, alcançaste, desde agora, a imortalidade, pois ao teu nome sonoro estará sempre ligada, na memória das gerações sucessivas, essa grandiosa obra, cuja chama inicial acendeste e por toda a tua vida, vigilante, mantiveste, com *fogo sagrado*; essa obra eterna, que ora se denomina Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Mário Augusto Teixeira de Freitas! No momento em que transpões o grande, o eterno, o misterioso silêncio da Morte, os teus amigos dos dois Conselhos e todos os teus amigos do IBGE, profundamente abalados pela tua partida prematura, e desde já saudosos de tua pessoa boníssima, te deixam, aqui, comovidamente, o seu último adeus! . . .”

★ O cortejo fúnebre teve a presença de altas autoridades civis e militares, parlamentares, representantes dos ministros da Justiça, Marinha, Relações Exteriores e Educação e de associações culturais e profissionais, delegações de servidores públicos e funcionários de Inspetorias Regionais de Estatística e Departamentos Estaduais de Estatística, vindos especialmente para êsse fim.

Ao ter de baixar o corpo à sepultura, após as orações da liturgia pelo Frei João Baptista Kao, O.F.M., usaram da palavra os seguintes oradores: Conselheiro José Augusto, pela Associação Brasileira de Educação, recordando os grandes serviços de M. A. Teixeira de Freitas aos problemas de ensino; Engenheiro Lauro Sodré Viveiros de Castro, em nome da Sociedade Brasileira de Estatística, reorganizada e revitalizada pelo extinto; Engenheiro João Carlos Vital, pela Fundação Getúlio Vargas e recordando também largos traços da vida pública do eminente estatístico; Senador Coimbra Bueno, pelo Estado de Goiás e pelo Brasil Central, ressaltando a tenacidade com que desde longa data Teixeira de Freitas pregava a redivisão territorial do país com a interiorização da capital federal e, bem assim, a decisiva contribuição que o mesmo assegurou para o realce das solenidades inaugurais de Goiânia; Sr. Romeu Jacob, diretor do Departamento Estadual de Estatística de Minas Gerais, cargo exercido pelo extinto, mencionando os marcos da vida exemplar de chefe e idealista que o saudoso estatístico deixara naquele Estado; General Jaguaribe de Matos, em nome da Sociedade Brasileira de Geografia, pondo em realce a nobreza e o vigor com que Teixeira de Freitas se batia por suas idéias, legando-nos um grande exemplo de civismo; Sr. Demóstenes Cesar Júnior, funcio-

nário da Inspeção Regional de Estatística em Minas Gerais, que pronunciou palavras de despedida de seus colegas; e o jornalista Osório Nunes, presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Municípios, em nome desta instituição e da Sociedade Baiana de Municípios, ressaltando o mérito da pregação do grande municipalista desaparecido

Sobre o túmulo do Dr. M. A. Teixeira de Freitas foram depositadas inúmeras coroas, com expressivas legendas, inclusive dos organismos profissionais a que se achava ligado, como o Instituto Interamericano de Estatística e o Instituto Internacional de Estatística, dos quais era, respectivamente, presidente honorário e vice-presidente, diversas instituições nacionais, parentes, amigos e admiradores

★ *Outras notas* — O Embaixador José Carlos de Macedo Soares, que se achava em São Paulo, dirigiu ao Sr. Waldemar Lopes, Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, o seguinte telegrama:

"Impossibilitado prestar últimas homenagens meu querido amigo Teixeira de Freitas, peço-lhe representar-me seu enterramento"

O Itamarati foi representado nos funerais pelo Ministro F. C. de Bittencourt Berenguer, Introdutor Diplomático.

★ O ministro da Justiça, Sr. Nereu Ramos, além de fazer-se representar no sepultamento pelo Sr. Meton de Alencar, dirigiu ao presidente do IBGE o seguinte telegrama:

"Apresento a V. Ex.^a sentidas condolências pelo falecimento do ilustre e saudoso brasileiro Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas, associando-me a tôdas as homenagens que foram prestadas a sua memória. Saudações (a) Nereu Ramos."

★ O governo da Bahia, Estado natal do Sr. M. A. Teixeira de Freitas, incumbiu o Senador Juracy Magalhães de representá-lo nos funerais.

O Sr. Romeu Jacob, diretor do Departamento Estadual de Estatística de Minas Gerais, foi designado pelo governador deste Estado, Sr. Bias Fortes, para participar das últimas homenagens ao eminente extinto

↳ O Sr. Aldemar Alegria, diretor do Departamento Estadual de Estatística do Rio de Janeiro, representou o governador do Estado, Sr. Miguel Couto Filho, e o secretário do Governo.

★ *Delegações* — Entre as numerosas delegações presentes aos funerais, foi possível anotar as seguintes: da Sociedade Brasileira de Geografia, General Jaguaribe de Matos, Srs. Oliveira Belo, João Ribeiro Mendes, General De Paranhos Antunes e João M. Padrão; da Academia Brasileira de Ciências, Prof. Arthur Moses; do Clube de Engenharia, Engenheiro Amandino Ferreira de Carvalho; da Associação Brasileira de Educação, D. Ignez Barreto Corrêa de Araújo e Sr. Joaquim Daltron; da Associação dos Servidores Cíveis do Brasil, Sr. Ivany da Cunha Ribeiro; da Associação Brasileira de Municípios, Sr. Osório Nunes; da Liga Brasileira de Esperanto, tôda a diretoria; do Clube dos Ibeanos, tôda a diretoria.

Mensagens — À sede do IBGE chegaram, logo após a irradiação da notícia do falecimento do Dr. M. A. Teixeira de Freitas, numerosas mensagens de pesar, tanto das capitais dos Estados e do interior de todo o País, quanto do Exterior.

Homenagens póstumas — Em sessão realizada a 29 de fevereiro, a Junta Executiva Central nomeou uma comissão, composta dos Srs. Afonso Almiro, Rubens Pôrto, Waldemar Lopes e Brigadeiro Castro Lima, para coordenar as diversas homenagens póstumas que serão prestadas pelo IBGE à memória do seu organizador

Repercussão no Congresso Nacional — Na sessão da Câmara dos Deputados, no dia 22 de fevereiro, o Deputado Wagner Estelita Campos, representante do Estado de Goiás, pronunciou o seguinte discurso, posteriormente divulgado pelo "Diário do Congresso Nacional!":

"O SR. WAGNER ESTELITA — Sr. Presidente, acabo de ser dolorosamente surpreendido com a notícia do falecimento do Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas. Dêle costumava dizer o Dr. Luiz Simões Lopes que se tratava do funcionário público n.º 1 do Brasil. Podemos dizer que também se tratava de um dos grandes homens públicos deste País.

Hoje, não somente a Nação, de maneira geral, mas particularmente a Administração Pública tem que lamentar a perda de um dos seus expoentes

O Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas tem a seu crédito, entre os inúmeros marcos com que assinalou a sua vida de tanta utilidade para o Brasil, a organização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, no qual lhe coube conceber, planejar e consolidar a atual organização estatística brasileira, que goza, como todos sabemos, de renome internacional

O Sr. Prado Kelly — Sr. Deputado, trago a manifestação de pesar dos nossos companheiros pelo falecimento do ilustre Professor Teixeira de Freitas, entre cujos empreendimentos me permito salientar o da cooperação efetiva e culta que S. S.^a teve ocasião de dar aos problemas educativos na Associação Brasileira de Educação.

O SR. WAGNER ESTELITA — O aparte de V. Ex.^a muito ilustra e honra minha modesta comunicação

Também ao Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas coube a honra de ser, podemos dizer, o pioneiro do movimento municipalista em nosso País, em seu sentido mais profundo, sentido êsse que visa a transformar o município não no simples enteado que hoje é da Federação, mas num dos seus filhos prediletos.

O Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas organizou, ainda, o Serviço de Estatística da Produção e o Serviço de Estatística da Educação; além do mais, através de suas inúmeras obras, através dos seus trabalhos, dos seus discursos, das suas conferências, esteve sempre presente na discussão, no encaminhamento e na formulação de soluções para os problemas de base do Brasil.

Para que faça parte integrante de meu discurso, passo a ler uma notícia biográfica sobre o Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas."

Após a leitura, o Deputado Wagner Estelita concluiu assim o seu discurso:

"Sr. Presidente, ao fazer êste registro que tanto nos entristece, estou certo de que a Casa tôda me acompanha na presente manifestação de pesar pelo desaparecimento de um dos maiores e mais nobres homens públicos do Brasil."

Em seguida, o Sr. Presidente declarou que a Mesa se associava ao pesar manifestado pelo desaparecimento do eminente brasileiro e enviaria condolências à família enlutada.

No mesmo dia, no Senado Federal, o Senador Coimbra Bueno, do Estado de Goiás, pronunciou o seguinte discurso:

"O SR. COIMBRA BUENO — Sr. Presidente, eu estava inscrito para falar sobre um artigo do nobre Senador Assis Chateaubriand, transmitido pela Agência France Press

Aproveito, porém, a oportunidade para, rendendo homenagem ao Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas, hoje falecido, nesta capital, deixar nos Anais do Senado as notas biográficas cujo resumo passo a ler. (Lê)

O Sr Apolônio Salles — V. Ex.^a dá licença para um aparte?

O SR. COIMBRA BUENO — Com prazer.

O Sr. Apolônio Salles — Peço permissão ao nobre colega para me associar à homenagem que presta à memória do Prof. Teixeira de Freitas, a quem conheci Brasileiro dos mais eficientes, um dos homens mais dedicados aos interesses do país, um dos cidadãos mais desinteressados do serviço público, foi, sem dúvida, um exemplo para a mocidade, exemplo para esta escola de civismo que é a organização estatística da nossa terra. Não posso e não quero esconder a emoção com que lamento a perda de homem de tamanho valor, como Teixeira de Freitas

O Sr Mourão Vieira — Permita-me o nobre orador também um aparte. Quero associar-me a S. Ex.^a nessa manifestação de pesar, pelo desaparecimento do ilustre brasileiro. A estatística nacional assinala duas fases — antes e depois de Teixeira de Freitas. Foi realmente esse grande patriota quem deu a essa ciência exata, até então esquecida, o verdadeiro dinamismo que resultou nos trabalhos estatísticos ultimamente realizados entre nós. Várias vezes representei meu Estado nas reuniões do Instituto de Geografia e Estatística, e nessas ocasiões tive a oportunidade de aquilatar o valor do digno brasileiro, ora falecido.

Lamentamos, Sr. Presidente, a perda, com o falecimento do Professor Teixeira de Freitas, de um dos grandes soldados da interiorização da Capital do país. Há muitos anos, através de campanha impulsionada por entusiástico espírito de brasilidade, vinha permanentemente lutando pela redivisão territorial do Brasil, pela interiorização da Capital e sua colocação no centro do país.

O Sr. Juracy Magalhães — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. COIMBRA BUENO — Com muito prazer.

O Sr Juracy Magalhães — A Bancada da União Democrática Nacional desejaria que Vossa Excelência, que fala em nome pessoal, na homenagem à grande figura desaparecida de Teixeira de Freitas, lhe emprestasse essas palavras para exprimir igualmente o seu sentimento. Pessoalmente, tenho razões para deplorar a morte do ilustre brasileiro. Além de seu amigo, com ele mantive contacto, durante meu governo naquele Estado; e pude, então, sentir toda a força imprimida aos serviços de estatística por sua inteligência e patriotismo. Teixeira de Freitas foi também um municipalista dedicado. Merece a reverência de toda a Nação.

O SR. COIMBRA BUENO — Muito agradeço o aparte de V. Ex.^a e a honra que recebo, no momento, de falar em nome da Bancada da União Democrática Nacional, na homenagem que presto à figura de Teixeira de Freitas."

★ Manifestaram seu pesar, através de votos especiais, as Assembléias Legislativas de quase todos os Estados e centenas de Câmaras de Vereadores, em todo o país

★ *Homenagem do Diretório do CNG* — O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia prestou homenagem à memória de Teixeira de Freitas, em sua reunião do dia de março, tendo o engenheiro Flávio Vieira, representante do Ministério da Viação e Obras Públicas, pronunciado o seguinte discurso:

"O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, ao ensejo desta reunião, deseja render preito de profunda saudade ao doutor Mário Augusto Teixeira de Freitas, o excelso brasileiro luminar da nossa estatística, cuja morte vem de entristecer, amargurar e enlutar a família ibgeana.

Para traduzir essa condolente homenagem e interpretar, pois, os sentimentos de todos os que integram este plenário, fui eu o escolhido

Devo esclarecer que não foi sem relutância minha que aceitei tão honroso encargo, isso porque entendo que para enaltecer grandes mortos só grandes oradores, caso que não se ajusta com a escolha de quem nem apoucado discursador sabe ser.

Todavia, esforçar-me-ei por cumprir a missão, dizendo algo a respeito de Mário Augusto Teixeira de Freitas, cuja vida e inconfundível personalidade já foram tão eloquentes e acertadamente exaltadas por ocasião de seus funerais e cujos méritos e virtudes se continuam bendizendo em altissonantes e justos conceitos.

Ele em verdade, fêz-se merecedor dessas loas unânimes. Fêz-se digno dessa apologia com que entra na imortalidade.

Seu nome e sua obra tornaram-se indelévels, não só no sistema estatístico-geográfico brasileiro, que ele concebeu e criou, como, também, no âmbito da cultura nacional e no de famosas entidades internacionais.

Mário Augusto Teixeira de Freitas, vindo ao mundo sob as luzes do Cruzeiro do Sul, como que trouxe lampejos de estrelas altas na inteligência, ardências solares no espírito e clarões de plenilúnio na alma

Formava êsse privilégio, com que o destino o marcou, a poderosa trindade subjetiva de seu ser. Resultavam dêsse privilégio a singularidade de sua personalidade, a eclosão de seu idealismo, a imaginação altaneira e pura, o entusiasmo que punha em suas iniciativas, o fervor com que trabalhava e batalhava pelas suas notáveis obras e o calor com que as defendia

Êsses atributos, acrescidos de fé, da esperança e do humanismo cristão, de que tão rico era seu coração, impuseram-no a todos nós, seus amigos e admiradores, e consagraram-no em todo o Brasil

Os sonhos, vindos da alma suave e boa, alimentavam as idéias que brotavam e floresciam em seu cérebro, enquanto no crisol do espírito se processava com ardor o realismo de seus belos e nobres, notáveis e patrióticos empreendimentos. E, então, era como se a alma, o espírito, a inteligência e o coração de Mário Augusto Teixeira de Freitas se vissem influenciados por partículas infinitas e benéficas das forças universais

Foi talvez por isso que Moacir Fernandes Silva, certa vez, o chamou de "homem cósmico", por parecer-lhe que a sua inteligência e as suas preocupações sobre os múltiplos aspectos da verdade, da beleza e do bem, ultrapassavam o âmbito do nosso planeta. E dizia ainda o nosso nobre colega Moacir Silva, que êsse homem superior, sob todos os aspectos em que possa considerar-se uma criatura humana, dava-lhes "a impressão de duas chamas juntas, sempre acesas: uma delicada, suave, ardendo brandamente na cor verde da esperança — e era a sua bondade; outra, multicolorida, em labaredas altas, inquietas, — a sua inteligência fulgurante, a sua vibração excepcional!"

Essa feliz imagem retrata, com a força de sua poesia o nosso saudoso e pranteado homenageado, o querido amigo Mário Augusto Teixeira de Freitas

Seu coração não mais vibra, sua alma subiu ao céu, seu espírito ficou entre nós e os frutos de sua clarividente inteligência aí os temos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, casa de seus afetos, de seus desvelos, onde por todos os cantos freme o espírito de Teixeira de Freitas que foi mais do que um grande secretário-geral, porque foi um expoente da estatística, um guia benemérito, a própria alma e o cerne vigoroso dessa instituição

Aí temos o seu ingente e glorioso trabalho na revitalização dos Municípios, na revisão política do Brasil, pela qual tanto se bateu; no planejamento e consolidação da estatística brasileira, mercê do que se impôs esta no conceito da opinião pública nacional, no aprêço das entidades internacionais.

Aí temos a Convenção Nacional de Estatística de 1936, a cooperação interadministrativa em vários campos das atividades governamentais, a uniformização ortográfica de nossa língua, a instituição de Colônias-Escolas, a criação de bibliotecas e museus municipais, muitos e muitos outros serviços que mereceram do grande brasileiro iniciativas e cooperações brilhantes nos domínios da cultura em geral e da geografia, estatística e recenseamento, em especial.



O Presidente Juscelino Kubitschek, acompanhado do Sr. Alvaro Lins, Chefe da Casa Civil, prestou homenagem pessoal ao "servidor público n.º 1 do Brasil".

Assinalemos, ainda, com respeito à estatística, que Mário Augusto Teixeira de Freitas, quando secretário-geral do IBGE, contribuiu vigorosamente para a expedição de decretos-leis e outros atos governamentais, visando à consolidação do sistema estatístico-geográfico, como, dentre outros, os decretos-leis n.º 311, que estabeleceu a inalterabilidade periódica da divisão territorial; n.º 846, instituindo o "Dia do Município"; n.º 696, que determinou a realização decenal, nos anos de milésimos zero do recenseamento geral do Brasil; e n.º 4 181, que criou as Seções de Estatística Militar e autorizou a realização dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, serviços esses de capital interesse para a estatística geral e, de modo particular, para os estudos necessários à segurança nacional.

Realmente, foram inestimáveis os serviços prestados por Mário Augusto Teixeira de Freitas ao país. Seu amor à causa pública, a maneira elevada com que ele sempre exerceu suas funções, conferiram-lhe o galardão de "Funcionário Público n.º 1 do Brasil".

Sua obra foi vasta e profunda, foi objetiva, magnífica, profícua. Obra de sonhador, de idealista, de realizador, principalmente, de grande realizador no campo da estatística.

Procuremos continuá-la e engrandecê-la, pois, assim, nós do IBGE estaremos cultivando a memória desse inclito brasileiro. Assim estaremos atendendo ao apelo que ele sempre fazia no sentido de obter — segundo suas próprias palavras — "a sintonia espiritual e a solidariedade estreita das forças vivas da Nação, em torno do ideal generoso do erguimento de uma Pátria combatida ao nível exato de sua capacidade de vencer, das suas aspirações, da sua vocação e dos recursos esplêndidos com que a Providência Divina a galardou".

Senhores membros do Diretório Central: Como fecho desta homenagem, façamos agora um minuto de silêncio e, de pé, numa prece muda, roguemos a Deus pela alma generosa e pulcra do grande e saudoso Mário Augusto Teixeira de Freitas".

Registro da Imprensa e do Rádio — O noticiário referente à morte e aos funerais do Dr. M. A. Teixeira de Freitas teve a mais ampla divul-

gação na imprensa e no rádio. Os jornais publicaram extensas biografias do ilustre extinto e ressaltaram a grande perda que o país acaba de sofrer.

★ No "Jornal do Comércio", do Rio, o registro foi precedido das seguintes palavras:

"O país perdeu ontem, com o falecimento do Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas, um dos seus mais eminentes filhos, homem de raras qualidades cívicas, infatigável trabalhador, cujo nome se ligara a empreendimentos de grande alcance para o progresso nacional, vitorioso sempre pela sua fé, pelo seu devotamento, pelo seu patriotismo. A mola que o impulsionava era a de um ardente e puro idealismo, que se transpunha, numa infatigável dinâmica construtiva, para o campo prático das realizações objetivas. Não se detinha o Dr. M. A. Teixeira de Freitas diante do ceticismo negativista ou das resistências incompreensivas. Lançava-se à liça, quando no seu espírito uma idéia nobre amadurecia, para convertê-la em realidade e não havia obstáculo que o detivesse. Foi assim na estatística, foi assim no ensino, na campanha da divisão territorial do país, na reorganização dos municípios, na propaganda do esperanto, na questão ortográfica, nos problemas da vida rural e da organização nacional. Seu pensamento, por vezes, parecia ir além da realidade, num avanço precipitado sobre o futuro, como é próprio dos pioneiros e semeadores de idéias. Mas era sempre fruto de uma convicção estudada e amadurecida.

Seu nome e sua obra, consagrada e perpetuada por essa vitoriosa concepção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, transpuseram as fronteiras pátrias, para o prestígio que obteve no campo internacional, no seio de sociedades de cultura que lhe prestaram homenagens especiais.

O falecimento do Dr. Mário A. Teixeira de Freitas cobre assim de luto vários setores da vida nacional, em que a sua personalidade atuava eficiente e brilhantemente."

★ O "Diário de Notícias", do Rio, edição do dia 24 de fevereiro, publicou o seguinte artigo, intitulado "Um produtor de idéias" e assinado pelo Sr. Raul Lima:

"Num deserto de idéias, Mário Augusto Teixeira de Freitas teria de ser considerado oásis, manancial, usina geradora.

O Brasil não conheceu bastante, não percebeu devidamente a estatura intelectual e moral dessa extraordinária figura humana, servida por uma rara cerebração e que acaba de perder. Mas, nestas duas últimas décadas, dificilmente se encontrará obra de publicista com alguma substância, plataforma de candidato ou de partido, formulação de objetivos fundamentais do País, em que não estejam presentes frutos da pregação cívica do grande e quase ignorado brasileiro.

Ao contrário dos que fazem política, disputam cargos, projetam-se no cenário nacional sem pontos de vista próprios, servindo-se das mediações alheias ou adotando as influências de momento, viveu ele a lutar pelas suas concepções, não raro anonimamente, procurando convencer os que dispunham de poder, omitindo-se, atribuindo sempre a outrem as vitórias que ele inspirara, os êxitos que ele arquitetara linha por linha.

Os que o conheceram menos superficialmente sabem da profundidade e do fervor do seu apostolado. Os que o ouviram dissertar sobre a cooperação interadministrativa, o ensino primário suficiente e adequado, a redivisão territorial, o municipalismo, o esperanto, a justa social e outros itens do seu ideário cívico e humanístico, sabem da extraordinária flama, da força de argumentação com que estabelecia corpos de doutrina e equacionava as soluções para os grandes males do País e para a melhor compreensão e convivência de todos os povos.

No parlamento, ou na imprensa leiga, atuando nos cenários abertos, Teixeira de Freitas teria subido às culminâncias de um Ruy Barbosa, porque possuía qualidades vigorosas de orador, de um Tavares Bastos ou Alberto Torres. A seus trabalhos, porém, imprimia a marca modesta do funcionário técnico. Sua dialética poderosa era empregada para convencer, nas reuniões de iniciados, aliciando adeptos, "armando cruzados, semeando a mística".

Não terá havido, neste país, quem se haja dedicado tanto e tão exclusivamente ao serviço público, fazendo voto de pobreza, recusando postos superiores de governo, abstendo-se mesmo de condições elementares de conforto até o fim de uma carreira que durou 44 anos, continuando a meditar e a trabalhar mesmo depois de sua aposentadoria e apesar de precárias condições de saúde.

Conheci o nosso "Doutor Teixeira" há dezoisete anos, quando aqui cheguei, vindo da província, mais propriamente do interior. Cometa eu a migração que ele combatia e tive de ouvir-lhe apaixonada exposição sobre o dever de cooperar com a pequena comunidade onde se vive, esforçar-se pelo progresso geral. Vinha agarrar-me à metrópole, porém, e na verdade já merecera a sua atenção com alguns artigos sobre o recenseamento de 1940, em organização. Não demorei a tornar-me um de seus mais humildes discípulos e auxiliares na Casa, o IBGE, que ele criou e formou pelo exemplo de sua vida imaculada e seu devotamento ímpar, a instituição respeitada, de que tanto com ele nos orgulhávamos.

Em administração, não era um racionalista enquadrado em princípios vulgares, um homem de concepções simples. Tinha o ímpeto da originalidade nos planejamentos, como autodidata inspirado. Foi dito da organização do sistema estatístico-geográfico que se assemelha a complicado engenho de relojoaria, mas ninguém jamais pôde negar o arrôjo e eficácia da tentativa de articular todos os serviços dessas duas especialidades sem quebra dos princípios federativos e do respeito às autonomias governamentais.

O único erro de Teixeira de Freitas terá sido, com aquela pureza de coração, aquela bondade imensa e inesgotável, ausência absoluta de malícia, imaginar em cada um dos postos do serviço público, na execução de cada uma das tarefas, no exercício de todas as missões, que os seus esquemas continham ou previam, indivíduos com as mesmas qualidades efetivamente excepcionais que ele possuía.

Mas, a propósito de sua atuação como administrador, porventura aquém de sua capacidade de pensar, de reformador, de idealista, sempre me lembro do raciocínio de um ortodoxo em ciência administrativa que todavia bem o compreendeu:

"É preciso concordar mesmo com os atos aparentemente mais errados de Teixeira de Freitas, pois contém sempre uma intenção alta e geralmente dão bons resultados." Seria como o escrever certo por linhas tortas.

O Brasil não se dá conta da perda que acaba de sofrer. Foi Mário Augusto Teixeira de Freitas um distribuidor de títulos, um promotor de homenagens, um entusiasta proclamador de méritos alheios, enquanto se refugiava na penumbra de seu modestíssimo gabinete de trabalho, recusando qualquer honraria, negando-se a tirar retrato, numa humildade sincera de santo. Pareceu certa vez, a um intelectual que o procurou e se impressionou com o homem de óculos escuros e o ambiente pobre que ele dilatava com o pensamento largo, "um grande pássaro triste".

Sua tristeza terá sido constante, a tristeza do patriota, que viveu sonhando a perfeição para o seu país, a que ele amou servindo com insuperável dedicação, sem prêmios nem recompensas, e ao qual dedicava ainda nos últimos dias os restos de seu pensamento iluminado e fecundo e as forças expirantes de um coração inexcedível de generosidade.

De olhos postos na face de Deus, enquanto viveu, com a sua fé consciente e profunda, há de lhe ser dado agora contemplá-La e vê-La sorrir o sorriso do Pai ao bom e justo, servidor fiel e filho amado."

★ No "Correio da Manhã" do dia 25 de fevereiro foi publicado o seguinte artigo, assinado pelo escritor Carlos Drummond de Andrade e intitulado "Servidor n.º 1":

"Aquilo de que a modéstia preservava Teixeira de Freitas, a morte lhe impôs: oito oradores, à beira do túmulo, proclamaram suas virtudes cívicas e profissionais. O homem que se esquivara à inscrição no Livro do Mérito teve o seu mérito afirmado ostensivamente quando já não lhe era possível refugiar-se no mundo de estatísticas e idéias de organização nacional que era o seu mundo privativo, ao mesmo tempo ideal e concreto, pois dentro d'ele Teixeira de Freitas, sem governar o menor pedaço do Brasil, influiu profundamente na sua evolução.

Antes d'ele, nossa estatística era um serviço à espera de uma fórmula, e essa fórmula foi ele quem a cunhou e fez aplicar: cooperação interadministrativa. Não teríamos nunca estatística brasileira por um esforço federal isolado, maciço que fosse; era necessário, transpondo montanhas de inibições, interessar no assunto todas as unidades políticas, chegar até o município, criar um sistema. O sistema está em pleno funcionamento, mau grado os golpes que a política lhe vibra. E se hoje nos conhecemos mais a nós mesmos, se é possível elaborar planos de governo com base em dados positivos, se a iniciativa particular na promoção de riquezas dispõe de elementos essenciais para conhecimento do meio social e econômico, tudo isso se deve a Teixeira de Freitas. Teve antecessores ilustres e colaboradores de grande porte, mas a idéia, repito, é d'ele, como também a prática, e d'ele a maior glória.

Agrada-me lembrar que esse esforço começou em Minas, quando Teixeira de Freitas lá foi dirigir o recenseamento de 1920. Fez mais do que lhe pediram: criou o primeiro serviço de estatística estadual tecnicamente organizado e em articulação com o órgão federal. Revolucionou — na surdina — a estrutura administrativa do Estado, que se fundava no absurdo. Quantas vezes o limite da circunscrição municipal era apenas o contorno das terras de um poderoso, ao sabor de seu capricho! Os limites foram retificados. Acabaram as "fazendas encravadas", que se situavam num município e dependiam de outro; os municípios que se partiam em mais de um termo ou comarca; as unidades administrativas e judiciárias sem correspondente unidade física; a toponímia confusa e repetida que dava dor de cabeça aos correios e a todo o mundo. E enquanto bulia em tudo isso, Teixeira de Freitas ia educando o povo, na medida de suas forças; ajudava a criar um museu, uma biblioteca municipal, difundia normas de contabilidade, aperfeiçoava ou formava administradores locais.

Daí partiu ele para vãos mais altos, cujos resultados se podem apalpar, embora o grande público, por eles beneficiado, não os perceba. Pou-



O Presidente Juscelino Kubitschek quando apresentava condolências à viúva Teixeira de Freitas.

cos serão os problemas nacionais, de organização, que ele não terá pensado ou repensado, numa insistência que a uns pareceria ingênua, pois não estamos habituados a essa teimosia lúcida em torno de assuntos que transcendem o interesse pessoal. De-sejou ou sonhou uma porção de coisas, desde a interiorização da capital até a redivisão administrativa do Brasil, com Estados mais equilibrados e geopoliticamente mais razoáveis... Havia talvez uma percentagem de ilusões no corpo de idéias e projetos desse homem tão objetivo ao lidar com séries estatísticas. Como acreditar na mudança da sede do governo para o planalto central, se todas as autarquias regionais funcionam descaradamente neste Rio gostoso apesar de tudo, e se, contra toda a decência, não há ânimo nem para cumprir um vulgar estatuto de sociedade anônima que manda situar em Itabira a direção de um serviço localizado em Itabira? Quanto à recomposição dos Estados, nem é bom pensar na tempestade de protestos contra a medida de claro entendimento, ambicionada pelo espírito público de Teixeira de Freitas. Deixemos as frutas amadurecer, ou, quem sabe, transformar-se ao poder de novas circunstâncias.

No Ministério da Educação, onde Teixeira de Freitas foi um dos três "grandes" do tempo da fundação, não sei de chefe que recebesse, merecendo-o, tanto carinho de seus colegas e subordinados. A Diretoria de Estatística era uma espécie de capela, onde oficiava um sacerdote de óculos escuros, discreto, minucioso, exemplar. Alguém lhe chamou "servidor público n.º 1", e era-o (sem exagero de frase, mas dava também a impressão de chefe de uma pequena família escolhida a dedo, a quem ele defendia, com obstinação polida, ante qualquer risco de desagregação ou mistura. Deixa uma rara lembrança: a de um dos melhores brasileiros do seu tempo."

★ Na sua edição de 28 de fevereiro, "A Gazeta", de São Paulo, publicou, sob o título "De luto a estatística nacional", o seguinte artigo de autoria do Sr. Nascimento Serra:

"Bem poucos homens públicos terão prestado, efetivamente, tão grandes serviços à nacionalidade, como Mário Augusto Teixeira de Freitas, que a Parca resoluta e inexorável nos subtraiu, dias atrás,

deixando um vácuo de difícil preenchimento, tão imensa foi a obra de valorização e de aproveitamento da capacidade humana que lhe coube executar em sua existência de idealista honesto e de patriota sincero. Funcionário público desde os albores de sua mocidade, galgou uma a uma as escalas da hierarquia administrativa, contribuindo para a dignificação da função através do devotamento e do apêgo com que se lançava ao seu exercício. Não foi essa, entretanto, a marca que haveria de distingui-lo na comunhão dos nossos homens como uma de suas mais vivas e utilizáveis inteligências. Uma outra, de funções e efeitos unilaterais, cobrindo horizontes infinitamente mais amplos que os da órbita do serviço público, e que haveria de dar-lhe o necessário reconhecimento nacional, credenciando-o às melhores e mais profundas homenagens da pátria. Essa obra é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cuja criação pertence, por inteiro, ao ilustre morto.

Sentindo, dos contactos com a função pública, a necessidade de um serviço de geografia e estatística, através do qual o país tivesse conhecimento daquilo que possuísse e daquilo que lhe faltasse, isto em todos os setores da sua atividade, Teixeira de Freitas, lá pelos idos de 1934, submeteu à consideração do governo federal esquema consubstanciador de sua radiosa idéia e, credenciado pelo poder público, organizou o IBGE, elaborando sua carta magna, fixando suas normas de funcionamento e instalando mesmo os seus serviços, dando-lhe, enfim, vale dizer, corpo e alma para vingar e crescer, solidificar-se e evoluir, tal como o vemos hoje, um edifício de bases sólidas e de finalidades atingidas, a colher, em todos os recônditos da Nação imensa, por intermédio de sua completa rede de Agências Municipais, os dados estatísticos de que se valem os governos na elaboração de suas leis, os homens de negócios na planificação de suas atividades, o magistério no ensino da juventude, a imprensa nos seus estudos da realidade brasileira.

Essa a grande obra de Teixeira de Freitas, nome que a história terá de venerar e o país terá de reverenciar como um de seus mais capazes e prestativos filhos. Com seu trespassse, de luto está a estatística nacional."

★ O "Diário da Noite", do Recife, publicou a seguinte nota editorial ("Um grande brasileiro") em sua edição de 24 de fevereiro:

"Faleceu o Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas, grande brasileiro, que, entre os serviços prestados ao país, contava a fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Faleceu sem grande arruído, ao contrário do que acontece a outros mortos menos ilustres, pois era um tranqüilo homem de ciência e de cultura e vinha de uma época em que a propaganda não supria nenhuma virtude e em que esta valia por si mesma. A notícia de sua morte nem terá, talvez, a repercussão que devia ter, pois o noticiário dos jornais e a opinião pública estão ocupados agora com a "operação Santarém".

No entanto, era o Dr. Teixeira de Freitas uma figura excepcional, digna de ser apontada às novas gerações como exemplo de caráter, de cultura e profundo amor ao Brasil. Era um homem que se debruçava sobre os nossos problemas e por sinal foi o redator do trabalho do IBGE sobre os "problemas de base" do Brasil, onde as questões mais sérias deste país são passadas em revista e para elas apontam-se soluções sábias.

Encarnava perfeitamente a figura do apóstolo, com as clássicas características do desprendimento pessoal e da dedicação a objetivos nobres. E morreu num momento em que a realidade brasileira, que tanto o preocupou, apresentava uma feição de crise aguda, e numa época em que homens de sua ténpera e de sua estirpe vão se tornando raros em nossa vida pública, cada vez mais invadida por aventureiros."

★ "Vida exemplar de um homem público" foi o título que o Sr. Dionysio Silveira deu ao seu artigo sobre Teixeira de Freitas, publicado em "O Jornal", do Rio de Janeiro, em 25 de fevereiro:

"Acabo de vir do Cemitério de São João Batista, onde assisti ao sepultamento de Mário Augusto Teixeira de Freitas

Mas o que eu vi não foi o ato material do enterramento de um corpo humano: — foi alguma coisa mais grandiosa, foi uma parada cívica de cidadãos que desfilarão diante de um brasileiro de excepcionais virtudes, de um idealista, de um trabalhador eficiente e leal da grandeza do Brasil, enfim, de um patriota, mas verdadeiro patriota, porque pensava e agia sempre pela felicidade deste país

Homens dessa categoria, dêsse porte, não morrem

Mário Augusto Teixeira de Freitas não morreu porque, nas obras sociais que realizou e na sua vida apostolar de homem público, inteiramente e permanentemente dedicada ao bem da comunhão brasileira, enfim, na atuação do seu espírito, na concretização das concepções da sua inteligência, no trabalho que executou com o devotamento de um crente que fez do cumprimento do dever uma religião, em tudo isto, finalmente, há de viver eternamente a personalidade inconfundível dêsse notável brasileiro

A estatística no Brasil, que foi, por muito tempo, considerada um arranjo de algarismos, no qual ninguém acreditava, teve, porém, em Teixeira de Freitas um servidor iluminado e confiante no poderio e na utilidade da sistematização honesta, verdadeira, dêesses mesmos algarismos.

Conheci êsse brasileiro excepcional em Minas Gerais, por volta de 1920, no Recenseamento, e em 1922 fui por êle convocado para compor, em Belo Horizonte, uma equipe de colaboradores, sob sua sábia orientação, com o fim de organizar o serviço de estatística estadual.

Tão categorizado, moral e intelectualmente, era o organizador da estatística de Minas Gerais, — no qual os governos dos saudosos estadistas Arthur Bernardes e Raul Soares confiaram irremediavelmente, — que não lhe foi difícil reunir homens do porte de Magalhães Drummond, padrão de dignidade, jurista de escol, mais tarde professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais.

Está vivo, e pode depor a êsse respeito, o deputado Daniel de Carvalho, àquele tempo Secretário da Agricultura do Estado, que também, com clarividência e patriotismo, prestígio a obra que Teixeira de Freitas realizava para Minas e para o Brasil.

Trabalhador eficiente e culto, de inteligência privilegiada, era realmente homem de comando, mas comandava com humildade, sem jamais ter sido um instante sequer arrogante

Sem vaidades nem pruridos de superioridade, acolhia as sugestões dos seus colaboradores, contrárias muitas vêzes, ao seu ponto de vista, sempre, porém, que o induzissem ao objetivo visado: — a demonstração exata e segura da situação do Estado, em todos os setores da atividade humana.

Realizada a obra grandiosa que está frutificando em Minas Gerais, Teixeira de Freitas voltou ao seu quartel general, no Rio de Janeiro, e continuou a sua trajetória gloriosa pela grandeza do Brasil

As instituições que fundou e animou com o seu incomparável espírito público e sua primorosa inteligência, estão aí a demonstrar a sua vocação de bememérito.

Êsse brasileiro, que se obstinava pela implantação no Brasil de uma política educacional, não viu o resultado do seu apostolado, mas deixou a semente que, com a graça de Deus, há de germinar "

★ O mesmo "O Jornal" divulgou, em edição de 4 de março, o artigo "O educador M. A. Teixeira de Freitas", assinado pelo Sr. Fernando Tude de Souza:

"Não há país no mundo mais ingrato para com os seus valores reais do que o Brasil. Conseqüentemente, nossa terra tem que ser um paraíso de mediocridades que, de um momento para outro, surgem no cenário nacional, guindados pela política partidária da pior espécie. Política e administração parece que disputam um páreo de vida e morte nas más escolhas. Homens do que o Brasil tem de melhor passam a vida inteira dando demonstrações de competência, de probidade, de amor à Pátria, mas ficam quase sem vez nos postos-chaves, pois êstes são poucos para o "spoils-system" que se implanta desgraçadamente contra os interesses da Nação. Os exemplos são de todo dia e apenas por teimosia os reais valores continuam trabalhando, indiferentes às compensações dos cargos elevados. Um país que teve homens como Roquette Pinto e Mário Augusto Teixeira de Freitas, dois educadores excepcionais, nunca se lembrou dêles para seu ministro da Educação. Homens realmente excepcionais que o estrangeiro respeita, acata, disputa e conhece melhor que a maioria dos brasileiros, chegam ao fim da vida queridos e chorados apenas pelos discípulos que souberam criar. A notícia das suas mortes chega à alta administração e a gente ouve estarrecido indagações infantis sobre suas obras! Roquette Pinto, certa feita, teve um desabafo admirável: — nasci para general, mas recebi apenas tarefas de capitão

Estas duas figuras exponenciais da nossa terra fecharam os olhos sem terem o seu nome inscrito no Livro de Mérito do Brasil! Possuíam, porém, as mais altas demonstrações de reconhecimento de países estrangeiros. Foi por isso que nos enteros destas duas personalidades invulgares da minha Pátria senti, em nome dêles, dois homens excessivamente modestos, uma certa compensação. Roquette Pinto desceu nos braços de seus discípulos e amigos íntimos. Teixeira de Freitas saiu do seu IBGE, nas mãos dos contínuos e serventes, acompanhado pelos discípulos queridos que tinham lágrimas derramando. Mas, há uma certeza certa. A história registrará as suas obras como definitivas para o progresso do Brasil

Uma vez, numa enquête de uma revista, faz alguns anos, perguntaram-me quais as duas figuras nacionais que eu apontaria como modelares. Não vacilei: Roquette Pinto e Teixeira de Freitas. E, agora, no meu grande pesar pelo passamento do Mestre Teixeira de Freitas não podia deixar de recordar as duas figuras humanas, humaníssimas, com as quais aprendi talvez as melhores lições da minha vida. Não tive com Teixeira de Freitas o



O Sr. Moacir Malheiros, Vice-Presidente do IBGE, pronunciou a "oração de adeus" ao primeiro Secretário-Geral da entidade.

convívio quotidiano que tive com Roquette Pinto, mas trabalhamos juntos na luta pela educação nacional. Em congressos, conferências e na imprensa defendi as idéias patrióticas de Teixeira de Freitas com o calor que se sente quando se vive também uma idéia. Uma vez, na Primeira Conferência Nacional de Educação com o apoio de 19 Estados dos 21 presentes, apresentei a proposta dos Convênios de Educação, com base no pensamento do ilustre morto que já conseguira a grande vitória, que considero um dos momentos estelares da educação nacional, com os convênios de estatística. O Ministério da Educação não queria, naquela época, a realização dos convênios. Estávamos em pleno Estado Novo. Houve um Parecer que achava "até subversivo" fazer-se sugestões a um Governo Forte! A sessão se prolongou até duas horas da manhã. Teixeira de Freitas veio em meu socorro, pois pessoalmente eu já estava pensando em cadeia. Falou mais de uma hora, emocionou-se até às lágrimas ante a suspeita que uma idéia dêle pudesse ser considerada subversiva! Deu-me satisfações exageradas pensando que eu pudesse julgá-lo capaz de propor alguma coisa subversiva para o nosso Brasil. Jamais esquecerei o que aprendi naquela madrugada sobre a figura impar deste grande brasileiro cujas idéias, em educação, defendi e defenderei enquanto tiver forças. Na página de Educação que mantive nos "Diários Associados" divulguei tudo de Teixeira de Freitas e, agora, faz poucas semanas, quando desarrumava as minhas gavetas na Rádio Ministério do Educação para mais uma mudança de natureza político-partidária, reli mais de uma dezena de cartas notáveis do Mestre que os educadores democráticos do Brasil veneram. Elas me trouxeram alento e soaram como um apêlo para não desertar.

Teixeira de Freitas era um homem que conhecia verdadeiramente o Brasil, sobretudo através da verdade dos números. Muitas vezes parecia cético nas suas candentes afirmativas. Outras vezes otimista, mas, na realidade, ninguém acreditava mais no Brasil. Tudo o que escrevi ou dizia era com base. Foi êle quem revelou ao público a verdadeira situação da nossa escola primária com a sua

evasão escolar tremenda. Seus trabalhos serviram também até para estudos que a UNESCO realizou para o mundo inteiro quando se impressionou com a situação real da escola que os países davam gratuitamente e lançou o plano de educação fundamental ou educação de base. Quase todos os países, na realidade, fornecem apenas um a dois anos de escolaridade, então era necessário transformar êstes dois anos em alguma coisa mais que ensinar a ler e escrever.

Os meios rurais que Teixeira de Freitas sempre procurou auxiliar, pois nêles via fontes de produção do país, receberam um influxo benéfico com os seus trabalhos. Combateu corajosamente aquela escola que chamava de "ersatz" e pensou nas colônias-escolas, com internatos, antecipando-se a projetos que se realizam no mundo, em várias partes, sob a égide da UNESCO, com o nome de "projetos pilotos" de educação fundamental.

Mas, sem dúvida alguma, a obra gigantesca de Teixeira de Freitas no setor da educação, a que êle viu realizada e que beneficiou o Brasil de ponta a ponta foi a dos convênios de estatística educacional. Foi êle o que poderíamos chamar de grande fotógrafo que revelou o Brasil aos brasileiros. Com base nos seus números, Eduardo Gomes, quando candidato pela primeira vez à Presidência da República, fez o seu grande discurso da Bahia, um dos documentos melhores já apresentados ao país.

É bem vasta a produção de Teixeira de Freitas para os estudiosos da educação. Cito, por exemplo: *A Educação Rural, O Exército e a Educação Nacional, Dispersão Demográfica e escolaridade, A Evasão Escolar no ensino primário brasileiro, O Ensino Primário Brasileiro no decênio de 1932/1941, A Escolaridade Média no Ensino Primário Brasileiro*, dentre muitos outros. São trabalhos básicos para qualquer estudo no campo da educação.

Uma realização sua, uma só, poderia, em outro país consagrar um homem perante a sua Nação. Trata-se do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — O IBGE — que sempre aponto como uma das coisas mais sérias, mais eficientes, mais altas já feitas no Brasil. Uma instituição modelar, de que se podem orgulhar todos os brasileiros. Uma instituição que só serviu à verdade e que foi respeitada até na ditadura. Graças a Deus, o espírito universitário de Teixeira de Freitas soube criar uma plêiade de seguidores, imbuídos da mesma mística de patriotismo e de amor à verdade do grande morto, e a sua obra continuará. Já sofreu a investida solerte da politcalha uma vez e gerou uma das crises mais sérias de que tenho notícia nos setores intelectuais do Brasil. O afastamento de Teixeira de Freitas teve o efeito de uma bomba atômica num dos pilares do progresso brasileiro.

Pois bem, leitor amigo, êste colosso de capacidade, de probidade, de patriotismo era um homem de uma modéstia sem par. Só pregou, só ensinou e só praticou o bem. Foi um sementeiro dedicado que sabia separar o joio do trigo. Quem dêle se aproximava era contagiado pelo seu entusiasmo. Um apóstolo do bem que tratava a todos com a mesma bondade e confiança. O filho ilustre da Bahia morreu aos 64 anos, quando ainda muito podia fazer pelo seu país e pela humanidade. Um dia o seu nome será citado às novas gerações como um padrão. Não oso incluir-me entre os seus discípulos, mas fui um seguidor das suas idéias e por elas continuarei batalhando. Que Teixeira de Freitas, o grande educador, de longe, inspire agora os responsáveis pela educação do nosso povo."

★ Assinado pelo Sr. Manuel Diegues Júnior, o "Diário de Notícias", de 4 de março, publicou o seguinte artigo, sob o título "Teixeira de Freitas":

"Eis um nome diante do qual a Nação se curva reverente para exaltar sua vida pública, toda ela devotada ao serviço da Pátria: Mário Augusto Teixeira de Freitas. Mas se se perguntar a qualquer um na rua quem foi Teixeira de Freitas, poucos o conheceriam, poucos o conheceram, poucos saberão aquilatar o autêntico valor que o Brasil perdeu a 22 de fevereiro passado. É que Teixeira de Freitas não se seduziu pela popularidade; antes dominou-se por uma modéstia que se transformava em humildade; a humildade de ser bom, a humil-

dade de trabalhar silenciosamente, a humildade de não aparecer quando o seu justo lugar deveria ser na primeira fila.

Em outro país, onde os valores da cultura e o autêntico conhecimento dos problemas ditassem a seleção para os cargos públicos, Teixeira de Freitas não teria morrido sem ter sido muita coisa; sem ter sido, pelo menos, Ministro da Educação. Porque se dedicou ao estudo dos problemas educacionais, revelados através dos números de que, nos órgãos estatísticos, é orientava o levantamento, a apuração, as análises. Com os dados e as informações que os números lhe proporcionavam, estudava os fenômenos educacionais do Brasil. E quanta coisa revelou, quanta coisa pôs a nu, quanta coisa mostrou de doloroso e triste na realidade do ensino brasileiro!

Mas não foi só a educação que apaixonou este servidor público simples, modesto, eficiente: voltou-se, sempre com os números nas mãos — estatístico desde a mocidade, trabalhando, dirigindo e fundando serviços estatísticos — para outros problemas nacionais, mostrando-os em face das realidades indiscutíveis das estatísticas. A interiorização da Capital, a redivisão territorial do país, a criação de colônias-escolas, a revitalização municipal, a valorização do homem rural, a sistematização da administração pública, eis alguns dos problemas pelos quais se bateu, às vezes sozinho nos começos, mas pouco a pouco, à força da convicção com que falava, criando adeptos e formando discípulos.

Há uns vinte e poucos anos atrás, quando Teixeira de Freitas pregava a necessidade da mudança da capital do país para o interior, muitos achavam ridícula a idéia. Consta da Carta de 1891: nunca foi cumprido esse dispositivo. Repeíram-nas outras Constituições: ainda estas não foram cumpridas. Pensadores do Império abordaram o problema. Também Teixeira de Freitas por ele se apaixonou e o incluiu na sua pregação cívica. Poucos o acreditaram nos inícios. Hoje o grupo dos que defendem a mudança da capital é enorme. São jornalistas, intelectuais, parlamentares, administradores, técnicos, homens de estudo, a participarem desse movimento que, se realizado à época em que Teixeira de Freitas o iniciou, estaria hoje o Rio de Janeiro a salvo dos graves problemas que atacam, por todos os lados, sua população.

Pregou igualmente a melhor distribuição das áreas territoriais das Unidades Federadas, de maneira a estabelecer-se equilíbrio justo e adequado entre elas, o que evitaria a supremacia dos chamados grandes Estados. Bateu-se ainda por que houvesse na administração pública uma sistematização mais racional e concorde com as necessidades do país. Não lhe foram estranhos os problemas rurais, a necessidade de socialização do homem do campo, valorizando-se o rúrculo em condições de colocá-lo no plano de importância a que tem direito.

Tudo isso, e muito mais — porque Teixeira de Freitas pensou em muita coisa mais — foi realizado sem estardalhaços, sem atrair a popularidade, sem reclamar aplausos. Sua modéstia o escondia; sua humildade não lhe permitia cobrir-se com uma vitória. E apesar disso foi um vitorioso; um autêntico vitorioso, em que a conquista e o domínio não apagavam a bondade, a compreensão, a amizade.

Sem os aplausos populares, mas consagrado pelos que o conheceram, amado pelos que com ele trabalharam, ou admirado pelos que apenas leram seus trabalhos, Teixeira de Freitas deixa de existir para ocupar um lugar em nossa História. Ele não entra aí apenas como o criador genial, o organizador admirável do IBGE, centro de um sistema estatístico que correspondeu às necessidades reais do Brasil. Muita coisa mais o integra em nossa História. Esta não é feita apenas por aqueles que se celebrizaram numa batalha ou pelo exercício do poder; a História, a verdadeira História, que o povo sente, realiza, compreende, é formada sobretudo pelos anônimos, como os vaqueiros que devassaram o nosso território interior, pelos simples, como os que formam as populações construtoras de nossa civilização, pelos humildes, que estimulam silenciosamente o aperfeiçoamento das idéias e o desenrolar dos acontecimentos.

Teixeira de Freitas foi, em vida, um desses humildes, que faz História. E hoje o recordamos assim: figura da nossa História, cavalheiro de um idealismo sem manchas, herói sem mácula de grandes ideais. Desaparecido do nosso convívio,

permanece conosco, através de seus exemplos, de sua bondade, de sua capacidade de trabalho. E aqueles que com ele trabalharam, sentindo de perto o autêntico valor de seus méritos, estimulados pelo calor de sua bondade e animados pelo patriotismo de suas convicções, estes lhe conservaremos o nome no mais fundo de nosso afeto e o lembraremos sempre no silêncio de nossa dor."

★ Em seu número 56, relativo a fevereiro, o "Mensário Estatístico", do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, inseriu, à primeira página, a seguinte nota, assinada pelo respectivo diretor, sr. Affonso Almiro:

"O mês de fevereiro de 1956 foi marcado por um acontecimento profundamente doloroso para a estatística brasileira. No dia 22, após longa enfermidade, faleceu o Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas.

O planejamento, a organização e a implantação do atual Sistema Estatístico Nacional se deve à inteligência criadora desse grande brasileiro, — construtor do IBGE, que se tornou, pela sua excepcional capacidade e devotamento à causa pública, pela sua invulgar cultura e admirável personalidade, muito mais do que um orientador, muito mais do que um líder, porque foi e continuará a ser um símbolo para os estatísticos do Brasil.

E o Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, como órgão integrante do IBGE, e onde Teixeira de Freitas tinha em cada funcionário um admirador irrestrito e um amigo incondicional, não poderia deixar de fazer este registro, para levar ao conhecimento dos leitores do seu "Mensário Estatístico" a irreparável perda que acaba de sofrer nosso país e, ao mesmo tempo, para se associar, de público, com respeito e emoção, às homenagens que estão sendo prestadas, no Brasil e no estrangeiro, à memória deste notável semeador de idéias, que deixa à posteridade tão fecunda e admirável obra, realizada nos mais variados setores da cultura e da técnica.

O nome eminente e querido de Teixeira de Freitas continuará para sempre, como uma bandeira de fé, inspirando e estimulando aqueles que, na estatística, trabalham pelo Brasil."

★ Sob o título "Dr. M. A. Teixeira de Freitas", o sr. Hildebrando Menezes publicou no "Jornal do Comércio", do Recife, edição de 11 de março, o seguinte artigo:

"Com o falecimento do dr. M. A. Teixeira de Freitas perdeu o Brasil uma das suas figuras exponenciais pelo saber e pela bondade.

Muito moço ainda foi escolhido pelo saudoso estatístico brasileiro Bulhões de Carvalho, para fazer em 1920 o Recenseamento de Minas Gerais. A época era Minas o Estado mais populoso do país e em consequência da própria topografia, das estradas precaríssimas e do transporte escasso, o serviço censitário era difícilíssimo.

Acresce que ao tempo a hostilidade ao Recenseamento era grande. Só uma pequena parte das nossas populações de nível intelectual mais elevado lhe compreendia a utilidade. A maioria absoluta entendia que o recenseamento era feito com estes objetivos: aumento dos impostos existentes e criação de novos, e convocação de elementos para o serviço militar, no momento o duende medonho que a todos espantava.

Teixeira de Freitas não se atemorizou com as dificuldades da empreitada. Organizou o seu estado-maior composto de elementos capazes e meteu mãos à obra. O seu trabalho foi tão perfeito, os resultados tão bons, que o trabalho de propaganda do recenseamento de 1940 e os processos de execução adotados por muitos dos Delegados Regionais, entre estes o autor destas linhas, o imitaram com êxito na execução da pesada tarefa que lhes foi confiada.

Antes, porém, o modestíssimo mas eminente brasileiro, revelara grande pendor pelos estudos estatísticos, tendo tido oportunidade de aplicá-los inicialmente, como membro da Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Viação. Este foi o passo inicial; outros se seguiram sempre com êxito em funções várias conquistadas pelo seu talento, pela bravura moral e pela honradez exemplar.

Concluído o Recenseamento de Minas Gerais, assumiu a direção do Serviço Estadual de Estatística de mesmo Estado, onde o seu dinamismo e inteligência se desdobravam produzindo magníficos resultados, substanciados em publicações valiosas.

Não vale historiar tôda a marcha ascensional do notável brasileiro, que encontrou na estatística a substância nutritiva do seu grande espírito. Tornar-me-ia muito mais enfadonho

Na fundação do Instituto Nacional de Estatística em 1931, cuja organização coube ao grande estatístico, bem como a realização da Convenção Nacional de Estatística de 1936, deu ao Instituto a faculdade de executar os seus altos objetivos

Com a instalação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ocupou o dr. Teixeira de Freitas o cargo de Secretário-Geral. E daí por diante o trabalho da modelar instituição sob a orientação do grande técnico, nos setores geográfico e estatístico, tem sido positivamente admirável

A Estatística no Brasil antes do IBGE era dispersa, desordenada e falhíssima. Bem pouca gente compreendia a razão do trabalho de abnegados que viviam à procura de dados para conhecimento da extensão e intensidade de certos fenômenos. Fôsem lá convencer a um agricultor, a um industrial, a um comerciante exportador ou importador de dizer o quanto de sua produção, ou de suas compras e vendas!

Vieram as leis obrigando a todos prestarem informações, mas a preferência do dr. Teixeira de Freitas era pelas informações dadas voluntariamente. Pôs assim a lei de obrigatoriedade à margem e curou de um trabalho de convicção de que as estatísticas se impõem como auxiliar indispensável de tôdas as atividades.

Cercou-se, para dar ao IBGE a autoridade moral indispensável ao cumprimento de sua missão, de uma equipe de homens capazes pela cultura e entusiasmo no combate por superiores interesses do país e tratou de criar a mística da família estatística brasileira, uma das mais belas florações de solidariedade humana para o alcance de um objetivo comum

A equipe escolhida para a direção do IBGE, compo do Conselho Nacional de Estatística e a Junta Executiva Central, devia constituir um bloco indiviso, unido num só pensamento, para a solução por unanimidade de todos os assuntos de caráter administrativo. Sem essa unanimidade nenhuma resolução teria caráter de lei. E com a execução dessa política somente possível pelo poder de persuasão do grande mestre, em que os debates se sucediam até o encontro de um denominador comum para união de tôdas as vontades, o IBGE com os seus milhares de membros espalhados por todo o País é hoje um magnífico conjunto de dedicações a serviço da grandeza cultural do Brasil

Pela sua ala estatística, o IBGE retrata o Brasil nos seus aspectos econômicos e sociais; pela ala geográfica, o Brasil é apresentado nos seus aspectos físicos, com detalhes até antes desconhecidos e as modificações introduzidas pela mão do homem, nos seus aspectos geofísicos; pela ala censitária, conhece-se o montante demográfico do País, com as diferenças étnicas dos elementos componentes, que caldeiam o tipo brasileiro do futuro

E tudo isso e muito mais ainda o IBGE, como a Instituição modelar do País, que é, pelo seu trabalho por um Brasil maior, é hoje dentre as existentes uma das de mais alto conceito.

E não me parece vã a afirmação de que a grande autoridade do IBGE na solução dos problemas brasileiros que fazem parte do seu programa de trabalho, vem da união dominante entre os ibgeanos. E essa união perfeita entre todos os funcionários do grande órgão causou o desaparecimento do forte eclipse que entenebrecou por algum tempo os horizontes sempre claros em que tem operado, em função da grandeza nacional

E tão grande é o acervo de serviços prestados pelo IBGE ao País, mas tão conhecido também, que seria enfadonho e desnecessário detalhá-lo. É bastante a afirmação de que o IBGE não existiria, pelo menos com a mesma eficiência, nem a mesma organização, não fôsse o homem incomum que a morte acaba de aniquilar, ainda em plena pujança de uma vida completamente dedicada ao culto da pátria, da afimília e dos amigos que deixou em número incontável

Os fatos justificam a afirmação constante do telegrama da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística ao comunicar ao DEE o passamento do grande líder da estatística brasileira "de que a sua vida apostolar constitui permanente fonte de estímulo e inspiração para todos nós habituados aos seus sábios ensinamentos"

★ O "Correio da Manhã" de 18 de março divulgou este artigo do sr. J. Romão da Silva, intitulado "Teixeira de Freitas, o fundador do IBGE":

"Pertencendo há quase quinze anos à família ibgeana, não conheci Teixeira de Freitas senão daquela maneira que aos devotos é dado conhecer os seus ídolos magníficos. É que a hierarquia funcional delimitava distância entre o organizador e dirigente categorizado do IBGE e o modesto "bar-nabé" da Divisão Cultural do Conselho Nacional de Geografia. Mas mesmo dessa distância, admirei-o sempre, e terei lições excelentes do seu idealismo e do entusiasmo com que trabalhou para organização do sistema estatístico-geográfico brasileiro. A idéia que sempre fiz de Teixeira de Freitas, e nisso são unânimes quantos com eles tiveram a felicidade de privar, era a de um homem simples, de excelente formação moral. Do administrador e do técnico, falará com eloquência a própria obra que ele nos legou, simbolizada na estrutura do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Um dos maiores estatísticos brasileiros, e, quigá do mundo, podemos dizer que foi Teixeira de Freitas, ao lado do chanceler José Carlos de Macedo Soares, e alguns outros pioneiros o fundador da moderna estatística nacional e impulsor das atividades geográficas que hoje nos permitem ter uma mais exata noção do que somos como expressão geográfica, demográfica e econômica, e como unidade territorial!

Planejador e executor da organização do sistema ibgeano, a estatística foi sempre a sua paixão. Por ela começou a interessar-se ainda jovem, e quando no Brasil, não se levava muito a sério coisas da espécie. Sua carreira iniciada modestamente em cargo que conquistou por concurso na antiga Diretoria de Estatística do Ministério da Agricultura, far-se-ia tôda no fogo dessa paixão pelas estatísticas, para encerrar-se gloriosamente com a morte na liderança das grandes campanhas do IBGE. Mesmo já aposentado e doente, Teixeira de Freitas, jamais abandonou a bandeira que há mais de 20 anos levantara. Lutador incansável, sempre preocupado com o futuro do País e com a solução dos seus problemas de base, vencia a própria debilidade orgânica para estar de pé no seu lugar de doutrinador e orientador

Interessando-se pelos problemas da educação e do ensino, também aí a sua contribuição foi inestimável. Municipalista, que o foi, e dos mais legítimos, vale lembrar, como o fizera Araújo Cavalcante ao ensejo da recente homenagem que foi tributada a sua memória na sede da Associação Brasileira de Municípios, que os seus últimos dias dedicou-os à elaboração de um trabalho sobre a "Operação Município", o que mostra que era também um dos mais ativos militantes no movimento em prol da redenção dos municípios brasileiros

Conhecendo Teixeira de Freitas, como dissemos, apenas à distância, tive, contudo, uma oportunidade de com ele entreter-me em demorada palestra telefônica. A conversa que mantivemos girou em torno de um estudo que fizemos sobre os fundamentos do sistema estatístico-geográfico brasileiro para a *Revista do Serviço Público*, a pedido do então diretor da Divisão de Documentação do DASP. Tinha eu umas dúvidas, e precisava tirá-las a limpo. Ninguém mais indicado para dirimi-las do que Teixeira de Freitas. Nessa ocasião tive a agradável surpresa de saber que o mestre já lera e examinara cuidadosamente os capítulos anteriormente divulgados do tímido trabalho. Restrições teria-as de sobra a fazer, mas generoso, desvaneceu-me com o elogio animador: "Pelo que vejo, o senhor está bem enfronhado no assunto", disse-me, indagando em seguida se eu conhecia um determinado decreto de regulamentação, recomendando-me que o estudasse. Encerrando a palestra que se esticava por uns cinco minutos: "Poderei fornecer-lhe alguns dados. Caso necessário, venha visitar-me, terei meu prazer em trocar idéias sobre o

assunto" A conversa, como o convite, fôra franca e informal. Nunca, porém, me foi possível avisar-me com o velho Teixeira de Freitas, e disso me arrependo, pelo que deixei de aprender no contacto directo com a sua pessoa, na sua palestra que sabia elevada e construtiva

Agora que a morte o arrebatou, quero também colocar sobre a sua cripta, entre as lágrimas e as flôres da família ibgeana, as minhas lágrimas e as flôres mais lindas e eternas que só o coração cultiva."

★ No "Jornal do Comércio", do Rio de Janeiro, edição de 18 de março, o sr. Virgílio Corrêa Filho publicou, com o título "M. A. Teixeira de Freitas", o seguinte artigo:

"A Revolução de Trinta, reunindo em suas falanges aluidoras da ordem constitucional componentes de várias procedências, despertou anseios renovadores em quantos nutriam aspirações que raros saberiam interpretar na prática

Nem sempre encontrariam meios de realizá-los, com evidência a série de tentativas malogradas de reformas, muitas das quais deram causa a decretos inoperantes, cujo número excessivo dificultava o conhecimento cabal do objetivo que pretendia o legislador alcançar. Entre os que sobressaíram na confusão dos pareceres desencontrados, em pregação firme e pertinaz, assumiu papel de vanguardeiro Mário Augusto Teixeira de Freitas, cujo desaparecimento enloutou a cultura brasileira na madrugada de 22.

Embora nascido na Bahia, aos 31 de março de 1890, vinha de Minas Gerais, onde provara a sua competência profissional, em cujo aprimoramento perseverou, desde quanto ingressara, mediante concurso de 1908, na Diretoria Geral da Estatística do Ministério da Viação e Obras Públicas. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade do Rio de Janeiro, preferiu continuar as suas pesquisas nos domínios da Estatística, de acordo com a sua pronunciada vocação. E tanto se extremou entre os colegas, que o escolheu Bulhões Carvalho para Delegado Geral do Recenseamento em Minas Gerais. Seria seu auxiliar de maior hierarquia na região montanhosa, para garantia dos trabalhos censitários de 1920, cuja direção lhe confiara o Presidente Epitácio Pessoa

Deparou-se-lhe, neste lance, propício ensejo de empreender campanhas de consequências duradouras, principalmente depois que o Governo Estadual, ao testemunhar-lhe a fecunda capacidade de trabalho, lhe requisitou a colaboração para reorganizar os serviços estatísticos mineiros, cuja chefia lhe coube

Ampliava-se-lhe, então, a oportunidade de atender às idéias que lhe mantinham o entusiasmo de moço desejo de cooperar para o engrandecimento do país. Enquanto, por um lado, fixava as bases do funcionamento da repartição, em breve apontada como seguro modelo às demais, não deixaria, por outro, de promover a formação de abnegados obreiros da tarefa em que se empenhara. Desta maneira, conseguiu elaborar e imprimir o "Anuário Estatístico do Estado", com regularidade mais constante que o "Anuário Estatístico do Brasil". Organizou, de mais a mais o "Atlas Corográfico Municipal de Minas Gerais", o "Anuário Demográfico", o "Anuário de Legislação e Administração Municipal", a "Carteira Estatística", a "Divisão Administrativa e Judiciária de Minas Gerais".

Certo, essas publicações não foram, nem o poderiam ser, obra individual. Resultado do trabalho de grupo, evidenciavam, todavia, a eficiência da chefia, que soube traçar as diretrizes e preparar os colaboradores, a quem distribuiu as tarefas de executá-lo. Mercê da proficiência demonstrada em Minas Gerais, atraiu-o para maior cenário o recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública. Transferindo a sua base de operações para esta Capital, não se limitou a colaborar na organização da nascente unidade administrativa, nem a cuidar apenas da Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação, como lhe determinava o Regulamento. Rompeu debate, pelas colunas do "Jornal do Commercio", a respeito dos assuntos, que lhe incendiavam a imaginação. Os artigos doutrinários que redigia, com o fervor dos apóstolos, continham mais substância revolucionária do que os

fogosos discursos dos que pretendiam melhorar as condições existentes, embora lhes minguassem as competentes diretrizes. Diversamente, não se alistaria por ventura Teixeira de Freitas, de índole conservador, entre os partidários inflamados da Revolução. Mas, iria imprimir-lhe o cunho da sua individualidade, pela atuação renovadora nos domínios em que se especializara. Os escritos, vazados em linguagem precisa e convincente, completavam-lhe o esforço do administrador devotado às suas funções regulamentares

Obstinadamente convicto das vantagens da cooperação das três órbitas de governo, federal, estadual e municipal, "mediante a associação voluntária e harmoniosa de esforços e recursos, nos casos em que a identidade de fins desaconselha o isolamento", insistiu na propagação, até conseguir o "Convênio das Estatísticas Educacionais e Conexas", inspirador da Convenção Nacional de Estatística, em que se apoiaria a criação do organismo predestinado a luminosa trajetória. A citação apenas de tais empreendimentos, precedidos pela preparação psicológica de Teixeira de Freitas, mediante propagação sistemática, e animados pela sua palavra esclarecedora, resume pálidamente a atuação revolucionária, culminada pela organização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Não desabrochou inopinadamente, com o ímpeto das decisões pretensiosas, que não levam em conta os imperativos da realidade e por isso desmedram em curto prazo. Os fundamentos da nova entidade derivariam de princípios desprezados pela experiência brasileira. A cooperação interadministrativa, ensaiada com êxito em Minas Gerais, não penetrava ainda nos quadros federais, quando Teixeira de Freitas a arvorou, como bandeira por assim dizer revolucionária, para pleitear as reformas que lhe pareciam indispensáveis ao Brasil.

Primeiramente, conseguiu a convocação de representantes dos Estados, que, após memoráveis debates, firmaram, a 20 de dezembro de 1931, o "Convênio para o aperfeiçoamento e uniformização das estatísticas educacionais brasileiras"

Mais tarde, ao recordar o primeiro passo triunfante, gerador de consequências fecundas, qualificá-lo-ia de "vitória do bom senso". "Nada mais era que a aplicação de boa razão a um setor administrativo, onde atuavam desnoteadamente três competências concorrentes, cada uma delas incapaz de resolver o problema por si só". A solução, pela sua eficiência, despertaria os maiores louvores futuros, mas, de momento, contrariava o regime de trabalho costumeiro e por isso não lhe faltariam obstáculos à aplicação. A pertinácia incansável de Teixeira de Freitas e seus colaboradores, porém, conseguiu gradativamente suplantar os e o êxito, patenteado na Primeira Exposição Nacional de Educação e Estatística, estimulou-o a mais arrojada iniciativa. Se o método se provava eficaz, conviria experimentá-lo em outros domínios. Daí se causou o projeto de Convenção Nacional, para a fundação do Instituto Brasileiro de Cartografia e Estatística, elaborada pelo Ministério da Educação, que o submeteu à apreciação do Governo Federal. Aprovado, embora com alterações, após metucioso exame, seria o germe de modelar instituição, que não se ajustava a molde algum existente.

O Instituto Nacional de Estatística, embora criado pelo Decreto 24 609, de 6 de julho de 1934, ainda aguardou, todavia, a estrutura que lhe proporcionou a Convenção Nacional, ajustada entre o "Governo da União e os Governos dos Estados, do Distrito Federal e do Território do Acre", fundamento de sua vida vigorosa e benemerente. Concretizava-se, destarte, o projeto de Teixeira de Freitas, em organismo de âmbito nacional, embora não fôsse repartição federal, nem estadual, nem municipal. A cooperação em bases racionais atvou em tôdas as órbitas governamentais a componente a que se obrigara cada uma, aplicada ao mesmo objetivo, conforme a divisa adotada: "competências concorrentes, atividades convergentes". De tal maneira se evidenciou a vantagem causada pelo singular sistema, que não tardou a surgir a primeira imitação, pela criação do Conselho Brasileiro de Geografia, "incorporação ao I. N. E." consoante estipulou o Decreto n.º 1 527, de 1937, assim corrigindo a redução do primitivo projeto, que também atendia às solicitações cartográficas. Para melhor sistematização, mudaram de nome, para se tornar cada ala Conselho Nacional, de Geografia e de Estatística, reunidos ambos sob a denominação geral de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ao inovador, que lhe traçara a estrutura, coube, por imperativo de justiça, e interesse da própria instituição nascente, para ter o seu funcionamento garantido, como fôra planejado, o cargo de Secretário-Geral, sem prejuízo das obrigações de Diretor do Serviço de Estatística da Educação e Saúde. Deparou-se-lhe, então, ensino de pôr em prática os seus anseios renovadores. A experiência, adquirida em Minas Gerais, serviu-lhe de base para conceber, planejar e executar, com firmeza e proficiência, a organização estatística brasileira, que metodizou a coleta de dados e sua apropriada interpretação.

Tornou-se o regente de afinada orquestra, que tanto se fazia ouvir nas capitais, como igualmente nos mais remotos municípios, onde não faltaria o representante do IBGE, embebido das mesmas aspirações. O idealismo radioso, que lhe norteava as atividades de funcionário modelar, propagava-se a quantos lhe ouviam as pregações apostolares, de iluminado pelo saber e dedicação ao bem coletivo.

E não somente lhe crescia o prestígio ante os auxiliares, como em todos os círculos sociais de que se aproximasse. A propósito, nenhum episódio terá tamanha significação como a da sua aliança com a Associação Brasileira de Educação, fonte de estímulos sadios. A Fernando Magalhães, o líder acatado, coube promover a conjugação das duas forças, dos educadores, congregados por Heitor Lyra, e das estatísticas, chefiadas por Teixeira de Freitas, que diria, em tocante cerimônia de despedida:

"Abençoada a hora em que vim até vós. Entrastes na minha vida como um encontro predestinado. Era, sim, o signo de um destino".

Por bem se compreenderem, nos domínios a que aplicavam a sua inteligência e propósitos de elevação do nível cultural do Brasil, confiou-lhe a ABG a sua Presidência.

Ao exercê-la, como igualmente após a terminação do mandato, empenhou-se em comprovar os seus carinhos pelos assuntos educativos, de que resultou a publicação de ensaios de valia, como "O ensino primário no Brasil", "O que dizem os números sobre o ensino primário", "A educação rural", "O Exército e a educação nacional", "Dispersão demográfica e escolaridade", "A evasão escolar no ensino primário brasileiro", "O ensino primário brasileiro no decênio 1932-1941", "A escolaridade média no ensino primário brasileiro".

Não lhe bastava, porém, o trabalho individual, por maior que lhe fôsse a amplitude. E por isso, incitava o dos companheiros impregnados de análogos ideais, tanto no âmbito do IBGE, como da ABG. As estatísticas, de aperfeiçoamento progressivo, como evidenciaram as Exposições correspondentes inclusive a que assinalou o Batismo Cultural de Goiânia, completavam-se com as interpretações, em comunicados à imprensa, elaborados pelo "redator desconhecido, Alvim Pessoa, homem capaz de todos os sacrifícios pelo ideal ou pela amizade, mas sob a condição inafastável do seu incógnito, do respeito à sua modéstia de santo", como revelou ultimamente. Com os nomes dos responsáveis, entretanto, enfeixou no primeiro opulento volume, de 847 páginas, ensaios, "políticos e filosóficos, administrativos, estudos sociais, pedagógicos, técnicos e estatísticos", a que deu o título de "O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Educação", para bem acentuar as preferências da entidade técnico-administrativa pelos problemas de ensino.

Destinou-o à Primeira Conferência Nacional de Educação, de 1941, que teria mudado o rumo das atividades oficiais nesse ramo, se fôsse atendido o apêlo consubstanciado na Resolução n.º 185, de 19 de julho, pela qual o Conselho Nacional de Estatística formulou voto para que da reunião de especialistas e delegados políticos resultasse uma "Convenção Nacional de Educação e Saúde", à estatística. Caso homologassem a moção apoiada por 17 Estados, "então daquela mesma Conferência sairiam os elementos essenciais à implantação do sistema intergovernamental que, somente ele — tudo o tem provado e tal reconhecestes — lembrou aos abeanos, é capaz de salvar a Educação Nacional do descalabro em que continua a cair, sob formas cada vez mais graves, sem embargo de aparências enganadoras e de alguns passageiros movimentos de reerguimento e recuperação".

O paladino sentiu-se vencido neste lance. Não esmoreceu, todavia. E em 1955, ao recordar o episódio, afirmou: "a idéia dorme; não está morta". E por isso, nela se inspirou o projeto da Lei de Diretrizes e Bases, organizado pelo Ministro Clemente Mariani, com o concurso de "uma

comissão quase toda ela constituída de elementos vossos". A sua atuação exemplar, em perfeita consonância com os princípios que propagava, como apóstolo fervoroso, expressava-se em resultados que empolgaram as atenções dos especialistas estrangeiros, maravilhados com as singularidades da organização estatística brasileira, diferente de qualquer outra. E, para demonstrar a sua admiração, elegeram-no Presidente do Instituto Interamericano de Estatística, sem que estivesse presente à assembléia de Washington, em que foi tomada a expressiva decisão. Por sua vez, a Royal Statistical Society, de Londres, admitiu-o em seu quadro social.

Qual a razão de suas vitórias incomparáveis?

Assinalou-a, em lúcida "Exposição de Motivos", o presidente do DASP, Dr. Luiz Simões Lopes, ao propor-lhe o nome para inscrição no "Livro do Mérito", por ser "dotado de uma capacidade de trabalho verdadeiramente ímpar, dedicação exemplar, profunda visão dos problemas nacionais, senso de cooperação, nobreza moral, irredutível patriotismo, simplicidade pessoal, ânimo construtivo, austeridade de caráter e vigilante espírito público". E, mais, o conhecimento cabal dos assuntos, que examinava com sagacidade e "penetrante visão sociológica dos problemas brasileiros".

Devotando-se inteiramente ao serviço do IBGE, desde a sua fundação, conseguiu transmitir-lhe o seu idealismo construtivo, de que se impregnou a instituição, alentada pela mística ibgeana, capaz de feitos memoráveis, tanto na execução pontual dos trabalhos, como igualmente na maneira de proceder. Todavia, M. A. Teixeira de Freitas parecia não se dar conta do seu próprio valor. Recusou delicadamente a homenagem daspiana, e jamais apareceu em Washington, para receber as honras que lhe proclamavam o saber especializado. Preferiu continuar em sua missão, até se aposentar, após 44 anos de serviço público, em dezembro de 1952. Entretanto, não se desinteressou completamente do Instituto, que o continuou a acatar, como chefe espiritual da abnegada família ibgeana, fiel aos seus ensinamentos. Aos seus previdentes conselhos recorriam os discípulos, quando se lhes deparavam obstáculos imprevistos, preparados por agressores tendenciosos ou decorrentes das circunstâncias adversas. E sempre encontravam a apoio solicitado, para bem da instituição, a que não faltaram graves provações.

Passaram, como onda maligna, mas inoperante, sem derruir o organismo, que se revelou resistente, nem deslustrar o prestígio do seu fundador que, meses antes de emudecer, recebeu por ventura a derradeira consagração, de que lhe proveio o diploma de Sócio Honorário da Associação Brasileira de Educação.

O agradecimento às saudações, interpretadas pela palavra douta e justa do Professor A. Menezes de Oliveira, soou como impressionante canto de cisne de quem recordou, nesse lance, a trajetória que percorreu, coadjuvado pelos educadores, a quem atribuiu valioso quinhão no êxito alcançado "Encheu-me o coração", ufanou-se, com ênfase, "a exuberante ventura — ia eu dizer estouvadamente a glória — de verificar que tudo quanto quis, tudo quanto tentei, tudo atrás do que corri até perder o fôlego, eram coisas realmente tão belas, tão desejáveis que, ainda mesmo no insucesso completo ou nas meias realizações, conquistou a adesão magnânima sem dúvida, mas sincera, de um pugilo de brasileiros que fizeram da educação nacional, vale dizer que viram na modelação do Brasil do futuro, o supremo ideal de suas vidas".

Em seu ideário "tão singular e tão eloquente", o primeiro lugar caberia ao "conhecimento objetivo da realidade educacional que possuímos". Jubiloso, "deixei-me docilmente conduzir, confessou o reformador, sob o atrativo e o fascínio das idéias que agitáveis e que motivaram os pronunciamentos, as sugestões e os esquemas de trabalho formulados pelas históricas IV e V Conferências Nacionais de Educação". Daí se causou a série de projetos, coroados com a criação do IBGE que, não obstante a sua eficiente magnitude, não atendia a outras aspirações inovadoras, que, ainda uma vez, lhe inspirou a sincera eloquência. Entre os objetivos não alcançados, citou o "da recomposição do nosso quadro federativo, com a consequente ou precedente mudança da Capital da República para o Planalto Central de Goiás. Isto sob a inspiração, a um só tempo, da justiça entre todos os brasileiros e também entre os grupos políticos que eles possam formar". Ter-se-ia em vista, a "comunidade de vida, portanto, na ambiência da

verdadeira fraternidade, com a divisão equitativa do patrimônio que é de todos, o território, e a mais disso, a boa ordem e o bom senso, no plano da vida municipal" "O segundo dos objetivos que consegui entrever foi que para a recuperação da vitalidade já quase perdida pelo Brasil, era indispensável e urgente a reforma radical do seu aparelhamento de serviço público. Mas, com fundamento nos princípios da justiça social e de esclarecida orientação psicológica"

A idéia dominante em suas iniciativas, porém, patrocinava a "aplicação convencional do princípio de cooperação entre os Governos" Empreendeu-a, com êxito maravilhoso, na organização do IBGE, que lhe proporcionou meios de provar as vantagens da tese adotada, com apoio estimulante da ABE Preconizou-a para a solução dos grandes problemas brasileiro, sempre que "não possam depender apenas de uma só das órbitas governamentais, nem tão pouco da livre e descoordenada atuação de tôdas três" O exemplo mais frisante seria proporcionado pela Educação Nacional, considerada pelo processo ibgeano, após a comprovação dos seus resultados, caso lhe aprovassem os delegados à Primeira Conferência Nacional de Educação a Moção indicativa da conveniência de adotar novas diretrizes Não logrou, todavia, superar os preconceitos, semelhantemente ao que sucedeu à "Operação Município", destinada a consagrar "cabalmente a vossa tese da cooperação intergovernamental". E, então, rematou, convicto, "ela se aplicará com facilidade, em forma sistemática, aos outros campos que a comportam, acompanhando a corajosa e bem inspirada inovação que sugeristes para o campo educacional!"

Assim era o idealista invicto Acreditava arduamente na exequibilidade de seus planos de reformas, ainda que hostilizados pela conjura dos preconceitos, contra os quais desenvolvia a sua argumentação persuasiva A vitória do IBGE animou-o aos mais arrojados empreendimentos, que remodelariam, se amparados, a estrutura administrativa e política do país, de acordo com os princípios que propagou em conferências e escritos vários As idéias fundamentais, que lhe traçaram as diretrizes da campanha tenaz, expressas em "Problemas de Base do Brasil" inspiravam-se, por um lado, na cooperação racional, para melhorar o rendimento do trabalho humano Por outro, era a justiça social que lhe ditava os programas de reformas, tão ousadas, por vêzes, que raivavam pelas regiões da utopia, onde não houvesse desigualdade entre os homens, nem possibilidade de miséria Ainda nesses planos, todavia, cuja exequibilidade dependeria de temerária decisão executiva, em correspondência com a audácia da concepção, sobejam sugestões de imediato aproveitamento, tão fértil se mostrava o idealismo construtivo de Teixeira de Freitas, empenhado em elevar a dignidade humana pelo trabalho racional, em prol da coletividade Pessoalmente, distinguia-se pela bondade nos atos, sem prejuízo da disciplina, mantida suavemente, mais pelo exemplo próprio, de irrestrita dedicação à tarefa, do que pelos rigores do Regulamento. A modéstia, em que se envolvia comumente, mal deixaria perceber a formação de mestre, que oportunamente intervinha nos debates, com a sua palavra doura e embebido de radioso idealismo Pelo que realizou, especialmente nos domínios da estatística brasileira, a sua contribuição equivale a marco entre duas fases.

Antes, era o caos em que se atropelava o esforço individual, desarticulado, e, não raro, contraditório Depois, é o método em ação, baseado na cooperação bem entendida, em que o IBGE encontrou o segredo do seu maravilhoso desenvolvimento, que se espelha em suas publicações e no prestígio adquirido entre os sabedores Mercê das convicções doutrinárias e dedicação fervorosa do seu organizador, operou-se a transformação, de que resultou possuir o Brasil uma instituição *sui-generis*, que mais de um país americano desejaria tomar por modelo

À fama do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística acha-se, destarte, indissolúvelmente ligado o nome de Mário Augusto Teixeira de Freitas, que lhe prestou os mais sobre-humanos serviços, desde a fundação, até se aposentar, e ainda permaneceria como venerando consultor dos amigos, que lhe seguem a trajetória luminosa

Pereceu o corpo, sujeito às contingências humanas Mas permanecem os ideais, que dignificaram a criação do IBGE, e ainda continuarão a inspirar superiormente os atos dos seus enlutados

companheiros de nobres campanhas ideológicas Certo, a memória dos seus feitos culturais perderá com a instituição a que abnegadamente consagrou a mais fecunda fase de sua vida edificante "

★ O jornal "Unitário", de Fortaleza, publicou a 13 de março o seguinte artigo do sr. Waldery Uchôa, intitulado "Pioneiro, Idealista e Honesto":

"Sempre fomos particular amigo e grande admirador de Mário Augusto Teixeira de Freitas, cujo falecimento, recentemente ocorrido, deixa o Brasil sem o valioso concurso de um dos seus maiores filhos

Homem de uma modéstia franciscana, manso, coração imenso, sempre cordato, compreensivo, culto, de uma capacidade de trabalho incomum, este digno filho da Bahia, projetou-se, no sul do País, graças às qualidades excepcionais do seu forte caráter.

Erudito, versado em algumas línguas, orador primoroso, conferencista dos mais peregrinos, fazia gosto a gente ouvir a palavra fácil, corretamente manejada por este polígrafo admirável

Faz, já oito anos o vimos pela última vez, em sua residência, à Rua Dr. Santamini, 77, na Capital Federal, onde residia e onde recebia, sempre de braços abertos, os que, humildemente, laboravam na estatística nacional, Brasil afora. Era um prazer imenso conversar com Teixeira de Freitas. A gente saía encantado diante de tanto idealismo, de tanto amor ao Brasil, de tanta fé nos destinos desta pobre e infeliz República!

O seu trabalho, o pedestal maior de sua glória reside, exatamente, em ter sido o idealizador e o consolidador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, uma das poucas coisas sérias deste País imenso, e cujo maior fanal é projetar a Nação no seu binômio geográfico e estatístico, revelando aos brasileiros e ao mundo o que fomos, o que somos e o que poderemos ser

Autor de dezenas de trabalhos que primam, todos êles, pelo valor intelectual, como pelo nacionalismo sadio, sem exageros, útil e, sobretudo, exato sobre a realidade brasileira, M. A. Teixeira de Freitas realizou, através do seu constante labor, uma obra imperecível

Apóstolo de uma idéia — a do conhecimento tão perfeito quanto possível do Brasil — foi, por isso mesmo, o pioneiro que forneceu aos estudiosos, material abundante, ricas informações, preciosos cabedais de dados para a elucidação de muitos problemas brasileiros.

O nosso estimado amigo, Dr Wilson Távora, Inspetor do IBGE em nosso Estado, há pouco chegado do Rio, confidenciou-me que indo visitar o Mestre, êle havia perguntado como iam levando a vida, que estávamos fazendo, se ainda continuávamos escrevendo e se ainda éramos amigo do seu querido IBGE

O fato, ocorrido já próximo ao falecimento do ilustre homem público como era natural e óbvio, nos emocionou

E a maior homenagem, que podemos prestar à memória de Teixeira de Freitas é a de afirmarmos que, com êle, morreu um dos homens mais honestos e mais dignos deste País

Teixeira de Freitas, como Secretário-Geral do IBGE, deve ter tido sob o seu controle grandes somas, muito dinheiro e muitos cargos públicos Pois bem: Teixeira morreu pobre, pobre como um franciscano, pobre como um bom cristão, cristão convicto de suas idéias, cristão consciente, modesto, simples e bom

De uma coisa estamos certos Se o Brasil possuísse uma dezena, ou menos, de homens da envergadura moral de Teixeira de Freitas, certamente não se envergonharia de tanta miséria cometida pelos seus homens públicos

Rematando esta homenagem a um grande brasileiro: ao visitar Teixeira de Freitas, observamos a simplicidade do seu lar, a modéstia dos seus móveis, digamos a verdade incontestável — a pobreza beneditina daquele relicário, onde pontificava o querido e saudoso Mestre

Aquilo tudo era, porém, uma prova inequívoca do seu alto critério, da sua honestidade, do seu idealismo, do seu amor à Pátria que tanto enalteceu e tanto elevou."

ALTERAÇÕES NO QUADRO TERRITORIAL

VERIFICARAM-SE algumas alterações no quadro territorial, em fins de 1955 e no 1.º trimestre de 1956, a saber:

Território do Rio Branco — Instalaram-se a 21 de janeiro o Município de Caracas e os distritos de Boiaçu, São José de Anauá, Conceição do Maú, Depósito e Uraricoera, os três últimos integrantes do Município de Boa Vista, todos criados pela lei federal n.º 2 495, de 27 de maio de 1955.

Pará — Em virtude de acórdão do Supremo Tribunal Federal, de 4 de outubro de 1955, foi anulada a lei estadual n.º 1 127, de 11 de março, que criara os Municípios de Aveiro, Bagre, Boa Vista de Iriteua, Bonito, Jacaré-Acanga, Jacunda, Limoeiro de Ajuru, Melgaço, Peixe-Boi, Cuatipurú, Santa Cruz do Arari, Santa Maria do Pará, Santana do Araguaia, Santana do Capim, Santarém Novo, Santo Antônio do Tauá, São Félix do Xingu, São João do Acangá, São João do Araguaia, São Manoel do Jambuáçu, Sousel, Tomé-Açu e Urumajó. Todos os Municípios citados já haviam sido instalados.

Maranhão — O Município de Curuzu teve a sua denominação alterada para São Benedito do Rio Prêto, pela lei estadual n.º 1 385, de 3 de dezembro de 1955

Espírito Santo — Em virtude do acórdão do Supremo Tribunal Federal, de 4 de outubro de 1955, foram anuladas as leis estaduais n.ºs 777 e 779, de 29 de dezembro de 1953, que haviam criado os Municípios de Pancas, São Domingos e Vala de Souza.

O atual distrito de Itaoca, de Cachoeiro de Itapemirim, teve o seu topônimo alterado para Presidente Vargas, pela lei municipal n.º 416, de 3 de dezembro de 1955

Paraná — Registrou-se a criação de três novos Municípios: o de Santa Fé, pela lei estadual n.º 2 486, de 14 de novembro de 1955; o de Iguaraçu, pela lei estadual n.º 2 505, de 22 de novembro de 1955 — ambos desmembrados do Município de Astorga; e o de Floraiá, pela lei estadual n.º 2 512, de 28 de novembro de 1955, formado com parte do território do Município de Nova Esperança

Santa Catarina — Foram instalados no dia 8 de janeiro, no Município de Taió, os distritos de Ribeirão Grande e Rio do Campo, criados pelas leis municipais n.ºs 187, de 1.º de agosto de 1955, e 194, de 25 de julho de 1955

Rio Grande do Sul — Instalaram-se a 1.º de janeiro os Municípios de Pôrto Lucena, Tapejara, Tenente Portela e Aratiba, criados, respectivamente, pelas leis estaduais n.ºs 2 665, de 6 de julho de 1955, 2 667, de 9 de agosto de 1955, 2 673, de 18 de agosto de 1955, e 2 710, de 4 de outubro de 1955.

No Município de Gaurama instalou-se a 2 de janeiro o distrito de Centenário, criado pela lei municipal n.º 24, de 17 de agosto de 1955.

No Município de Ijuí, a 5 de janeiro, instalaram-se os distritos de Coronel Barros e Ramada, por força da lei municipal n.º 374.

REUNIÃO DA ABM

REALIZOU-SE nos dias 15, 16 e 17 de março a Reunião Geral dos Conselhos da Associação Brasileira de Municípios, em comemoração ao 10.º aniversário da sua fundação. Reuniram-se o Conselho Deliberativo, o Conselho Diretor e o Conselho Fiscal, tendo a Comissão Nacional Organizadora do IV Congresso de Municípios celebrado, ao ensejo, a sua primeira sessão

A abertura solene dos trabalhos foi realizada no Salão Nobre da Câmara do Distrito Federal, com a presença de altas autoridades e representantes de várias entidades. Em seguida, procedeu-se à inauguração oficial da sede própria da Associação, localizada à Avenida Almirante Barroso n.º 2, 3.º andar, bem como de uma placa comemorativa do decênio da ABM, colocada naquele local

Significativa homenagem foi prestada à memória de M. A. Teixeira de Freitas, um dos líderes do pensamento municipalista, cujo nome foi dado à sala principal da nova sede, destinada às reuniões, estudos e conferências

O Conselho Diretor e o Conselho Fiscal reuniram-se no dia 16, para, respectivamente, deliberar sobre assuntos de interesse da direção da Associação, e apreciar as contas de 1955 e o programa de 1956. Tanto as contas quanto o programa foram aprovados por unanimidade — e essa decisão foi referendada pelo Conselho Deliberativo, em reunião realizada no dia 17

O Conselho Deliberativo deliberou, entre outros assuntos, programar para este ano a realização de três Seminários Municipais: o do Nordeste, o do Paraná-Uruguaí e o do Centro-Oeste; criou a Medalha do Mérito Municipalista, a ser atribuída a todos os que prestarem colaboração de vulto ao Movimento Municipalista. Foi também aprovada uma sugestão no sentido de ser lançado um Manifesto Municipalista, definindo a posição da ABM em face da atual conjuntura, inclusive da projetada reforma constitucional. O Manifesto apresentará os seguintes pontos principais: a) nova discriminação de rendas, mais favorável aos municípios; b) aperfeiçoamento dos administradores municipais e criação de elites de dirigentes locais, através de cursos de direito e de administração municipal; c) assistência técnica, representação e defesa permanente dos interesses municipais; d) intensificação das campanhas municipalistas, principalmente no que se relacionar com a "Operação-Município".

Dentre as decisões tomadas pela Comissão Nacional Organizadora do IV Congresso destaca-se a de indicar a cidade de Curitiba como sede dessa reunião, que deverá realizar-se em novembro próximo. A Comissão foi reestruturada, passando a ser a seguinte a sua constituição: presidente, Osório Nunes; vice-presidentes, Machado Villa, Barroso Filho e Celso Peçanha; secretários, Ives de Oliveira e Augusto Vieira; tesoureiro, Edgar de Amorim. Membros: Osmar Cunha, João de Paula Teixeira Filho, Antônio Pezzolo, José Cupertino de Almeida, Lourival Batista, Antunes de Oliveira, Américo Barreira, Remy Rabelo, Josino Rocha Loures, Ribamar Machado, Cavaleiro Macedo, Antônio Lomanto Júnior, Oséias Martins, Cotrim Neto, Ângelo Novi, Rondon Pontes, Sandoval Godinho e Iguatemozi Cataldi de Souza.

IV CONFREÊNCIA RURAL BRASILEIRA

REUNIU-SE em Fortaleza, de 19 a 25 de fevereiro, sob o patrocínio da Confederação Rural Brasileira e da Federação das Associações Rurais do Estado do Ceará, a IV Conferência Rural Brasileira, com os seguintes objetivos específicos: a) reexame do pensamento da classe rural brasileira em face da projetada reforma agrária; b) estudo especial e fixação de conclusões em torno de anteprojetos de lei sobre a criação de um Banco Rural, regulamento para o Serviço Social Rural e taxa de associativismo; c) apreciação de questões gerais e regionais de economia agrícola que se revistam de notória significação.

Participaram da Conferência técnicos e estudiosos dos problemas ruralistas, representantes de entidades de classe, cooperativas agrícolas e associações rurais, além de vários deputados estaduais e federais

Segundo o Regimento Interno, foram constituídos quatro grupos de trabalho para o estudo do temário, a saber: a) Reforma Agrária; b) Serviços sociais; c) Reforma bancária e crédito rural; d) Assuntos gerais: política de preços, política cambial e questões regionais. O 1º grupo, Reforma agrária, subdividiu-se nas seguintes comissões: Diretrizes fundamentais, Processo de ação e Estado do trabalho rural.

DNER

POR decreto de 2 de dezembro de 1955, foi criado o Departamento Nacional de Endemias Rurais, com a finalidade de organizar e executar os serviços de investigação e promover o combate à malária, leishmaniose, doença de Chagas, peste, brucelose, febre amarela, esquistossomose, ancilostomose, filariose, hidatidose, bócio endêmico, boubá, tracoma e outras endemias existentes no país, cujo estudo e combate lhe forem especialmente atribuídos pelo ministro da Saúde, de acordo com as conveniências técnicas e administrativas

Não se incluem nas atribuições do Departamento Nacional de Endemias Rurais as doenças para as quais existem serviços federais específicos. O novo órgão é constituído da Diretoria Geral, Divisão de Profilaxia, Divisão de Cooperação e Divulgação, Instituto Nacional de Endemias Rurais, Serviço de Produtos Profiláticos, vinte e cinco Circunscrições, correspondentes às Unidades Federadas, com sedes nas respectivas capitais

A lei de criação do Departamento prevê a publicação de uma "Revista Brasileira de Malariologia e Doenças Tropicais" e a divulgação de trabalhos científicos ou educativos

Para dirigir a nova repartição foi nomeado o sr. Mário Pinotti.

RONDÔNIA, EX-GUAPORÉ

PELA Lei n.º 2 731, de 17 de fevereiro de 1956, a denominação do Território do Guaporé foi mudada para Território Federal de Rondônia, em homenagem ao marechal Cândido Rondon, pelos destacados serviços prestados à colonização do interior brasileiro.

O ex-Território do Guaporé foi criado em 1943, com áreas desmembradas dos Estados de Mato Grosso e do Amazonas. Constituiu-se inicialmente dos municípios de Pôrto Velho, Guajará-Mirim, Alto Madeira e Lábrea; na divisão administrativa estabelecida em 1945, e que prevalece até hoje, ficou circunscrito aos dois primeiros. Sua área terrestre, equivalente à de São Paulo, é de 242 983 quilômetros quadrados, dos quais . . . 154 097 abrangidos pelo município de Pôrto Velho, onde se localiza a Capital. A população atual é estimada em cerca de 50 mil habitantes. A cidade de Pôrto Velho (10 036 habitantes em 1950) incluiu-se entre as de mais alto custo de vida, principalmente no setor da alimentação

Suas grandes riquezas minerais jazem ainda inexploradas. O principal recurso econômico de Rondônia, continua sendo a borracha; quarto produtor brasileiro, vem fornecendo acima de 5 mil toneladas por ano. Seus efetivos pecuários são os mais exíguos do país (menos de 10 mil cabeças de gado vacum e 10 mil suínos). A produção agrícola corresponde a uma área cultivada que, em 1955, se mantinha inferior a 500 hectares. Tem algum relevo local o plantio de banana, mandioca, abacaxi, fumo e cana-de-açúcar.

A produção industrial origina-se de olarias, panificações, beneficiamento de produtos agrícolas em escala doméstica. No último Censo, o analfabetismo incidia sobre 55% da população. Rondônia conta com uma ferrovia, a Madeira-Mamoré, que é a espinha dorsal de seu sistema de comunicações, servindo também à Bolívia, com a qual o Território possui, 1 342 quilômetros de ferrovia.

NECROLOGIO

STÉLIO MACHADO — Morreu a 19 de dezembro último, vítima de trágico acidente, em São Paulo, uma das figuras mais ilustres do municipalismo brasileiro: Stélio Machado, cuja atuação na Associação Paulista dos Municípios sempre foi das mais destacadas

Natural do Município de Rincão (São Paulo), o extinto foi jornalista em várias cidades do interior paulistano, inclusive Campinas e Bebedouro, exercendo também o magistério nesta última cidade e em Barretos.

Na Capital do Estado, dedicou-se ao jornalismo e ao serviço público, tendo colaborado com o SESI e a Fundação Getúlio Vargas, e ainda com o Serviço de Assistência aos Municípios, do Governo paulista.

Foi Stélio Machado quem idealizou as "Noites Municipalistas", realizadas em numerosas cidades do interior de São Paulo; dele partiu, ainda, a idéia de que os dirigentes da Associação Paulista dos Municípios deveriam ser do interior, lançada no Congresso de São Vicente.

O último ato público a que compareceu Stélio Machado foi a eleição da diretoria da A P M, em 15 de dezembro, quando transmitiu aos companheiros uma mensagem de fé e esperança nos destinos do municipalismo

Deixou viúva Dora Macedo Machado, com cinco filhos menores

EM POUCAS LINHAS

POR decreto n.º 16 434-A, de 11 de janeiro, o Governo da Bahia estabeleceu normas para os Convênios de Serviço Educacional com os Municípios do Estado da Bahia. Segundo esse decreto, o Estado celebrará com os Municípios os referidos Convênios, visando a: a) prover de escolas municipais supletivas as vilas, povoações, fazendas, arraiais e sítios onde existam crianças em idade escolar; b) proporcionar às crianças e adolescentes dessas comunidades os conhecimentos indispensáveis de nível primário; e c) melhorar o nível cultural e técnico do magistério rural não diplomado.

☆ **REALIZOU-SE** em março, em Botucatu, um Seminário municipalista, com a participação de prefeitos e presidentes de câmaras municipais daquela região paulista. À reunião compareceram também os srs Caetano Álvares, Secretário da Viação e Obras Públicas, — Renato Sousa Nogueira, diretor-geral do DNER, — e Mário Leão Lopes, diretor do CEE. Dentre os assuntos examinados naquela ocasião destaca-se a conclusão da rodovia Itu-Botucatu-Bauru.

☆ **REALIZOU-SE** em março, no Instituto Histórico da Bahia, a 11.ª Exposição Municipalista, sob os auspícios da Associação de Municípios da Bahia, em colaboração com o IBGE e a Campanha Nacional de Educação Rural.

☆ A **PREFEITURA** Municipal de Araguacema (Goiás) doou um terreno à Missão aos Índios do Vale da Amazônia, da Igreja Menonita, para a construção de um hospital e serviços de assistência social. O diretor daquela Missão, rev H Hammer, já se encontra no local, tendo trazido dos Estados Unidos grande quantidade de material de construção.

☆ O **IBGE** vai participar ativamente das comemorações do Centenário de Juiz de Fora, promovendo exposição de obras estatísticas, mapas e gráficos, além da reprodução de um mapa do muni-

cípio, com dados numéricos de maior expressão, e outro com o roteiro-itinerário da região. O CNE editou uma monografia especial sobre Juiz de Fora, na série de Monografias Municipais.

☆ **DANDO** prosseguimento ao seu plano de realização de Seminários Municipalistas, a Associação de Municípios da Bahia promoveu mais uma dessas reuniões em Cipó, nos dias 3 e 4 de março. Foram debatidos, entre outros, os problemas relativos a energia elétrica, açudagem, perfuração de poços, transportes, algodão, consórcios municipais de educação e saúde e crédito agropecuário. Esse seminário — o 11.º promovido pela AMB — contou com a presença de mais de cem pessoas. O IBGE fêz-se representar pelo Inspetor Regional de Estatística na Bahia, sr. Artur Ferreira.

☆ A **PREFEITURA** Municipal de Campina Grande, pelo Decreto n.º 4, de 25 de fevereiro último, criou a Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico (COMUDE) — órgão auxiliar da administração local, integrado por um grupo de representantes de instituições públicas, entidades de classe e elementos de reconhecida competência técnica. Seu objetivo é realizar pesquisas, levantamentos, estudos e elaborar projetos visando ao desenvolvimento econômico do Município.

A diretoria da Comissão ficou assim formada: presidente, sr. Elpídio de Almeida, prefeito municipal; vice-presidente, sr. José Lopes de Andrade; secretário-geral, sr. José Paulino Costa Filho, agente municipal de estatística.

☆ A **ASSOCIAÇÃO** dos Municípios da Bahia comemorou, com uma série de solenidades realizadas entre 4 de janeiro e 14 de março, a passagem do 10.º aniversário de sua fundação. O IBGE participou ativamente dessas comemorações, tendo o Inspetor Regional de Estatística na Bahia, sr. Artur Ferreira, pronunciado uma conferência, a 21 de fevereiro, sobre "A contribuição do IBGE ao municipalismo". A Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística aprovou, numa de suas sessões, um voto de congratulações com a AMB pelo transcurso da efeméride.